

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

ROBERTO DE ARAUJO SOUSA

**RÁDIOS UNIVERSITÁRIAS CONSIGNADAS PELA EMPRESA BRASIL DE
COMUNICAÇÃO (EBC):
Análise de indicadores-chave em emissoras do Norte e do Nordeste do Brasil**

**TERESINA
2020**

ROBERTO DE ARAUJO SOUSA

**RÁDIOS UNIVERSITÁRIAS CONSIGNADAS PELA EMPRESA BRASIL DE
COMUNICAÇÃO (EBC): ANÁLISE DE INDICADORES-CHAVE EM
EMISSORAS DO NORTE E DO NORDESTE DO BRASIL**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
da Universidade Federal do Piauí, em
cumprimento às exigências para obtenção do
título de Mestre em Comunicação**



PROF. DR. PAULO FERNANDO DE CARVALHO LOPES
Presidente

PROF. DR. DANIEL MARTIN-PENA
Examinador



PROFA. DRA. JACQUELINE LIMA DOURADO
Examinadora

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação
Serviço de Processamento Técnico

S725r Sousa, Roberto de Araujo
Rádios universitárias consignadas pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC): análise de indicadores-chave em emissoras do Norte e do Nordeste do Brasil / Roberto de Araujo Sousa. – 2020.
217 f.

Cópia de computador (printout).
Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020.
Orientação: Prof. Dr. Paulo Fernando de Carvalho Lopes.

1. Indicadores-Chave. 2. Rádios Universitárias.
3. Sistema de Radiodifusão Pública. 4. Universidades Federais. I. Título.

CDD: 070.19

AGRADECIMENTOS

A trajetória que este trabalho representa só foi possível por um conjunto de fatores que me permitiram as condições favoráveis para fazê-lo. Minha gratidão a Deus, ao universo, ao que conduz este fluxo da vida, que permitiu que cada pessoa passasse pelo meu caminho no momento e na forma que deveria ter sido.

Agradeço à minha mãe, Katiane, e ao meu pai, Edilson, que não mediram e não medem esforços em priorizar a minha formação e crescimento pessoal, intelectual e profissional, e me possibilitaram ir em busca da minha formação. Também agradeço aos meus irmãos, Bruna e Ryan, que, juntamente com meus pais, precisaram entender ausências e distâncias para a execução deste trabalho.

Agradeço à minha madrinha, Francisca, à minha tia Gorete, ao tio César, e ao meu primo Maykon, com quem convivo desde 2013. Agradeço à minha avó, Conceição, que desde cedo me impulsionou a ir em busca dos meus sonhos e ainda hoje é uma fortaleza e um exemplo para mim. Além destes, aos meus demais tios, tias, primos, primas, “sobrinhos e sobrinhas” por cada palavra de apoio e incentivo. Com esta “grande família” me sinto acolhido e aprendo sempre muito.

Gratidão a cada um dos meus colegas da turma de 2018 do PPGCOM. Em especial, Jéssica e Jordana, minhas amigas com quem dividi mais de perto as angústias e alegrias decorrentes do mestrado, dando aquela força ou aquele “puxão de orelha” seja presencial ou virtualmente. Amanda, Boris, Camila, Nathalia, Márcia, Thanandra, Urziana, Danielly, Maurício, Aluiso, Joaquim, Jordânia, Paula e Sanny: cada um também teve, à sua maneira, importância para enfrentar pedras e armadilhas deste caminho.

Meu agradecimento especial a quem faz o PPGCOM/UFPI, com quem pude aprender em diversos momentos. Dona Fátima e Mário, com quem uma simples pendência a ser resolvida tornava uma boa conversa; e cada um dos professores, com quem tanto pude aprender em aulas ou outros momentos.

Minha gratidão ao meu orientador, professor Paulo Fernando Lopes. Acho que posso dizer que tenho propriedade para denominá-lo meu orientador pois, desde 2013, quando ainda calouro da graduação em Jornalismo, tive o primeiro contato com a pesquisa e com a rádio universitária. Hoje, findada uma parceria de tantos anos, meu mais sincero agradecimento pelas contribuições no âmbito acadêmico, profissional e pessoal.

Tive sorte de topar, no decorrer deste caminho, com pessoas que me abriram tantos caminhos e que possibilitaram esta pesquisa. O apoio das rádios universitárias da UFPI, UFS, UNIFAP, UFT e UFRR foi fundamental. Agradeço, em nome dos diretores, Marcos, Junior, Felipe e Aldenor, a cada um que me recebeu, concedeu entrevistas, e me ajudou de qualquer forma, para a realização desta pesquisa.

Faço um agradecimento especial a quem abriu as portas de suas casas para abrigar a um pesquisador-forasteiro em terras desconhecidas: Ricardo e Élice, em Macapá; Nívia em São Cristóvão; Sebastião e Kamily em Palmas; e Luan em Boa Vista. Sem a confiança e a ajuda de vocês, este trabalho não existiria hoje.

Agradeço aos meus amigos que me acompanharam nesta trajetória. Aos que conheci e me estenderam a mão nas cidades onde estive para a pesquisa, e, principalmente, aos de sempre, dando suporte e um ombro de apoio quando foi preciso neste percurso.

Sem a bolsa de mestrado concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), não teria sido possível a realização desta pesquisa que, como tantas outras, precisam de financiamento público para serem exequíveis.

E por fim, mas não menos importante, a essa instituição de ensino que desde 2013 me acolhe, e pela qual minha formação perpassa. Este trabalho existe porque tenho a oportunidade de participar de uma instituição de excelência. Por que existem trabalhadores e trabalhadoras que diariamente fazem desta instituição de ensino um lugar que permite a construção de conhecimento, trocas de afetos e de experiências. Meu muito obrigado a cada um que faz a Universidade Federal do Piauí, a minha, e nossa UFPI.

*Cambia lo superficial
Cambia también lo profundo
Cambia el modo de pensar
Cambia todo en este mundo*

*Cambia el rumbo el caminante
Aunque esto le cause daño
Y así como todo cambia
Que yo cambie no es extraño*

Julio Numhauser

*Um homem precisa viajar para lugares que não
conhece para quebrar essa arrogância que nos faz
ver o mundo como o imaginamos, e não
simplesmente como é ou pode ser; que nos faz
mestres e doutores do que não vimos, quando
deveríamos ser alunos, e simplesmente ir ver*

Amyr Klynk

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo propor e analisar cinco indicadores-chave que ajudem a sistematizar o processo produtivo administrativo, operacional e gestor de rádio universitárias. A partir dos indicadores “independência”, “laboratorial”, “experimentalismo”, “interesse público” e “divulgação científica” é feita a pesquisa de campo nas rádios universitárias localizadas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil ligadas a universidades federais do Piauí, Sergipe, Amapá, Tocantins e Roraima, todas consignadas pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC). O problema de pesquisa é a ausência indicadores-chave nas rádios universitárias que contribuam para a formação e fortalecimento do segmento enquanto sistema de radiodifusão público. Parte do referencial teórico que conta, dentre outros, com Deus (2003), Zuculoto (2012), Mustafá e Kischinhevsky (2017), Martin-Pena (2016) e Pieranti (2019), sugere que as rádios universitárias objetivam servir de instrumento de ensino-aprendizagem para os estudantes, ser um meio para a divulgação científica produzida no ambiente acadêmico, e atender premissas como independência, autonomia financeiro-editorial e pluralidade na programação e gestão, por serem rádios públicas. A investigação se deu por meio de revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e análise documental com os diretores das emissoras, alunos, professores, e servidores-técnicos e terceirizados.

PALAVRAS-CHAVE: Indicadores-chave, Rádios universitárias, Sistema de radiodifusão pública, Universidades Federais.

RESUMEN

Esta disertación tiene como objetivo proponer y analizar cinco indicadores clave que ayuden a sistematizar el proceso de producción administrativo y operativo de radios universitarias. Con base a los indicadores de "independencia", "laboratorio", "experimentalismo", "interés público" y "difusión científica" se realizó en estaciones de radios universitarias ubicadas en las regiones Norte y Noreste de Brasil vinculadas a universidades federales de Piauí, Sergipe, Amapá, Roraima y Tocantins, todas consignadas por la Empresa Brasil de Comunicación (EBC). El problema identificado en esta investigación es la ausencia de indicadores clave en las radios universitarias que contribuyan a la capacitación y fortalecimiento del segmento como sistema público de radiodifusión. El referencial teórico se sustenta entre otros a partir de Deus (2003), Zuculoto (2012), Mustafá y Kischinhevsky (2017), Martin-Pena (2016) y Pieranti (2019), sugiere que las radios universitarias tienen como objetivo servir como una herramienta de enseñanza-aprendizaje para los estudiantes, siendo un medio para la difusión científica producida en el entorno académico, además de atender premisas como la independencia, autonomía editorial-financiera y pluralidad en la programación y gestión, ya que son estaciones de radio públicas. La investigación se dio a partir de una revisión bibliográfica, análisis de documentos y entrevistas semiestructuradas con los directores de las emisoras, estudiantes, docentes, personal técnico y trabajadores subcontratados.

PALABRAS CLAVE: Indicadores clave, radios universitarias, sistema de radiodifusión público, universidades federales.

ABSTRACT

This dissertation aims to propose and analyze five key indicators that help to systematize the university administrative, operational and radio managerial production process. Based on the indicators “independence”, “laboratory”, “experimentalism”, “public interest” and “scientific dissemination”, field research is carried out on university radio stations located in the North and Northeast regions of Brazil linked to federal universities in Piauí, Sergipe, Amapá, Tocantins and Roraima, all consigned by Empresa Brasil de Comunicação (EBC). The research problem is the absence of key indicators on university radio stations that contribute to the formation and strengthening of the segment as a public broadcasting system. Part of the theoretical framework that relies, among others, on Deus (2003), Zuculoto (2012), Mustafá and Kischinhevsky (2017), Martin-Pena (2016) and Pieranti (2019), suggests that university radios aim to serve as an instrument of teaching-learning for students, being a means for scientific dissemination produced in the academic environment, and meeting premises such as independence, financial-editorial autonomy and plurality in programming and management, as they are public radio stations. The investigation took place through bibliographic review, semi-structured interviews and documentary analysis with the directors of the stations, students, teachers, and technical-servants and outsourced workers.

KEY WORDS: Key indicators, university radios, public broadcasting system, federal universities.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Emissoras de rádio operadas por universidades federais consignadas pela EBC	17
Tabela 2: principais alterações de legislação de radiodifusão no país entre 1931 e 1967	28
Tabela 3: Emissoras universitárias ligadas ao SINRED em 1999	31
Tabela 4: grade de programação de segunda a sexta da FM Universitária	82
Tabela 5: grade de programação dos fins de semana da Rádio FM Universitária	83
Tabela 6: grade de programação da Rádio UFS FM	88
Tabela 7: grade de programação da Rádio Universitária da UNIFAP	91
Tabela 8: grade de programação com conteúdo próprio da Rádio Universitária da UFRR ...	94
Tabela 9: grade de programação de segunda a sexta da Rádio UFT FM	98
Tabela 10: grade de programação aos fins de semana da Rádio UFT FM	99
Tabela 11: Rádios Universitária e regimentos	160
Tabela 12: Conselhos de participação nos regimentos	161

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Quadro da Transmissão da Rede Nacional de Comunicação Pública em emissoras operadas diretamente ou em parceria com consignações pela EBC	66
Figura 2: Mapa com a localização das rádios consignadas pela EBC sob administração de universidades em funcionamento em 2019	67
Figura 3: Gráfico comparativo dos Desertos de notícias por região	68
Figura 4: Gráfico com emissoras de rádio e televisão mapeadas nas capitais do Brasil	69
Figura 5: Rádio FM Universitária 96.7 da Universidade Federal do Piauí	80
Figura 6: Layout da página da Rádio FM Universitária 96,7 na internet	81
Figura 7: Área externa da Rádio UFS FM	85
Figura 8: Layout da página da Rádio UFS FM na internet	87
Figura 9: Layout da página da Rádio Universitária da UNIFAP na internet	90
Figura 10: Hall externo da Rádio Universitária FM 96.9 da UNIFAP	91
Figura 11: Prédio da RTV/UFRR	93
Figura 12: Layout da página da Rádio Universitária da UFRR na internet	94
Figura 13: Prédio da Rádio UFT FM 96,9	96
Figura 14: Layout da página da Rádio UFT FM na internet	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARUNA	Associação de Rádios Universitárias Nacionais da Argentina
CTAP	Conselho Técnico Administrativo e de Programação
DECAV	Diretoria de Editoração, Comunicação Institucional e Produção Audiovisual
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
IES	Instituição de Ensino Superior
IFETs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IRDEB	Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
MPA	Música Popular Amapaense
MPB	Música Popular Brasileira
RIU	Rede Rádio Universitária Internacional
RUBRA	Rede de Rádios Universitárias do Brasil
RRULAC	Rede de Rádios Universitárias da América Latina e do Caribe
RTV/UFRR	Rádio e Televisão Universitária da Universidade Federal de Roraima
SCS	Superintendência de Comunicação Social
SURE	Sistema Universitário de Radiodifusão Sonora Educativa
SINRED	Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
EST1UFPI	Estudante 1 - UFPI
EST2UFPI	Estudante 2 - UFPI
EST3UFPI	Estudante 3 - UFPI
EST1UFS	Estudante 1 - UFS
EST2UFS	Estudante 2 - UFS
EST3UFS	Estudante 3 - UFS
EST1UNIFAP	Estudante 1 - UNIFAP
EST2UNIFAP	Estudante 2 - UNIFAP
EST3UNIFAP	Estudante 3 - UNIFAP
EST1UFRR	Estudante 1 - UFRR
EST2UFRR	Estudante 2 - UFRR
EST3UFRR	Estudante 3 - UFRR
EST1UFT	Estudante 1 - UFT
EST2UFT	Estudante 2 - UFT
EST3UFT	Estudante 3 - UFT
FUNC1UFPI	Funcionário 1 - UFPI
FUNC2UFPI	Funcionária 2 - UFPI
FUNC1UFS	Funcionário 1 - UFS
FUNC2UFS	Funcionária 2 - UFS
FUNC1UNIFAP	Funcionário 1 - UNIFAP
FUNC2UNIFAP	Funcionária 2 - UNIFAP
FUNC1UFRR	Funcionário 1 - UFRR
FUNC2UFRR	Funcionário 2 - UFRR
FUNC1UFT	Funcionária 1 - UFT

FUNC2UFT	Funcionário 2 - UFT
PROF1UFPI	Professor 1 - UFPI
PROF2UFPI	Professor 2 - UFPI
PROF1UFS	Professora 1 – UFS
PROF2UFS	Professor 2 – UFS
PROF1UNIFAP	Professor 1 – UNIFAP
PROF2UNIFAP	Professor 2 – UNIFAP
PROF1UFRR	Professora 1 – UFRR
PROF2UFRR	Professor 2 – UFRR
PROF1UFT	Professora 1 – UFT
PROF2UFT	Professora 2 - UFT

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 O RÁDIO NO BRASIL: AS PRIMEIRAS EMISSORAS PÚBLICAS	20
2.1 O surgimento das “rádios públicas” e da legislação sobre radiodifusão no Brasil.....	20
2.2 Rádiorbrás e SINRED – As rádios e o sistema de radiodifusão público	28
2.3 As rádios universitárias como emissoras públicas	33
3 RÁDIOS UNIVERSITÁRIAS	35
3.1 Marcos conceituais das rádios universitárias	35
3.2 Rádios universitárias em outros países – experiências fora do Brasil	44
3.2.1 As redes de rádios universitárias	51
4 O RÁDIO ENQUANTO POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO	55
4.1 Olhar sobre políticas de comunicação a partir da Unesco e o Relatório MacBride	57
4.2 O surgimento da EBC e a regulamentação do sistema de radiodifusão público	61
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	66
5.1 Por que Norte e Nordeste?	67
5.2 Por que entrevistas semiestruturadas?	69
5.3 Por que análise documental?	72
5.4 Indicadores-chave analisados	73
5.4.1 Independência	73
5.4.2 Laboratorial	74
5.4.3 Experimentalismo	74
5.4.4 Interesse público	75
5.4.5 Divulgação científica	76
5.5 Introdução sobre as rádios	78
5.5.1 Rádio FM Universitária – UFPI (Piauí)	79
5.5.2 Rádio UFS FM – UFS (Sergipe)	84
5.5.3 Rádio Universitária FM – UNIFAP (Amapá)	88
5.5.4 Rádio Universitária FM – UFRR (Roraima)	92
5.5.5 Rádio UFT FM – UFT (Tocantins)	94
5.5 Procedimentos de análise	99
6 ANÁLISE A PARTIR DOS INDICADORES-CHAVE	100
6.1 Indicador-chave: INDEPENDÊNCIA	100
6.1.1 Rádio FM Universitária – UFPI (Piauí)	101
6.1.1.1 Conselho Deliberativo	101
6.1.1.2 Escolha da Direção	102
6.1.1.3 Fonte de recursos e orçamento	103

6.1.1.4 Relação da rádio com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC)	104
6.1.2 Rádio UFS FM – UFS (Sergipe)	105
6.1.2.1 Conselho Deliberativo	105
6.1.2.2 Escolha da Direção	106
6.1.2.3 Fonte de recursos e orçamento	107
6.1.2.4 Relação da rádio com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC)	108
6.1.3 Rádio Universitária FM – UNIFAP (Amapá)	108
6.1.3.1 Conselho Deliberativo.....	108
6.1.3.2 Escolha da Direção.....	110
6.1.3.3 Fonte de recursos e orçamento.....	111
6.1.3.4 Relação da rádio com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC)	112
6.1.4 Rádio Universitária FM – UFRR (Roraima)	112
6.1.4.1 Conselho Deliberativo.....	112
6.1.4.2 Escolha da Direção.....	114
6.1.4.3 Fonte de recursos e orçamento.....	115
6.1.4.4 Relação da rádio com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC)	116
6.1.5 Rádio UFT FM – UFT (Tocantins)	116
6.1.5.1 Conselho Deliberativo.....	117
6.1.5.2 Escolha da direção.....	118
6.1.5.3 Fonte de recursos e orçamento.....	118
6.1.5.4 Relação da rádio com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC)	119
6.2 Indicador-chave: LABORATÓRIO	119
6.2.1 Rádio FM Universitária – UFPI (Piauí)	120
6.2.1.1 Laboratório para Jornalismo	120
6.2.1.2 Laboratório para outros cursos	122
6.2.2 Rádio UFS FM – UFS (Sergipe)	123
6.2.2.1 Laboratório para Jornalismo	123
6.2.2.2 Laboratório para outros cursos	125
6.2.3 Rádio Universitária FM – UNIFAP (Amapá)	126
6.2.3.1 Laboratório para Jornalismo	126
6.2.3.2 Laboratório para outros cursos	128
6.2.4 Rádio Universitária FM – UFRR (Roraima)	129
6.2.4.1 Laboratório para Jornalismo	129
6.2.4.2 Laboratório para outros cursos	131
6.2.5 Rádio UFT FM – UFT (Tocantins)	131
6.2.5.1 Laboratório para Jornalismo	131
6.2.5.2 Laboratório para outros cursos	133
6.3 Indicador-chave: EXPERIMENTALISMO.....	134

6.3.1 Rádio FM Universitária – UFPI (Piauí)	135
6.3.2 Rádio UFS FM – UFS (Sergipe)	136
6.3.3 Rádio Universitária FM – UNIFAP (Amapá)	137
6.3.4 Rádio Universitária FM – UFRR (Roraima)	139
6.3.5 Rádio UFT FM – UFT (Tocantins)	140
6.4 Indicador-chave: INTERESSE PÚBLICO	143
6.4.1 Rádio FM Universitária – UFPI (Piauí)	143
6.4.2 Rádio UFS FM – UFS (Sergipe)	145
6.4.3 Rádio Universitária FM – UNIFAP (Amapá)	147
6.4.4 Rádio Universitária FM – UFRR (Roraima)	148
6.4.5 Rádio UFT FM – UFT (Tocantins)	149
6.5 Indicador-chave: DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA	151
6.5.1 Rádio FM Universitária – UFPI (Piauí)	151
6.5.2 Rádio UFS FM – UFS (Sergipe)	153
6.5.3 Rádio Universitária FM – UNIFAP (Amapá)	154
6.5.4 Rádio Universitária FM – UFRR (Roraima)	156
6.5.5 Rádio UFT FM – UFT (Tocantins)	158
7 ANÁLISE COMPARATIVA DE INDICADORES E RÁDIOS UNIVERSITÁRIAS	160
7.1 Independência	160
7.2 Laboratorial	162
7.3 Experimentalismo	163
7.4 Interesse Público	165
7.5 Divulgação Científica	166
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
9 REFERÊNCIAS.....	172
ANEXOS	175

1 INTRODUÇÃO

Conceituar “rádios universitárias” nem sempre é uma tarefa fácil, já que o termo se traduz em diversas possibilidades de experiências, objetivos, finalidades, organização, gerenciamento, etc. A proposta desta dissertação é apresentar características comuns a emissoras que se conceituam como rádio universitária e diferenciá-las de outros modos de radiodifusão com quem se há aproximações a partir de outros parâmetros.

Ao falarmos em rádio universitária nesta pesquisa, é preciso deixar claro que se trata de uma emissora de rádio vinculada a uma universidade, seja pública (federal, estadual ou municipal) ou privada (seja filantrópica ou particular em sentido estrito). A própria vinculação à universidade é passível de distintas categorizações: rádio ligadas aos diretórios estudantis, e no caso, administrada exclusivamente pelos alunos; rádios ligadas diretamente às reitorias, sem participação decisória do alunado; rádios ligadas às fundações das universidades; e por aí se seguem as mais distintas possibilidades de experiências.

Em uma das primeiras conceituações sobre as rádios universitárias no Brasil, Deus (2003), defende que as emissoras de rádio ligadas às universidades públicas devam ter um compromisso com a sociedade e com a informação. Para ela, as emissoras devem desempenhar um papel social além delas possuírem a possibilidade de servirem de laboratório para os estudantes destas instituições.

A autora sugere discussões a respeito do tema, apontando que a falta de uma legislação específica dificulta horizontes para estas emissoras.

Esta é necessariamente uma função que deve estar intimamente ligada à função laboratorial, mas também fortemente assentada no seu papel social, já que possui caráter público. Com as potencialidades que possuem, essas emissoras podem desenvolver papéis ainda maiores e mais comprometidos com o crescimento da cidadania. (DEUS, 2003, p. 316)

Zuculoto (2012) ao pesquisar o segmento da radiodifusão pública, no qual estão inseridas as rádios universitárias, considera “campo público da radiodifusão” um conceito guarda-chuva que compreende às emissoras não-comerciais, pois nele se inserem, tanto as emissoras universitárias quanto as que se denominam públicas, estatais e culturais. Ela traça um histórico da programação e da organização de emissoras que compõem a radiodifusão pública no Brasil, e dedica uma atenção especial às universitárias mostrando quando surgem, as tentativas de sistematização por redes e os desafios e avanços.

Em um levantamento feito em 2014 no Portal do Rádio da Intercom foram encontradas a concessão de 62 rádios para instituições de ensino superior. Dessas, a instituições públicas, sejam

federais, estaduais ou municipais, eram 26.

Em 2017, Kischinevsky; Matos; Hang e Mustafá, fizeram um levantamento historiográfico das rádios universitárias a partir de publicações nos principais congressos da área de Comunicação e, em seguida, uma catalogação das rádios universitárias no Brasil, segmentando-as por suas formas de gestão, pelo caráter, e por suas formas de sintonização (por ondas hertzianas ou pela internet). A partir daí, há um direcionamento mais específico sobre as características dessas emissoras.

Ainda em 2017, Kischinevsky; Matos e Mustafá (2017), catalogaram 100 emissoras de rádios vinculadas a 85 instituições de ensino superior. Dessas, 73 são transmitidas por ondas hertzianas e por *streaming* pela internet, e as outras 27 são *webrádios*, sintonizáveis apenas online.

Uma modificação na resolução de concessões de outorgas de radiodifusão educativa em 2011, começo do governo Dilma Rousseff, aumentou o número de concessões dessa modalidade de radiodifusão para universidades. Pieranti (2017), aponta que em números entre 2011 e 2015, 62,8% do total de outorgas teve como vencedor universidades públicas e IFETs, 24,6%, fundações de direito privado, 4,2%, universidades privadas.

O problema de pesquisa consiste na ausência de indicadores-chave que contribuam para a formação e fortalecimento do segmento de rádios universitárias dentro de um sistema de radiodifusão público no Brasil. Dessa forma, temos como objetivo identificar como as rádios universitárias se organizam e gerenciam suas atividades; que papéis os segmentos que compõem a comunidade universitária – professores, discentes, servidores técnicos, terceirizados, e sociedade civil – desempenham na administração e na programação das emissoras; e, por fim, elencar características das emissoras universitárias que a diferenciam dos conceitos elencados para “rádios públicas”.

Esta pesquisa se justifica a partir de três questões fundamentais: o crescente índice de concessões de radiodifusão educativa concedidas a instituições federais de ensino superior a partir de 2011; um aumento de bibliografia acerca da área; e o fato de ainda serem reduzidas as investigações no Brasil que focam as emissoras universitárias, que possuem características e finalidades específicas.

Partimos das seguintes hipóteses: as rádios universitárias por serem ligadas a instituições públicas de ensino superior, dispõem de mecanismo para atender às características fundamentais da premissa da comunicação pública, que é a da pluralidade de vozes e do interesse público, e, propagar o conhecimento produzido pela própria universidade, servindo de laboratório para os estudantes de graduação; nessas rádios, embora haja uma premissa da participação dos componentes da comunidade universitárias, dispõem de problemas de estrutura interna que impedem uma aproximação e efetivação no contato entre a emissora universitária e a comunidade como um todo; as emissoras universitárias se diferem das rádios públicas diretamente ligadas a

outros órgãos de poder por trazerem em si a característica laboratorial para os seus estudantes das instituições de ensino e um formato de organização diferenciado, ligado às administrações ou superior ou setorial nas universidades. Por fim, a última hipótese é que o aspecto laboratorial que os discentes das instituições de ensino superior dispõem nas rádios variam de instituição para instituição, mas, em linhas gerais, não é permitida a experimentação de novos modelos de produção radiofônica, e também o ensino-aprendizado da atividade profissional requerida pelo mercado local às quais se inserem o contexto de cada universidade.

Esta é uma pesquisa qualitativa que, ao investigar as rádios universitárias públicas federais se inserem ou se enquadram nos aspectos citados da radiodifusão pública, necessita de um levantamento de informações a partir de documentos, resoluções e legislação, mas também de levantamento de informações com pessoas que fazem parte dessas emissoras.

Desta forma, além da revisão bibliográfica, houve levantamento de documentos como regimentos, resoluções e diretrizes das cinco emissoras universitárias com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Além disso, foram feitas entrevistas com os diretores das rádios universitárias, além de estudantes, funcionários e professores para o levantamento de máximo de informações relativas ao conteúdo e ao modo de organização de cada uma das emissoras.

Para uma melhor categorização do que se buscou encontrar nas rádios universitárias, elencamos indicadores-chave a partir de autores que discutem o tema, para identificar semelhanças e diferenças nas experiências das rádios analisadas. A seguir, tabela com as rádios universitárias consignadas pela EBC.

	Nome da emissora	IES	Cidade	Estado	Frequência	Ano de fundação
1	Rádio UFMG Educativa	UFMG	Contagem	MG	FM 104,5 MHz	2005
2	Rádio UFS FM	UFS	São Cristóvão	SE	FM 92,1 MHz	2009
3	FM Universitária	UFPI	Teresina	PI	FM 96,7 MHz	2011
4	Rádio Universitária	UNIFAP	Macapá	AP	FM 96,9 MHz	2011
5	Rádio Universitária	UFRR	Boa Vista	RR	FM 95,9 MHz	2011
6	Rádio UFT FM	UFT	Palmas	TO	FM 96,9 MHz	2016
7	Educativa UFMS	UFMS	Campo Grande	MS	FM 99,9 MHz	2016
8	UniFM	UFMS	Santa Maria	RS	FM 107,9 MHz	2017

Tabela 1: Emissoras de rádio operadas por universidades públicas federais consignadas pela EBC
(estão em negrito as emissoras analisadas nesta pesquisa)

No segundo capítulo, é feita uma abordagem do surgimento do rádio no Brasil, traçando aspectos históricos sobre as experiências de radiodifusão no país e como a legislação foi se formando a partir disso. Desde a emissora considerada a pioneira no rádio público, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, passando pelas formações de redes como o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (Sinred) e outras ações voltadas ao ensino por meio do rádio, até as primeiras experiências de rádios vinculadas a universidades no país.

O terceiro capítulo traz uma discussão teórica sobre o que pesquisadores no Brasil e no mundo discutem sobre as rádios universitárias, pontuando características comuns e diferenças a partir de experiências e contextos diferentes. Em seguida, é feito um levantamento histórico do surgimento das emissoras fora do Brasil, em especial, no continente americano, onde há uma maior expressividade deste modelo de rádio, focando no pioneirismo estadunidense e argentino, e partindo em seguida para as experiências nos demais países do continente. Por fim, traça um panorama sobre a formação de redes para a consolidação deste segmento da radiodifusão nos distintos países do continente.

O quarto capítulo aborda como surge o conceito de “políticas de comunicação” e como o rádio – em especial o rádio público – é visto nessa premissa. Traça o histórico das discussões no âmbito da Unesco, até a conclusão do documento conhecido como Relatório MacBride, com direcionamentos para solucionar os problemas de comunicação no mundo. Aborda, ainda, o surgimento da Empresa Brasil de Comunicação que regulamenta o sistema de radiodifusão público, como especifica o artigo 223 da Constituição de 1988, a partir da característica peculiar do Brasil, que é a complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal.

No quinto capítulo, são especificados os caminhos metodológicos que se pretende percorrer para identificar os indicadores-chave nas cinco rádios universitárias cujas consignações são em nome da EBC nas regiões Nordeste e Norte do Brasil, por meio de análise documental e entrevistas semiestruturadas.

No sexto capítulo, estão elencadas as análises feitas a partir dos indicadores-chave “independência”, “laboratorial”, “experimentalismo”, “interesse público” e “divulgação científica”. Neste capítulo, em cada indicador, houve uma divisão por emissora, detalhando informações coletadas nas entrevistas, com análises descritivas e críticas a partir das conceituações formuladas e do evidenciado pela pesquisa.

No sétimo capítulo, a análise se dota de uma perspectiva comparativa e crítica, observando um panorama mais geral do âmbito das rádios universitárias por indicadores, comparando as experiências nas rádios universitárias, e também comparando como os indicadores perpassam um pelo outro nas experiências descritas.

No oitavo capítulo são as considerações finais a partir dos dados obtidos nas cinco rádios, com uma perspectiva crítica do que seria um “modelo” de radiodifusão universitária, observando o que as análises dos indicadores mostram sobre as experiências das rádios analisadas nesta pesquisa.

2 O RÁDIO NO BRASIL: AS PRIMEIRAS EMISSORAS PÚBLICAS

No Brasil, a premissa de um sistema de radiodifusão público aparece na Constituição de 1988. No entanto, bem antes desse marco constitucional, o Poder Executivo Federal já dispunha de estrutura de emissoras de rádio, pelo menos desde meados da década de 30. Com a doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro para o então Ministério da Educação e Saúde Pública, autores de diferentes perspectivas apontam como o marco do nascimento das emissoras públicas de rádio no país.

À margem da expansão em número de emissoras ligadas aos entes públicos, há uma história sinuosa sobre o nascimento da legislação sobre radiodifusão. Dentro deste esteio, surgem as primeiras emissoras universitárias no país que, embora à época não se definissem especificamente como rádios públicas, são categorizadas dentro do âmbito não-comercial, ou do campo público da radiodifusão, conceitos que serão apresentados neste capítulo.

2.1 O surgimento das “rádios públicas” e da legislação sobre radiodifusão no Brasil

A primeira rádio do Brasil, Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, é fundada por Edgard Roquette-Pinto em 1922 e nasce com uma proposta de transmitir conteúdo educativo e de cultura erudita. Na época em que a Rádio foi fundada, a legislação não permitia a comercialização de receptores, foi, então, negociado com o então Ministro da Viação a revogação da lei e deixava a cargo do governo a criação de uma nova legislação que regulamentasse a radiodifusão. Os sócios mantinham o funcionamento da Rádio Sociedade por meio de doações financeiras e empréstimos de discos que seriam veiculados na programação da emissora. (PIMENTEL, 2004)

Com uma programação formada por cursos, palestras, aulas, conselhos de higiene, espetáculos, temporadas líricas, dentre outros, com o objetivo central de promover o “progresso” e a “modernidade” do Brasil, não atingia necessariamente tal meta. Isso porque, a despeito do objetivo central da emissora de uma programação educativa e cultural – mesmo que considerada elitista, naquela época, o rádio era um meio de pouco alcance, uma vez que havia pouca oferta de receptores e seu custo era alto. Além disso, era preciso que os ouvintes contribuíssem para o funcionamento das emissoras. (ZUCULOTO, 2010)

Em 1931, o então presidente Getúlio Vargas baixa a primeira regulamentação sobre radiodifusão no país. O Decreto n.º 20.047 de 27 de maio de 1931 determinava exclusivamente como competência do Governo Federal a regulamentação de atividades de radiodifusão, bem como de telegrafia e radiotelegrafia. Esses serviços foram considerados de interesse nacional e deveriam priorizar o conteúdo informativo, educativo e cultural à população. (LOPES, 2011)

Caberia à União promover a unificação dos serviços de radiodifusão, e constituir uma rede nacional, onde poderiam operar sociedades civis e empresas brasileiras. O Estado deveria direcionar o conteúdo educativo, por meio do então Ministério da Educação e Saúde Pública, e também realizar fiscalização técnica, por meio do Ministério da Viação e Obras Públicas da "obrigação de uso não comercial dos receptores, mediante pagamento de taxa anual" (PIERANTI, 2009, p. 121). Para o autor, o documento já indica, mesmo de forma embrionária, a indicação de pilares para uma rede pública de telecomunicações. Este enfoque vai ser melhor detalhado mais adiante neste capítulo.

Outro decreto que surgiu nesse cenário de consolidação do rádio no Brasil foi o que regulamentou a propaganda comercial nas emissoras. O Decreto-Lei n.º 21.111 de 1º de março de 1932, também assinado por Vargas, definiu os procedimentos de outorgas de rádio, como por exemplo: prazo de concessão de 10 anos; renovações "a juízo do governo"; mínimo de 2/3 de diretores brasileiros, em empresas obrigatoriamente nacionais; tempo máximo de publicidade na programação de 10%, com tempo máximo de 30 segundos para cada inserção; intransferibilidade, direta ou indireta, da concessão; proibição de estabelecimento de qualquer convênio, acordo ou ajuste com outras companhias ou empresas de comunicação sem prévia aprovação do Governo. (LOPES, 2011)

Neste documento, também foram regulamentadas as atribuições da Comissão Técnica do Rádio (CTR) e critérios relacionados à gestão de emissão de frequências. Tal decreto regulamenta uma característica do modelo brasileiro, que é a separação da regulação da infraestrutura e do conteúdo

(...) a partir de 1931, caberia a um ministério supostamente técnico – o da Viação e Obras Públicas – e a CTR, que guarda várias semelhanças com a atual figura das agências reguladoras, como aspiração à nomeação de dirigentes com conhecimento técnico; o estabelecimento de mandatos com prazos estabelecidos e não coincidentes; e a possibilidade de revisão das suas decisões. A administração do espectro de radiofrequências por um órgão considerado de Estado e, em tese, mais isolado de pressões políticas seria retomada mais de seis décadas depois, com a criação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (PIERANTI, 2009, p. 123)

Para Lopes (2011) com a promulgação da Constituição de 1934, o papel do Governo Federal para concessão e renovação das outorgas de radiodifusão foi elevado a status constitucional.

O inciso VIII do seu art. 5º determinava como competência privativa da União "explorar ou dar concessão aos serviços de tellegraphos e radiocomunicação". Assim, firmava-se o entendimento da aplicabilidade do trusteeship model, modelo segundo o qual existe responsabilidade governamental em organizar de forma racional o espectro radioelétrico, podendo o próprio Estado operar os serviços de radiodifusão, ou transferir esta responsabilidade a um agente privado, por meio de

uma outorga pública. (p.4)

Em 1936, a Rádio Sociedade é doada para o Governo Federal. De acordo com Pimentel (2004), uma exigência do governo para ampliar a potência de transmissores, diante das dificuldades que a emissora já enfrentava, foi a principal razão que fez Roquette-Pinto tomar tal decisão. “Sem recursos para modernizar seu equipamento, Roquette-Pinto resolveu doar a Rádio Sociedade ao Ministério da Educação e Saúde Pública, que teria todas as condições necessárias para manter a rádio no rumo inicial” (PIMENTEL, 2004, p. 25)

A doação da Rádio Sociedade para o Poder Executivo Federal é considerada, para Zuculoto (2010), um marco inicial do sistema de rádios públicas no Brasil, uma vez que é o primeiro momento em que há uma distinção do que seria uma outorga comercial para uma outorga educativa. A autora cita que esta experiência é referência para emissoras educativas até hoje: “a Rádio MEC Rio, antes mesmo de passar a esta condição pela doação de Roquete-Pinto, plantou as principais raízes das linhas de programação dos veículos educativos”. (ZUCULOTO, 2010, p. 92)

A transferência da Rádio Sociedade para o Ministério da Educação e Cultura deu origem à Rádio Ministério da Educação e Cultura. A emissora agora ligada ao Estado, levou o governo a criar o Serviço de Radiodifusão Educativa – SRE, criado pela lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937. O novo órgão seria responsável por promover a transmissão de programas educativos. No entanto, os primeiros anos da instituição não tiveram efetividade, sendo que só em 1943 teve seu regimento aprovado, pelo Decreto n.º 11.491. (PIMENTEL, 2004)

Valente (2010) acrescenta, ainda, ao episódio da doação da Rádio Sociedade, a incorporação da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, administrada por uma organização privada, ao governo do presidente Getúlio Vargas, em 1940. Para o autor, as duas iniciativas definem o nascimento da radiodifusão pública no Brasil.

A radiodifusão pública no Brasil nasceu com base em duas iniciativas distintas de veículos radiofônicos geridos pelo Estado. A primeira foi a Rádio MEC (Ministério da Educação e Cultura), nome dado à Rádio Sociedade do Rio de Janeiro após a sua doação por Edgard Roquette-Pinto ao governo federal em 1936 (...) Já a Rádio Nacional do Rio de Janeiro cumpriu outro papel. Criada em 1936 pelas Organizações Victor Costa, foi incorporada pelo governo do presidente Getúlio Vargas em 1940 como parte fundamental da estratégia de fortalecimento dos instrumentos de difusão ideológica vinculados ao projeto do Estado Novo (VALENTE, 2010, p. 270)

Como explica Pieranti (2009), a incorporação da Rádio Nacional ao Estado pelo governo de Vargas fez parte da consolidação das Empresas Incorporadas pelo Patrimônio da União. Mesmo com a incorporação ao governo, a emissora manteve um perfil de veículo comercial, tanto na programação como na venda de publicidades. O governo entendeu que a Companhia de Estrada de

Ferro São Paulo – Rio de Janeiro sonegou impostos e, por ter emprestado recursos públicos, decidiu fazer a incorporação de diversas propriedades ao patrimônio da União.

Dentre as propriedades em questão estavam a Rádio Nacional e o jornal A Noite. Estava dado, então, o primeiro passo para a consolidação das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (EIPU), que congregaria organizações tão diversas quanto emissoras de rádio, jornais, a Companhia Indústrias Brasileiras de papel, a Empresa de Armazéns Frigoríficos e a Southern Brasil Lumber and Colonization Company, sendo as três últimas alienadas, mediante indenização, conforme o decreto-lei nº 2.436 de 1940. (PIERANTI, 2009, p. 120)

Dentro do contexto do período do Estado Novo, após o golpe de 1937 que não só manteve Getúlio Vargas no poder, mas inaugurou um regime de exceção, o rádio desempenhou um papel decisivo. Segundo Prado (2012), criado em 1935, o programa “A Hora do Brasil” inicialmente objetivava ser um noticiário para todo o país. No entanto, a partir de 1938, passa a atuar com o objetivo de divulgar os atos de governo e servir para a propaganda oficial do estado ditatorial. Além disso, a transmissão do programa em cadeia nacional por todas as emissoras de rádio do país passa a ser obrigatória.

No mesmo ano da implantação da Rádio MEC, surge em Minas Gerais a Rádio Inconfidência de Minas Gerais. Ligada ao governo estadual, a emissora, no início, também se inspirou na então Rádio Sociedade para direcionar a sua programação, com um caráter diversificado, porém, seguindo a linha programática da Rádio MEC. “Na fase inicial da radiofonia brasileira, a Inconfidência, a exemplo das outras estações nacionais, inspirava sua programação na pioneira Sociedade de Roquete-Pinto, que manteve sua linha programática ao transformar na Rádio do Ministério da Educação” (ZUCULOTO, 2010, p. 95)

Mostrando o surgimento da radiodifusão pública, Zuculoto (2010) destaca que em 1936 surge a rádio Cultura AM, em São Paulo. Essa emissora, que nasceu comercial, passou a integrar o quadro de rádios sob administração do governo do estado de São Paulo nos anos 60, quando foi transferida para a Fundação Padre Anchieta. A Fundação dispõe de dotação financeira do Estado de São Paulo, mas por não ter vinculação direta, não se apresenta como estatal.

Entre os anos 30 e 40, Zuculoto (2010) caracteriza como a segunda fase da história do rádio, a partir de uma ênfase no ensino pelas ondas radiofônicas. A característica primordial é a diferença da finalidade entre as duas rádios administradas pelo governo federal: Rádio MEC e Rádio Nacional. Enquanto a primeira dispunha de um conteúdo formativo e educativo, com conteúdo musical e cultural mais erudito, a segunda manteve, mesmo após sua estatização, música popular, muito espetáculo e programação que chamasse a atenção do povo. A emissora continuava com características de rádio comercial, inclusive com a permanência da propaganda, figurando um misto de estatal/privado. A emissora era usada como parte do projeto de Getúlio Vargas de nacionalismo,

integração nacional e com o objetivo expansionista do Estado Novo.

Para consolidar tal projeto, a Nacional precisou mesmo se afastar de qualquer semelhança de programação, por exemplo, com a outra emissora estatizada naquele mesmo ano da sua fundação, a Rádio MEC do Rio de Janeiro. Nada ou bem pouco de conferências, aulas, programas de ensino formal, música clássica, mas, sim, muito espetáculo, com melodias internacionais ao gosto do povo e música popular brasileira, seus grandes ídolos, suas rainhas do rádio e suas grandes orquestras, programas de auditório, humorísticos, radioteatro, radionovela. (ZUCULOTO, 2010, p. 117)

Pimentel (2004) cita algumas experiências particulares de radiodifusão educativa à época em que o sistema oficial consistia na Rádio MEC. Uma delas, criada no ano de 1941, era o programa Universidade do Ar, transmitido pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro. A produção era voltada para professores secundaristas de todo o país, com o intuito de oferecer novas metodologias para se trabalhar disciplinas e avaliações nas escolas e também sugerindo bibliografia. No primeiro ano, o programa contou com quase 5 mil matrículas. Os cursos, que eram gratuitos, também ofereciam material didático para os professores de todo o país. No entanto, nos anos subsequentes, a procura passou a reduzir, em virtude da dificuldade de adaptação dos professores com a didática das aulas radiofônicas.

Outra experiência de educação, segundo o autor, foi a Universidade do Ar de São Paulo, também objetivava levar cursos por meio do rádio, mas dessa vez, com uma recepção organizada em núcleos. O projeto foi criado em setembro de 1947, e foi uma iniciativa conjunta do SESC e do SENAC de São Paulo com o objetivo de transmitir cursos para comerciários de cidades do interior paulista. Enquanto professores emitiam os programas, que eram transmitidos em cadeia, os alunos se reuniam em núcleos de recepção, onde ouviam os programas e estudavam os temas apresentados, contando com um professor-assistente para prestar auxílio.

Na experiência paulista do Universidade do Ar, o material didático era enviado por Correios e as avaliações ocorriam nos núcleos de recepção. Os estudantes que faziam curso no programa dispunham de bons desempenhos, no entanto, a possibilidade de recepção livre, ou seja, que os alunos ouvissem o programa em casa ao invés de nos núcleos de recepção, levou a um aproveitamento substancialmente inferior aos conseguidos pelos resultados dos núcleos. (PIMENTEL, 2004).

Com o passar do tempo, os Decretos 20.047 e 21.111 continuaram como sendo os únicos marcos regulatórios da radiodifusão no Brasil. Permanecendo obsoletos, eram constantemente alterados, muitas vezes com políticas conflitantes entre si. Tal situação, juntamente ao desenvolvimento tecnológico e expansão do meio, levou à criação de uma legislação conhecida como Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído em 1963.

O início da consolidação, que culminaria na promulgação de um código, teve início em 1953, com a apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1953. O projeto tramitou por quatro anos no Senado, até ser enviado à Câmara dos Deputados. Aqui, a proposição foi renumerada como PL 3.549/1957. Mais cinco anos de discussões foram necessários para que finalmente fosse aprovado o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117, de 1963), que tratava dos meios de comunicação eletrônica, da telefonia e de outras tecnologias de transmissão de dados (LOPES, 2011, p.4)

Pieranti (2009) revela que o contexto que levou ao surgimento do Código Brasileiro de Telecomunicações foram os problemas que a então legislação levou ao setor de radiocomunicações, já que até aquele momento, o serviço de telefonia não se diferenciava do serviço de radiodifusão. Houve um crescimento na oferta de serviços de telefonia móvel, o que levou a problemas em virtude de, por conta de interesses eleitoreiros, haver um baixo valor, e levando a uma sobrecarga de procura. Dessa forma, era preferível, para fins oficiais, o uso de telegrama.

No governo de Jânio Quadros houve uma ação governamental maior no que se refere à regulação das comunicações. O decreto 50.666, de 1961, cria o Conselho Nacional de Telecomunicações (CNT). Dentre suas atribuições, está assessorar diretamente a Presidência da República sobre políticas e propor uma legislação para as telecomunicações, e outra para a radiodifusão. Os integrantes deste conselho eram designados diretamente pelo presidente. O último decreto deste conselho, o de n.º 50.840 de 1961, determinou que a CTR seria subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Depois de uma breve passagem de Jânio Quadros pela Presidência da República, após sua renúncia e conseqüente posse de João Goulart, os então componentes do CNT pediram demissão coletiva, e não houve indicação de novos conselheiros. Pieranti (2009) reflete que as mudanças propostas por Jânio Quadros se aproximariam de uma estrutura regulatória semelhante apenas ao que havia sido visto no Estado Novo, com uma maior centralização de poder na mão da Presidência da República.

Mudanças, por decreto, na estrutura regulatória e nas garantias relativas às outorgas implicavam em centralização das decisões e no aumento da possibilidade de pressão por parte do Poder Executivo. Essas medidas assustaram o empresariado. Não bastasse a imposição de novas regras, essa se dava por decreto, quando bem aprovesse ao Presidente da República, e teria vigência até que novo decreto trouxesse novas normas. Por sua vez, os militares, tradicionalmente responsáveis pela regulação da radiodifusão, não eram presença certa no CNT criado por Quadros e havia uma clara possibilidade de sua substituição por técnicos civis. (PIERANTI, 2009, p. 129)

A falta de uma regulação mais clara, e as atuações “autoritárias” de Jânio Quadros para este setor fez com que se desse conta das faltas de regras para a legislação neste setor. Faltavam, inclusive, definições específicas sobre que situações para outorgar ou cassar uma concessão de serviço de comunicação. Até aquele momento, tanto a União, como estados e até municípios concediam-se esse direito. Esta situação emergiu a necessidade para a discussão de um Código Brasileiro de Telecomunicações. (DANTAS, 2013)

O desenvolvimento de estudos sobre telecomunicações se aprofundou mais a partir das Forças Armadas, em virtude da característica de interesse nacional deste setor, enquanto, para os representantes das instâncias políticas, este não era um segmento que merecia prioridade, apesar de, em fins da década de 60, haver uma interiorização do rádio e a consolidação da televisão, portanto, um estabelecimento mais concreto da radiodifusão no país.

Segundo Pieranti (2009), em 1959, a lei de número 3.654 criou as Armas de Engenharia e Comunicações do Exército Brasileiro. No entanto, o exército já dispunha, mesmo anos antes, de uma Comissão Permanente de Comunicações, ligada ao Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). Esta comissão, além de ser composta por militares, também dispunha de civis na sua composição.

O autor explica que no âmbito da política, em 1961, quando Jânio impõe restrições à comunicação de massa e recepção, aproveitando o ensejo de militares e do Departamento de Correios e Telégrafos para apresentar uma solução aos problemas de telefonia na época no país.

No Senado, após as mudanças na comissão, o Código Brasileiro de Telecomunicações foi aprovado e submetido à sanção do presidente João Goulart. Em agosto de 1962, o presidente sanciona a lei nº 4.417 com 52 vetos, o que modificaria por completo o código aprovado no Congresso Nacional. Todos os vetos de Goulart foram derrubados pelo Congresso Nacional, sendo aprovado o CBT exatamente como fora concluído após as discussões anteriormente na casa. Mesmo aliados do então presidente se posicionaram pela derrubada dos vetos. (PIERANTI, 2009)

Em síntese, o Código atribuiu exclusivamente à União a competência para legislar, regulamentar, fiscalizar e operar as comunicações no país, seja diretamente ou mediante outorga. Foi criado o Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel), que mais tarde seria substituído pelo Ministério das Comunicações, e quer seria o responsável por conduzir as políticas de comunicação no Brasil. Além disso, foram estabelecidas as regras de concessão de serviços e regras principalmente sobre a radiodifusão, mas também definiu a criação de uma empresa para construir e operar uma infraestrutura de telecomunicações. (DANTAS, 2013)

A lei aprovada naquele momento dividia as telecomunicações em: serviço público (o que o público em geral faria uso, de telefonia), o serviço público restrito (como modalidades de telefonia própria, como em casos de fazendas), serviço limitado (grupos fechados, como segurança

institucional), serviço de radiodifusão, serviço de rádio-amador e serviço especial (como boletins de meteorologia, etc.)

No entanto, a aprovação da legislação era secundária diante do clima político na época. A polarização brasileira e as movimentações militares levaram ao golpe que depôs o então presidente João Goulart e levou os militares ao poder. Apenas durante o governo dos militares houve uma efetivação de fato do código aprovado. Só em 1965 um dos itens do Código seria devidamente regulamentado, que é o surgimento da Embratel, para administrar a estrutura de telecomunicações no Brasil. Mais tarde, também durante o governo militar, seria criada a Telebrás.

Em 1967, o decreto-lei nº 236 modifica consideravelmente o CBT. Há uma revisão sobre as sanções aplicadas às empresas pelo Estado no que se refere às críticas e conceitos desfavoráveis transmitidos pelos meios, e também uma proibição (art. 2º) que incluíam a “incitação à violência, o ultraje à honra nacional, a divulgação de segredos de Estado, a propaganda de guerra, ofensas à moral e aos bons costumes, a veiculação de notícias falsas, a calúnia, a injúria e a difamação dos Três Poderes e de seus membros” (PIERANTI, 2009, p. 141)

Zuculoto (2012) considera os anos 70 e 80 a “época de ouro do rádio educativo”. A ditadura militar impulsiona serviços de educação formal e não formal na programação de emissoras de rádio e de televisão. O regime também vê nessa ferramenta uma possibilidade de propagar uma opinião pública que coadune com as suas ideias. Dentro dos programas educacionais dos governos militares, estão o Projeto Minerva e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que tinham várias formas de atuação, sendo o rádio apenas umas delas. Além desses, havia a continuidade de projetos educacionais da Fundação Educacional Padre Landell de Moura.

Pieranti (2018), citando Jambeiro (2002), aponta que os investimentos em educação por meio do rádio e da televisão durante o regime militar pode ser entendido também como uma resposta a organismos internacionais, dentre os quais a Unesco, que objetivavam uma capacitação em massa de mão-de-obra, dentro do contexto de exponencial industrialização brasileira à época.

Conforme Zuculoto (2012), em 1967 a TV Cultura passa a incrementar o sistema estatal/público de radiodifusão, com a incorporação à Fundação Padre Anchieta, do governo do Estado de São Paulo. A FPA, criada em 1967, tem como objetivo promover programação educativa e cultural tanto pelo rádio como pela televisão. Pouco tempo depois da televisão, a Rádio Cultura passa a fazer parte da Fundação. No começo dos anos 70, a emissora já dispunha de programação regular com conteúdo musical, cultural e educativo, com ênfase ao instrucional.

A autora também cita a experiência de rádio do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), que contava com a Educadora FM, e era ligado ao governo da Bahia. A emissora nasce em 1978 com a premissa educativa e cultural, como as demais emissoras. A autora cita que, embora que esta época seja considerado o “ápice da instrução pelo rádio nas emissoras educativas”,

o desempenho foi aquém do que o esperado. “Os resultados de boa parte dos projetos de ensino em que se envolveram regional ou nacionalmente, como o Minerva, logo após aquelas experiências já eram avaliados com diversos questionamentos negativos” (ZUCULOTO, 2012, p. 136)

A demonstração de falta de interesse pelo conteúdo educativo e o “desmonte ideológico” da ditadura, de acordo com Zuculoto (2012), atingiu bastante a emissora que até aquela época era o principal expoente da radiodifusão educativa: a Rádio MEC. A programação diversa de conteúdo educativo-cultural produzido à época pela rádio foi fortemente comprometida, sendo priorizado o conteúdo instrucional de programas como o Minerva, e reduzindo outros de caráter mais artístico e cultural, produzidos até aquele momento na emissora.

	Legislação	Presidente	Ano	O que previa
1	Decreto nº 20.047	Getúlio Vargas	1931	Determinava exclusivamente como competência do Governo Federal a regulamentação de atividades de radiodifusão
2	Decreto nº 21.111	Getúlio Vargas	1932	Define procedimentos de outorga de rádio
3	Constituição de 1934	Getúlio Vargas	1934	Define como competência da União dar concessão aos serviços de radiodifusão
4	Decreto nº 50.666	Jânio Quadros	1961	Criação do Conselho Nacional de Telecomunicações (CNT)
5	Lei nº 4.417	João Goulart	1962	Código Brasileiro de Telecomunicações
6	Decreto-lei nº 236	Castello Branco	1967	Modificações no Código Brasileiro de Telecomunicações

Tabela 2: principais alterações de legislação de radiodifusão no país entre 1931 e 1967

2.2 – Radiobras e SINRED – as rádios públicas e o sistema de radiodifusão pública

Embora a noção de sistema de radiodifusão pública surja no Brasil somente com a Constituição de 1988, já nos primeiros decretos de regulamentação de radiodifusão, Getúlio Vargas sugere um “embrião” do que seria uma sistematização unificada. No decreto 20.047 de 1931, o governo Getúlio Vargas, ao regular o serviço de radiodifusão,

estabeleceu que a radiodifusão era serviço de interesse nacional – termo a ser

debatido adiante – com finalidades educativas (art. 12). Para atendê-la, a União se encarregaria de promover a unificação dos serviços de radiodifusão, constituindo uma rede nacional (art. 12, §1º) na qual poderiam operar, além da União, sociedades civis e empresas brasileiras que obedecessem às exigências educacionais e técnicas estabelecidas pelo governo federal (art. 12, §2º). (PIERANTI, 2009, p. 121)

Dessa forma, já no início de sua regulamentação, existe uma compreensão da constituição de uma “rede nacional” de radiodifusão. Gradativamente vão surgindo as rádios educativas no Brasil, e como citou-se anteriormente, o Decreto-Lei 236 de 1967 facilita tal movimento ao permitir que os entes da federação, e autarquias como universidades e fundações possam solicitar as outorgas sem necessidade de processo seletivo. Nos anos 70, já havia dezenas e emissoras com finalidade educativa no país.

Em 1975, a lei n.º 6.301 de 1975 cria a Empresa Brasileira de Radiodifusão, a Radiobrás. Com o objetivo de sistematizar, organizar e potencializar as emissoras de rádio e televisão vinculadas à União, a estatal é vinculada ao Ministério das Comunicações. Como frisa Pieranti (2018), a “expectativa, contudo, durou pouco, submergindo com o fracasso das políticas de ‘teleducação’ e da própria economia brasileira, que dava seus primeiros passos para ingressar na era da hiperinflação” (p. 129)

No entanto, a despeito da Radiobrás, houve uma expansão da radiodifusão educativa por caminhos distintos. As universidades públicas que conseguiram suas outorgas, mas sem subordinar-se à Radiobrás, “reiniciando o ciclo de pulverização que a criação dessa empresa tentou interromper” (PIERANTI, 2018, p. 131); os estados e alguns municípios que também tiveram outorgas; e as fundações de direito privado ligadas a instituições de ensino, no entanto, apesar da outorga de radiodifusão educativa, nem sempre atendiam tal prerrogativa. “Como essas outorgas eram expedidas de forma discricionária pelo governo federal, tornaram-se instrumentos para prestação de favores e para a solução de problemas políticas. Várias operavam como se fossem emissoras privadas, ainda que nem sempre veiculando publicidade comercial.” (p. 131)

Nesse mesmo período, expande-se o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED). Originado como um acordo informal por emissoras educativas, em 1982, o SINRED surge em um contexto de expansão do rádio FM, a partir dos anos 80, com a autorização de outorgas de caráter educativo. Zuculoto (2012) avalia que a dificuldade de financiamento e a necessidade de cumprimento de sua missão pública, levou essas emissoras a buscarem uma sistematização em rede:

Após o fim do Minerva, cresce o número de emissoras educativas, principalmente em Frequência Modulada. E mesmo que sempre atreladas aos projetos governamentais de educação, em especial pela necessidade de financiamento, observa-se este sutil movimento das educativas em busca de autonomia, para

cumprimento da missão pública e perfil mais claro neste sentido, com descentralização da produção dentro dos grandes projetos e parcerias de rede. (ZUCULOTO, 2012, p. 142)

Com o SINRED, as emissoras definem produções conjuntas a serem transmitidas em cadeia. Dentre os programas de caráter educativo, cultural e musical, a pesquisadora cita as duas séries que inauguraram o sistema: ‘Coisas de Província’ e ‘Meu Brasil Brasileiro’. Dezenas de emissoras participaram da produção destes produtos. As emissoras que mais se dedicaram aos projetos, conforme Blois, em entrevista a Zuculoto (2012), foram as Rádios MEC, Cultura e o IRDEB.

Além do intercâmbio de produções artísticas e culturais, o SINRED possibilitou a troca de conteúdo jornalístico, contribuindo também com o aspecto informativo que estas rádios educativas começariam a desempenhar. Além do papel educativo destas emissoras, agora vinculadas em rede, estava a realização de “transmissão de programas de diversas localidades, ao contrário de outros projetos de educação pelo rádio, que só transmitiam produções dos grandes centros do país.” (PIMENTEL, 1999)

O SINRED foi fundado oficialmente em 9 de agosto de 1983, pela portaria n.º 344 do MEC. Pimentel (1999) considera que o projeto teve uma primeira fase que encerrou em 1988 e que, em 1944 com 46ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), realizada em Vitória, Espírito Santo, reiniciou em uma segunda fase. De acordo com o autor, cerca de 20 emissoras se organizaram em rede para fazer a cobertura do evento. Várias rádios universitárias participam dessa cobertura, encabeçada pela Rádio Universitária do Espírito Santo e pela Rádio MEC do Rio de Janeiro.

Já Zuculoto (2012) diverge de Pimentel, e menciona que a cobertura da 46ª Reunião da SBPC foi um ato em que as rádios universitárias se organizaram autonomamente na denominada Rede Universitária de Rádios, e não necessariamente vinculado ao projeto SINRED. A Rede Universitária de Rádios fez a cobertura das Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) até o ano de 2002.

Independentemente da transmissão estar vinculada ou não ao SINRED, o fato é que esta se constituiu a primeira organização das rádios universitárias que existiam até aquele momento. O SINRED foi, de fato, um primeiro sistema em que essas rádios universitárias se organizaram junto a outras educativas, dentro do contexto de rádios públicas. De acordo com levantamento de Pimentel (1999), em 1997, as seguintes rádios universitárias seriam vinculadas a este projeto:

EMISSORA	ESTADO
Rádio Universitária UFC	Ceará
Rádio Universitária FM	Espírito Santo
Rádio Universitária UFG	Goiás
Rádio Universitária UFMA	Maranhão
Rádio Universitária da Paraíba FM	Paraíba
Rádio da Universidade de Alfenas	Minas Gerais
Rádio Universitária de Uberlândia	
Rádio Universitária de Lavras	
Rádio Universitária de Uberaba	
Rádio Universitária da Escola Federal de Engenharia de Itajubá	
Rádio Universitária de Londrina	Paraná
Rádio Universitária de Recife	Pernambuco
Rádio da Universidade Católica de Petrópolis	Rio de Janeiro
Rádio da Universidade Católica de Pelotas	Rio Grande do Sul
Rádio da Universidade Federal de Santa Maria	

Tabela 3: Emissoras universitárias ligadas ao SINRED em 1999 (PIMENTEL, 1999)

Para Zuculoto, com o fim do SINRED em 1988, a “era de ouro” das rádios públicas havia acabado, portanto, era um momento de questionamento sobre a função, o papel e a razão de existência. “O SINRED não mais existia, embora boa parte das emissoras, no rastro do sistema, continuasse retransmitindo especialmente a programação da Rádio MEC-Rio, que era a cabeça-de-rede, e também produções da outra estação referencial do grupo, a Cultura paulista”. (ZUCULOTO, 2012, p. 167)

Em março de 1994, a Rádio MEC do Rio de Janeiro promoveu o I Encontro Nacional de Rádios Educativas e Universitárias. A ideia naquele momento era a organização de uma nova rede, com configuração semelhante ao SINRED, mas com uma tentativa de maior horizontalidade. A ideia original de ter as Rádios MEC e Cultura como cabeça-de-rede não caiu bem. As emissoras queriam uma participação maior na produção e transmissão de conteúdo. Em entrevista a Zuculoto, a coordenadora de Jornalismo da Rádio MEC Liara Avelar citou que, naquele momento, o interesse maior era na articulação de coberturas especiais.

Pensamos que devíamos iniciar nossos esforços em coberturas especiais conjuntas e não em uma programação de cima para baixo, que era uma grande crítica que se fazia ao SINRED. Se uma emissora ‘pública’, devido às suas limitações, não consegue cobrir bem um grande evento, porque não juntar esforços e cobrir conjuntamente (AVELAR, 2009, *apud*, ZUCULOTO, 2012, p. 168)

Ao final do encontro, foi aprovada a constituição de uma Rede Nacional de Emissoras de Rádio Educativas e Universitárias. O objetivo dessa rede era uma produção descentralizada, onde os demais integrantes também produziriam conteúdo. Com essa compreensão, o Centro Roquette-Pinto de Rádio, da Rádio MEC, seria o responsável pela distribuição via satélite. As emissoras teriam liberdade de escolher a forma para a divulgação de conteúdo de acordo com o que julgasse adequado à realidade aonde estava inserida.

No entanto, não vingou a Rede Nacional de Emissoras de Rádio Educativas e Universitárias. Em maio do mesmo ano, em 1994, na UFSC, foi realizado o II Fórum Nacional de Rádio, TVs e Produtoras Universitárias. Desta ocasião, saiu a Rede Universitária de Rádio, que inicialmente objetivou cobrir a Reunião Anual da SBPC. Dentre os debates no evento, Zuculoto frisa que as emissoras tinham uma preocupação com a efetivação das propostas do que de fato seriam suas missões enquanto rádios públicas.

As estações, em uma conceituação bem ampla e geral, permaneciam invocando, como seu papel, produzir e transmitir programação voltada para o interesse público, prestando um serviço social (...) Mas pelos debates, o que se observava (...) é que a maioria das próprias emissoras entendia que tal missão, especialmente na tradução das suas grades, “tem ficado no nível apenas da proposta” (ZUCULOTO, 2012, p. 170)

Com a fundação da Rede Universitária de Rádios, que contou com pouco mais de uma dezena de emissoras e produtoras educativas, universitárias, estatais e culturais, a cobertura da reunião da reunião da SBPC de 1994 ficaria marcada nas memórias de quem participou. “O resultado foi uma cobertura histórica da SBPC até hoje citada pelas rádios que participaram e /ou transmitiram onde veiculamos cerca de 72 boletins, 12 por dia, para cerca de 15 emissoras em rede” (AVELAR, 2009 *apud*, ZUCULOTO, 2012)

Entre 1994 e 1999, período em que a Rede cobriu anualmente os eventos da SBPC (houve uma interrupção entre 2000 e 2001, com retomada em 2002), a transmissão em rede dos eventos apresentaria oscilações. Em 1994, por exemplo, nem todas as emissoras que estiveram na cobertura do evento do ano anterior, em Vitória, participaram. O evento, que naquele ano ocorreria em São Luís, contou como estação geradora a Universitária FM, da Universidade Federal do Maranhão.

A Rede Universitária de Rádio chegou a contar, em 1996, com mais de 40 emissoras participantes, e obtendo inclusive financiamento de poios culturais, o que contribuiu para a cobertura do 48º SBPC, em São Paulo. A rede ainda fazia a cobertura dos eventos de 1997 em Belo Horizonte, de 1998 em Natal, e de 1999, em Porto Alegre. No entanto, nos anos de 2000 e 2001 a rede não se formou. Como explica Zuculoto (2012), uma das razões foi a saída do professor Carlos Eduardo Esch, da UnB, da coordenação da rede. No entanto, em 2002, novamente em Porto Alegre,

com a iniciativa da FM Cultura de Porto Alegre e da Rádio da UFG, a rede seria novamente retomada, para uma cobertura que foi acompanhada por quase 200 emissoras, inclusive comerciais.

A Rede Universitária de Rádio havia definido diretrizes como concepções, modelos, pautas, formatos e linguagens a serem adotados na programação veiculada. Manuais de Produção e Redação também estavam delineados com o objetivo das emissoras na cobertura não só do evento científico, mas como parâmetro para o desenvolvimento de programação radiojornalística e de outros gêneros.

Zuculoto (2012) entende que as experiências, dentre as quais a da Rede Universitária de Rádios serviu para fazerem muitas dessas emissoras do “campo público” se identificarem como rádios públicas. Dentro da conjuntura da definição na Constituição de 1988, a partir da identificação do que essas premissas significavam não só na forma como se organizavam e como seriam geridas, mas no conteúdo veiculado.

Elas querem ser públicas, se não na sua natureza jurídica, pelo menos na forma de gestão e, principalmente, na programação. Por isso, é quando a maioria passa a se autoproclamar rádio pública, mesmo as que não se enquadram nesta natureza de acordo com a Constituição Federal (Brasil, 1988). São estas, justas e principalmente, as estatais e as culturais, educativas e universitárias que estão vinculadas a governos ou a instituições do Estado. E por essa condição, num alinhamento rigoroso, deveriam se apresentar como pertencentes ao sistema estatal (ZUCULOTO, 2012, p. 177)

Com a sistematização dessas redes, como reflete a autora, começa a emergir uma noção de radiodifusão pública nessas emissoras que, até aquele momento, se identificavam como educativas. Desta forma, também é inserido no meio das emissoras universitárias, para além do aspecto educacional formal, premissas que, naquele momento, se discutiam e reiteravam sobre os objetivos que as rádios públicas – neste caso, também as universitárias – deveriam atender.

2.3 – As rádios universitárias como emissoras públicas

A primeira emissora universitária que surge no Brasil é a rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Inaugurada oficialmente em 1957, a estação funcionava como emissora radioamadora desde 1950. Só depois a universidade recebeu autorização de operar sinal radiotelefônica para “ensinamentos”. Desde o seu surgimento, tem como objetivo principal de sua programação o ensino e temas específicos de educação, em especial, os relacionas à universidade. (ZUCULOTO, 2010)

Por se tratar de uma experiência inaugural, Deus (2003) ressalta que a emissora “significava o desconhecido”, ao trazer prioritariamente conteúdo educativo, cultural e sem fins lucrativos. As

dificuldades e mudanças marcaram os primeiros anos de funcionamento daquela emissora.

a Rádio da UFRGS passou por dificuldades, alterações de programação e profundas mudanças técnicas. Novos transmissores com potência de 10kw foram adquiridos e, com o aumento da potência, a emissora passou a ser ouvida em um raio de 250 km. Na década de 90 foram adquiridos novos equipamentos, incluindo um transmissor AM-Stereo Digital e um transmissor de reserva, além de outros aparelhos que permitiram a informatização de todos os setores da Rádio. Desde novembro de 1995, através de um sistema de automação, a rádio transmite 24 horas por dia e pode ser ouvida, também, através da sua página na Internet (DEUS, 2003, p. 315)

A segunda emissora universitária no país surge dez anos depois, em 1961, em Minas Gerais. Se trata da Rádio Universitária ligada à Universidade Federal de Itajubá (Unifei). As atividades da emissora se iniciaram em 23 de novembro daquele ano, em instalação do Instituto Eletrotécnico de Itajubá. A estação foi criada com o objetivo de estudos sobre a propagação das ondas hertzianas. Iniciou suas transmissões com um funcionamento de duas horas diárias, expandindo, em seguida, a sua potência de transmissão e a programação por todo o dia. A emissora ainda está em funcionamento na cidade mineira de Itajubá.

A terceira rádio universitária que surge é a emissora da Universidade Federal de Pernambuco. A primeira emissora do Nordeste surgiu em 1963, em seguida, com o surgimento da TV Universitária em 1968 e, com a expansão da FM, o surgimento da rádio universitária neste formato em 1973, compõe o Núcleo de TV e Rádios Universitárias (NTVRU) da UFPE.

Em seguida à emissora pernambucana, a Rádio Universitária da Universidade Federal de Goiás (UFG). A primeira emissora da região Centro-Oeste - e quarta do país - entra em funcionamento no ano de 1965. Criada administrativamente pela reitoria em 1962, a emissora afirma ser a primeira no país a receber concessão de radiodifusão educativa.

3 RÁDIOS UNIVERSITÁRIAS

Múltiplas experiências e definições podem marcar o conceito do que seriam “rádios universitárias”. Em um primeiro momento, pode-se resumir basicamente à definição de emissoras de rádios ligadas a universidades, independente de que formato de rádio, seja com transmissão por ondas eletromagnéticas, seja por internet; ou das diferentes formas de administração de universidades, sejam públicas, privadas, filantrópicas, etc. De qualquer forma, para além desta primeira noção simplória, trabalhamos aqui com definições a partir dos objetivos e finalidades destas emissoras.

Para termos condições de definir indicadores e características destas rádios que pretendemos categorizar adiante, é preciso que se discuta teoricamente os conceitos que autores apresentam sobre o tema, bem como refazer de forma sucinta o percurso histórico das experiências de outros países do continente americano, onde este modelo de radiodifusão tem uma presença mais forte e expressiva.

3.1 Marcos conceituais das Rádios Universitárias

As primeiras emissoras com características que podemos definir como rádio universitária surgiram na Argentina. De acordo com Martín-Pena (2018), a Radio Universidad Nacional de La Plata, cuja atividade se iniciou em abril de 1924 é a primeira emissora com tal característica no contexto iberoamericano.

Mario Giorgi (2018) aponta que nesta emissora já havia uma preocupação com o que se considera o tripé ensino, pesquisa e extensão, característica hoje considerada pilar essencial das universidades públicas. O autor reflete o contexto daquela década, em que emergiam as experiências de emissoras de rádio, e, no contexto universitário daquele país, o da Reforma Universitária de Córdoba, em 1918, em que, dentre as reivindicações, estavam o da extensão universitária.

O conceito extensionista, uma das marcas indeléveis do espírito da Reforma Universitária de 1918, encontrou um canal nessas novas tecnologias que surgiram entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX e foi gerando, dando forma à rádio universitária, um pouco por causa da curiosidade do pesquisador, e também por causa da novidade da propagação da distância da mensagem universitária acadêmica e institucional multiplicada exponencialmente. (GIORGI, 2018, p. 131, tradução nossa)¹

¹ El concepto extensionista, una de las marcas indelebles del espíritu de la Reforma Universitaria de 1918, encontro un cauce en esas novedosas tecnologías surgidas entre finales del siglo XIX y las primeras décadas del siglo XX y fue generando, dando forma, a la radio universitaria, un poco por la curiosidad del investigador y otro tanto por la novedad

Após esta emissora pioneira na Argentina, outras experiências surgiram em países como Chile, Colômbia, México, dentre outros (falaremos mais das experiências de surgimento destas emissoras em outros países em subitem adiante, neste capítulo). No entanto, apesar de tais características, ainda existem lacunas no que se referem ao que seria uma padronização, ou característica central destas emissoras.

Mario Giorgi (2018) sugere como indícios da falta do que ele chama de “modelos paradigmáticos” o fato de as universidades terem autonomia, a forma como se dá o surgimento dessas emissoras dentro do contexto institucional, as questões administrativas, técnicas e acadêmicas, e também orçamentária. O autor ainda reflete que em muitos modelos de emissoras universitárias há uma espécie de mistura entre características que seriam referentes a emissoras públicas e emissoras comerciais. “Enquanto as emissoras entendem ou se preparam para a administração, existem modelos que se cruzam e às vezes coincidem com o público, outros com a versão de rádio comercial e a maioria se desenvolve em meio às incertezas resultantes das dúvidas citadas, que, em quase todos os casos, vêm da própria universidade-mãe” (GIORGI, 2018, p. 132, tradução nossa)²

No Brasil, quem primeiro traz reflexões relativas ao que seriam os objetivos e as características principais das rádios universitárias é Sandra de Deus. Em 2003, em artigo intitulado “Rádio Universitárias Públicas: compromisso com a sociedade e a informação”, a autora, que se detém a pensar sobre as emissoras vinculadas às universidades públicas federais, cita que as rádios devem se basear na “formação dos alunos, na divulgação do conhecimento, na democratização da comunicação e na extensão universitária pública” (DEUS, 2003, p. 309).

Para a autora, a compreensão das rádios universitárias deve se dar a partir de duas perspectivas: laboratorial e público, sendo que a compreensão de público abrange o que seria para “todos”. “Deste modo, uma das primeiras características das emissoras universitárias públicas é o reconhecimento da pluralidade cultural através de espaços destinados para diferentes públicos” (DEUS, 2003, p. 310)

A autora destaca, ainda, a falta de um parâmetro regulatório legal sobre os objetivos e finalidades das emissoras de rádios cujas concessões estejam sob tutela de universidades públicas.

O Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962 (BRASIL, 1995), que regulamenta o serviço e a exploração de radiodifusão no Brasil, não determina que papel deve cumprir uma emissora que, além de universitária, está vinculada a uma

de la propagación a distancia del mensaje académico e institucional universitario multiplicado em forma excepcional

² Mientras los radiodifusores, entienden o se preparan para la gestión, hay modelos que se cruzan y coinciden a veces con lo público, otras con la versión de radio comercial y la mayoría se desenvuelve em medio de incertidumbres producto de las dudas citadas, las que, em casi todos los casos, provienen de la propia universidad matriz.

universidade pública. Esta falta de amparo legal pode ser uma das causas que fazem estas rádios permanecerem isoladas, cada uma formatando uma programação que entende ser a melhor, mas sem uma definição conjunta nem mesmo dentro da própria universidade a que estão vinculadas. (DEUS, 2003, p. 309)

De acordo com Zuculoto (2012), que categoriza o “campo público da radiodifusão” reunindo as emissoras não comerciais estatais, educativas, culturais e universitárias, a partir dos anos 90, este grupo de emissoras de rádio passaram a buscar uma identificação como “rádios públicas”. Esse movimento coincide com o período pós-Constituição de 1988, que determina os sistemas de comunicação no Brasil como público, estatal e privado e, embora não tenha havido avanços concretos em uma verdadeira sistematização dessas emissoras, há uma soma de esforços para formação de redes e associações entre essas emissoras.

Distinguir a partir do que especifica a Constituição pode ser o mais adequado. Enquanto a radiodifusão estatal se dedica a abordar a comunicação institucional do governo, e a radiodifusão privada objetiva atingir uma maior audiência, e, por consequência, o lucro; a radiodifusão pública se dispõe a ser aquela que, embora sob responsabilidade de instituições públicas, dispõe de mecanismos de governança externos ao Estado, com financiamento além do orçamento público e, conta com uma programação direcionada ao interesse público, promoção da cidadania e do debate público. (PIERANTI, 2018)

No entanto são diversas as experiências no mundo do que se referem à radiodifusão pública. Nos próximos capítulos nos debruçaremos mais sobre as questões referentes a isso. Para agora, cabe ressaltar que esta é uma definição que abrange distintos modelos de organização. E pensar as rádios universitárias vinculadas às universidades federais está dentro de uma compreensão de sistema de radiodifusão pública.

O contexto da Constituição de 1988 levou as emissoras universitárias a tentarem uma articulação a partir desta nova compreensão. À época, havia um interesse por um perfil mais público destas rádios, mas naquele momento, a então empresa Radiobrás (responsável pelas emissoras de rádio e televisão da União) tinha uma característica mais governamental. Zuculoto (2012) aponta esta tentativa de aproximação por parte da Radiobrás. No entanto, Sandra de Deus (2003), à época, sugere um direcionamento mais autônomo destas emissoras, não necessariamente ligado à estatal da época. “as rádios das Universidades Federais no Brasil necessitam formular um conceito que as possibilite, juntas, buscar o fortalecimento de suas propostas educativas, sociais e culturais” (p.12)

Além do caráter público, o caráter laboratorial é definido por Sandra de Deus como um dos itens primordiais das rádios universitárias. Para ela, o ambiente da rádio universitária é fundamental para que os estudantes – ela cita em específico os alunos de Comunicação – possam compartilhar

sua atividade prática realizada com seus professores em sala de aula com a sociedade em geral.

É na atividade laboratorial desenvolvida na emissora de rádio da universidade que os estudantes ultrapassam os estreitos espaços da sala de aula e da avaliação do professor. Aprendem que no rádio não existem espaços em branco, frases recheadas de adjetivos e que a mensagem radiofônica é fruto de um excelente conhecimento da língua, da agilidade na interpretação do fato e no rigor da pesquisa jornalística. Acabam por dividir com a sociedade o seu fazer e a sua avaliação. (DEUS, 2003, p. 312)

Diego Ibarra (2018) também menciona a necessidade de haver uma aproximação entre o ensino universitário e a prática na rádio universitária, entendendo que esta união, tendo a universidade como um ambiente em comum. Para o autor, a emissora universitária deve buscar, além de veicular o conhecimento produzido por disciplinas ou por pesquisas da própria universidade, permitir que os estudantes possam ter o contato com os processos de produção no rádio. “As disciplinas em geral têm muito a contribuir para as rádios, tanto no conteúdo quanto na produção desses conteúdos das oficinas de comunicação de rádio em termos de linguagem e práticas.” (p. 50, tradução nossa)³

Dentro da perspectiva laboratorial, podemos sublinhar o aspecto da experimentação de formatos radiofônicos. Sandra de Deus reitera a experiência sobre a Rádio Universitária da UFRGS, citando que o “exercício laboratorial se caracteriza pela liberdade e pela experimentação como espaço único de reflexão acadêmica sobre a prática profissional” (p. 314). Dessa forma, o fato de não haver relações diretas com padrões mantidos pelo modelo comercial possibilitam experimentar novos conteúdos. “[...] liberdade de experimentar novos formatos, de inovar quanto ao conteúdo da programação, beneficia a formação de uma rádio diferente das comerciais e, ao mesmo tempo, desenvolve nos estudantes, conhecimento e criatividade para a realização da futura atividade profissional” (KEMPF, 2003 *apud* DEUS, 2003, p. 314)

A participação dos estudantes na emissora é considerada fundamental por, além de permitir que possam realizar uma experimentação profissional, possibilitar o exercício de imaginação e criatividade que os jovens estudantes podem propiciar no meio. O autor cita o radialista José Ignacio López Vigil, a quem entrevistou sobre a questão da participação dos estudantes e critica a realidade das emissoras universitárias no Equador.

³ Las cátedras en general tienen mucho para aportar a las radios, tanto en contenidos como en la producción de esos contenidos desde los talleres de comunicación radiofónica en cuanto al lenguaje y prácticas.

Deve ser um espaço de experimentação sonora, de imaginação e criatividade, e quem melhor que os estudantes para desenvolver isso. O que seria uma rádio universitária sem estudantes. Creio que atrás disto há um falso conceito do profissional. Os estudantes devem poder entrar e sair da rádio sem tanta burocracia, para que inventem e se equivoquem, o direito a equivocar-se é fundamental se quer ser um laboratório de experimentação. (VIGIL, José Ignacio López *apud* IBARRA, 2018, p. 51)⁴

Além de discentes da área de comunicação, estudantes de outras áreas do conhecimento podem, ao dispor da rádio universitária, experimentar e participar de diferentes maneiras. Existem experiências que mostram a participação de estudantes de áreas como música, engenharias, tecnologias da informação, direito, administração, dentre outros, tanto na produção de conteúdo dessas emissoras, como também na parte técnica, em organização de logística, organização, dentre outros.

Outra característica a se refletir sobre as rádios universitárias é no que se refere à forma como se organizam, de que forma são geridas e que tipo de vínculo possui com a universidade ao qual pertence ou está ligada. Como aponta Mustafá e Kischinhevsky (2018), após levantamento feito com a direção das emissoras, que aponta que a grande maioria das emissoras consultadas é subordinada diretamente às administrações das universidades ou a suas assessorias e a fundações mantenedoras. Apenas um número inferior é vinculado a núcleos ou centros próprios dentro da estrutura da universidade.

De acordo com o levantamento, existem emissoras vinculadas às unidades acadêmicas, sejam diretorias ou departamentos, sendo que, destes, a maior parte é de webrádios. Apenas duas que operam em FM estão nesta situação. O levantamento dos pesquisadores também apontou que, mesmo nos casos de emissoras vinculadas às administrações, a maior parte dispõe de um professor no cargo de supervisor/diretor da emissora. (MUSTAFÁ; KISCHINHEVSKY, 2018)

No que se refere à indicação dos gestores, o levantamento dos pesquisadores apontou que na maioria dos casos há indicação direta pelas Reitorias ou pelas unidades acadêmicas as quais são subordinadas. Em muitas, conforme os pesquisadores, os mandatos têm duração de três ou quatro ano em concomitância com os mandatos dos reitores, o que, para Mustafá e Kischinhevsky (2018) “explicita que o comando de rádios universitárias tem um caráter de cargo de estrita confiança” (p. 6).

Conforme já abordamos neste trabalho, a respeito da definição de radiodifusão pública, um item primordial para tal definição é a independência. Pieranti (2018) considera que esta premissa deve ser perseguida e sugere quatro itens principais que sustentariam esta independência: a forma

⁴ Debe ser un espacio de experimentación sonora, de imaginación y creatividad y quién mejor que el estudiantado para desarrollar eso. Qué sería una radio universitaria sin estudiantes. Creo que atrás de eso hay un falso concepto de lo profesional. Los estudiantes deben poder entrar y salir de la radio sin tanta burocracia para que inventen y se equivoquen, el derecho a equivocarse es fundamental si quiere ser un laboratorio de experimentación.

de indicação de dirigentes, fontes plurais de financiamento, estabilidade dos dirigentes e outros profissionais, e mecanismos de controle social. De certa forma, tal vinculação institucional com o gestor da universidade distancia dessa premissa da independência.

No que se refere a existência de algum conselho deliberativo ou consultivo, poucas dispõem deste mecanismo, como apontam os pesquisadores. Dentre os itens apontados pelo pesquisador Sivaldo Pereira da Silva (2013), a participação (representada pela existência de instâncias nas tomadas de decisões diferente de uma centralização na mão de um diretor ou presidente) é um dos “indicadores-chaves” para analisar a qualidade da “mídia pública”. Além da participação, a transparência, a autonomia administrativa e a independência financeira completam esses eixos considerados fundamentais, e que, de certa forma, coadunam com o que Pieranti vem a sugerir.

Como aponta o levantamento de Mustafá e Kischinhevsky (2018), são diversas as experiências no que se refere à participação na gestão dessas emissoras. Algumas dispõem de conselhos curadores, outras apenas de conselhos editoriais de programação, outras de mais de um conselho, havendo algum deliberativo e outro fiscal (semelhante à estrutura pensada para a EBC quando foi fundada); sendo que alguns, com reuniões periódicas, outros não. A maioria dos conselhos são formados pela maior parte por professores e membros da administração da universidade, sendo que, em alguns casos, há a participação de estudantes e, em número ainda inferior, de representantes de outros entes representativos da sociedade civil.

Nos Estados Unidos, se trabalha com uma definição de “College Radio”, que abrange os diferentes tipos de emissoras ligadas às universidades. De acordo com os pesquisadores Jennifer Waits, Mateo Lasar e Paul Riisman, que criaram o portal Radio Survivor⁵, para discutir temas relacionadas a esta modalidade de radiodifusão, a definição “College Radio” abrange às seguintes modalidades de estações:

- Emissora de rádio com licença AM, FM (comercial e não-comercial) e LPFM (baixa potência);
- Estações terrestres sem licença que operam no campus com muito baixa potência;
- Estações nos campus de circuito fechado;
- Estações que usam redes de cabo do próprio campus;
- Estações somente na internet;
- Estações de rádio somente HD (transmissões por televisões em canais HD-2 ou HD-3).

Martín-Pena, Parejo Cuéllar e Vivas Moreno (2016) frisam, na experiência do país norte-americano, que os próprios estudantes consideram que a prática feita nas “College Radio” são importantes para a comunidade ao qual estão inseridos, bem como para o seu futuro profissional.

⁵ Disponível em: <http://www.radiosurvivor.com>

Dentre as características principais destas emissoras no contexto estadunidense, está a propagação de conteúdo artístico e cultural fora do “homogêneo”, que é propagado a partir dos interesses comerciais, dando visibilidade a artistas com “música criativa” e “independente”, que não têm espaço em emissoras eminentemente comerciais ou mesmo nas emissoras públicas vinculadas à NPR. “Estas emissoras fazem chegar ao seu público bandas e artistas novos, dando oportunidades que lhes são negadas nas outras emissoras” (tradução nossa) (MARTÍN-PENA, PAREJO CUÉLLAR, VIVAS MORENO; 2016; l. 632) Os autores também recorrem a Vázquez (2012) para citar formas de rádio a partir de instituições educativas nos Estados Unidos.

- Rádios públicas que pertencem a universidades, e que posteriormente se integraram ao sistema público de radiodifusão, National Public Radio (NPR).
- “College Radio” com importante, e imprescindível, participação do alunado universitário em todas as fases do projeto.
- High School Radio, marcada por transmissões irregulares, feitas para a prática de alunos de educação secundária, com potência baixa ou circuito fechado (MARTÍN-PENA, PAREJO CUÉLLAR, VIVAS MORENO; 2016; l. 637-642, tradução nossa)⁶⁷

Quanto ao modelo organizacional, a principal distinção está entre: aquelas em que a programação é feita pelos próprios alunos e funcional apenas dentro do próprio campus, e que se caracteriza principalmente pelo fato de dar maior visibilidade a um conteúdo alternativo ao de emissoras comerciais; e as que são “puramente educativas e públicas”, onde os estudantes fazem suas práticas nas emissoras coordenadas por funcionários. O conteúdo destas emissoras é mais direcionado às questões educativas ou envolvendo a própria instituição, como notícias sobre a universidade ou sobre esporte universitário, espaços educativos, cursos de aprendizado a distância e música. Para estas emissoras, a característica principal é servir de laboratório para estes estudantes. “Quanto à filosofia das emissoras universitárias americanas, não é outra senão servir como preparação aos estudantes para direcionar ao mercado de trabalho nos meios de comunicação, podendo chegar a participar entre 50 e 150 alunos e voluntários colaboradores” (MARTÍN-PENA, PAREJO CUÉLLAR, VIVAS MORENO; 2016; l. 659-663, tradução nossa)⁸

No Canadá, se percebe, a partir da própria legislação e sistematização das emissoras universitárias, uma proximidade entre a compreensão do que, para o contexto brasileiro, são as

⁶ Radios públicas que pertenecen a universidades, y que posteriormente se integrarán en el sistema público de radiodifusión, National Public Radio (NPR).

‘College Radio’ con importante, e imprescindible, participación del alumnado universitário en todas las fases del proyecto.

High School Radio, marcada por las transmisiones irregulares, hechas para la práctica de alumnos de educación secundaria, con potencia baja o circuito cerrado.

⁷ No caso de ebook do Kindle, não há distinção por páginas, mas uma localização. O que se recomenda para trabalhos científicos é a indicação da letra ‘l’, que indica a localização.

⁸ En cuanto a la filosofía de las emisoras universitarias americanas no es otra que servir como preparación a los estudiantes para su salto al mercado laboral en los medios de comunicación, pudiendo llegar a participar entre 50 y 150 alumnos y voluntarios-colaboradores.

distintas rádios universitárias e rádios comunitárias. No país, a Canadian Radio-television and Telecommunications Commission (CRTC), caracteriza as emissoras universitárias como emissoras administradas por uma organização sem fins lucrativos associada a uma instituição de ensino. São organizações de pleno direito no espectro da radiodifusão, o que as levam, portanto, à obrigação de não disputar audiência com as rádios comerciais.

No Canadá, a CRTC distingue as emissoras vinculadas a instituições de ensino superior da seguinte maneira:

- Campus Instructional Radio Stations: emissoras de orientação formativa semelhantes às “College Radio” estadunidenses, nas quais estudantes fazem suas práticas e se preparam para o mercado de trabalho, ou seja, orientada à formação de futuros profissionais.
 - Campus Community Radio Stations: pertencentes a instituições educativas e abertas a toda a comunidade universitária. De espírito mais voluntarista. Muito mais predominante esta topologia que a anterior.
- (MARTÍN-PENA, PAREJO CUÉLLAR, VIVAS MORENO; 2016; 1. 978-983, tradução nossa)⁹

A Rede de Rádios Universitárias da América Latina e do Caribe (RRULAC) considera que, nesta região, as emissoras dispõem de peculiaridades que a diferenciam de sobremaneira das rádios públicas e privadas, principalmente por conta de sua função e direcionamento para uma transformação na sociedade. “Historicamente, por seus conteúdos e sua função, a rádio universitária tem sido um motor de transformação social, educativa e cultural. Alunos, professores, pesquisadores, artistas e cientistas têm tido voz nos microfones universitários desde as primeiras emissoras até a atualidade” (RRULAC *apud* MARTÍN-PENA, PAREJO CUÉLLAR, VIVAS MORENO; 2016; 1. 1054-1059, tradução nossa)¹⁰

O surgimento das emissoras universitárias em países latinoamericanos têm semelhanças e características comuns – principalmente os dos quatro países que foram pioneiros no surgimento deste modelo de rádio – Argentina, Colômbia, Chile e México -, mas, também dispôs em cada contexto local de configurações que as distinguem.

As emissoras argentinas, que, como já citado, partem de uma perspectiva onde o objetivo é difundir a extensão universitária, uma das bandeiras impulsionadas pela mobilização em Córdoba nos anos 1918, têm como eixo central esta perspectiva de aproximação do ambiente universitário da

⁹ Campus Instructional Radio Stations: emisoras de orientación formativa similares a las “College Radio” estadunidenses, em las cuales los estudiantes hacen sus prácticas y se preparan para el mercado laboral, es decir, orientada a la formación de los futuros profesionales.

Campus Community Radio Stations: pertenecientes a instituciones educativas y abiertas a toda la comunidad universitária. De espíritu más voluntarista. Mucho más predominante esta tipología que la anterior.

¹⁰ Históricamente, por sus contenidos y su función, la radio universitaria ha sido um motor de cambio social, educativo y cultural. Alumnos, profesores, investigadores, artistas y científicos han tenido voz en los micrófonos universitarios desde las primeras emisiones, hasta la actualidad.

sociedade ao qual está inserida.

Na Colômbia, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Colombiano, de 2010, direciona as emissoras educativas universitária para uma transmissão de programas de interesse cultural, sem nenhuma finalidade de lucro. Dentre os objetivos, deve estar “difundir a cultura, a ciência e a educação, de estimular o fluxo de pesquisas e de informação científica e tecnológica aplicada ao desenvolvimento, de apoiar o projeto educativo nacional e servir de canal para a geração de uma sociedade melhor informada e educada” (MARTÍN-PENA, PAREJO CUÉLLAR, VIVAS MORENO, 2016, l. 1216-1220, tradução nossa)¹¹

As emissoras colombianas dispõem de um grande potencial de audiência naquele país. De acordo com Gaviria (2008 *apud* MARTÍN-PENA, PAREJO CUÉLLAR, VIVAS MORENO, 2016), as quatro estações universitárias de Bogotá têm mais de 100.000 ouvintes, de acordo com o Estudo Geral de Meios daquele país.

No Chile, país onde surgiu a terceira emissora universitária (ao qual abordaremos em tópico na sequência), duas características fundamentais para a rádio universitária são os adjetivos “alternativo” e “experimental”, de acordo com Merayo (*apud* MARTÍN-PENA, PAREJO CUÉLLAR, VIVAS MORENO, 2016, l. 1296). Dentro do contexto daquele país latino, em que as cadeias nacionais concentram uma programação única para todo o país, juntamente com os conglomerados transnacionais que cobrem toda região da América Latina, a programação universitária permite atenção às regionalidades.

Outra característica do país chileno é que as rádios universitárias comercializam espaços de programação para complemento da gestão. Citando Vázquez (*apud* MARTÍN-PENA, PAREJO CUÉLLAR, VIVAS MORENO, 2016), os autores apontam que, apesar disso, as emissoras firmam sua experiência com o objetivo de “ser a voz da universidade, emitindo programas de caráter humanista, sem fins lucrativos, nos quais se mescla entretenimento, educação, informação e cultura, contribuindo assim à formação de audiências críticas e exigentes” (l. 1336, tradução nossa)¹²

No contexto mexicano, a característica principal é a pluralidade de experiências e diversidade a partir dos contextos regionais às quais as rádios são inseridas. Conforme reflete Berlín (*apud* MARTÍN-PENA, PAREJO CUÉLLAR, VIVAS MORENO, 2016), a diferença depende dos contextos regionais, históricos, sociais e educativos em que se inserem. As experiências no país se baseiam, se assemelhando às demais experiências latino-americanas, à extensão universitária, a um conteúdo analítico sobre os acontecimentos da sociedade, à veiculação de conteúdo sobre

¹¹ Difundir la cultura, la ciencia y la educación, de estimular el flujo de investigaciones y de información científica y tecnológica aplicada al desarrollo, de apoyar el proyecto educativo nacional y servir de canal para la generación de una sociedad mejor informada y educada.

¹² Ser la voz de la universidad emitiendo programas de carácter humanista, sin fines de lucro en los cuales se mezcla entretenimiento, educación, información y cultura, contribuyendo así a la formación de audiencias críticas y exigentes

manifestações artísticas e culturais, além de servir de experiência profissional para os estudantes de áreas afins à comunicação.

O México é o país hispânico com maior número de rádios universitárias. De acordo com dados apontados por Vazquez, em 2011, cerca de 60 universidades detinham aproximadamente 80 licenças em AM e FM para transmissão radiofônica. As emissoras mexicanas se financiam basicamente dos recursos das próprias universidades, também faturando recursos por meio de patrocínio de instituições educativas e culturais do governo ou de outras organizações.

De acordo com Villafaña (2000), as características das primeiras emissoras mexicanas estão voltadas para o atendimento, por parte das universidades, de uma noção de disseminação da cultura e do ensino por meio de transmissões de aulas, concertos, e atividades acadêmicas no geral compreendidas a partir de uma noção de cultura elitista, no qual o conteúdo sofisticado deve ser repassado para a sociedade.

Villafaña (2000) aponta alguns fatores que fizeram do México um dos países pioneiros na experiência de radiodifusão universitária, dentre os quais o contexto político e cultural daquele país:

o impulso de uma nova geração de intelectuais e artistas com maior senso crítico, burocratização da equipe fundadora que permanece em posições de comando, movimentos políticos, culturais e sociais que demandam canais de expressão, novos esquemas para entender a cultura popular e o papel da mídia, a abertura de jornalismo profissional e escolas de comunicação, bem como a criação de outras estações universitárias em cidades remotas do centro do país como resultado de políticas nacionais de comunicação que acontecem no tempo de Luis Echevenía Álvarez e José López Portillo. (VILLAFANA, 2000, p. 118, tradução nossa)¹³

Percebemos, dessa forma, que em alguns aspectos os itens apontados por autores como características básicas das rádios públicas se confundem também com as premissas das rádios universitárias, uma vez que estas se inserem dentro do contexto das primeiras, que são uma definição mais macro. No entanto, dentre as peculiaridades das emissoras universitárias em si, está a vinculação com a universidade que, além da já citada relação do ser laboratorial, da relação com estudantes e profissionais de diferentes áreas do conhecimento, está a da divulgação técnico-científica e da possibilidade de democratizar e popularizar o conhecimento científico produzido pela comunidade acadêmica daquela universidade ao qual está vinculada. Além disso, por ser uma rádio pública, é de competência dessas rádios dar voz à sociedade de forma geral, convidando a opinar a respeito de temas políticos, culturais, sociais, e, também, por que não, científicos.

¹³ el empuje de una nueva generación de intelectuales y artistas con mayor sentido crítico, la burocratización del equipo fundador que se mantiene en posiciones de mando, los movimientos políticos, culturales y sociales que demandan canales de expresión, nuevos esquemas para entender la cultura popular y el papel de los medios de comunicación, la apertura de escuelas profesionales de periodismo y comunicación, así como la creación de otras emisoras universitarias en ciudades alejadas del centro del país como consecuencia de las políticas nacionales de comunicación que se desarrollan en tiempos de Luis Echevenía Álvarez y José Lopez Portillo.

3.2 – As rádios universitárias em outros países – as experiências fora do Brasil

Não há um consenso sobre as primeiras experiências radiofônicas. O que é mais considerado é que as experiências estadunidenses ou argentinas tenham sido as pioneiras, portanto, o ‘consenso’ seria que ocorreram em território americano. A divergência, no entanto, parte do fato de que, em 1915, nos Estados Unidos, pesquisadores das áreas de física e engenharia iniciaram estações de rádios experimentais, que terminaram contribuindo de forma contumaz para o desenvolvimento e expansão do rádio naquele país. Outra corrente, no entanto, sustenta que a primeira experiência ocorreu com a Universidad Nacional de La Plata, na Argentina, em 1924, dentro do contexto da Reforma de Córdoba, em 1918, e que buscava um maior protagonismo dos estudantes e uma melhora no trabalho de extensão universitária que se pressupõe destas instituições acadêmicas (MARTÍN-PENA, PAREJO CUÉLLAR, VIVAS MORENO, 2016)

No caso da experiência norte-americana, a característica principal é o fato de o desenvolvimento do rádio enquanto meio estar associado às pesquisas desenvolvidas por físicos e engenheiros da Universidade de Wisconsin, que fizeram transmissões experimentais de som, antes de se iniciarem transmissões regulares, a partir de uma estação denominada 9XM, em referência ao seu indicativo de chamada. Os autores apontam que, à época, também ocorreram distintas experiências, o que dificulta afirmar com precisão qual teria de fato sido a primeira, no entanto, esta emissora é considerada a mais antiga estação do país por conta da continuidade do funcionamento mesmo durante e após a primeira guerra mundial. Existem indícios de que outras emissoras com ao de Beloit College já mantinha experimentações de transmissões sonoras desde 1907, no entanto, só dispôs de licença oficial em 1923. De acordo com levantamento feito pelos pesquisadores estadunidenses Jennifer Waits, Mateo Lasar e Payl Riismandel, pelo menos 12 universidades tiveram experiências semelhantes de experimentação de transmissão de rádio antes dos anos 20, e posterior consolidação e obtenção de licenciamento: Beloit College, St. Joseph’s College (Filadélfia), University of Minnesota, Grove City College, Union College, Clark University, South Dakota School of Mines and Technology, North Carolina State University, Haverford College, Dartmouth College, St. Lawrence University e Rensselaer Polytechnic Institute. No entanto, em nível institucional, a primeira emissora de caráter oficial com registro na Comissão Federal de Comunicações é a “College Radio” de Latter-day Saints College de Salt Lake City, em 1921. (MARTÍN-PENA, PAREJO CUÉLLAR, VIVAS MORENO, 2016)

Com o desenvolvimento dos experimentos, as experiências de algumas universidades estaduais motivaram seus governantes a defender este meio como parte de suas agendas progressistas dedicada à educação e abordar aspectos morais da sociedade. No entanto, a política federal era contrária a esta premissa. Com uma tendência mais liberal, almejava a ora nascente

radiodifusão como possibilidade de audiência e comercialização de propaganda, o que levou a beneficiar as grandes corporações.

Houve uma expansão de emissoras ligadas a universidades nos EUA a partir dos anos 1920. Martín-Pena, Parejo Cuéllar e Vivas Moreno citam dados pesquisados por Slotten (2006) que detalham que, em 1º de janeiro de 1922, existiam 28 emissoras licenciadas. Em 1925, já eram mais de cem, e em 1936, existiam 202 licenças no país norte-americano. No entanto, nos anos seguintes, a tendência de crescimento se reverteu. Ao final de 1937, só restavam 38 estações universitárias. Além das dificuldades institucionais devido a problemas de organização e financiamento, existia a já citada oposição por conta do crescimento do rádio comercial que disputava tais licenças. Articulações levavam grupos comerciais a comprarem as estações universitárias.

Após esse fenômeno, as discussões no Congresso levaram a criação da Comissão Federal do Rádio (FRC) em 1944, que passou a dedicar parte das licenças de rádio em frequência modulada, mais especificamente, um total de vinte canais, para uso educativo, fora do âmbito comercial. Naquele momento, a Comissão Federal de Comunicação (FCC), à qual a FRC estava subordinada, determina alguns direcionamentos do funcionamento destas emissoras. “Estações com este serviço deve ser desenvolvida principalmente por universidades e escolas para a transmissão de programação educativa e de entretenimento às escolas e ao público em geral. Sua operação é não-comercial” (MANGAÑA, 2003, *apud* MARTÍN-PENA, PAREJO CUÉLLAR, VIVAS MORENO, 2016, 1.593, tradução nossa)¹⁴

Este fenômeno levou ao surgimento de estudos de comunicação nas universidades daquele país, tanto para desenvolver os trabalhos das emissoras ligadas às instituições, bem como a direcionar a atuação profissional no rádio em geral. Dessa forma, as rádios universitárias converteram-se em plataformas de treinamento da futura categoria profissional dos meios de comunicação locais, e também nacionais (MARTÍN-PENA, PAREJO CUÉLLAR, VIVAS MORENO, 2016, 1. 597)

Entre os anos 1969 e 1980, houve novamente um crescimento exponencial destas emissoras no país norte-americano. O boom levou de 396 a 1.076 estações, de acordo com os dados levantados por Sauls (2000). Esta época, conhecida como a “idade de ouro” das rádios universitárias norte-americanas, também foi importante para consolidar outra característica importante do meio universitário. Por conta da proximidade das emissoras com os alunos, e muito especificamente a uma variação do rock, que ficou conhecido como rock universitário, as emissoras se tornaram exponenciais meios de propagar a música experimental, independente e alternativa.

Outro marco crucial para a aglutinação das emissoras educativas não comerciais nos Estados

¹⁴ Estaciones en este servicio deben ser empleadas principalmente por universidades y escuelas para la transmisión de programación educativa y de entretenimento a las escuelas y al público em general. Su operación es puramente no-comercial

Unidos é o surgimento, em 1970, da National Public Radio (NPR), que substituiu a National Educational Radio Network. Martín-Pena, Parejo Cuéllar, Vivas Moreno (2016) apontam a vinculação de emissoras universitárias ao novo órgão na busca de uma “estabilidade”, porém, que levou tais emissoras à perda de sua “essência alternativa”. “No entanto, também houve emissoras relutantes a isso, e eles permaneceram como bastiões de uma programação mais diversificada e de uma rádio focada na criatividade, isto é, sem desfrutar do financiamento que o NPR concedeu aos seus associados” (l. 614, tradução nossa)¹⁵

Não demorou para surgir os problemas relacionados à NPR, como as dificuldades para conseguir autorizações de emissoras universitárias, as exigências requeridas às emissoras aumentaram o que levou, inclusive, ao fechamento de algumas. Outra dificuldade enfrentada foi a Lei de Telecomunicações, de 1996, que impactou fortemente nestas emissoras, permitindo maior facilidade para compra e venda destas emissoras. Ainda assim, segundo os autores, percebe-se o crescimento de audiência dessas emissoras frente às comerciais.

O contexto discutido anteriormente relacionado aos Estados Unidos é semelhante à experiência do vizinho Canadá. O primeiro caso de rádio associada a universidade está na Queen’s University, a partir de um grupo de engenheiros elétricos que experimentaram a transmissão radiofônica na instituição, em 1923. Nos anos 50 e 60, surgiram rádios de circuito fechado ou baixa potência, em sua maioria financiada pelos próprios grêmios estudantis. Passaram a surgir parcerias com as emissoras comerciais, que veiculavam programas produzidos pelos estudantes em determinados horários na programação.

A partir de meados dos anos 60, começa um movimento por parte das universidades para articulação conjunta no sentido de pressionar medidas para incentivar e viabilizar as experiências de radiodifusão voltadas às universidades. No começo dos anos 80, já é possível identificar rádios em FM em várias universidades, como Winnipeg, Guelph, Hamilton, Waterloo, Ottawa, Londres, Ciudad de Quebec e Fredericton. Em 1981, depois de muito esforço por parte das emissoras, surge a National Campus/Community Radio Organization (NCRO), com o objetivo de facilitar a troca de experiências entre as emissoras e um trabalho em rede vinculando os trabalhos das rádios universitárias do país.

Como dito anteriormente, na América Latina, a primeira experiência de rádio vinculada a universidade ocorreu na Argentina, com a Universidad de La Plata, em 1924. Emissora esta que surge no contexto da Reforma de Córdoba, ocorrida em 1918 naquele país e questionou a estrutura universitária, as formas de ensino, a ausência da participação estudantil na gestão da universidade, e a reivindicou a aproximação da universidade com a sociedade em geral, impulsionando assim, o

¹⁵ Sin embargo, también hubo emisoras reticentes a ello, y quedaron como bastiones de una programación más diversa y una radio enfocada a la creatividad, eso sí, sin gozar de la financiación que la NPR otorgaba a sus asociados.

que se denomina a extensão universitária: ao qual o papel da rádio universitária está diretamente ligado.

Em 1923, o reitor da Universidad de La Plata, Dr. Benito Nazar Anchorea, determinou a instalação de uma oficina de radiotelefonía de alta potência para que pudesse haver a transmissão para toda a Argentina conferências, como parte das atividades de extensão que a universidade estava a promover desde que ocorreram os protestos de Córdoba. A inauguração oficial ocorreu no dia 5 de abril de 1924, no dia que seria o início do ano letivo daquela instituição. (MARTÍN-PENA, PAREJO CUÉLLAR, VIVAS MORENO, 2016, l. 1096)

No seu discurso de início do ano letivo, e de início das atividades de radiodifusão, o reitor disse em seu pronunciamento:

À Universidade de La Plata corresponde a iniciativa de ter instalado uma estação de radiotelefonía não só como excelente elemento de ensino e investigação para a radiotécnica, se não também para fins de divulgação científica, ou seja, como elemento de extensão universitária (...). De tal modo, ao mesmo tempo que desenvolve uma obra completa de difusão cultural, serve para vincular mais ainda a universidade com o meio social em que atua, devolvendo ao país o esforço que a nação realiza para sustentá-la. (GONZÁLES, 1924 *apud* ARUNA, 2014, tradução nossa)¹⁶

As transmissões da primeira emissora universitária argentina consistiam em uma programação baseada em conferências de extensão universitária e audições e concertos. Martín-Pena, Parejo Cuéllar e Vivas Moreno (2016) citam que Asuaga (2007) traz o dado de que, em 1936, foram transmitidas 249 conferências de extensão universitárias ditadas por professores da Universidad de La Plata, e mais de 15 atos oficiais e audições musicais.

Sete anos depois do surgimento da primeira emissora, também na Argentina, surge a LT10 Radio de la Universidad Nacional de Litoral, iniciando suas transmissões em agosto de 1931.

De certa forma, graças à intenção por parte do reitor Rafael Araya de transferir os conhecimentos técnico-científicos da universidade para o meio social, fato que impulsiona de forma decisiva a criação do Instituto Social, assim como a emissora universitária. Assim como sua predecessora, oferecia uma programação voltada para a cultura e para a educação. (MARTÍN-PENA, 2018, p. 115, tradução nossa)

Como características destas primeiras emissoras estavam o enfoque a uma programação educativa e cultural. A programação dispunha de transmissão de música clássica, notícias sobre as

¹⁶ a la Universidad de La Plata le corresponde la iniciativa de haber empleado una estación radiotelefónica no sólo como excelente elemento de enseñanza e investigación para la Radiotécnica, sino también para fines de divulgación científica, o sea, como elemento de extensión universitaria (...). De tal modo, al par que desarrolla una obra completa de difusión cultural, sirve para vincular más aún la Universidad con el medio social en que actúa, devolviendo con ventaja al país el esfuerzo que la Nación realiza para sostenerla

universidades, ensino de idiomas, divulgação científica, informações sobre pecuária, comentários sobre arte e literatura, dentre outros. Em seguida, surge na Colômbia, a Emisora Cultural da Universidad de Antioquia a partir de experimentos de professores de física com seus alunos, que conseguem fazer uma transmissão de ondas curtas chegarem até a outros países. A rádio começa a operar em 1933, no entanto, somente em 1938 é outorgada a licença administrativa oficial por parte do Ministerio de Correos. (MARTÍN-PENA, 2018)

Para o autor, esta é a terceira rádio universitária da América ibérica. Martn-Pena considera, a fim de categorização de ordem de funcionamento das emissoras universitárias, o início de suas transmissões mesmo que de forma experimental. Desta forma, as primeiras rádios da américa a entrarem em funcionamento estão nos Estados Unidos, seguidos pela Argentina, Canadá e Colômbia

Dentre as características desta emissora, Martín-Pena, Parejo Cuéllar e Vivas Moreno (2016) destacam que está a transmissão de conteúdo sobre a vida acadêmica da universidade, pesquisas, o pensamento e expressões artísticas desenvolvidas na instituição, além de prestar serviço informativo e cultural para a sociedade através da transmissão de notícias e coberturas de acontecimentos locais da cidade. O fato de esta emissora dispor de grande arquivo sonoro com maior parte dos registros de programas, entrevistas, conferências, dentre outros feitos na emissora ao longo da história e que, atualmente, serve para pesquisas de professores e estudantes tanto da universidade, como da sociedade em geral.

A Emisora Cultural da Universidad de Antioquia possui, atualmente, sete canais em FM e uma em AM, dividida em nas regiões as quais têm sedes. Isso foi possível por conta de uma criação de rede de radiodifusão educativa que interliga as distintas localidades. Após esta emissora, somente em 1948 viria a surgir a rádio da Universidad Pontificia Bolivariana, na cidade de Medellín. Antes disso, no entanto, em outros países latino-americanos surgiriam mais emissoras universitárias.

Em abril de 1937, surge no Chile a Radio Universidad Técnica Federico Santa María (Radio UTFSM), e no mesmo ano, no mês de junho, no México, a Radio UNAM, vinculada à Universidad Nacional Autónoma de México. (MARTÍN-PENA, 2018)

A primeira emissora universitária chilena tem histórico semelhante às dos demais países latinos antecessores, que é a inquietação de cientistas com o objetivo de uma maior integração com a comunidade ao qual está inserida. A Radio UFTSM dispunha de programação voltada à divulgação científica e cultural, à transmissão de informações relacionados à universidade e à comunidade, espaços de música erudita, popular e folclórica, e também com preocupação em resgatar tradições de povos originários. Martín-Pena, Parejo Cuéllar e Vivas Moreno (2016) frisam o importante valor do arquivo sonoro desta emissora.

Sem dúvida, a estação conserva um patrimônio sonoro de valor incalculável, que constitui a memória sonora da radiodifusão universitária, com milhares de fitas que tem registrado o passar dos anos com as apresentações históricas de músicos famosos, agrupações e diretores do país e do mundo na Aula Magna da universidade, desde sua fundação em 1941 até os nossos dias, construindo um arquivo sonoro único e irrepetível (MARTÍN-PENA, PAREJO CUÉLLAR, VIVAS MORENO, 2016, l. 1309, tradução nossa)¹⁷

No mesmo ano em que surge a primeira emissora chilena, também é iniciada no México as operações da rádio ligada à Universidad Nacional Autónoma (UNAM). A Radio UNAM, que atualmente se chama XEUN, iniciou seu funcionamento em 14 de junho de 1937, em um ato presidido pelo então reitor Luis Chico Goerne no auditório Simón Bolívar da Escuela Nacional Preparatoria.

Quando surgiu, esta emissora tinha como objetivo transmitir a cultura e a educação às maiorias. No entanto, iniciou em um período de contexto político tumultuado, no qual detinha recursos orçamentários reduzidos, o que leva a emissora a funcionar com número reduzido de funcionários e com a adesão de voluntários, transmissões resumidas e limitadas a duas horas pela manhã, e duas pela noite.

Um marco da história da emissora foi durante os movimentos estudantis no México em 1968, em que estudantes utilizam da emissora para expressar e difundir as informações sobre as marchas, e sobre a forte repressão do governo sobre os manifestos nas ruas. No entanto, tal atuação custaria represálias posteriormente, com uma ocupação militar, redução considerável de potência, e a mudança de localização para fora da cidade universitária. Tal modificação de endereço interferiu diretamente na emissora, que passou a ter reduzida participação da comunidade universitária.

Pouco tempo depois surge a segunda rádio universitária mexicana. Em junho de 1938, começa a operar a emissora da Universidad de San Luis Potosí, com características semelhantes à sua antecessora, como a transmissão de programação reduzida a quatro horas por dia, e com direcionamentos semelhantes. Em 1944, com circunstâncias semelhantes às primeiras, surge uma rádio na Universidad Veracruzana. (VILLAFANA, 2000)

Villafaña (2000) caracteriza as três primeiras experiências iniciais de emissoras universitárias no México como imersas no modelo “comunitário clássico de radiodifusão”. Para ela, este modelo em como objetivo difundir para a sociedade a cultura no mesmo formato utilizado em aulas, salas de concerto, ou seja, a partir do calendário acadêmico da universidade.

Pelos microfones, óperas, bibliografia, conferências e cursos seriam transmitidos

¹⁷ Sin duda, la estación conserva un patrimonio sonoro de valor incalculable, que constituye la memoria sonora de la radiodifusión universitaria, con miles de cintas que han registrado el paso de los años, con las presentaciones históricas de afamados músicos, agrupaciones y directores del país y el mundo en el Aula Magna de la universidad, desde su fundación en 1941 hasta nuestros días, construyendo un archivo sonoro único e irrepetible

com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento cultural da população, entendendo que as mais altas expressões da cultura quase sempre se assimilam aos produtos da elite, cuja universalidade reside em sua originalidade e liberdade de criação, ou que existem elementos autênticos e puros nas expressões populares que devem ser amplificados. (VILLAFANA, 2000, p. 116, tradução nossa)¹⁸

Os países latino-americanos anteriormente citados são os primeiros a disporem de uma experiência de rádios universitárias. Além de serem os pioneiros a partir da perspectiva cronológica, Argentina, Colômbia, Chile e México dispõem de um maior aprofundamento e sistematização destas emissoras através de redes mais consolidadas e de pesquisas acadêmicas desenvolvidas há um maior tempo. Depois destes países, surge, na América Latina, a experiência brasileira, com a rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fundada em 1951.

Na Europa, as experiências de rádios universitárias ocorrem bem mais tardiamente, pela segunda metade do século XX. Na França, na Itália e em Portugal, as experiências surgem puxadas pelo movimento de Maio de 1968, que luta por “inversões das hierarquias”, nas quais se encaixa a premissa de uma comunicação horizontal. Somente nos anos 60 e 70 surgem as primeiras emissoras universitárias no velho mundo.

3.2.1 – As redes de rádios universitárias

Em muitos países, as rádios universitárias se organizaram em redes ou organizações com finalidades distintas, desde a permuta de conteúdo, associações em coberturas, e troca de experiências, até uma articulação com finalidade política de atuação diante de cenários de políticas de comunicação. O trabalho de Daniel Martín-Pena, Macarena Parejo Cuéllar e Agustín Vivas Moreno (2016), ao falar do histórico do surgimento destas emissoras, também aponta ao funcionamento dessas redes dentro dos contextos dos países sobre os quais foi possível abordar.

Os Estados Unidos, além de serem o primeiro país onde houve uma experiência de radiodifusão nas universidades, também tem uma particularidade no que se refere à organização dessas emissoras. Os autores citam quatro associações com finalidades de representar e assessorar as “College Radio”. As principais são a Intercollegiate Broadcasting System (IBS) e a College Broadcasters Inc. (BCI). Também existem a Broadcast Education Association (BEA) e a College Media Advisers (CMA), mas essas, menos expressivas no seio das rádios universitárias estadunidenses.

A Intercollegiate Broadcasting System (IBS) conta com mais de mil rádios associadas – dentre escolares, universitárias, com circuito fechado, AM, FM ou internet. Foi fundada em 1940 e

¹⁸ Por los micrófonos se transmitirían óperas, bibliografía, conferencias y cursos con el objetivo de contribuir al desarrollo cultural de la población, entendiendo que las más altas expresiones de la cultura se asimilan casi siempre a los productos de la élite, cuya universalidad radica en su originalidad y libertad de creación, o bien que existen elementos auténticos y puros en las expresiones populares que deben ser amplificados.

tem como objetivo principal representar seus associados nas negociações com a Comissão Federal de Comunicação (FCC). Dentre as conquistas do órgão, está a de conseguir a reserva na faixa de FM para as estações educativas a faixa de frequência radioelétrica entre 88.1 e 91.9. O órgão faz parte da Associação Nacional de Organismos de Radiodifusão.

Já a College Broadcasters Inc. (CBI) representa aos estudantes que participam de rádio, televisão ou transmissões por internet. Este órgão busca incentivar a participação de estudantes em experiências de comunicação e busca promover cooperações entre associações e emissoras. Também disponibiliza assessoramento jurídico, e fomenta discussões sobre comunicação entre os estudantes e emissoras associadas.

A Broadcast Education Association (BEA) reúne professores e estudantes com o objetivo de discutir a comunicação mais voltada aos aspectos do mercado profissional. Promove intercâmbio entre os estudantes e as empresas, difundindo discussões sobre legislação, economia, gestão e administração. Já a College Media Advisers (CMA) é a associação que representa os profissionais de educação superior e discute práticas sobre os meios universitários, seja jornais, revistas, ou meios eletrônicos. Esta associação promove convenções anuais em que estudantes e especialistas da comunicação.

No Canadá, as emissoras universitárias contam com a National Campus and Community Radio (NCRA). Como já citado anteriormente, neste país, há uma proximidade das experiências de radiodifusão universitária e comunitária. Criada em 1981, a então National Campus/Community Radio (NCRO, depois denominada como anteriormente fora apresentado), se organizou com o objetivo de compartilhar experiências e de uma atuação em rede para a expansão das rádios universitárias no país.

Tal como a IBS estadunidense, a NCRA também exerce o papel de representante das rádios universitárias e comunitárias diante dos órgãos governamentais canadenses, e oferece consultoria para órgãos que se interessem em criar novas emissoras. A entidade dispõe de um fórum com o objetivo de facilitar a troca de experiências, ideias e conhecimentos sobre experiências entre as emissoras. Também promove anualmente uma conferência (desde 1981).

Na Argentina, as rádios universitárias compõem a Asociación de Radios de Universidades Nacionales de Argentina (ARUNA) desde 1998. O contexto da mudança na legislação de comunicação no país durante a ditadura militar – e posterior não alteração - levou as emissoras universitárias a se movimentar, em busca de uma regulamentação, tendo em vista que a falta de um marco legal levou à situação de instabilidade e redução de orçamento das próprias universidades.

Este órgão passa a representar as emissoras universitárias ante aos entes públicos e privados, bem como a buscar uma lei mais atualizada. Para Martín-Pena, Parejo Cuéllar e Vivas Moreno (2016), o grande mérito da Aruna foi a participação na Ley de Servicios de Comunicación

Audiovisual, de 2009.

Sem dúvidas, o grande êxito da ARUNA foi a participação ativa e com voz própria no debate que originaria a legislação reguladora de comunicação na Argentina (...) Sua implicação foi decisiva para a composição do Título VIII, denominado ‘Meios de comunicação audiovisual, universitários e educativos’. Uma legislação não isenta de certa polêmica gerada pelas grandes corporações de comunicação que recorreram a diferentes instâncias judiciais para anular parte de sua articulação (MARTÍN-PENA, PAREJO CUÉLLAR, VIVAS MORENO, 2016, l. 1177, tradução nossa)¹⁹

A ARUNA atualmente reúne 58 rádios universitárias vinculadas a 39 instituições acadêmicas. O número, no entanto, continuou crescendo nos anos subsequentes em virtude da supracitada lei, conhecida como ‘Ley de Medios’, que facilitou o acesso à radiodifusão por parte de instituições de ensino.

No norte da América do Sul, a Colômbia tem, desde 2003, a Red de Radios Universitarias de Colombia (RRUC). Com o objetivo de potencializar as emissoras universitárias, traz em seu estatuto como uma premissa principal a de “fomentar a identidade da rádio universitária como categoria específica no contexto radiofônico nacional”, e de experimentação de “novos formatos radiofônicos”.

No Chile, a Red de Emisoras Universitarias de Chile – REUCH tem o apoio do Consejo de Rectores de las Universidades Chilenas, que congrega 17 universidades do país, que juntas, dispõem de 22 emissoras de rádio em AM ou FM. Dentre seus objetivos principais, está promover a divulgação de conteúdo musical de “alto nível estético e folclórico”, divulgação científica, cultura, e notícias locais, regionais e nacionais, dentre outros.

Já no México, a Red de Radios Universitarias de México (RRUM) foi criada recentemente, em 2015. No final deste ano, 22 emissoras eram associadas, no entanto, no país mais de 75 universidades e institutos dispõem de rádio. Antes do surgimento da RRUM, no entanto, havia uma rede que congregava tais emissoras, denominada Sistema Nacional de Productoras y Radiodifusoras de las Instituciones de Educación Superior (SINPRIES). No final dos anos 70, as emissoras já se reuniam em torno de uma rede que, em 1992, resvala no surgimento da SINPRIES, aproveitando o ensejo do surgimento da Asociación Nacional de Universidades e Instituciones de Educación Superior, que agrupava as principais universidades do país. O SINPRIES em 2014 reunia mais de 70 emissoras, no entanto, o pouco incentivo e a falta de recursos levou ao fim da organização.

¹⁹ Sin lugar a dudas, el gran logro de ARUNA fu ela participación activa y con voz propia en el debate que originaría la legislación reguladora de la comunicación en Argentina, la Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual n° 26.522 de octubre de 2009. Su aplicación fue decisiva para configurar el Título VIII bajo la denominación de: “Medios de comunicación audiovisual, universitarios y educativos”. Una legislación no exenta de cierta polémica generada desde las grandes corporaciones comunicativas que acudieron a distintas instancias judiciales para anular parte de su articulado.

Em âmbito internacional, no ano de 2009 se congregaram em rede as rádios universitárias do México, da Colômbia e do Chile, o que originaram a Rede de Rádios Universitárias da América Latina (RRULA). Em 2011, a rede foi renomeada para RRULAC, para contemplar também os países do Caribe, abrindo à possibilidade de incorporar novas emissoras parceiras. Nos anos seguintes, com a aproximação de redes e emissoras de países europeus, como Espanha, Itália e Portugal, começa um processo que vem a culminar em 2017 com a rede Radio Internacional Universitária (RIU). Esta transição de RRULAC para RIU, que se deu com discordâncias e divergências, ainda está em fase de consolidação, e defende a continuidade do legado de aproximação entre as redes nacionais de rádios universitárias. (GIORGI, 2018)

No Brasil, é recente a tentativa de sistematizar uma rede que congregue as emissoras de rádios universitárias no país. Em 2018, no II Fórum de TVs e Rádios Universitárias em Joinville, Santa Catarina, foi formalizada a fundação da Rede de Rádios Universitárias do Brasil (RUBRA). Em processo de construção do estatuto e de efetivação, a rede teve, à ocasião do evento, a adesão de 35 emissoras de rádios AM/FM, webrádios e núcleos de produção laboratorial radiofônica.²⁰

²⁰ Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/publicacoes/jornal-intercom/2018-2-2-2/09-2-2-2/ano-14-n-431-sao-paulo-17-de-setembro-de-2018-issn-1982-372/chamadas-1166/ii-forum-de-radios-e-tvs-universitarias-cria-associacoes-da-area-e-divulga-carta>

4 O RÁDIO ENQUANTO POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

O começo de uma tentativa de conceitualização e de uma reflexão sobre políticas de comunicação surge em meados dos anos 70 no mundo, quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), diante do cenário de polarização do mundo na Guerra Fria, passou a financiar estudos sobre os problemas de comunicação em diversos países e apontar possíveis soluções.

Essa época, porém, é categorizada pela expansão da televisão pelo mundo. O rádio, cuja expansão havia ocorrido nas décadas iniciais do século, era visto como secundário nas reflexões já na segunda metade dos anos 70, apesar de, àquela época - e ainda hoje -, consistir em um meio de grande penetração e que atinge um contingente de pessoas em lugares remotos onde ainda não existe o alcance da televisão.

Embora as transmissões televisivas ainda não atingissem a um grande contingente da população, à época, a sua expansão era evidentemente vislumbrada, e era considerado um meio ainda mais eficaz para as questões levantadas à época, como a de difundir a educação, a cultura, informações e entretenimento.

Foi o contexto da Guerra Fria em meados das décadas de 70, junto com problemas históricos de países periféricos, em especial a questão das desigualdades e disputas sociais latentes na América Latina, que levou entidades como a Unesco a se debruçarem sobre o tema da comunicação com o intuito de direcionar políticas para estes países. (RAMOS, 1992).

O direito à liberdade de opinar e se expressar já figurava entre os itens assegurados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. Dentre os objetivos principais da organização, que foi fundada após o fim da 2ª Guerra Mundial, está “garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades” (UNESCO, s/d)

A Unesco, permeada pelo debate desenvolvimentista à época – que preconizava uma noção de desenvolvimento industrial aos países do terceiro mundo como possível caminho para melhoria em suas características sociais – elaborou uma comissão para estudar os problemas de comunicação nos países e apontar caminhos para as diferentes realidades do mundo inteiro, o que culminou com a entrega, em 1980, do relatório, por parte desta comissão, à Organização. (MARQUES DE MELO, 2008).

Antes de tais discussões, no entanto, mesmo sem a formulação ainda do que seria política de comunicação, alguns países já tinham experiências de radiodifusão que, embora de perspectivas diferentes, podemos considerar embrionários das compreensões atuais do que podemos discutir

sobre as definições de radiodifusão pública.

Conforme categoriza Valente (2010), a experiência de radiodifusão pública em grande parte dos países na Europa no início dos anos 20 era de abordagem “elitista”, mais notadamente na experiência da britânica BBC. Recorrendo aos escritos do primeiro diretor-geral da BBC, John Reith, o autor lembra que o entendimento era baseado nas premissas iluministas de que a razão e o conhecimento tinham um poder emancipador não só das classes subalternas, mas da sociedade como um todo. Além disso, era papel do rádio difundir os padrões culturais e morais da “alta sociedade”, a partir de uma noção de que a elite erudita detinha condições de determinar o que deveria ser disseminado através da emissora.

A rádio pública (...) era vista como um poderoso instrumento para difundir conhecimento pelo seu alcance e pelas possibilidades de atração do público pela aceitação crescente que ia ganhando entre o povo. Para cumprir essa missão, deveria veicular ‘o melhor de tudo’, das ciências às artes, passando pela informação jornalística e pela educação. (VALENTE, 2010, p. 27)

As experiências latino-americanas, por sua vez, Valente (2010) categoriza como exemplo da corrente “educativa”. Embora a elitista também tenha em seu bojo um caráter educativo, o que a diferencia desta corrente é o fato de a anterior, dentro de um contexto de monopólio estatal na radiodifusão, dispor de três propósitos diferentes, que aglutinam os objetivos trazidos no lema, que é “informar, divertir, educar”.

A abordagem educativa, vista mais caracterizadamente na segunda metade do século XX na América Latina, é percebida a partir do uso da rádio pública como meio para formação da população, especialmente no contexto da industrialização da época. Este é um momento que não só o rádio, mas a televisão também consistia em instrumento forte para atingir uma maior camada da população com conteúdo instrutivo, sem necessariamente expandir o acesso às salas de aula. Dessa forma, o cenário de crescimento de contingente populacional, segundo os defensores desta visão, como frisa Valente (2010), seria melhor aproveitado para a formação de mão-de-obra qualificada para a emergente indústria.

A radiodifusão pública, para os partidários dessa visão, estava intimamente vinculada às políticas educacionais nacionais e regionais, seja substituindo as salas de aula onde elas são em número insuficiente ou inexistentes, seja complementando as aulas com conteúdos adicionais ou de aperfeiçoamento de alunos e professores (VALENTE, 2010, p. 30)

A primeira reunião da Comisión Interamericana de Telecomunicaciones (Citel), realizada em Washington, em 1965, concluiu que “os meios de radiodifusão e televisão são meios eficientes para realizar programas educativos destinados a grupos de população distribuídos sobre grandes extensões territoriais” (MEC, 1983, *apud* VALENTE, 2010, p. 30). Dessa forma, identificamos que

já havia uma compreensão da necessidade de um direcionamento para a mídia administrada pelo Estado dentro de determinados paradigmas de desenvolvimento.

O que antecede à formulação e reflexões de papéis de emissoras de radiodifusão administradas pelo Estado, e não só isso, mas de uma compreensão do que seriam políticas públicas voltadas à comunicação, são as discussões na Unesco e em organizações não-governamentais sobre o “direito à comunicação”.

Para a Comissão Internacional para os Estudos dos Problemas da Comunicação da Unesco, presidida pelo irlandês Sean MacBride, “a comunicação é um direito individual, básico, assim como um direito coletivo requerido por todas as comunidades e nações” (UNESCO, 1983, p. 208, tradução nossa)²¹.

A comissão também apontou, a partir dos seus estudos, uma preocupação com os impactos que o tratamento da comunicação por meio de interesses econômicos pode trazer. “Como os serviços de educação e de saúde, a informação e o entretenimento devem se considerar como ‘bens meritórios’, dotados de valor intrínseco para a sociedade. Também a publicidade deve se colocar em seu contexto social” (UNESCO, 1983, p. 133).

A partir daí, surge uma primeira reflexão sobre o que seriam políticas de comunicação e uma condensação mais precisa das reflexões teóricas por pesquisadores sobre as práticas de comunicação em diversos continentes priorizando uma comunicação mais voltada à formação e instrução pessoal e menos voltado à comercialização publicitária – o que vem a priorizar meios de radiodifusão públicos.

4.1 Olhar sobre políticas de comunicação a partir da Unesco e o Relatório MacBride

As incertezas da guerra fria e o profícuo período de discussões acadêmicas e políticas entre os anos 50 e 70 foram o terreno principal que contribuíram para um direcionamento sobre o que seriam “políticas de comunicação”, a partir das discussões propostas pela Unesco. Até aquele momento, a comunicação era vista principalmente pelo viés das relações de desenvolvimento nos países de terceiro mundo, passando por diferentes correntes teóricas e ideológicas. (RAMOS, 1992)

Ramos (1992) aponta que estas discussões surgiram em um cenário da Unesco em que a organização era configurada por uma certa “crítica ao capitalismo”, dentro de um debate desenvolvimentista pautado pela organização. O órgão passara, naquele momento, por um período de adesão de países com tendência maior a uma forma socialista de organização ou capitalistas não-alinhados aos países centrais. Desde os anos 50, a organização formada por países mais alinhados à lógica liberal também pautava na comunicação um direcionamento de “livre fluxo da informação”,

²¹La comunicación es un derecho individual básico, así como un derecho colectivo requerido por todas las comunidades y naciones.

tal qual preconizado para o mercado. Porém, a partir dos anos 60, surgia um direcionamento político por uma intervenção dos Estados nacionais para o desenvolvimento da imprensa, “fosse pela exploração de meios estatais de comunicação, fosse por regulamentos e normas diversas que ajustassem os eventuais meios privados aos programas, objetivos e metas que compunham o planejamento governamental para toda a sociedade” (p. 29).

Os organizadores do relatório afirmavam que o objetivo de “estudar a totalidade dos problemas da comunicação nas sociedades modernas” representavam um desafio inédito diante do que havia sido publicado até aquele momento sobre as questões relacionadas à comunicação, e também em virtude da oposição de interesses entre os países centrais e periféricos.

Nos anos setenta, os debates internacionais sobre os problemas da comunicação haviam alcançado pontos de confrontação fortes em muitas regiões. Os protestos do Terceiro Mundo contra o movimento dominante das notícias provenientes dos países industrializados se viam frequentemente como ataques à livre corrente da informação. Se afirmava que os defensores da liberdade de imprensa violavam a soberania nacional. Se disputava amplamente sobre diversos conceitos de valor-notícia e sobre o papel, os direitos e as responsabilidades dos jornalistas (UNESCO, 1983, p. 18)

O relatório propõe as políticas de comunicação frisando a divergência entre compreensões de diferentes países – enquanto alguns reconhecem o papel da comunicação no contexto de desenvolvimento, outros acreditam que a simples ideia das políticas de comunicação podem residir na possibilidade de controle dos governos sobre os meios de comunicação e a circulação de informações.

Alguns países em desenvolvimento, mas não todos, deram à comunicação um lugar preferencial em seus planos de desenvolvimento. Embora seja verdade que a comunicação por si só não pode gerar desenvolvimento, não há dúvida de que a comunicação inadequada retarda o processo de desenvolvimento e impede a participação popular (UNESCO, 1983, p. 170, tradução nossa)²²

O que os autores sugerem é uma política de comunicação é de, em geral, que o Estado se responsabilize por garantir um equilíbrio na estrutura de comunicação no país, não se tratando, portanto, de um direcionamento rígido e centralizado sobre como dever ser a comunicação. As políticas de comunicação, para esta comissão, devem desempenhar um papel de coordenação das atividades de comunicação. “O que devem considerar é a alocação de recursos públicos, decisões sobre a estrutura geral das atividades de comunicação, a eliminação de desequilíbrios internos e externos e uma definição de prioridades, que variam de um país a outro.” (UNESCO, 1983, p.

²² Algunos países en desarrollo, pero no todos ellos, han otorgado a la comunicación un lugar preferente en sus planes de desarrollo. Aunque es cierto que lá comunicación por sí misma no puede generar el desarrollo, no hay duda de que la comunicación inadecuada frena el proceso de desarrollo e impide la participación popular

170)²³

Os estudiosos também evidenciaram as dificuldades de países na fabricação própria de produtos tecnológicos para emissão e recepção de conteúdo de telecomunicações, o que também significaria um outro aspecto de monopolização destas tecnologias. Neste aspecto, houve um direcionamento a estes países para tratarem como prioritário o desenvolvimento de infraestrutura de comunicação, uma programação própria e equipamentos que sejam acessíveis.

No relatório da Comissão há uma preocupação com uma subversão da comunicação aos interesses mercadológicos das empresas. Ao direcionar políticas de comunicação focadas no desenvolvimento do país, e aí entram a promoção de conteúdos educativos, culturais e jornalísticos, pegam como premissa a concessão de funcionamento, mesmo a entidades privadas, as condições estabelecidas por entidades representativas de diversas instituições da sociedade civil.

A partir dessa preocupação com os interesses comerciais, o relatório recomenda priorizar “as formas não comerciais da comunicação informativa. A promoção de tais tipos de comunicação deverá integrar-se às tradições, à cultura, os objetivos do desenvolvimento e sistema sociopolítico de cada país” (UNESCO, 1983, p. 222)

O relatório apresenta uma tentativa de “arrefecimento” do caráter nocivo da comercialização na mídia comercial sugerindo um modelo de financiamento dessas emissoras, a partir de subsídios e outras fontes para “melhorar” seu conteúdo.

Os modelos de financiamento em mudança da mídia comercial devem ser considerados. Nesse sentido, possíveis mudanças no papel relativo do volume de publicidade e suas políticas de preços poderiam ser revistas, contribuições voluntárias, subsídios, impostos, incentivos e apoio financeiro, para fortalecer a função social da mídia e melhorar seu serviço à comunidade. (UNESCO, 1983, p. 223, tradução nossa)²⁴

Dentre os aspectos pontuados neste relatório no que se refere à atenção às inovações tecnológicas, está uma intersecção entre as políticas educativas, científicas e de comunicação. Tais planejamentos, defende o relatório, deve dispor de ações conjuntas por terem uma finalidade e um objetivo comum. Identificamos, neste caso, um direcionamento desta premissa às funções de rádios universitárias públicas.

O relatório foi entregue em maio de 1980. A proposta, no entanto, atinou a divergência dos diversos espectros ideológicos entre os países membro da Unesco. De um lado, os Estados Unidos –

²³ Lo que deben considerar es la asignación de los recursos públicos, las decisiones referentes a la estructura global de las actividades de comunicación, la eliminación de los desequilibrios internos y externos, y una definición de las prioridades, las que variarán de un país a otro

²⁴ Deberán considerarse los cambiantes modelos de financiamiento de los medios informativos comerciales. En este sentido podrían revisarse las posibles modificaciones del papel relativo del volumen de la publicidad y sus políticas de precios, las contribuciones voluntarias, los subsidios, los impuestos, los incentivos y apoyos financieros, para fortalecer la función social de los medios de información y mejorar su servicio a la comunidad.

comandados por Ronald Reagan, e a Grã-Bretanha de Margareth Thatcher, com políticas neoliberais em seus países, não concordaram com as proposições apresentadas no relatório e chegaram a se desfiliar da organização. Como recorda Ramos (1992), a potência norte-americana começou a minar o orçamento à instituição, o que levou a uma redução sobre as discussões latentes à época, relacionadas às políticas nacionais de comunicação e da chamada “Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação”.

Do outro lado, a potente União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, embora não tenha tomado a decisão de desfiliação à organização, mas decidiu não assinar o documento por considerá-lo “demasiadamente ocidentalizado” e sob a acusação de que mantinha “o empobrecimento das culturas nacionais nos países em desenvolvimento” (MARQUES DE MELO, 2008)

Esse contexto, portanto, dirimiu o potencial que o Relatório MacBride teria para impulsionar novas formas de fazer comunicação no mundo. Como nos assinala Marques de Melo (2008), as teses do relatório tinham força em um momento que países não alinhados aos regimes barganhavam concessões dos blocos capitalista e socialista. No contexto de derrocada da potência soviética, ascendia o poder unilateral das potências capitalistas.

Ainda que não tenham se efetivado em um caráter mais macro, os encaminhamentos do relatório continuaram servindo para movimentos, entidades e organizações como parâmetros para pautar uma disputa por democratização da comunicação, dentro do contexto de disputas institucionais, desigualdades regionais e diversos problemas relacionados a isso.

No Brasil, a questão chegou em meio a um dilema. Enquanto a Unesco, diante de um cenário de reação ao liberalismo, objetivando reduzir os impactos do mercado na comunicação, direcionando ao Estado o papel de mediar tais políticas; no país, o Estado estava nas mãos do governo autoritário dos militares. Como nos coloca Ramos (1992), o tema foi discutido em 1976 pelos professores da UnB Luiz Gonzaga Motta e Ubirajara da Silva, que expuseram a situação.

A intenção da Unesco (...) foi a de apresentar a sua proposta de implantação de 'políticas nacionais de comunicação' com uma forma aparentemente neutra. Entretanto, nenhuma política, nenhum planejamento pode ser politicamente neutro. Por trás de cada planejamento há sempre um Estado, e este planejamento reflete, necessariamente, a ideologia desse Estado. As condições, portanto, para a implantação de políticas de comunicação variam conforme variam as orientações político-ideológicas do Estado que pretende implantá-las (MOTTA, Luiz Gonzaga; SILVA, Ubirajara, 1976 *apud* RAMOS, 1992)

Dentro desta discussão, Ramos (1992) recorre a uma definição de *esfera pública* que se localiza próximo a uma compreensão do que é a sociedade civil. Para o autor, não mais se deve atrelar as políticas de caráter nacional exclusivamente ao Estado, mas, embora se estabeleça no seio deste, deve estar permeado das disputas antagônicas da sociedade.

Uma esfera pública assim concebida é a exacerbação da comunicação, na forma do mais radical debate democrático, que hoje se torna, potencialmente, cada vez mais possível graças ao desenvolvimento acelerado das tecnologias e processos constituintes de novos meios de comunicação. É esse desenvolvimento que traz consigo o referido potencial de re-constituição de uma esfera pública significativamente mais democrática do que se tem hoje, a partir da qual a sociedade poderá exercer, publicamente, o máximo controle sobre as instituições estatais. (RAMOS, 1992, p. 39)

Com o enfraquecimento dos militares e o início da “transição” para a democracia, a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 discute a comunicação social, que entra como um capítulo da carta magna brasileira. Entre as negociações entre os representantes da sociedade civil e o empresariado trouxe ganhos, no que se refere à inserções de aspectos importantes no texto constitucional – e também impediu maiores avanços em determinados sentidos, como em efetivar a formação de um conselho ou órgão que direcionasse políticas de comunicação.

4.2 O surgimento da EBC e a regulamentação do sistema de radiodifusão público

Até então, as emissoras de rádio e televisão administradas por órgão da União tinham basicamente propostas educativas e culturais. Essa experiência, de emissoras de rádio e televisão vinculadas ao estado e cuja programação era administrada por indicação direta dos representantes foi comum em regimes ditatoriais no Brasil e no Leste Europeu, como aponta Octávio Penna Pieranti em publicação de 2018, como resultado do seu trabalho de pós-doutorado na FAC/UnB.

Pieranti pontua que, no contexto dos anos 20 e 30, tanto emissoras comerciais como estatais faziam transmissões direcionadas para públicos em outros países. O autor cita que “em 1983, governos de pelo menos 80 países já transmitiam em mais de 30 línguas” (p. 72). Isso se dava pela falta de consenso desses países no que se referia à regulação de transmissões para territórios estrangeiros.

Outra vertente pontuada pelo autor é sobre as emissões internas dos países. Enquanto nos anos 60, as transmissões eram voltadas a uma finalidade de propaganda, tanto no rádio como na tv, exaltando a figura dos líderes, dos acordos e parcerias internacionais, dentre outras demonstrações ligadas à política, surge uma nova forma de rádio e televisão não voltadas a essa finalidades, que é um apelo mais voltado à cultura popular. (PIERANTI, 2018)

Em 1960, uma pressão para os países do centro-leste europeu adotou uma programação mais voltada a uma comunicação de massa cresce. Dessa forma, inicia uma “rotina cautelosa de licenciamento de conteúdos estrangeiros e de produções nacionais e locais mais relacionadas com a cultura popular, além de manter as transmissões esportivas, de dramaturgia e conteúdos educativos”. (PIERANTI, 2018)

O objetivo principal dessas mudanças é garantir que afastaria o interesse de emissoras ocidentais em países socialistas, mas também preservar principalmente a televisão como meio de comunicação forte para garantir a relação do estado com a sociedade. Além disso, transmitir conteúdo importado permitiria o preenchimento de programação, já que as emissoras não tinham condições de completar com conteúdo próprio. (PIERANTI, 2018)

O autor aponta que no contexto da transição dos governos autoritários dos países soviéticos para a democracia, há modelos distintos de transição nos sistemas de radiodifusão até aquele momento sob administração dos Estados. O autor elenca três modelos principais: “(a) o de incorporação, no qual a emissora do bloco socialista foi incorporada por outra, antes pertencente a um país distinto (caso da Alemanha Oriental); (b) o de desagregação, em que a emissora foi condida, tal como o país ao qual pertencia (casos de Iugoslávia, Tchecoslováquia e União Soviética); e (c) o de continuidade, em que a transição rumo ao PSB foi feita a partir da mesma estrutura existente antes da derrocada do regime socialista (demais países)”. (PIERANTI, 2018, p. 77)

No caso do Brasil, essa transição não foi bem delimitada no processo constituinte. Na carta magna, não há necessariamente uma divisão bem definida, já que prevê três sistemas de outorga de radiodifusão: público, estatal e privado, porém, o modelo institucional de comunicação brasileira permaneceu o mesmo de antes da constituinte. Dessa forma, há duas frentes de regulação: a da Constituição, que divide em modelos de sistemas, e da regulamentação dos serviços de radiodifusão pelas outorgas, separadas em comercial, educativa e comunitária. (VALENTE; 2010; p. 271)

Para Pieranti (2018), uma premissa fundamental para que se caracterizem emissoras públicas é a independência. O autor sugere quatro aspectos principais para determinarem o grau de independência da emissora de radiodifusão pública de forma que, quanto mais preservados, maior indício de independência das emissoras em relação aos governos:

(a) complexidade na indicação dos dirigentes, o que significa incorporar diferentes atores ao processo de escolha, pulverizando a influência de grupos e correntes políticas específicas; (b) estabilidade dos dirigentes e profissionais críticos, o que ajuda a preservar a equipe, independentemente das posições manifestadas na programação; (c) mecanismos de controle social para a fiscalização, pela sociedade, das atividades desenvolvidas pelas emissoras; e (d) fontes plurais de financiamento, de forma que a diminuição dos recursos provenientes de uma origem não comprometa as atividades em curso. (PIERANTI, 2018, P. 275)

Um marco para a comunicação pública no Brasil foi o surgimento da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Criada pela lei nº 11.652/2008 para gerir as rádios e televisões públicas federais, configurou um sistema pioneiro no país de comunicação pública. Dentre as emissoras subordinadas à empresa estão a TV Brasil, Rádios EBC, Radioagência Nacional e Agência Brasil.

O contexto da criação da empresa foi, além da necessidade de regular o artigo 223 da constituição, as discussões relacionadas à democratização da comunicação, ocorridas no seio do Partido dos Trabalhadores, eleito em 2002 para um primeiro mandato presidencial no Brasil.

Em 2003, já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi realizado pela Acerp o seminário “O futuro da TV pública”, em que se refletiu a preocupação com a publicidade da TVE do Rio de Janeiro. A Radiobrás passou a se esforçar na Agência Brasil, sem dar muita atenção às emissoras de rádio e para a TV Nacional de Brasília. Em 2006, o Ministério da Cultura e a Radiobrás realizaram o 1º Fórum de TVs Públicas, que reuniu o chamado “campo público de televisão”, onde se incluem as legislativas, universitárias e comunitárias. O resultado foi um diagnóstico e um plano de modificações para o surgimento de um efetivo sistema público de comunicação. Em 2008, a Associação Nacional de Rádio Públicas promoveu fórum semelhante, mas relacionado às estações de rádio.

O governo passou a direcionar sua atenção à criação de uma nova empresa pública de comunicação, que seria responsável por todas as emissoras pelo executivo federal. Em 2008, é aprovada a medida provisória que, posteriormente, se torna a Lei nº. 11.652, que institui a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Atualmente, a comunicação pública, no âmbito federal, é estruturada pelo governo federal, por meio da EBC, pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal, pelo Supremo Tribunal Federal (que operam em rádios, TVs e agências de internet) e pelo Exército (com apenas uma rádio em Brasília). (VALENTE, 2010, p. 274)

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) passou a administrar, em televisão, a TV Brasil – que surgiu da fusão da TV Nacional de Brasília e das TVEs do Rio de Janeiro e do Maranhão -, que foi criada para ser uma televisão efetivamente pública, voltando sua programação ao jornalismo e a conteúdos culturais; o NBR – canal do poder executivo – dedicado a acompanhar e divulgar os atos do governo federal; e a TV Brasil – Canal Integración (que posteriormente se tornou a TV Brasil Internacional), cujo objetivo era apresentar conteúdos relacionados à América Latina e ao Brasil.

No rádio, a empresa opera oito estações: Rádio Nacional da Amazônia (ondas curtas), Rádio Nacional Brasília (FM e AM), Rádio Nacional do Rio de Janeiro (AM), Rádio MEC (AM no Rio de Janeiro; FM no Rio de Janeiro e AM em Brasília) e Rádio Mesorregional do Alto Solimões (AM, em Tabatinga, Amazonas).

Já a nível estadual, de acordo com o levantamento do Interozes (2009 *in* VALENTE, 2010, p. 276), são 21 geradoras de televisão educativa, nos estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco (duas), Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina Sergipe, São Paulo e Tocantins. De acordo com a Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Culturais e Educativas (Abepec), essas emissoras operam 1.404 retransmissoras próprias, 88 geradoras e 218

retransmissoras afiliadas, somando 1.726 emissoras de TV.

Um ponto central nas empresas de comunicação pública é o modelo de gestão. Ele caracteriza prioritariamente a definição de emissoras públicas. No caso da EBC, a lei original propunha que a gestão se baseasse em quatro instâncias: conselho curador, conselho administrativo, diretoria executiva e conselho fiscal. O conselho curador objetiva deliberar sobre as diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas proposta pela diretoria executiva da EBC e observar o cumprimento dos princípios da Lei da EBC. É formado por vinte e dois membros, dos quais, dezenove são indicados pelo presidente da República: quatro representantes de ministérios, e quinze da sociedade civil. Os três restantes são um pela Câmara dos Deputados, um pelo Senado Federal, e outro pelos trabalhadores da EBC.

O conselho administrativo da EBC tem como atribuição deliberar sobre financiamento e gerenciamento de recursos físicos e humanos. É composto por cinco membros: o presidente, indicado pela Secretaria de Comunicação Social, um indicado pelo diretor-presidente da EBC; um pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; um pelo Ministério das Comunicações; e o último pelos sócios minoritários da empresa. O conselho fiscal avalia a execução financeira da empresa. É formado por três membros indicados pelo presidente da República, devendo contar com um membro do Tesouro Nacional.

Em 2016, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) sofreu alterações no seu modelo de gestão. O governo Michel Temer editou a Medida Provisória (MP) 744/2016 que extinguiu o conselho curador da emissora, passa a designar que o presidente da empresa deve ser nomeado diretamente pelo presidente da república, e a indexou ao Ministério da Casa Civil. Anteriormente, era vinculado ao Ministério das Comunicações. (BRASIL; MPV 744, de 1º de setembro de 2016)

Com a mudança de governo em decorrência do processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, e ascensão de Michel Temer, há mudanças de paradigmas na concessão de outorgas de radiodifusão educativa para instituições de ensino superior no país. Como reflete Pieranti (2019), em comparação às concessões nos governos Dilma e Temer de rádios educativas para instituições de ensino superior, há uma mudança de prática na concessão de outorgas. No governo de Dilma Rousseff, são editadas portarias que dão prioridades a instituições de ensino superior na obtenção de outorgas caso houvesse mais de um interessado. Além disso, foram instituídos Planos Nacionais de Outorgas, com cronogramas e dando mais transparência aos processos.

Entre 2011 e maio de 2016, quando há o impedimento de Dilma Rousseff, das 94 outorgas de rádios educativas, 59 foram destinadas a IES públicas (sejam universidades ou IFETs). Conforme acrescenta Pieranti (2019), no governo Temer é editada uma portaria que dá preferência

às instituições de ensino públicas em detrimento das instituições de ensino. No entanto, a nova publicação não proibia o proselitismo, que até então era considerada irregular.

A portaria anterior vedava esse tipo de manifestação em emissoras educativas; já a nova regulamentação não faz menção ao termo. Tacitamente, assim, passou a ser aceito, o que legitimaria, por exemplo, emissoras com programação eminentemente religiosa (PIERANTI, 2019, p. 54)

Como coloca o autor, o governo Temer, no âmbito da radiodifusão educativa, teve como característica principal, rever a política de estímulo a novas outorgas. O novo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações deixou de publicar o Plano Nacional de Outorgas (PNO). Pieranti (2019) sublinha que das mais de mil outorgas expedidas no governo Temer, menos de 1% foi para IES.

Das 1.833 outorgas de serviço de radiodifusão expedidas pelo governo Temer ao longo de pouco mais de dois anos e meio, apenas 30 (1,63%) são de emissoras educativas. Dessas, apenas 11 (36,6% do total de educativas, mas apenas 0,6% do total de outorgas de todos os serviços) são novas-estações universitárias (PIERANTI, 2019, p. 55)

Fica claro o fim de um estímulo – mesmo que se possa considerar sensível, no governo de Rousseff – para incentivo de concessões de outorgas por parte de instituições públicas de ensino. Ambos os governos tem em comum a falta de mecanismos que pudessem permitir novas fontes de recursos para a radiodifusão educativo. No entanto, há uma diferença ao perceber que se avançam as concessões principalmente de iniciativas privadas, e há uma autorização para o proselitismo religioso. Assim, percebe-se que há uma interrupção de uma construção de política pública por disseminação de um sistema de radiodifusão público.

Uma alternativa que muitas instituições encontram é o uso da internet e redes sociais para realizarem transmissões e interagirem com seus públicos. Como nos aponta Marta Lozano e Segurara Anaya (2014), o uso destas ferramentas permitem uma aproximação com o público ouvinte e também ferramentas de participação, como por meio de mensagens de texto ou de áudio. “A participação nas redes sociais amplia a colaboração entre as emissoras e a interação com os “ciber-ouvinte”, além da busca compartilhada por novos formatos, tornando-se um laboratório colaborativo de ideias” (p. 344)²⁵

Como veremos adiante, as rádios universitárias analisadas utilizam de maneiras distintas as ferramentas disponíveis em redes sociais e em suas páginas da internet para aproximação e contato com seu público.

²⁵ La participación en redes sociales amplia la colaboración entre emisoras y la interacción con el “ciberoyente”, además de la búsqueda compartida de nuevos formatos, convirtiéndose en un laboratorio colaborativo de ideas.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa empírica, qualitativa, aplicada, que consiste em levantamento de dados sobre as cinco rádios universitárias consignadas pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) nos estados das regiões Norte e Nordeste no Brasil. A coleta de dados se dá, inicialmente, a partir de uma pesquisa bibliográfica sobre estudos relacionados às rádios universitárias especificamente, bem como, de um modo geral, sobre radiodifusão pública e do papel que a EBC desempenhou e desempenha neste segmento.

A partir disso, localizamos as emissoras de rádio que fazem parte da Rede Nacional de Comunicação Pública em parceria com a EBC. A partir da tabela a seguir, inclusa no plano de trabalho do Conselho Curador da empresa em 2013, identificamos 10 canais consignados pela EBC e cujas entidades operadoras são universidades públicas federais. Destes canais, até aquele ano, quatro estavam em funcionamento, e seis se encontravam em fase de instalação. De acordo com levantamento nosso, em 2019, mais quatro emissoras estavam em funcionamento, totalizando oito.

TRANSMISSÃO DA REDE NACIONAL DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA - RÁDIOS							
FORMATO DA OPERAÇÃO	CONSIGNAÇÃO	ENTIDADE OPERADORA	EMISSORA/ CANAL	FREQUÊNCIA	SERVIÇO	CIDADE	ESTADO
DIRETA	EBC	EBC	Nacional do Alto Solimões - FM	98,1 MHz	FM	Tabatinga	AM
			Nacional do Alto Solimões - AM	870 kHz	AM	Tabatinga	AM
			Nacional de Brasília - AM	980 kHz	AM	Brasília	DF
			Nacional - FM	98,1 MHz	FM	Brasília	DF
			Nacional da Amazônia - OC	11780 kHz e 8180 kHz	OC	Brasília	DF
			MEC - AM	800 kHz	AM	Brasília	DF
			MEC - AM	800 kHz	AM	Rio de Janeiro	RJ
			MEC - FM	98,9 MHz	FM	Rio de Janeiro	RJ
			Nacional - AM	1130 kHz	AM	Rio de Janeiro	RJ
			(UFRR) 240E	95,9 MHz	FM	Boa Vista	RR
PARCERIA	EBC	UNIVERSIDADES	(UFMG) 283E	104,5 MHz	FM	Contagem	MG
			(UFS) 221E	92,1 MHz	FM	São Cristóvão	SE
			(UFPI) 244	98,7 MHz	FM	Teresina	PI
			(Marinha) 290E	105,9 MHz	FM	Corumbá	MS
			(Marinha) 260E	99,9 MHz	FM	Manaus	AM
			(Marinha) 256E	99,1 MHz	FM	São Pedro da Aldeia	RJ
			(Força Aérea) 218E	91,1 MHz	FM	Brasília	DF
			(Força Aérea) 211E	90,1 MHz	FM	Foz do Iguaçu	PR
			Aldeia - FM	98,9 MHz	FM	Rio Branco	AC
			Difusora Acreana	1400 kHz	AM	Rio Branco	AC
	EMISSORAS PARCEIRAS	REDE DE RÁDIO DA AMAZONIA	Cultura do Amazonas	485kHz	OT	Manaus	AM
			Difusora de Macapá	630 kHz	AM	Macapá	AP
			Cultura do Pará	93,7 MHz	FM	Belém	PA
			Difusora de Roraima	590 kHz	AM	Boa Vista	RR
			98 FM	98,1 MHz	FM	Palmas	TO
			(UFMS) 280E	99,9 MHz	FM	Campo Grande	MS
			(UFMT) 287E	106,3 MHz	FM	Cuiabá	MT
			(UNIFAP) 245E	98,9 MHz	FM	Macapá	AP
			(UFT) 245E	98,9 MHz	FM	Palmas	TO
			(UFSM) 300E	107,9 MHz	FM	Santa Maria	RS
EBC	NÃO INSTALADAS	(UFRO) 240E	95,9 MHz	FM	Porto Velho	RO	
		FAB - CANAL 218	91,1 MHz	FM	Alcântara	MA	

Figura 1: Quadro da Transmissão da Rede Nacional de Comunicação Pública em emissoras operadas diretamente ou em parceria com consignações pela EBC (EBC, 2013)

Portanto, a partir do recorte das emissoras localizadas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, nosso corpus fica delimitado em cinco emissoras, localizadas nos estados do Amapá, Roraima e Tocantins (Região Norte), Piauí e Sergipe (Região Nordeste). As cinco emissoras transmitem em serviço de frequência modulada (FM).

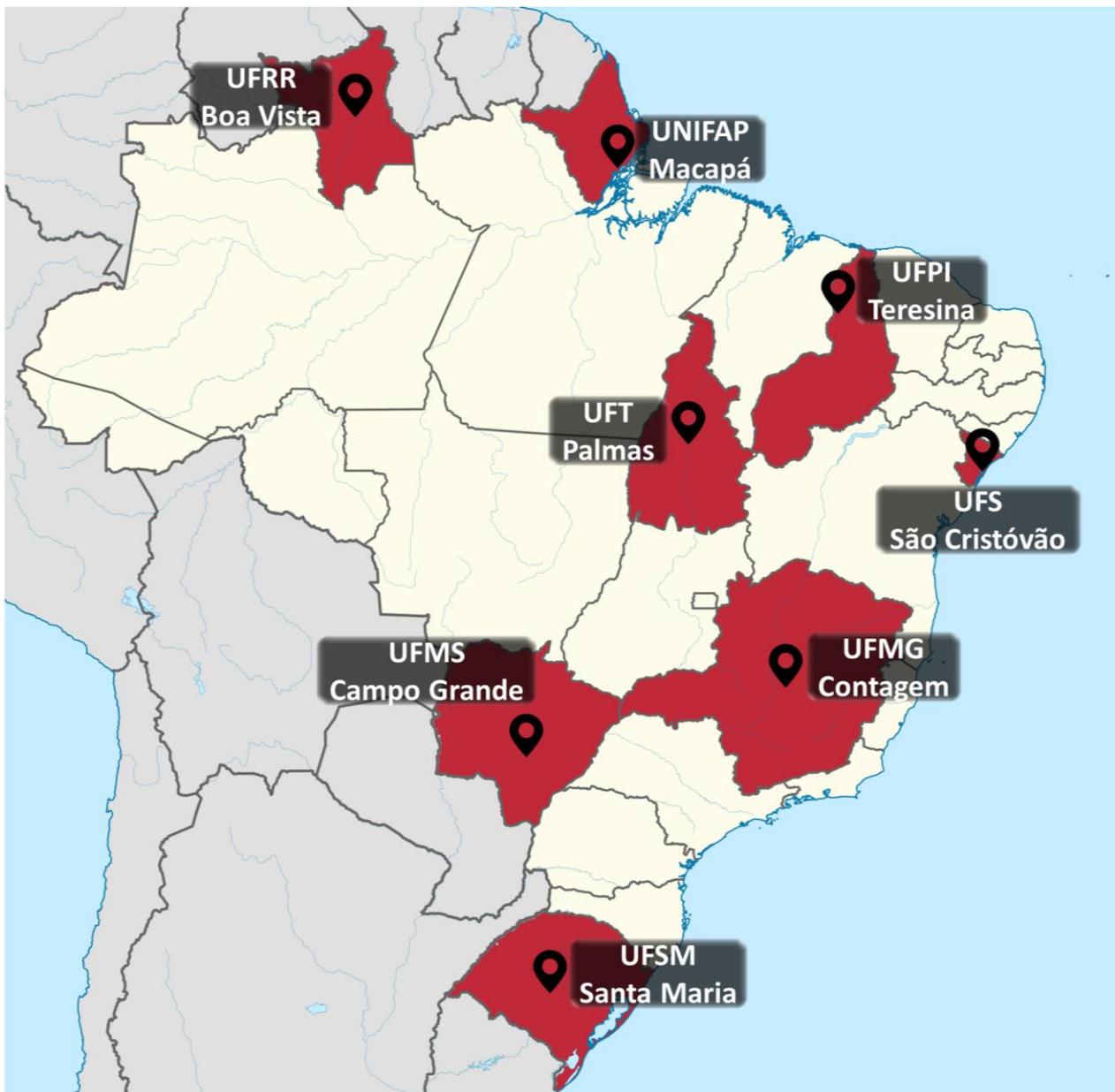


Figura 2: Mapa com a localização das rádios consignadas pela EBC sob administração de universidades em funcionamento em 2019 (autoria nossa)

5.1 Por que Norte e Nordeste?

Optou-se pesquisar as rádios universitárias consignadas pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) nas regiões geográficas Norte e Nordeste do país por se tratarem de regiões que, embora distintas em características climáticas, naturais, geográficas e sociais, apresentam semelhanças em desafios de superação da pobreza, desigualdade, proteção ambiental e cultural. Das cinco regiões geográficas do Brasil, apenas o Norte e o Nordeste são compostos por estados com um percentual de mais de 6% da população em situação de extrema pobreza, de acordo com os dados mais recentes do IBGE, de 2010.

Além disso, o levantamento do projeto Atlas da Notícia²⁶ indica que as regiões Norte e Nordeste são as que têm maior proporção de municípios considerados desertos de notícias. De acordo com este projeto, essa classificação se dá ao identificar municípios sem veículos próprios de conteúdo jornalístico, ou seja, onde não há produção de material noticioso relativo àquela localidade.

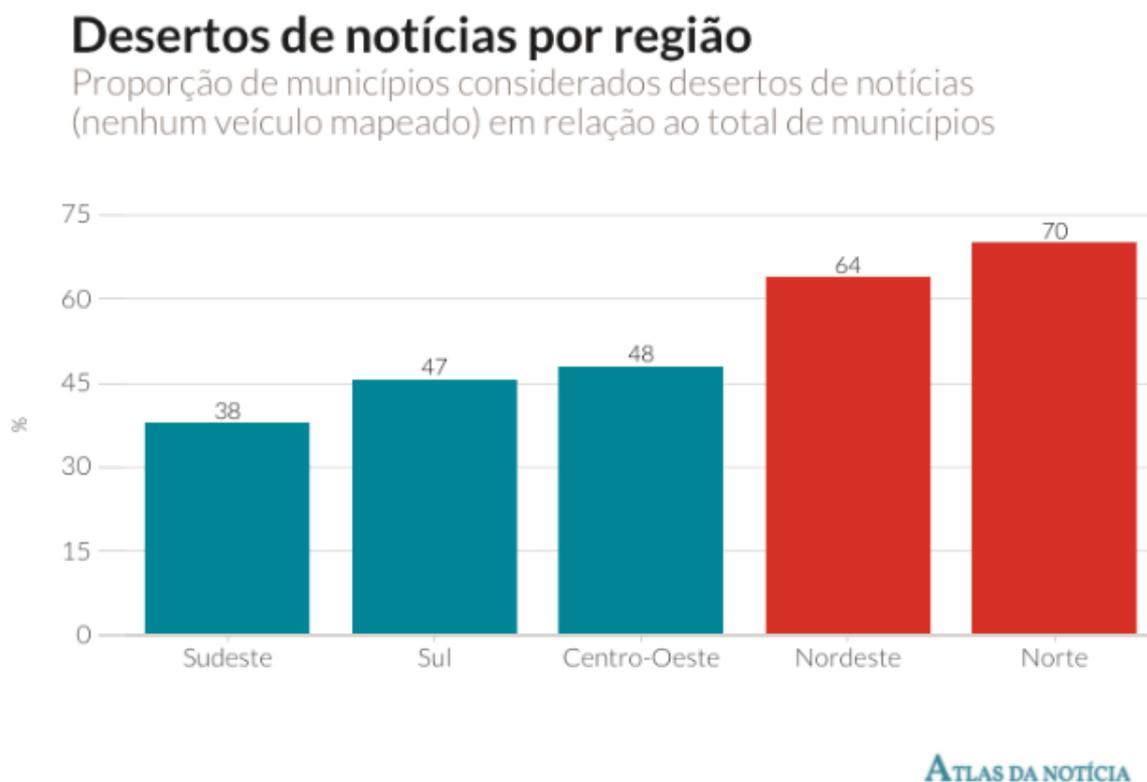


Figura 3: Gráfico comparativo dos Desertos de notícias por região. (Fonte: Atlas da Notícia)

Na Região Norte, são cerca de 70% dos municípios sem qualquer veículo próprio de comunicação. Já na Região Nordeste, este percentual é de 64%, o que faz as duas regiões se distinguirem das demais do país por ter em sua maioria a concentração de “desertos de notícias”.

Já em um retrato específico dos municípios pesquisados e que são área de abrangência das Rádios Universitárias, os dados do Atlas da Notícia apontam que as cinco capitais com cobertura de rádios universitárias consignadas pela EBC estão entre as oito capitais brasileiras com menor número de emissoras de rádio e televisão mapeadas pelo projeto.

²⁶ O projeto Atlas da Notícia é uma iniciativa do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor) em parceria com o Volt Data Lab. A metodologia do projeto é baseada na contabilidade de veículos de notícias no Brasil. Mais informações em: <https://www.atlas.jor.br/sobre/>

Rádio e Televisão

Número total de emissoras de rádio e televisão mapeadas em capitais estaduais e no Distrito Federal

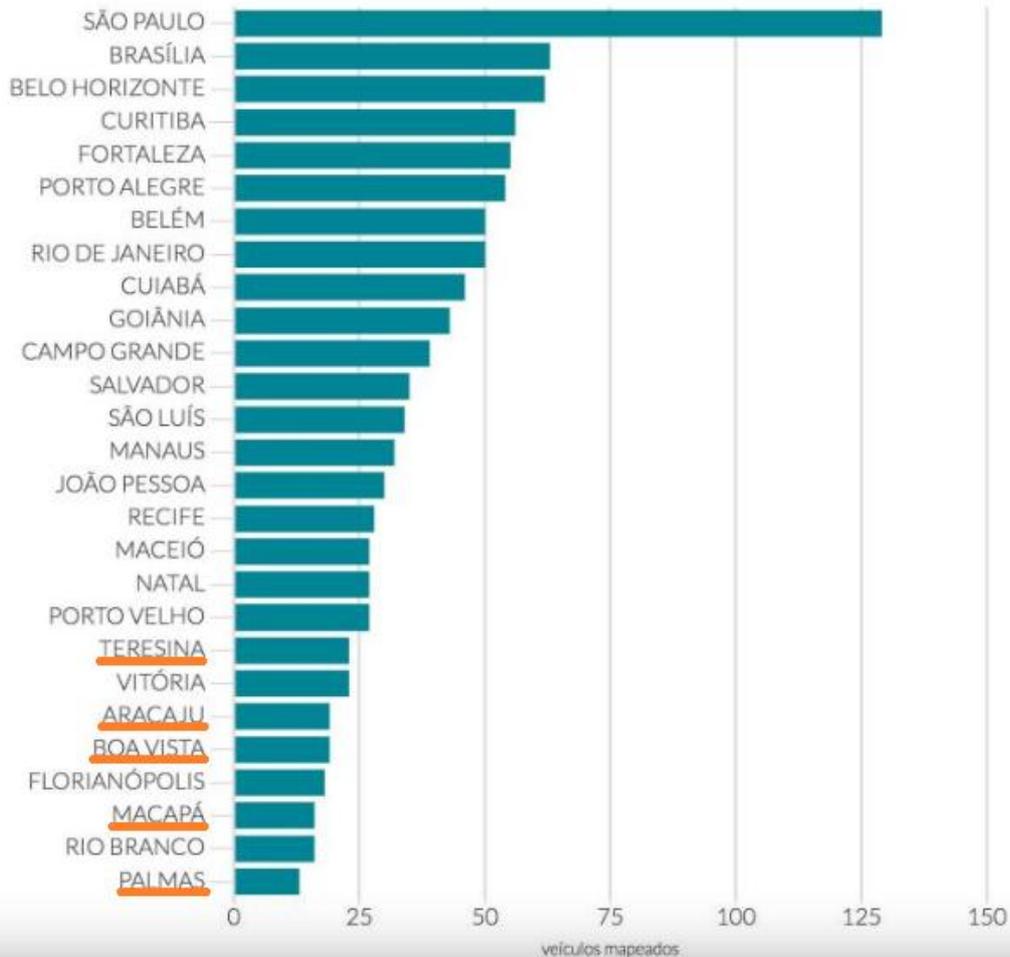


Figura 4: Gráfico com emissoras de rádio e televisão mapeadas nas capitais do Brasil. (Fonte: Atlas da Notícia)

Dessa forma, justifica-se também a pesquisa ao entender que as rádios universitárias também constituem em importante vetor de divulgação de informação local, uma vez que, conforme nos mostram os dados do Atlas da Notícia, estão localizadas nas cidades de Teresina, Boa Vista, Macapá e Palmas. Em Sergipe, a sede da rádio universitária é localizada na cidade de São Cristóvão, que faz parte da região metropolitana de Aracaju, e cuja frequência é sintonizável em parte da capital.

5.2 Por que entrevistas semiestruturadas?

Para se chegar a uma dimensão mais ampla e completa de que forma estão presentes nas rádios universitárias os indicadores-chave apontados no problema desta pesquisa (independência,

laboratório de ensino, experimentalismo, interesse público, e divulgação científica), foi considerado o método de entrevistas a partir de uma compreensão de que, indagando o responsável pela direção da emissora, funcionários, professores e estudantes sobre, obtém-se uma riqueza maior de informações e mais clareza sobre os processos explicitados.

Como aponta Duarte (2011, p.62), a entrevista tem como uma de suas vantagens a “flexibilidade de permitir ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas”. Para esta pesquisa, foi elaborado um roteiro de entrevistas baseado nos indicadores-chave, no entanto, aberto para que se pudesse retomar outras perguntas ou postulações partir das respostas dos entrevistados.

Como frisa Duarte (2011), “o uso de entrevistas permite identificar as diferentes maneiras de perceber e descrever os fenômenos (...) usada como base ou conjugada com diferentes técnicas, como observação, discussão em grupo e análise documental” (p. 63). Dessa forma, esta pesquisa também utiliza, junto às entrevistas, análise documental, e de observação.

O pesquisador foi presencialmente proceder as entrevistas semi-estruturadas nas rádios universitárias, de modo que pudesse conhecer a estrutura das rádios universitárias e acompanhar enquanto observador a rotina produtiva das emissoras. Optou-se por ir até as emissoras por conta da possibilidade de se visualizar além do que se pode extrair por meio de documentos ou páginas oficiais, bem como o que eventualmente poderia se conseguir por meio de questionários.

Estando presencialmente em cada rádio universitária, defende-se aqui que permite-se ver de uma maneira melhor o funcionamento de cada emissora de modo que se possa, durante a procedência das entrevistas semi-estruturadas, levantar questionamentos e indagações a partir do que a observação inicial do funcionamento da emissora e dos dados já pesquisados por meio de dados públicos sobre as emissoras apontavam.

Na maioria dos casos, optou-se por entrevistar primeiramente os diretores, para em seguida realizá-las com os demais indivíduos definidos para o corpus da pesquisa. Exceção feita às rádios da Universidade Federal de Sergipe (UFS), por conta da logística de estadia do pesquisador e atendendo a uma solicitação do diretor, e na Universidade Federal do Piauí (UFPI), pelo fato da aproximação do pesquisador com a rádio universitária desta universidade e o diretor da emissora ser também o orientador do trabalho.

O pesquisador passou um período entre três e quatro dias nas universidades federais do Amapá, de Sergipe, do Tocantins e de Roraima, seja observando as atividades no cotidiano da emissora, seja procedendo as entrevistas. Apesar do período exíguo, que não permite, por exemplo, uma compreensão do funcionamento de uma semana de cada emissora, permitiu o entendimento necessário para que se apresentasse, nas entrevistas, arguições que pudessem esclarecer melhor os processos.

Duarte (2011) aponta, no entanto, que embora as entrevistas sejam válidas para levantamento de questões por conta de seu caráter subjetivo. Para rigor científico, é preciso que se comprove a partir de outros meios. “A triangulação de dados com o acréscimo de fontes diversificadas de evidências, como documentos, observação e literatura e seu encadeamento consistente na etapa de análise, ajuda a garantir a validade dos resultados suportados por entrevistas em profundidade” (p. 68)

Questão central na escolha do método de entrevista semi-estruturada está a seleção de informantes. Para esta pesquisa, delimitou-se para cada rádio a entrevista do diretor da emissora, de dois funcionários (sejam efetivos ou terceirizados, caso ocorresse, a depender da emissora), dois professores, e três estudantes que participassem de programas ou de atividades na emissora.

Por conta da amplitude de temas possíveis de se trabalhar neste trabalho, dentro deste escopo priorizou-se, em caso de emissoras que disponibilizassem de espaço para atividades de laboratório de ensino para os alunos de radiojornalismo, entrevistar o professor responsável pela disciplina; bem como em emissoras em que houvesse atividades de extensão relacionadas à emissora, entrevistar estudantes ou professores envolvidos com esta atividade.

Em virtude de não haver uma regularidade em todas as emissoras na apresentação desse tema, não foi possível aplicar este direcionamento a todas. No entanto, manteve-se o que fora previamente estabelecido.

No que se refere à seleção dos entrevistados, o pesquisador ao entrar em contato com a direção das emissoras, informou que haveria a necessidade de entrevistas os demais integrantes da emissora. Ao fazer o primeiro contato nas rádios, buscou-se, por meio de seleção por conveniência, entrar em contato e proceder as entrevistas. Conforme explica Duarte (2011), “a seleção por conveniência é baseada na viabilidade. Ocorre quando as fontes são selecionadas por proximidade ou disponibilidade” (p. 69).

Escolheu-se entrevistar as diferentes categorias da comunidade universitária (docente – funcionário – estudante) pela possibilidade de perceber os diferentes atores presentes no dia-a-dia da rádio universitária, a partir de distintos pontos de vista, seja em atividades laboratoriais de radiojornalismo, na programação jornalística cotidiana, na parte operacional da emissora, e etc. “É importante obter informações que possam dar visões e relatos diversificados sobre os mesmos fatos. Pessoas em papéis sociais diferentes, recém-chegadas ou que tenham deixado a função recentemente, podem dar perspectivas e informações bastante úteis” (DUARTE, 2011, p.69)

Utilizou-se como instrumento de coleta a gravação em áudio e vídeo, e a escolha dos ambientes se deu a partir da necessidade de cada entrevistado. A maior parte delas ocorreu nas sedes das próprias rádios universitárias, no entanto, o pesquisador se adequou a eventuais necessidades, como em localizar professores em salas próprias, ou estudantes em locais que fossem

melhor convenientes do que a própria sede da emissora.

As entrevistas ocorreram de forma anônima e não há a identificação dos participantes. Isto porque considerou-se que com o anonimato, os entrevistados poderiam se sentir mais à vontade para falar sobre os temas da pesquisa. Os procedimentos de entrevistas foram submetidos e aprovados pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFPI, e cadastrados na Plataforma Brasil pelo número CAAE 24238819.3.0000.5214.

5.3 Por que análise documental?

Optou-se por analisar documentos nesta pesquisa em virtude do objetivo de identificar de que forma estão normatizados por meio de resoluções, regimentos ou outros documentos os indicadores-chave em questão nesta pesquisa. Inicialmente, o objetivo era recolher também os contratos das emissoras com a EBC. No entanto, no momento da coleta de dados da pesquisa, ocorreu o processo renovação dos acordos de cooperação entre a estatal e as universidades, com a finalidade de estabelecer a Rede Nacional de Comunicação Pública da EBC. Por conta disso, nem todas as emissoras estavam com suas renovações concluídas no momento da coleta de dados desta pesquisa.

No entanto, permaneceu a análise a partir dos regimentos internos, ou documentos equivalentes, e o de portarias ou resoluções das emissoras. Por conta da distinção das experiências, nem todas dispunham de regimento interno, de diretrizes ou documentos equivalentes. Ainda assim, no entanto, optou-se por manter a coleta destes dados por permitir uma visão de parâmetros distinta das que as entrevistas poderiam fornecer.

Como discute Moreira (2011), a análise documental compreende, ao mesmo tempo, método e técnica. Por ser qualitativa, “verifica o teor, o conteúdo do material selecionado para análise” (p. 272). Requer cuidado por se tratar de fontes secundárias, sendo importante contextualização a respeito do documento, bem como assinalar sua origem. “Além da pesquisa do objeto específico faz-se necessária a apuração paralela e simultânea de informações que complementam os dados coletados.” (p. 275)

Além disso, objetivamos, a partir das páginas das emissoras na internet, identificar características relativas à grade de programação, e à participação do público ouvinte. Dessa forma, objetivamos dispor de informações necessárias para localizar o que move a pesquisa, que são os indicadores enquanto radiodifusão pública e especificamente, como rádios universitárias.

A princípio, pensou-se na aplicação de questionários aos diretores antes de proceder as entrevistas semi-estruturadas. No entanto, por conta da logística da pesquisa, não foi possível realizar essa aplicação. Buscou-se, então, com a pesquisa em campo nas rádios, priorizar que as

entrevistas com os diretores fossem as primeiras, para um levantamento mais amplo de informação sobre a emissora, para que a partir disso, se realizassem as entrevistas com os representantes das demais categorias.

5.4 Indicadores-chave analisados

Inicialmente, considerou-se os indicadores chave: independência, laboratorial, experimentalismo, educativo/cultural/artístico e divulgação tecno-científica. No decorrer do processo, com a participação de discussões acerca do tema em congressos, e também com a verificação a partir das informações coletadas nas emissoras, decidiu-se renomear dois indicadores: de educativo/cultural/artístico para interesse público, e de divulgação tecno-científica para divulgação científica.

A seguir, com a explicitação de cada indicador-chave, está a explicação da escolha dos termos e o que levou à mudança da categorização de acordo com o desenvolvimento da pesquisa e dos dados coletados.

5.4.1 Independência

A premissa da independência em emissoras de radiodifusão pública sugere que este ambiente seja um palco livre de ideias e opiniões, sem a interferência ou imposição de agentes governamentais, ideológicos, econômicos, políticos, etc. Essa premissa é fundamental ao se especificar, dentro do campo público, as emissoras universitárias, uma vez que a universidade, em si, é caracterizada por ser o espaço da pluralidade e da divergência de pensamentos. O papel dessas emissoras é, também, evidenciar as discussões que ocorrem dentro do ambiente universitário, mas que perpassa a sociedade como um todo.

Silva (2013) recorre aos quatro princípios da UNESCO para a mídia pública (universalidade, diversidade, independência e diferenciação) para elencar os seguintes eixos que considera fundamentais especificamente para a estrutura de organização: transparência (referente à publicização sobre funcionamento, dados orçamentários, relatórios, etc); participação (colegiados deliberativos, participação de representantes de diferentes setores da sociedade, etc.); autonomia administrativa (a partir do grau de vinculação dos membros do colegiado com o titular da organização ao qual pertence); e independência financeira (receitas próprias, receita oriundas de tributos, etc).

Uma característica importante para identificar o grau de independência reside na localização das emissoras no organograma das universidades, ou seja, se são vinculadas à reitoria, às

assessorias de comunicação, aos centros de ensino, ou núcleos próprios. Como nos indica Mustafá e Kischinhevsky (2018), para além da subordinação, é válido identificar se a indicação do diretor ou gestor da emissora é direta pelo reitor, e como se dá – quando tem – a composição dos conselhos deliberativos da emissora.

5.4.2 Laboratorial

Caracterizamos enquanto aspecto laboratorial a possibilidade das rádios universitárias servirem de espaço de prática profissional, de modo que os estudantes adquiram um contato com a experiência do mercado de trabalho dentro das universidades.

Assim, os alunos podem participar das atividades desenvolvidas na emissora, permitindo aos estudantes o acúmulo de experiências que permitam o trabalho em outras emissoras tanto públicas como privadas. No entanto, uma outra característica dessas emissoras é o experimentalismo, que permite que os estudantes possam experimentar formatos e modelos radiofônicos não vigentes nas rádios comerciais.

Esta premissa consiste em possibilitar ao alunado, além de aprender a técnica para o exercício profissional, que estes possam usar da criatividade e inovar no conteúdo a ser abordado. No entanto, o nível deste aspecto varia entre as emissoras, já que em algumas, o índice de estudantes é inferior, e em outras, há uma participação maior.

Quanto à participação de estudantes da área de Comunicação, Deus (2003) aponta que esta experiência permite associar à formação do futuro profissional, uma capacidade crítica, de lidar com a pluralidade, o interesse público e uma aproximação com as questões sociais. Além disso, o contato com a experiência específica a partir das especificidades das emissoras universitárias, permite uma aproximação com o conhecimento científico, com os personagens que desenvolvem pesquisas, e a um fazer jornalístico mais pautado em uma perspectiva de jornalismo de interesse público – de alguma forma, também contribuindo para uma transformação no jornalismo de um modo geral, mesmo na estrutura comercial.

No entanto, além dos alunos da área de Comunicação, pesquisadores das mais diversas áreas podem ter nas rádios universitárias espaços para abordar discussões e permitir experiências diferentes aos estudantes. Além disso, o espaço pode servir de laboratório também no que se refere às áreas técnicas, como engenharias e tecnologia da informação, a partir de estudos de mecanismos de otimização nos equipamentos da rádio.

5.4.3 Experimentalismo

Categorizamos como experimentalismo a possibilidade de apresentar formatos e modelos de programação radiofônica diferentes do praticado nas rádios comerciais. Este aspecto está ligado ao laboratorial, uma vez que a participação de estudantes é crucial no trabalho de inovar e experimentar novos formatos sonoros. No entanto, a diferença entre ambos reside no fato de que o laboratorial se caracteriza por um modo de organização das emissoras, que permitem que estudantes componham seu quadro de pessoal com um intuito profissional; o experimentalismo se dá a partir do conteúdo que a rádio universitária veicula, se objetiva ou não transmitir uma programação que supere os formatos e modelos já experimentados e replicados nas demais emissoras de rádio – sejam comerciais ou públicas.

Enquanto as emissoras de rádio comerciais se arraigam em modelos de programas radiofônicos já experimentados e consolidados para garantir a audiência, entendemos como papel das emissoras universitárias permitir que se experimente formatos e modelos de programas diferentes dessas emissoras.

Deus (2003) frisa o caráter experimental das rádios universitárias como um espaço que permite “liberdade” para uma inovação de conteúdos que a diferencia do modelo de rádio comercial. Dessa forma, para a autora, além do ensino mesclado com a atividade, a transmissão de conteúdo alternativo faz parte da identidade da emissora universitária.

Os estudantes, ao mesmo tempo em que têm no rádio o ambiente para aprender sobre a técnica do meio, e também sobre os formatos sonoros já consolidados e padronizados, podem ir além e tentar experienciar novos formatos e abordar diferentes conteúdos. O fato de os estudantes serem pioneiros no processo de ensino-aprendizagem permite que, nos casos de não-sucesso, identifique-se os equívocos, e como corrigir e originar novas alternativas.

Na atualidade, com as múltiplas possibilidades que as tecnologias digitais e as plataformas na internet estão apresentando, esta premissa já nem se fecha tanto nestas emissoras, uma vez que as possibilidades de experimentação estão mais fáceis nas ferramentas virtuais. No entanto, algumas rádios universitárias ainda associam suas práticas a este papel.

Essas rádios também consistem em espaços para programação musical diferente das emissoras comerciais. É nas universitárias onde bandas autorais com músicas que experimentem novos modelos e formatos têm a visibilidade e podem divulgar sua produção independente.

Dessa forma, identificamos que as possibilidades de experimentação nestas emissoras vão para além do conteúdo jornalístico ou educativo/cultural, mas também enveredando por outros aspectos, como o ficcional, artístico e musical.

5.4.4 Interesse público

Este indicador, inicialmente denominado nesta pesquisa como educativo/cultural/artístico, consiste no teor do conteúdo a ser divulgado pelas emissoras universitárias. A primeira terminologia considera uma premissa baseada nas concessões, caracterizadas como de rádios educativas. Antes, por conta desta questão legal e da autodefinição enquanto emissoras educativas, suas finalidades eram a transmissão de conteúdo educativo com programas instrucionais, tanto de alfabetização como formação de outras áreas. Hoje, a característica educativa se reconfigura. Da mesma forma, o conteúdo cultural e artístico. Antes, se partia de uma concepção na qual havia um cultura erudita a ser difundida entre as massas e que o rádio desempenharia papel importante nisso; hoje, a programação destas emissoras atualmente direciona a um conteúdo cultural de forma que valorize a cultura popular. Como citou-se anteriormente, existe uma grande diversidade de experiências de rádios universitárias.

A mudança na terminologia se dá por considerar que “interesse público” é o eixo central da programação destas emissoras. O conteúdo de teor educativo, cultural e artístico também está contemplado, bem como o jornalismo público. No entanto, pode-se considerar que houve uma reconsideração com o decorrer do tempo. Antes, mais diretamente voltado ao educativo, as emissoras públicas compartilhavam de uma noção de “educar/formar as massas” através do novo meio de comunicação que atingia a todos os públicos. Tanto em fornecer conteúdo formativo, como em coberturas de atividades e eventos culturais.

Como aponta Barbosa Filho (2009), o campo da Educomunicação tem apresentado novas produções educativas nas rádios, permitindo usos diferentes de recursos de mídia. O autor elenca os seguintes formatos radiofônicos dentro do gênero educativo-cultural: programa instrucional, audiobiografia, documentário educativo-cultural e programa temático.

Dessa forma, o interesse público deve ser um guia fundante da programação das rádios universitárias, por ser uma diferenciação direta de emissoras de rádio comerciais. Dentro do campo público, tem como distinção principal, o fato de poder dar espaço para o ambiente universitário, que é polo de expressividade artística e cultural, o que faz dessas emissoras, por conta da proximidade, um potencial meio de difusão.

5.4.5 Divulgação científica

Este indicador, que inicialmente denominamos como Divulgação tecnocientífica em virtude

da categorização de Barbosa Filho (2009), consiste em uma característica comumente associada às rádios universitárias. Como frisamos no início, consideramos que todos os indicadores perpassam uns pelos outros. A divulgação científica certamente dispõe de um aspecto de interesse público. No entanto, consideramos um indicador próprio no quesito de nos voltarmos a entender de que modo cada emissora leva esta premissa para sua realidade local.

Barbosa Filho (2009, p. 109) cita a Divulgação tecnocientífica como um dos formatos do gênero jornalístico e que tem como função “divulgar e, conseqüentemente, informar a sociedade sobre o mundo da ciência, com roteiros apropriados e linguagem que seja acessível à maioria da população”.

Embora a nossa conceituação possa categorizar uma perspectiva que se sobreponha ao gênero jornalístico, consideramos, em linhas gerais, que esta é uma finalidade e premissa para as rádios universitárias, já que a universidade é um ambiente no qual se desenvolvem pesquisas e a construção do conhecimento científico das mais diversas áreas.

Deus (2003) aponta essas emissoras como “veículos do saber científico, cultural, político, filosófico e musical”. A autora sugere pensar o conteúdo científico nas rádios para além da simples transmissão de informações sobre ciência, mas a partir de um “envolvimento ativo” com a sociedade no qual a rádio e a universidade estão inseridos.

Outro aspecto, como já citado, é o que a Rede de Rádios Universitárias da América Latina e do Caribe (RRULAC) apresenta, sobre a comunidade científica ver nas rádios universitárias um instrumento importante para se apresentar e discutir o conhecimento científico. Dessa forma, as emissoras são mais do que espaços para se falar sobre ciência, mas, junto a uma premissa de radiodifusão pública, fazer do tema “ciência” algo diretamente ligado à realidade das pessoas e promover uma aproximação dos laboratórios, das discussões que ocorrem entre as paredes das salas de aula, e dos periódicos de divulgação científica, com a comunidade. Assim, a rádio universitária permite uma aproximação da sociedade não só da ciência, mas da universidade e da própria emissora.

A partir desses indicadores, elencamos tais questões para construir as informações relativas aos modelos das cinco emissoras que serão analisadas neste trabalho de pesquisa:

Estrutura e Funcionamento:

1 – Gestão e premissa da independência: a emissora dispõe de um regimento interno? Qual é a missão, os valores, e a visão da emissora? Qual a relação da emissora com a administração superior da universidade? Qual a relação da emissora com a EBC? Em que local se localiza no

organograma de suas instituições Como se dá a indicação de diretores? Existe algum conselho consultivo de administração ou programação? Há a participação dos distintos segmentos da comunidade universitária (docentes, discente, funcionários) neste processo? De que forma a emissora está presente na internet? Há transparência na prestação de contas da emissora? Como se dá o financiamento da emissora?

2 – Participação dos corpo discente: há a participação de estudantes da universidade na programação da rádio? Que vínculos é possível os alunos criarem com as emissoras (bolsistas, estagiários, etc.) De que forma se dá a participação? Que funções desempenham? Há atividades de ensino ligadas à emissora? Estudantes de que cursos participam da emissora? Estudantes de outras universidades ou instituições de ensino participam? Há projetos de extensão vinculados a esta emissora, nos quais os alunos participem?

Conteúdo e Programação

1 – Experimentação de formatos radiofônicos: a rádio se reconhece como espaço para experimentação de conteúdo radiofônico? Há o incentivo ou não de utilizar formatos radiofônicos alternativos na emissora universitária? Quais experiências a emissora considera que são de experimentação sonora? A emissora dispõe de espaço para a transmissão de música local autoral e independente?

2 – Produção e veiculação de conteúdo educativo-cultural e artístico: de que forma a rádio dispõe realiza transmissão de conteúdo educativo-cultural? Como a emissora define conteúdo educativo-cultural? Há a transmissão de conteúdo artístico? De que forma a emissora está vinculada à produção artística da cidade e da região onde está inserida?

3 – Produção e veiculação de conteúdo de divulgação técnico-científica: Que relação a emissora tem com outros segmentos da universidade, no sentido de ser um espaço de divulgação das pesquisas e atividades desenvolvidas na instituição? De que forma a rádio dispõe de conteúdo de divulgação técnico-científica? A emissora se reconhece como espaço para divulgação de pesquisas científicas? A rádio sente que é considerada por pesquisadores, professores e realizadores de atividades acadêmicas como espaço primordial para tal divulgação?

5.5 – Introdução sobre as rádios

A coleta de dados da pesquisa ocorreu entre os meses de setembro e novembro de 2019, tendo o pesquisador inicialmente procedido a coleta na Rádio Universitária, da UNIFAP; em

seguida, na Rádio FM Universitária, da UFPI, que é a instituição pela qual o pesquisador está realizando a pesquisa; depois, na Rádio UFS FM, da UFS; em seguida, na Rádio UFT FM, da UFT, e por fim, na Rádio Universitária da UFRR.

Optou-se, no entanto, por fazer tanto a apresentação, como seguir a ordem nos capítulos relativos às análises, começando pela região Nordeste, seguindo pelo Norte, e em ordem alfabética. Considera-se que não haverá prejuízo na compreensão e que fica mais didático e organizado para o entendimento.

5.5.1 – RÁDIO FM UNIVERSITÁRIA – UFPI (Piauí)

A Universidade Federal do Piauí foi criada em 1968 e oficialmente instalada em 1971 com a integração do Instituto de Ciências Exatas e Naturais; do Instituto de Filosofia, Ciências humanas e Letras; da Faculdade de Direito, da Faculdade de Odontologia; da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Administração de Parnaíba. Com 49 anos de existência, se configura como uma das principais instituições do Piauí, contribuindo com ensino, pesquisa e extensão para o estado nos seus campi em Teresina, Parnaíba²⁷, Picos, Bom Jesus e Floriano.

A Rádio Universitária da UFPI começa sua trajetória em 2005, com a autorização por parte da então Radiobrás para que a instituição opere serviço de radiodifusão em Teresina. A partir disso, se iniciaram os trabalhos para aquisição de equipamento e construção da estrutura necessária para pôr a rádio em funcionamento.

Em 2008, começam as transmissões em caráter experimental. No dia 09 de setembro de 2011, ocorre a inauguração oficial da emissora. Já no início, a emissora se dispunha como ponto de ensino-aprendizagem do curso de jornalismo, por meio do programa Revista Universitária, que foi o primeiro da emissora, e que era uma parceria com a disciplina de Laboratório Avançado em Radiojornalismo.

A emissora, no entanto, não se restringia a isso, e outros programas foram surgindo com distintas características, dentre os quais se destacam o Gira Poesia, Universitária Esportiva, Música e Notícia e Microfonia.

Com a mudança de direção, a rádio passou por uma reformulação que instaurou rotinas produtivas que fez com que houve uma maior interação entre os programas e um modelo de redação jornalística - que fez com que a emissora se caracterize mais pelo seu jornalismo e ordene assim a sua grade de programação.

Atualmente com três funcionários efetivos, além do diretor, e um terceirizado, a emissora é composta majoritariamente por estudantes, que em sua maioria são bolsistas. Em 2019 eram 10

²⁷ Em 2017 foi sancionada a criação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPa) por desmembramento do Campus Ministro Reis Velloso da UFPI, em Parnaíba. Em 2019, foi nomeado o reitor pró-tempore, inaugurando oficialmente o processo de transição. Atualmente, o campus ainda se encontra ligado à reitoria da UFPI.

bolsas ligadas à Rádio Universitária.

A Rádio Universitária é ligada à Superintendência de Comunicação Social da instituição que, por sua vez, é ligada à reitoria. Atualmente, a emissora está com uma grade de programação mais resumida, após já ter tido uma maior produção própria de programas tanto gravados como ao vivo, dos mais diversos formatos e gêneros.

A relação do curso de jornalismo com a emissora se dá, principalmente, com a disciplina de Prática III - Radiojornalismo, em que há a produção e veiculação do radiojornal “Repórter Cigarra” por parte dos alunos e supervisionado pelo professor da disciplina. A prática é dividida em apresentações de programas gravados e ao vivo.

Em seu site, a emissora define que sua programação “abrange o jornalismo, as artes, o apoio cultural e a realização de programas e projetos de acordo com o interesse da universidade, dos universitários e seu público de interesse” (RÁDIO FM UNIVERSITÁRIA, 2017). Traça, ainda, que se propõe a ter relação com o curso de Comunicação Social da instituição, e que tem havido demanda por parte de diferentes segmentos da comunidade universitária da UFPI, como ouvidoria, campi, centros, colégios técnicos, departamentos, sindicatos, centros acadêmicos, grupos de estudo, dentre outros.

No site da emissora também é disponibilizada a grade de programação. No site percebe-se um dispositivo de execução em *streaming*, no entanto, diferente das demais emissoras, não possibilita a execução da programação



Figura 5: Rádio FM Universitária 96.7 da Universidade Federal do Piauí (Imagem: Youtube)

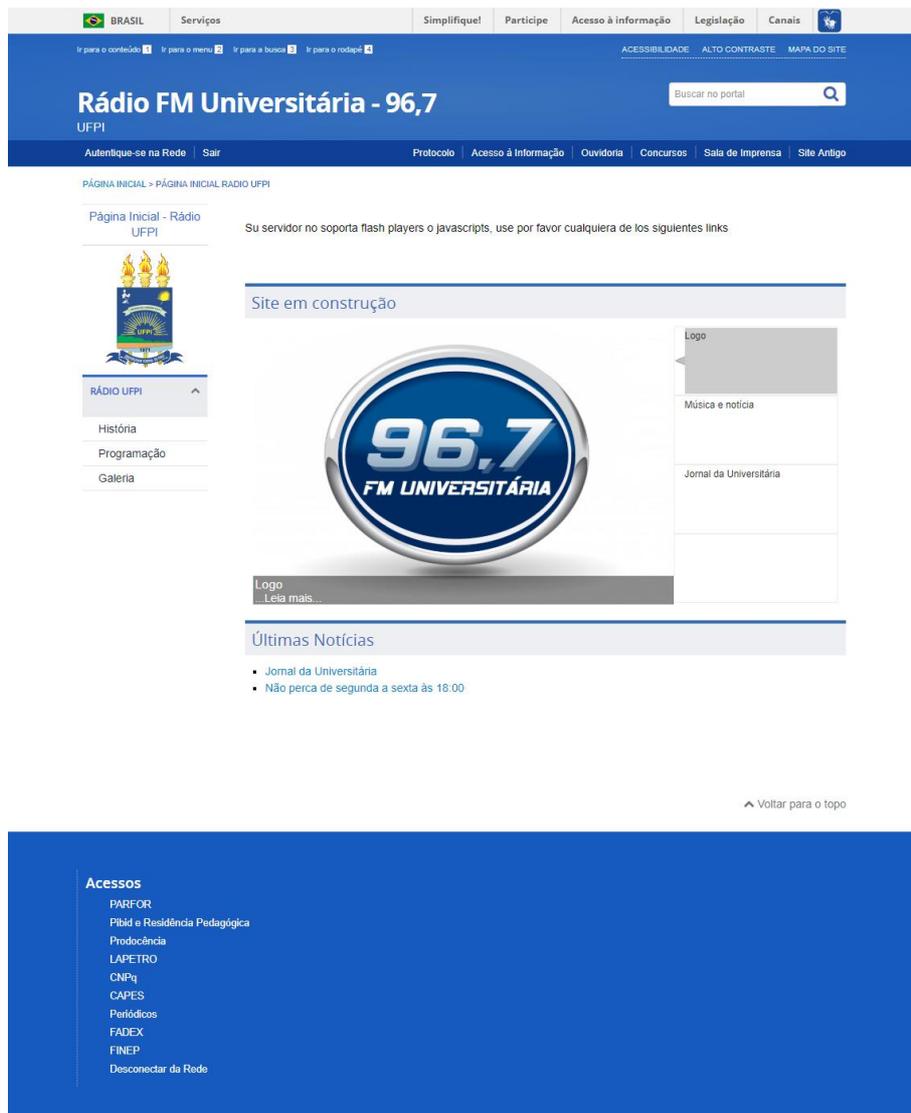


Figura 6: Layout do página da Rádio FM Universitária 96,7 na internet (RÁDIO FM UNIVERSITÁRIA, 2019)

PROGRAMAÇÃO – RÁDIO FM UNIVERSITÁRIA (UFPI) 96,7					
	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
05h as 06h55	Brasil Rural (EBC)				
06h55 às 07h	Bibi, vem história aí! (EBC)				
07h às 07h30	Repórter Nacional (EBC)				
8H às 9h	Música e Notícia				
9h30 às 10H	Direto da Rua				
10h às 10h10	Nacional Informa (EBC)				
10h30 às 11h	Foco Esportivo				
11h10 às 12h	Musicalizando	Musicalizando	Musicalizando	Musicalizando	Musicalizando
12h às 12h30	Repórter Nacional (EBC)				
12h30 às 13h	Jornal da Universitária				
13h às 14h	Programação musical				
14h às 14h10	Boletim local				
14h10 às 15h	Progr. musical				
15h às 15h10	Nacional Informa (EBC)				
15h10 às 16h	Programa de ao vivos				
16h às 17h	Balaio Pop	Microfonia	Balaio Pop	Microfonia	Balaio Pop
17h às 17h10	Nacional Informa (EBC)				
17h10 às 17h30	Repórter Cigarra	Progr Musical	Repórter Cigarra	Progr Musical	Repórter Cigarra
18h às 18h30	Repórter Nacional (EBC)				
18h30 às 19h	Series Especiais	Progr Musical	Progr Musical	Progr Musical	Autores e Livros
19h às 20h	A Voz do Brasil				

20h às 21h	Progr. Musical	Progr. Musical	Pauta Musical	Clube do Vinil	Progr. Musical
21h às 22h	Kalimba	Progr. Musical	Progr. Musical	Progr. Musical	Memória do Rock
22h a 00h	Acervo	Acervo	Acervo	Acervo	Acervo

Tabela 4: grade de programação de segunda a sexta da FM Universitária, disponibilizada ao pesquisador (RÁDIO FM UNIVERSITÁRIA, 2020)

	SÁBADO		DOMINGO
05h as 07h	Progr. Musical	00h às 03h	No tabuleiro do Brasil
07h às 08h	Brasil Rural	03h às 08h	Progr. Musical
08h às 11h	Progr. Musical	08h às 10h	Natureza Viva
11h às 12h	Na trilha da história	10h às 10h30	Casa da Árvode
		11h às 12h	Aplauso
12h às 12h10	Nacional Informa	12h às 13h	Samba da Minha Terra
12h10 às 13h10	Roda de Choro	13h às 14h	Baú Musical
13h10 às 15h	Progr. Musical	14h às 15h	Progr. Musical
15h às 15h10	Nacional Informa	15h às 15h10	Nacional Informa
15h10 às 16h	Estadium	15h10 às 18h	Progr. Musical
16h às 18h	Progr. Musical		
18h às 18h30	Então, foi assim?	18h às 19h	Progr. Musical
18h30	Progr.	19h	Sintonia Jurídica (reprise)

0 às 20h	Musical		às 20h	
20h às 21h	Faixa Contemporânea		20h às 21h	Passado a Limpo (reprise)
21h às 22h	Progr. Musical		21h às 22h	Clube do Vinil (reprise)
22h à 00h	Som Temporâneo		22h à 00h	Progr. Musical

Tabela 5: grade de programação dos fins de semana da Rádio FM Universitária, disponibilizada ao pesquisador (RÁDIO FM UNIVERSITÁRIA, 2019)

5.5.2 – RÁDIO UFS FM – UFS (Sergipe)

A UFS foi criada pela junção de seis escolas superiores ou faculdades que funcionavam em Sergipe, cujo projeto inicial se dá em 1967 e instalação oficial em 1968. Em mais de 50 anos de história, a instituição é um importante vetor de pesquisa, ensino e extensão no estado, através de seus seis campi, sendo o principal em São Cristóvão, e os demais em Aracaju, Lagarto, Itabaiana, Laranjeiras e Nossa Senhora do Socorro.

A Rádio UFS FM começou sua trajetória com o convênio firmado entre a então Radiobrás e a UFS em 2004. Com o prédio inaugurado oficialmente em 2007, iniciou suas transmissões oficialmente no ano seguinte, em 2008. O curso de comunicação participou ativamente, de acordo com o diretor da emissora, para a implementação da emissora.

Com uma programação centrada em tres radiojornais: um pela manhã, o Repórter Nacional, um pela tarde, Jornal da UFS - 1ª edição, e um a noite, Jornal da UFS - 2ª edição, a emissora mescla na grade programas oriundos de projetos de extensão da universidade, e programas de teor cultural e musical produzido pelos próprios funcionários da emissora.

Em 2019, a emissora conta no seu quadro com 5 servidores efetivos, 6 funcionários terceirizados (que funcionam como prestadores de serviço), e 10 bolsistas dos cursos de Comunicação da UFS (Jornalismo, Publicidade e Cinema e Audiovisual).

Diferentemente das outras emissoras, não há uma relação direta entre os cursos de Comunicação e a Rádio UFS como atividade laboratorial. No prédio da emissora está situado o laboratório de rádio, em que os alunos de disciplinas ligadas a áudio e som fazem uso para as disciplinas. No laboratório, existe um técnico específico para dar suporte a essas disciplinas. No entanto, não há ligação direta das disciplinas com a programação da rádio.



Figura 7: Área externa da Rádio UFS FM. Ao fundo, atrás da árvore, está o prédio da emissora, e também é possível ver a antena e parte do estacionamento. (Imagem: Roberto Araujo)

No caso da Rádio UFS, a emissora é subordinada à Diretoria de Editoração, Comunicação Institucional e Produção Audiovisual (DECAV) que, por sua vez, é ligada à Reitoria. No prédio da rádio universitária também fica localizada a Produtora Audiovisual, que também é subordinada ao DECAV, porém, em sala ao lado. Foi criado, com o regimento da Reitoria aprovado em 2018, o Sistema Universitário de Rádios Educativos. Isso porque a instituição conseguiu concessões em dois municípios do interior de Sergipe: Lagarto e Itabaiana. No entanto, as emissoras não iniciaram ainda a funcionar.

Um dos principais problemas apontados pela Rádio UFS é a baixa potência do seu transmissor. De acordo com o diretor, um equívoco na autorização do sinal à EBC colocou a rádio como Classe C, o que seria equivalente a uma rádio comunitária. Dessa forma, a sintonia da rádio se dá em melhor qualidade nos arredores do bairro Rosa Elze, município de São Cristóvão, onde está localizada a sede da emissora, e em uma parte do município de Aracaju, nos arredores da instituição.

A Rádio UFS FM pode ser sintonizada na frequência 92,1 MHz na região metropolitana de Aracaju. Em sua página, a emissora cita que “a UFS, através da emissora, presta o serviço de radiodifusão pública educativa à EBC, que é a proprietária da concessão.” (RÁDIO UFS, s/d). A emissora se define como pública e educativa e tem como missão

Auxiliar a execução da política de comunicação da Universidade Federal de Sergipe, atuando como um veículo de difusão de conteúdos educativos, culturais, informativos e jornalísticos, estimulando as iniciativas da comunidade universitária, observando sempre os princípios éticos universais, da nossa universidade e da sociedade em geral. (RÁDIO UFS FM, s/d)

Em seu organograma, a emissora é dividida em parte estratégica (administrativa), composta pelo Coordenador Geral e Coordenador de Programação; intermediário (tecnológico), composto por Coordenação de Jornalismo e Coordenação Técnica; e operacional (técnico), composto por bolsistas, produtores/locutores e editores de áudio.

Acesso à Informação BRASIL

Ir para o conteúdo [1] | Ir para o menu [2] | Ir para a busca [3]

Universidade Federal de Sergipe

Página Inicial | WEBMAIL | Mapa do Site

O que deseja buscar? BUSCAR

A UFS | Administração | Campi | Hospitais | Ensino | Pesquisa e Inovação | Extensão | Assistência Estudantil | Serviços | Publicações | Bibliotecas

f | | | | | |

Apresentação
Estrutura
Programação
Quadros
Colunas
Informe UFS
Pesquisa de Mídia
Prêmios
Perguntas Frequentes
Resoluções
Fale conosco
Editais
Notícias

RÁDIO UFS

Rádio UFS FM 92,1

Histórico

A Rádio Universitária da Universidade Federal de Sergipe - Rádio UFS FM 92,1 MHz - surgiu por meio de um convênio, assinado no ano de 2004, com a Radiobras, hoje Empresa Brasil de Comunicação - EBC. A UFS, através da emissora, presta o serviço de radiodifusão pública educativa à EBC, que é a proprietária da concessão.

A Rádio UFS esteve vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários - PROEX até o ano de 2014, quando a emissora foi atrelada organizacionalmente ao Núcleo de Editoração e Audiovisual - NEAV. Em 2018, através da Resolução 40/2018/CONSU, o NEAV se transformou em Diretoria de Editoração, Comunicação Institucional e Produção Audiovisual, sendo criado o Sistema Universitário de Rádios Educativas.

O prédio da emissora foi inaugurado em 28 de setembro em 2007. A rádio atuou em caráter experimental logo após a chegada da torre, no segundo semestre de 2008. Em 24 de agosto de 2009, começou a funcionar oficialmente. A emissora pública e educativa pode ser sintonizada através da frequência modulada 92,1 MHz ou online.

Missão

Auxiliar a execução da política de comunicação da Universidade Federal de Sergipe, atuando como um veículo de difusão de conteúdos educativos, culturais, informativos e jornalísticos, estimulando as iniciativas da comunidade universitária, observando sempre os princípios éticos universais, da nossa universidade e da sociedade em geral.

Objetivos

I - produzir e veicular programas com fins educativos, artísticos, culturais, informativos, científicos e de promoção da cidadania.
II - divulgar e promover, interna e externamente, as diversas manifestações da cultura sergipana contribuindo para o desenvolvimento cultural do Estado e do País.
III - divulgar os fatos, realizações e as atividades de administração superior, ensino, pesquisa e de extensão da UFS;
IV - servir de laboratório para o desenvolvimento de atividades didáticas dos alunos do Curso de Comunicação Social da UFS;
V - contribuir para o fortalecimento da Política de Comunicação na UFS, através da execução de uma comunicação informativa e jornalística abrangente e planejada, que atenda as demandas institucionais e de interesse público ou coletivo;
VI - disponibilizar instrumentos e adotar procedimentos necessários à integração das emissoras de rádio educativas, visando a racionalidade técnica, de pessoal e a padronização editorial.

Direção Geral da DECAV
Profª Renice Andrade JF
Fone: (79) 3194 - 6923
E-mail: neav.ufs@gmail.com

Direção de Rádio
Marcos Araújo Cardoso
Fone: (79) 3194 - 6912
E-mail: radioufs@gmail.com

Coordenação de Jornalismo
Josafá Bonifácio Neto
Fone: (79) 3194 - 6911
E-mail: jornalradioufs@gmail.com

Atendimento: 06h às 12h e 14h às 18h

Sistemas integrados

SIGAA - Acadêmico
SIPAC - Administrativo
SIGRH - Recursos Humanos

Links rápidos

- Telefones
- Editais
- Brasão e marcas
- Sisu UFS
- Assuntos Internacionais
- Licitações
- Contratos
- Divulgue seu evento
- Ouvidoria
- Eficiência energética
- Transparência UFS

Notícias + Notícias

Conquista
Rádio UFS vence Prêmio Banco do Nordeste de Jornalismo pela sexta vez
Emissora universitária conquista 20º prêmio de jornalismo e divulgação científica

VIII Mostra PEC apresenta ações em saúde nas comunidades de Lagarto
Evento acontece no próximo dia 25, na Praça da Caixa D'água, no Centro

Ação
II Feira da Saúde da UFS oferece orientações e serviços em Lagarto
Ação acontece no próximo dia 18, no Ginásio de Esportes Ribeiro

Figura 8: Layout do página da Rádio UFS FM na internet (RÁDIO UFS FM, 2019)

PROGRAMAÇÃO – RÁDIO UFS FM					
Segunda a sexta		Sábado		Domingo	
00h às 06h	Madrugada Livre	00h às 06h	Madrugada Livre	00h às 06h	Madrugada Livre
06h às 09h	Sintonia	06h às 08h	Sintonia	06h às 08h	Sintonia
07h às 07h30	Repórter Nacional – 1ª edição	08h às 10h	Chega de Saudade	08h às 10h	Cacique Show (reprise)
09h às 12h	Sonora	10h às 12h	Samba e Chorinho	10h às	Especial Dick Farney
12h às 12h30	Repórter Nacional – 2ª edição	12h às 14h	Música Nordestina	11h às 12h	Buena Onda
12h30 às 13h	Jornal da UFS – 1ª edição	14h às 16h	MP3	12h às 16h	Domingo Livre
13h às 15h	Território Musical				
15h às 17h30	Setlist	16h às 18h	Cacique Show	16h às 19h	Universidade do Rock
17h30 às 18h	Jornal da UFS – 2ª edição				
18h às 19h	Arquivo Especial	18h às 21h	Retrô	19h às 20h	Conversa de Vinil
19h às 20h	A Voz do Brasil	21h à 00h	Conexões	20h às 21h	Parada do Jazz
20h às 23h	Conexões			21h às 00h	Conexões
23h à 00h	Momento Clássico				

Tabela 6: grade de programação da Rádio UFS FM, disponível na página da internet (RÁDIO UFS FM, 2019)

5.5.3 RÁDIO UNIVERSITÁRIA FM – UNIFAP (Amapá)

A Universidade Federal do Amapá é a principal instituição de ensino superior daquele estado. Criada em 1990, a partir da estrutura do antigo Núcleo de Educação de Macapá, a discussão pela implementação se deu a partir da emancipação do antigo Território Federal do Amapá para o Estado do Amapá, com a Constituição de 1988. Sendo uma das mais novas unidades federativas do

Brasil, a UNIFAP dispõe de campus na capital, Macapá, e nas cidades de Laranjal do Jari, Mazagão, Oiapoque e Santana.

A Rádio da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) teve seu processo de instalação iniciado oficialmente em 2009, com a solicitação de um sinal para o Ministério das Comunicações. Em 16 de setembro daquele ano, o Ministério consigna à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), o canal 245E em Macapá, para ser administrado pela Universidade Federal do Amapá. Com a sede da emissora inaugurada oficialmente em fevereiro de 2010, a rádio começa a funcionar em caráter experimental, e em caráter permanente no final do mesmo ano.

A programação da emissora é composta por programas que são feitos em parceria com outras instituições do estado, como Ministério Público e Tribunal de Justiça, bem como com cursos de graduação, pós-graduação e pró-reitorias da UNIFAP. Destas parcerias, destaca-se a com o curso de Jornalismo, que dispõe e uma aproximação maior com a emissora.

Bem como nas demais emissoras analisadas, na UNIFAP os estudantes de Jornalismo dispõem de espaço na programação para exercício das suas disciplinas práticas, principalmente as de radiojornalismo. No entanto, não apenas estas especificamente, mas outras disciplinas podem dispor de espaço na programação para veicular conteúdo.

Subordinada diretamente à reitoria, é o reitor da Universidade quem indica por escolha própria quem responde pela Diretoria da emissora. Com um regimento geral aprovado em 2015, um dos mecanismos de participação previstos é o Conselho Técnico, Administrativo e de Programação, em que há a participação de representação de pró-reitorias, de servidores e estudantes.

A Rádio Universitária do Amapá conta com um quadro de funcionários em 2019 de cinco servidores efetivos, além do diretor. Destes, um é técnico de som, um é técnico de laboratório de telecomunicações, (lotados na Divisão de Operação e Manutenção) dois assistentes em administração dos quais, um é lotado na Divisão de Operação e Manutenção, e um na secretaria), e uma técnica em assuntos educacionais (lotada na Divisão de Programação).

Na sua página na internet, a emissora traz a seguinte definição:

A Rádio Universitária 96.9 FM contribui para valorização e desenvolvimento da Educação através de Ensino, Pesquisa e Extensão com ênfase na cultura musical, composta de uma equipe dedicada que cada vez mais procura aprimorar a qualidade e o desempenho das atividades em busca do melhor conteúdo e trazendo sempre o melhor para o ouvinte. (RÁDIO UNIFAP 96.9, s/d)

Na página, é possível ouvir em *streaming* a programação radiofônica que é veiculada. Também é possível acessar notícias, enviar mensagens, ter acesso ao nome da equipe que compõe a emissora, bem como da grade de programação. Também há a veiculação em *streaming*, ao vivo, pelo Facebook.

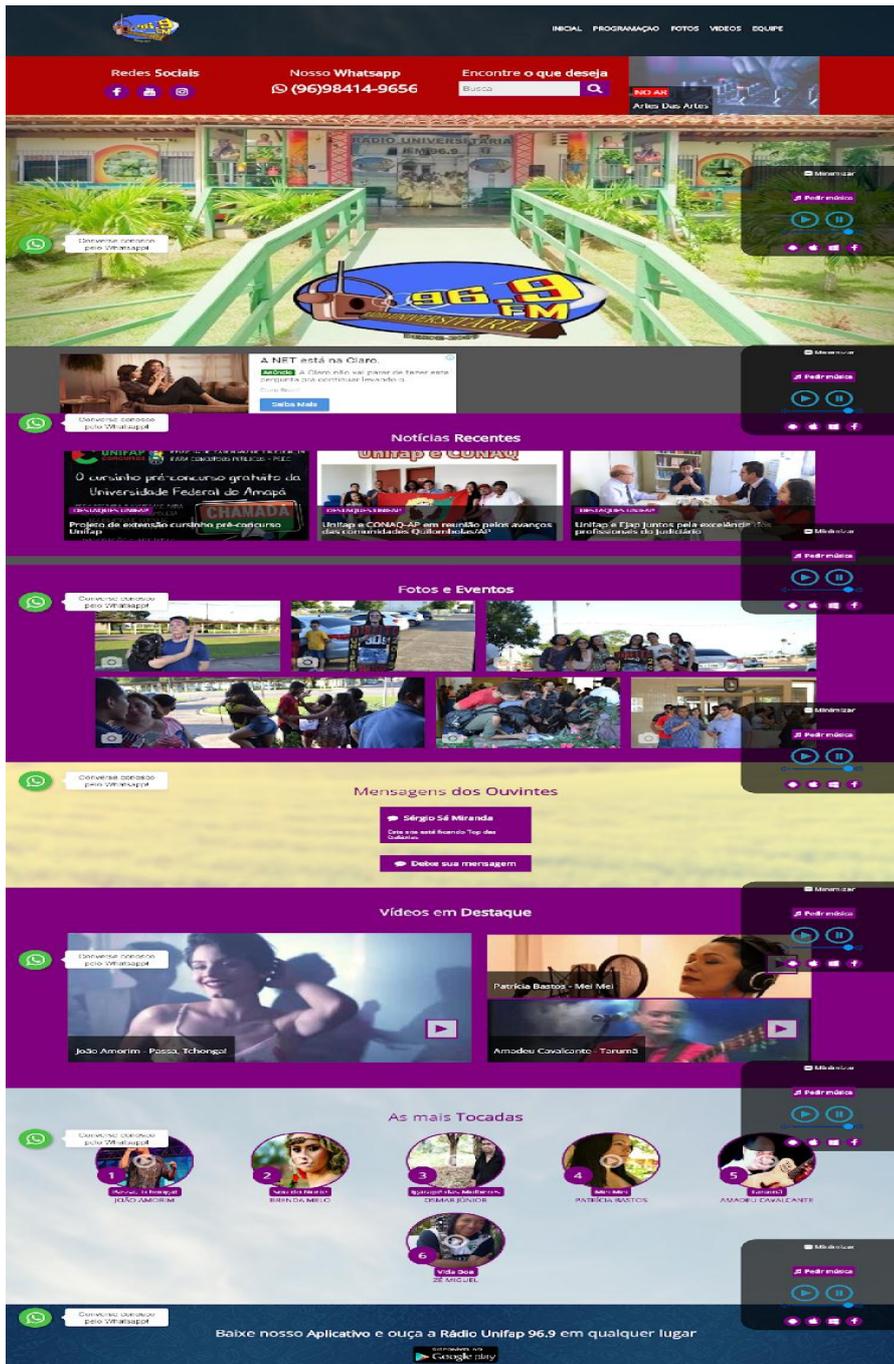


Figura 9: Layout do página da Rádio Universitária da UNIFAP na internet (RÁDIO UNIFAP, 2019)



Figura 10: Hall externo da Rádio Universitária FM 96.9 da UNIFAP. (Imagem: Roberto Araujo)

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	Domingo
8h00				Diagro em Foco			6h Show de Domingo
9h00	Nas Ondas da Unifap (reitoria)	Nas Ondas da Unifap	Ext. e ação comunitária	Nas Ondas da Unifap	Nas Ondas da Unifap	Ciência e Você	
10h00			Hora do Empreendedor	Passarela da Notícia (Práticas de Jornalismo)	Sextou Prograd		
11h00	MP + Perto	Exercitando Cidadania	Medicina no Meio do Mundo	Caminhos de Memórias	Horizontes no AR	Discutindo Engenharia para a Comunidade	
12h00	Notícias Nacionais	Notícias Nacionais	Notícias Nacionais	Notícias Nacionais	Notícias Nacionais	A Pedida é Samba	
13h00		Fala Amazônia		Diversidad e Religiosa			
14h			Dicas da Nutri				
15h00		Justiça Por Elas		Justiça em Casa	MPA Especial		
16h00		Meio Ambiente e Cidadania	Diálos com a Filosofia		Artes das Artes		
17h00	Mentalizando	Comunidade em Debate	Conciliando as Diferenças	Rádio POP			
18h00	Esporte Faz História			A Voz Racional de Macapá	Happy Hour da Notícia	Tô na onda	
19h00	Voz do Brasil	Voz do Brasil	Voz do Brasil	Voz do Brasil	Voz do Brasil		
20h00		Estágio Jornalismo			Estágio Jornalismo		

Tabela 7: grade de programação da Rádio Universitária da Unifap, disponível no site da emissora e atualizada com informações coletadas pelo pesquisador (RÁDIO UNIFAP, 2019)

5.5.4 – RÁDIO UNIVERSITÁRIA FM – UFRR (Roraima)

O surgimento da Universidade Federal de Roraima remete aos projetos de desenvolvimento na Amazônia como o Projeto Rondon. Em 1969, a Universidade Federal de Santa Maria instalava um Campus Avançado em Boa Vista, que em seguida, com a emancipação do então Território Federal para Estado da Federação, com a Constituição de 1988, veio a se tornar a UFRR. A instituição dispõe de três câmpus, localizados na capital, Boa Vista.

A emissora de Roraima é a única, dentre as estudadas nesta pesquisa, ligada a um setor junto a uma televisão universitária. Inaugurada oficialmente em setembro de 2011, a rádio da Universidade Federal de Roraima era um sonho de professores do curso de Comunicação da instituição, que chegaram a fazer experimentos de rádio de baixa potência no Campus. Em algum momento, houve interesse por parte da administração - que já dispunha da emissora de televisão - em ampliar para ter também uma rádio.

O processo foi facilitado porque a Universidade Federal de Roraima já dispunha de parceria com a EBC por conta da televisão, já que a TV Universitária é afiliada à TV Brasil. Com isso, passou-se a ter a emissora disponível no sinal 95,9 FM na cidade de Boa Vista e cidades do entorno.

Uma das particularidades da Universidade Federal de Roraima é o fato de a instituição estar situada próxima ao aeroporto de Boa Vista, o que faz com que as instalações da televisão e rádio universitária sejam em outro prédio, próximo à prefeitura.

A RTV/UFRR é vinculada à reitoria da instituição, que é quem designa o diretor. Os únicos servidores efetivos do órgão são servidores aprovados em concurso para a televisão - não houve para a rádio - o que faz que a rádio tenha dificuldades em preencher a grade com seus programas.

Diferentemente das demais emissoras, a rádio roraimense retransmite a maior parte da programação da Rádio Nacional da Amazônia. De produção local, existem apenas quatro tocado por professores da instituição.

No quesito laboratorial, não há tanta clareza do vínculo entre o curso de Jornalismo e a emissora. No entanto, de acordo com as entrevistas feitas, o radiojornal diário da emissora pode vir a exibir material produzido pelos alunos no laboratório de áudio - que existe nas imediações do curso de jornalismo - a depender do encaminhamento da professora.

A emissora de rádio tem um alcance de 3 kW e alega, dentre as dificuldades, a falta de

pessoal e o pouco interesse por parte da administração da instituição em capacitar a emissora. Não há tantas queixas, por exemplo, relativas à parte técnica, uma vez que a emissora dispõe de equipamentos e estrutura consideradas suficientes para uma rádio. No entanto, por grande parte do tempo ociosa.



Figura 11: Prédio da RTV/UFRR. Esta é a única rádio cuja sede não se localiza dentro do campus universitário. (Imagem: Roberto Araujo)



Figura 12: Layout do página da Rádio Universitária da UFRR na internet. No site só é disponibilizando um link em streaming para ouvir a programação da Rádio Universitária e um código de QRcode para ouvir a rádio em smartphones (RÁDIO UNIVERSITÁRIA, 2019)

RÁDIO UNIVERSITÁRIA FM – UFRR						
	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
8h		Falando de Ciência	Por Dentro da Ciência	Baião de Dois		
9h	Roraima do Meu Bem Quer	Roraima do Meu Bem Quer	Roraima do Meu Bem Quer			Toca Raul
10h						
11h30	Repórter Roraima	Repórter Roraima	Repórter Roraima	Repórter Roraima	Repórter Roraima	
12h as 14h	Voo 959 (pr. Musical)	Voo 959 (pr. Musical)	Voo 959 (pr. Musical)	Voo 959 (pr. Musical)	Voo 959 (pr. Musical)	
TARDE	Retransmissão da Rádio Nacional da Amazônia					
NOITE					19h Maratona (pr. musical)	

Tabela 8: grade de programação com conteúdo feito pela Rádio Universitária da UFRR (RÁDIO UNIVERSITÁRIA, 2019)

5.5.5 – RÁDIO UFT FM – UFT (Tocantins)

A Universidade Federal do Tocantins foi criada em 2000 e oficialmente instalada em 2003, com um projeto que envolveu a União, o Estado de Tocantins, a Universidade Estadual de Tocantins, com interveniência da Universidade de Brasília. A instituição incorporou alguns cursos

de graduação e de pós que eram ofertados pela Universidade Estadual. Atualmente, conta com câmpus, além da sede em Palmas, nos municípios de Araguaína, Arraias, Gurupi, Porto Nacional e Tocantinópolis.

A Rádio da Universidade Federal do Tocantins é a mais nova rádio consignada pela EBC. Com o processo de criação iniciado originalmente em 2006, foram criados grupos de trabalho nos anos subsequentes que concluíram que a parceria com a EBC poderia ser importante para a efetivação da ideia de construir uma rádio universitária.

De acordo com o diretor, o processo demorou entre 2009 e 2012, quando de fato a outorga saiu para a emissora. Depois disso, começou-se o processo de aquisição de equipamentos, e organização da estrutura para que a rádio realmente pudesse realizar suas transmissões.

No dia 29 de março de 2015 a emissora entrou no ar oficialmente, ainda em caráter experimental. Com uma potência de 10kW, a emissora é quem dispõe de maior alcance das emissoras universitárias analisadas, abrangendo uma média de 20 municípios da região do entorno de Palmas.

Após uma reestruturação no organograma da universidade, a rádio que era ligada à Diretoria de Comunicação da UFS, agora é ligada diretamente à reitoria. Com isso, a Rádio UFT FM também passou a congrega o setor de audiovisual da instituição. No total, o setor dispõe de 12 servidores ao total, entre parte administrativa, redação e setor de audiovisual: 3 jornalistas, 1 produtor musical, 1 técnico em audiovisual, 2 técnicos em audiovisual, 3 servidores administrativos (um de administração, um de telecomunicações, e outro servidor da área de Tecnologia da informação).

A emissora tocantinense dispõe de uma programação diversificada e que sofre atualização anualmente. Isso porque são selecionados a cada ano os projetos que farão parte da programação da emissora. Pessoas da comunidade universitária e da comunidade externa podem apresentar propostas por meio de um edital, que preconiza o caráter público e educativo da instituição ao selecionar os projetos. Entre isso, os boletins UFT Notícias vão ao ar em oito edições diárias com informações rápidas relativas à universidade, mas também à cidade de Palmas e ao estado de Tocantins.

Uma das premissas da emissora é servir como espaço de laboratório para o curso de jornalismo, que foi um dos precursores no processo de efetivação da rádio universitária. O programa mais antigo da emissora atualmente é o espaço em que alunos do curso de Jornalismo da instituição realizam suas atividades: o “Repórter Calango”.

Em sua página na internet, a emissora define que busca “a diversidade e a qualidade na nossa programação musical, o incentivo à cultura e à produção locais; a disseminação do conhecimento produzido e armazenado na Universidade e a prestação de serviços para a comunidade” (RÁDIO UFT FM, s/d)

A emissora se define como emissora “pública e educativa” e tem definidas suas diretrizes editoriais a partir de um grupo de trabalho. As diretrizes editoriais da emissora estão disponíveis online para acesso na página da emissora.

Como emissora pública e educativa, a UFT FM se apresenta como uma alternativa de rádio nova e diferente para o ouvinte tocantinense. Nossas Diretrizes Editoriais foram construídas de forma participativa, a partir de um Grupo de Trabalho que contou com o apoio da comunidade acadêmica e também de representantes de diversos setores da sociedade. (RÁDIO UFT FM, s/d)

Na página da emissora é possível ouvir a programação ao vivo em *streaming* e também ouvir programas que já foram ao ar, *on demand*.



Figura 13: Prédio da Rádio UFT FM 96,9 (Imagem: Roberto Araujo)

PÁGINA INICIAL > RÁDIO UFT FM

- PROGRAMAS**
- Giro Cultural
 - Minuto UFT
 - MP Explica
 - Na Memória do Rádio
 - Olhares Musicais
 - Repórter Brasil
 - Repórter Calango
 - Repórter Nacional
 - Saúde no Rádio
 - Sonoridade
 - Tocantindade
 - Voz do Brasil
 - Café com Livro
 - Conhecendo o Tocantins
 - Entrevista das 11h
 - Estação Literária
 - Expressões

Programação

19 de julho de 2019

- dia inteiro ● UFT Notícias

20 de julho de 2019

PROGRAMAÇÃO COMPLETA >

Ao Vivo

Últimos Programas

- Programa Norte Agro 120520192019.mp3
- Programa Norte Agro 05052019.mp3

MAIS ÁUDIOS >

Últimas Notícias

ANIVERSÁRIO UFT FM
UFT FM comemora 3 anos no ar com show musical de bandas tocantinenses
27/03/2019 14h00

VALORIZAÇÃO
UFT FM: há três anos nas ondas da educação, cultura, cidadania e diversidade
27/03/2019 12h43

OPORTUNIDADE
UFT FM abre inscrições para selecionar três estagiários
22/03/2019 15h17

RÁDIO UFT FM
Divulgado resultado final da seleção de Programas Especiais 2019
15/03/2019 17h06

RÁDIO
UFT FM homologa inscrições da seleção de programas especiais 2019
26/02/2019 09h01

MAIS NOTÍCIAS >

⬆ Voltar para o topo

Figura 14: Layout do página da Rádio UFT FM na internet (RÁDIO UFT FM, 2019)

PROGRAMAÇÃO - RÁDIO UFT FM					
	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
5h às 6h	Som de Viola	Som de Viola	Som de Viola	Som de Viola	Som de Viola
6h20 às 6h50			Norte Agropecuário (reprise)		
7h30 às 8h	Repórter Nacional	Repórter Nacional	Repórter Nacional	Repórter Nacional	Repórter Nacional
8h às 8h15	UFT Notícias	UFT Notícias	UFT Notícias	UFT Notícias	UFT Notícias
8h30 às 8h35	Liderança Consciente		Liderança Consciente		
9h às 9h15	UFT Notícias	UFT Notícias	UFT Notícias	UFT Notícias	UFT Notícias
9h30 às 9h40		EducAção	Antena Contábil	EducAção	Antena Contábil
10h a 10h05	Ter Histórias (10h a 10h05)		Ter Histórias (10h a 10h05)		Repórter Calango (10h às 10h30)
11h30 às 11h45	UFT Notícias	UFT Notícias	UFT Notícias	UFT Notícias	UFT Notícias
12h às 12h30	Repórter Nacional	Repórter Nacional	Repórter Nacional	Repórter Nacional	Repórter Nacional
12h30 às 15h30	Progr. musical	Progr. musical	Progr. musical	Progr. musical	Progr. musical
14h às 14h15	UFT Notícias	UFT Notícias	UFT Notícias	UFT Notícias	UFT Notícias
15h às 15h15	UFT Notícias	UFT Notícias	UFT Notícias	UFT Notícias	UFT Notícias
15h30 a 15h35	Contos de lá e de cá (até 15h35)	Na Trilha da Mídia (até 16h)	Crônicas da Cidade no Rádio (até 15h35)	Contos de lá e de cá (até 15h35)	Na Trilha da Mídia (até 16h)
17h A 17h30			Radar da Ciência (até 17h30)		Podcast Avulso (até 17h35)
18h a 18h15	UFT Notícias	UFT Notícias	UFT Notícias	UFT Notícias	UFT Notícias
19h as 20h	A Voz do Brasil	A Voz do Brasil	A Voz do Brasil	A Voz do Brasil	A Voz do Brasil
20h30 a 20h40	História Hoje	História Hoje	História Hoje	História Hoje	História Hoje
21h	Toca Brasil (até 21h45)		Literata (até 21h40)	TeleTrilha (até 21h30)	
22h a 23h		Viva Jazz			

Tabela 9: grade de programação de segunda a sexta da Rádio UFT FM (RÁDIO UFT FM, 2019)

PROGRAMAÇÃO – RÁDIO UFT FM		
	Sábado	Domingo
5h às 6h	Som de Viola	Som de Viola
8h às 8h30		Norte Agropecuário
10h a 10h30	Repórter Calango (reprise)	
15h30 a 15h35	Crônicas da Cidade	
17h A 17h05		Podcast Avulso

Tabela 10: grade de programação aos fins de semana da Rádio UFT FM (RÁDIO UFT DM, 2019)

5.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

As análises foram divididas em duas etapas: a primeira, a partir dos indicadores-chave, abordando individualmente cada uma das emissoras; e a segunda, também partindo dos indicadores-chave, mas com uma perspectiva comparativa e crítica.

Nas análises específicas dos indicadores-chave por emissoras, há uma apresentação das análises feitas nos regimentos internos sobre cada um dos temas, bem como, em seguida, a apresentação de análise descritiva do que foi coletado por meio das entrevistas semi-estruturadas.

Como discutido anteriormente, muitos dados coletados perpassam por distintos indicadores. Dessa forma, na coleta de dados, houve casos em que a fala de um entrevistado sobre um determinado tema contemplasse informações de outros indicadores. De todo modo, tentou-se organizar as análises de forma que os dados não parecessem repetitivos, e que ficasse mais claro o que pode ser individualmente mais identificável em cada indicador-chave.

Nem todas as entrevistas estão contempladas nos indicadores. Por exemplo: no indicador independência, o diretor e dois funcionários e um professor podem ter apresentado indícios que pudessem formar melhor a noção do indicador independência. Dessa forma, houve uma compreensão subjetiva do que poderia ou não agregar melhor na composição de cada indicador. Está disponibilizado, no entanto, em anexo a este trabalho, os regimentos das emissoras, diretrizes editoriais, ou documentos que possam ser considerados equivalentes na ausência destes; bem como as transcrições das entrevistas feitas.

6 ANÁLISE A PARTIR DOS INDICADORES-CHAVE

As análises se darão a partir de cada indicador-chave elencado. Sendo que dentro dos indicadores, se refletirá com base em três características específicas que, juntas, pode fornecer um entendimento geral a partir daquele indicador. “Analisar implica separar o todo em partes e examinar a natureza, funções e relações de cada uma” (DANTAS, 2011, p. 78)

Para o indicador “independência”, optou-se por analisar quatro características específicas a partir dos depoimentos dos entrevistados e dos documentos disponibilizados. Para este indicador, em específico, considerou-se melhor uma subdivisão de cada tópico, o que não houve nos seguintes, onde optou-se por uma descrição direta dos dados colhidos. No indicador independência, na apresentação de cada emissora, houve a seguinte divisão: “conselho deliberativo”; “escolha da direção”; “fonte de recursos e orçamento”; e “relação com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC)”.

Para o indicador “laboratório”, optou-se por analisar três características específicas: inserção dos alunos na rádio universitária, transmissão e veiculação do conteúdo na emissora e a análise da inserção dessas atividades em correspondência ao profissional requerido pelo mercado de trabalho. Para isto, dividiu-se em “laboratório de jornalismo” e “laboratório de outros cursos”.

Já o indicador “experimentalismo”, consiste em uma descrição, tanto discutindo a característica da programação musical das emissoras enquanto porta para experimentalismo musical, quanto em formatos e modelos de programas radiofônicos, também descrevendo e analisando criticamente programas específicos baseado nas entrevistas feitas e na análise documental.

No caso do indicador “interesse público”, também há uma abordagem descritiva e crítica sobre a programação, seja a partir de toda a grade, seja a partir de programas específicos no que concerne o contemplar de características discutidas nos programas apresentados.

Por fim, o indicador “divulgação científica” busca analisar de que forma cada emissora dispõe na sua programação esta característica, com uma abordagem também descritiva e crítica dos programas das emissoras que contemplem esse indicador, bem como do entendimento que se tem sobre os modos que devem aparecer na emissora.

Partimos do entendimento de que tais indicadores são prioritários em certa medida na composição de uma rádio universitária pública. Não se trata, portanto, de elencar todos os indicadores possíveis, mas sim de dissertar mais detalhadamente sobre cada um dos que, aqui, se apresentam como “chave” para a compreensão de uma emissora que abarca características de uma rádio pública, juntamente com o aspecto universitário.

6.1 – Indicador-chave: INDEPENDÊNCIA

O indicador-chave “independência” parte de um princípio muito básico de distinção de emissora estatal e emissora pública. Conforme discutiu-se nos capítulos anteriores, as emissoras públicas dispõem de mecanismos com a participação de atores não vinculados ao Estado, o que seria feito de distintas maneiras a partir da representação da sociedade civil. O termo “independência” seria, portanto, a tradução de um veículo de comunicação onde não houvesse a ingerência de atores do Estado, e nem de atores do mercado, e sim da sociedade civil.

Entende-se, portanto, que em uma sociedade em que há correlações de forças, e que entidades como Estado e mercado dispõem de um peso na estrutura social, os aspectos ideológicos presentes nas pessoas e nas instituições perpassam essas discussões, o que implica em uma impossibilidade de haver “independência” da forma como a palavra em si pode prometer. De qualquer modo, a partir desse entendimento, sustentamos este termo por ser, também, com suas devidas ressalvas, assegurado por Pieranti (2019) e Silva (2008), ao fazer trabalhos semelhantes, capaz de indicar tais critérios em emissoras de radiodifusão pública.

Além disso, perpassa esse campo, a discussão referente a financiamento, existência ou não de estatuto, como se dão os modos de organização e gestão, bem como a existência ou não de conselhos ou colegiados sobre o direcionamento do conteúdo e gestão da emissora.

6.1.1 – Rádio FM Universitária – UFPI (Piauí)

6.1.1.1 – Conselho Deliberativo

A Rádio Universitária da UFPI é ligada à Superintendência de Comunicação Social (SCS), que, por sua vez, é ligada ao Gabinete do Reitor. A SCS, enquanto órgão de direção subordinado à Reitoria da UFPI, que coordena a Rádio, a Editora Universitária, a Coordenadoria de Comunicação Social e a Gráfica.

De acordo com a descrição na página da internet, a emissora tem como missão “oferecer ao público uma programação plural, ética e comprometida com práticas educativas, artísticas, culturais e informativas que possibilitem uma formação crítica, cultural e cidadã dos ouvintes”.

Não existe na emissora um Conselho Deliberativo. Nas Resoluções Nº 010/13 e 013/13, que versa sobre a composição da SCS, não está previsto tal mecanismo. De acordo com o diretor, Paulo Fernando Lopes, embora não tenha um conselho oficial, existe na emissora uma prática de reuniões de auto avaliação ao final do ano, em que há uma análise sobre os trabalhos da emissora.

Como não tem o conselho oficial, tem o informal, geralmente faz uma reunião de autoavaliação no final do ano, onde todos os programas veem onde acertaram e erraram, os pontos fortes e fracos, quais sugestões pro ano seguinte, e ai cada um apresenta através de relatórios, fazendo suas solicitações, vai pedindo mais tempo,

mais pessoas, etc. Com relação a isso, temos o coordenador de programação, o responsável pela direção de jornalismo, a direção técnica, e o Rodrigo pensando dos locutores e tal. (LOPES, 2019)

Os funcionários citam que há uma prática de reuniões relativas a temas específicos, em que são chamados, em geral, os servidores, e quando tem relação à atuação dos alunos, também conta com a participação destes. Um dos funcionários cita que os temas vão desde programação, coberturas de eventos e até aos aspectos jornalísticos.

O Diretor sempre nos reúne quando tem algo bastante importante para ser decidido, principalmente eu e os outros servidores. Quando compete também aos alunos e os outros profissionais também, tem essa reunião, então a gente sempre fica debatendo o que precisa ser feito, o que precisa ser melhorado na emissora através da direção, que sempre nos procura, que é muito ativa inclusive. Programação, estrutura dos programas, da qualidade dos programas, da informação jornalística os diversos assuntos, coberturas de grandes eventos que a gente já fez e faz as vezes, como cobertura do Salipi, cobertura das eleições, parcerias como da EBC (FUNC1UFPI, 2019)

Uma ex-funcionária aponta para a existência de reuniões anuais em que os programas da emissora fazem uma avaliação de como foi o ano anterior e quais os projetos para o ano seguinte. Além disso, para o ano seguinte, havia a avaliação de quais programas da EBC deveriam ser mantidos ou trocados.

a gente tinha as reuniões anuais que a gente fazia a avaliação anual, e depois eram sugeridas mudanças de programação, ou inserções de programas vindo da EBC, como é que isso aí ia se encaixar dentro da programação, às vezes mudança de horário por problema de horário dos próprios meninos, como isso era trabalhado, tudo muito conversado, discutido. (FUNC2UFPI, 2019)

Os estudantes também mencionaram que são consultados sobre alterações na emissora, principalmente daquilo que afeta diretamente os trabalhos que são desenvolvidos por eles. Um dos entrevistados citou o exemplo de uma mudança estrutural no estúdio: “Toda decisão que se toma, é sempre chamado para debater a situação. Se vai mudar a mesa do estúdio, as últimas estruturas que tiveram por exemplo, foi mostrado o projeto para a gente, colocaram no grupo de WhatsApp, o modelo que está sendo proposto”.

Uma outra estudante entrevistada também citou a participação na tomada de decisões, o grupo de WhatsApp como espaço de discussões sobre determinados temas e o papel da direção de inclusão de estudantes no processo decisório. “O professor inclui no processo decisório, algumas coisas não tanto, porque realmente não cabe tantas coisas. Tem que vir com alguma certa decisão para dar um embasamento maior, mas que é muito participativo em relação aos processos decisórios da rádio. O professor entende a gente em alguns sentidos. ”

6.1.1.2 – Escolha da Direção

O Diretor da Rádio Universitária também é um cargo de livre nomeação da Reitoria. Desde 2011, quando a rádio foi oficialmente inaugurada, dois professores ligados ao curso de Jornalismo passaram pelo cargo de direção da emissora: o primeiro, de 2011 a 2013, e o atual, desde 2013. O atual diretor citou que recebeu o convite do próprio reitor e afirmou que este teria interesse em manter um professor do curso de comunicação.

Com a escolha da direção ser vinculada ao quadro docente do curso de Comunicação Social – Jornalismo, percebe-se que nesta universidade há uma associação do papel e veiculação da rádio dentro daquilo que se espera para o jornalismo – de valores éticos e de interesse público. A emissora, embora ligada à administração universitária, é resultado de empenhos, também, de professores do curso de Comunicação Social que perpassou décadas por esta instituição, até a efetividade da parceria com a EBC.

Além do histórico que o curso de Comunicação tem com o surgimento e crescimento da FM Universitária, a aproximação dos estudantes na emissora fez com que houvesse uma grande associação da emissora ao curso de Jornalismo. Dessa forma, dois polos distintos ocasionam uma proximidade entre o curso e o novo órgão.

A falta de um regimento ou de uma determinação específica em documentos como Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no entanto, não configuram uma obrigatoriedade da ligação da emissora com o curso, o que pode ser revisto a depender de administrações que possam vir a assumir a reitoria da instituição.

No entanto, deve-se considerar que além da área de jornalismo, outros campos do conhecimento também dispõem de capacidade de gerir trabalhos relacionados à comunicação. Em outras rádios universitárias, inclusive como veremos neste trabalho, há casos de diretores que não são necessariamente professores da instituição, mas servidores técnicos, e que, tendo formação e proximidade com o âmbito da comunicação, atuam nos cargos de diretoria.

6.1.1.3 – Fonte de recursos e orçamento

A emissora universitária piauiense, bem como as demais analisadas nesta pesquisa, não dispõem de orçamento próprio por estarem vinculadas às administrações universitárias. No caso da Rádio da UFPI, está ligada à SCS, um órgão suplementar da Reitoria da Universidade. Dessa forma, dispõe unicamente dos recursos da universidade, não detendo, portanto, dotação orçamentária própria.

Neste âmbito, cabe destacar que a Rádio Universitária tem tido um reconhecimento dentro

da gestão da UFPI no que se refere a obtenção de equipamentos e estrutura necessária ao funcionamento. Ao observar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do quadriênio 2015-2019, há um direcionamento para a aquisição e renovação de equipamentos como mesas de som, estúdios e concurso para seleção de pessoal, o que ocasionou na chegada de três servidores técnico-administrativos.

Com a política de comunicação implementada na UFPI, e analisando a realidade de outras emissoras universitárias, pode-se perceber que existe um reconhecimento da importância da emissora. A falta de uma dotação orçamentária própria, no caso, para esta rádio, não necessariamente reflete em precariedade ou uma falta da rádio com suas missões e objetivos. No entanto, a falta de uma maior determinação pode incorrer em problemas futuros com mudanças de gestores que não disponham do mesmo comprometimento com a comunicação.

A emissora piauiense conta com dez bolsistas que recebem uma remuneração da SCS e dois da PREX. Por conta dessas possibilidades de bolsas, existe a permanência dos estudantes e a possibilidade de participarem da organização, edição e apresentação de programas, sejam jornalísticos ou não. No que se refere à parte de manutenção técnica, também existe uma empresa licitada para proceder os serviços de manutenção técnica, cujo pagamento se dá por parte da administração da universidade.

6.1.1.4 - Relação da rádio com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

De acordo com o diretor, a relação desde 2013, quando assumiu a emissora, era de distanciamento, de quem procurava apenas para cobrar as taxas de operacionalização de serviço, mas que, desde os últimos dois anos, tem percebido uma diferença, numa tentativa de maior aproximação.

Com o estabelecimento do Acordo de Cooperação em 2019, a emissora passa a compor também a Rede Nacional de Comunicação Pública da EBC. De acordo com o diretor, há uma consulta por parte da empresa em buscar saber que tipo de demanda a emissora tem, disponibilizando ajuda no que é possível, como em equipamentos, mas não em outras questões, como de orçamento, que é atribuído à reitoria.

Trouxeram algumas orientações, se colocaram a disposição de receber em cima das nossas demandas, tiraram dúvidas operacionais nossas mesmo, e de 2 anos pra cá, já tive 2 contatos com a EBC no sentido de buscar ouvir as nossas demandas, o que a gente precisa, e o que pode ajudar, deixando claro que, pelo fato de sermos concessionados, questões financeiras se deve resolver diretamente com a reitoria. (LOPES, 2019)

Dessa forma, percebe-se que com a mudança de gestão, há também uma mudança de comportamento da EBC para com as emissoras parceiras. Embora a prioridade com o contrato seja um maior espaço da EBC na programação, também se abrem possibilidades de parcerias com equipamentos e conteúdo.

6.1.2 – Rádio UFS FM – UFS (Sergipe)

6.1.2.1 – Conselho Deliberativo

O Regimento da Reitoria da UFS atribui à Diretoria de Editoração, Comunicação Institucional e Produção Audiovisual (DECAV) a função de “elaboração, implantação e coordenação da execução dos serviços de radiodifusão sonora” dentre outras. A Diretoria é composta por uma Direção Geral própria, um Comitê Gestor, um Programa Editorial, o Sistema Universitário de Rádios Educativas (SURE), a Coordenação de Comunicação Institucional (COMUNICA) e a Produtora Audiovisual.

A Rádio UFS FM está inserida no Sistema Universitário de Rádios Educativas. No entanto, tal sistema congregaria, além da emissora situada na sede principal da UFS, no município de São Cristóvão, na grande Aracaju, outras concessões que foram obtidas pela universidade no campus de Lagarto e Itabaiana, no interior do estado, mas que ainda não estão em funcionamento.

Não existe um conselho para a rádio. Como explica o diretor da emissora, por ser ligado ao DECAV, sempre que existe uma demanda que exija uma “maior discussão” é levado aos espaços deliberativos superiores. O mais próximo, de acordo com o Regimento da Reitoria da UFS, seria o Comitê Gestor da DECAV. Dentre suas atribuições, no entanto, está “definir diretrizes”, “deliberar sobre a política de comunicação da DECAV” e “propor e manifestar-se sobre convênios e contratos propostos”. Este comitê é composto pelo Diretor Geral, que exerce a presidência; pelo coordenador de Comunicação Institucional; pelo coordenador da Produtora Audiovisual; pelo coordenador do Sistema de Rádios; por um representante indicado pelo Departamento de Comunicação Social (DCOS); um representante docente do Programa Editorial; e um pró-reitor representando o Comitê Gestor Acadêmico, indicado pela reitoria; sendo que os três últimos membros detêm mandato de dois anos, permitindo-se uma recondução pelo mesmo período.

Embora inexistam reuniões ou espaços oficiais de discussões dos programas, os professores afirmam que existe uma boa relação de seus programas com a emissora, afirmando que há uma flexibilidade e entendimento a partir do que se pode retratar. Um dos professores afirma que essa independência o faz ficar à vontade para fazer um programa conforme acredita que deve ser, respeitando as diretrizes da emissora. “O programa sai a minha cara, não tem interferência nenhuma (...) e obviamente eu não faço nada que vá ser contrário às políticas da rádio, por isso não tenho problema. Entendi qual é a política da rádio, e faço um programa de acordo.”

De acordo com funcionários, a falta de um conselho específico não necessariamente

compromete uma visão de interação entre os diferentes segmentos que compõem a comunidade da rádio universitária. Existem os servidores, funcionários terceirizados, a direção e os bolsistas estagiários que dialogam e constroem juntos ideias na programação e organização da emissora.

Programas, quadros da rádio, a questão de programação musical, a gente dialoga sempre com todos aqui. A gente tem determinadas reuniões, as vezes não tem, mas existe a conversa direta com colaboradores aqui, servidores. Como a gente pode melhorar isso e aquilo, ouvindo todos, e aí a gente fecha uma questão e delimita, ‘olha, vamos produzir assim’, então a gente vai formatando, e faz isso tudo por meio escrito. Faz a produção, a pré-produção, e a pós-produção. Sempre dialoga com servidores, terceirizados, também com estagiário. (FUNC1UFS, 2019)

De acordo com outro funcionário, decisões que tenham um impacto maior na rotina da emissora como, por exemplo, mudanças na programação, há uma consulta por parte da direção da emissora sobre como se deve proceder. No entanto, não existe uma constante de reuniões da direção com os funcionários (servidores e terceirizados) sobre a emissora. “Qualquer mudança tem sim, somos consultados, todo mundo fica sabendo, e a gente tem espaço para opinar sempre, é bem democrático isso. Nunca é ‘ah, vai mudar isso,’ não, vamos mudar e vai dizer por que, porque seria melhor, o que vai trazer de bom nessa mudança, ouvir outras opiniões.”

Já os estudantes, mencionam que, embora haja uma participação grande nas decisões relativas a pautas, no conteúdo jornalístico, no que se refere a programação de um modo geral ou a outras questões relativas à emissora, não existe a mesma cautela.

Existe participação no sentido de reunião de pauta. A gente se reúne, organiza reunião, pensa em pautas. (...) A gente tem um espaço muito aberto, o coordenador (de jornalismo) é muito flexível de ouvir nossas sugestões. E ele é muito disponível para explicar como funcionam as coisas, regras jornalísticas. O jornal mudou, houve uma alteração da EBC, a gente não foi comunicado, não houve reunião se seria ou não ouvido. Então nessa parte de programação, não é ouvido, não tem essa consulta, mas na questão jornalística tem isso. (EST1UFS, 2019)

No que se refere à relação da emissora com a cobertura interna da Universidade, considera que a falta de recursos faz a cobertura jornalística ficar limitada. “O problema daqui é que fica muito ligado à universidade e como não tem estrutura logística, não tem como sair. Por exemplo, tentamos fazer conteúdo fora, aí não tem possibilidade”.

Outro estudante de jornalismo também reitera a participação na escolha de decisões relativas ao conteúdo jornalístico, e considera que a falta de uma consulta maior por parte da direção em outros aspectos se dê pela inabilidade de estudantes em opinarem para tal.

6.1.2.2 – Escolha da Direção

Desde 2004, quando a Rádio UFS começou a funcionar oficialmente como um órgão da Universidade Federal de Sergipe, quatro pessoas passaram pela direção da rádio, sendo que é a segunda vez que o atual diretor assume o cargo. O atual diretor é jornalista, servidor da UFS. A DECAV, no entanto, está sob incumbência de um professor do Departamento de Comunicação Social da UFS. O cargo de Diretor da Rádio UFS é de livre nomeação do reitor.

Nesta universidade, tanto professores como servidores técnicos passaram pela direção da Rádio UFS. A troca das direções se sucederam também mediante mudanças da administração da UFS. Com o surgimento do DECAV, com a implementação do novo regimento da Reitoria em 2018, a emissora passou a ser subordinada a este. Até então, o órgão era subordinado ao NEAV, que é o Núcleo de Editoração e Audiovisual.

Nesta emissora, também, os casos de diretores que assumiram a direção são ligados ao campo da comunicação, mesmo os que não são professores de algum dos cursos de Comunicação da instituição. Dessa forma, mesmo com a mudança de administrações, há um pensamento na rádio como um instrumento importante para a instituição.

6.1.2.3- Fonte de recursos e orçamento

A emissora, por ser subordinada ao DECAV, que por sua vez é subordinado à reitoria, tem seus recursos oriundos da reitoria da universidade.

De acordo com o diretor da Rádio, Marcos Cardoso, a subordinação à reitoria traz limitações em alguns aspectos, como a abordagem de determinados temas que se dão de uma forma distinta do que emissoras comerciais, por exemplo, poderiam retratar.

O jornalismo tem suas limitações impostas pelos próprios interesses institucionais. Claro que o jornalismo de uma emissora pública tem mais liberdade de fazer do que o jornalismo faz normalmente fora daqui, porque tem umas amarras institucionais, mas não é censura não. A gente se sente obrigado a divulgar o institucional e, algumas coisas não se pode dizer por que é uma emissora pública, ligada a uma universidade e ligada ao governo federal. Isso nos limita. (CARDOSO, 2019)

Embora o diretor tenha apontado que existam essas questões, considera que a rádio consegue realizar seus objetivos e cumprir com suas responsabilidades, seja no que se espera de uma rádio pública por parte do público, bem como atendendo ao que a legislação em vigor demanda de uma emissora pública.

No que se refere aos equipamentos e a estrutura, a Rádio UFS conta com estúdios para o ao vivo e de gravação, e com um quadro de funcionários efetivos e terceirizados. Os custos de

manutenção da estrutura e de pagamento de terceirizados também é arcado pela instituição, e, de acordo com os depoimentos, há, por parte da administração, um reconhecimento da emissora universitária como importante vetor para a divulgação da própria instituição.

Quanto aos bolsistas, a emissora abre editais para selecionar bolsistas que vão atuar no setor de comunicação da instituição, podendo ser na rádio, na produtora, ou em outro setor da instituição. Atualmente, de acordo como diretor, dez estudantes dos cursos de comunicação são bolsistas e atuam no setor de jornalismo da emissora.

6.1.2.4 – Relação da rádio com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

A emissora da UFS foi a primeira a compor a Rede Nacional de Comunicação Pública, que está em vias de consolidação a partir das renovações de contratos desde 2017. Dessa forma, o diretor afirma que há uma tentativa de aproximação mais recente, mas que de alguma forma até certo tempo era distante. Com a presença de representantes em 2018, da EBC, foi a primeira vez, de acordo com o diretor, que houve a visita de alguém da empresa na emissora, embora o acordo exista há mais de 10 anos.

Como afirma Cardoso (2019), uma das principais pautas da emissora é a ampliação de sua potência e reclassificação. O distanciamento da emissora durante este período se refletiu em um “travamento” da tentativa de reverter este quadro. No entanto, com a recente “reaproximação”, acredita que é possível fazer a alteração que se espera.

O maior problema que nós temos hoje é a nossa potência. É muito pequena, e é uma luta que nós travamos há muito tempo para ampliar essa potência. Houve um erro de implantação que tratava a rádio como se fosse uma rádio comunitária. E isso restringiu a nossa classificação, nós somos uma rádio Classe C, praticamente como se fôssemos comunitária, e não somos. E até por que temos uma abrangência, alcance maior que uma simples comunitária, e essa luta que nós travamos com a EBC para ampliar a potência foi dificultado pelo distanciamento. Agora nós achamos que a coisa pode acontecer, de ampliar a potência. (CARDOSO, 2019)

A falta de alcance da emissora para uma região maior da grande Aracaju é citada por outros membros das rádios universitárias, que consideram que a emissora dispõe de uma programação de qualidade em relação a outras rádios e que tem potencial de atingir toda a região metropolitana.

6.1.3 – Rádio Universitária FM – UNIFAP (Amapá)

6.1.3.1 – Conselho Deliberativo

O regimento interno da Rádio Universitária prevê, na estrutura administrativa da emissora, três setores: (1) O Conselho Técnico, Administrativo e de Programação - CTAP; (2) a Diretoria

Geral e (3) Secretaria Executiva - SExec. No que se refere ao CTAP, é composto pelo Diretor Geral da Rádio Universitária, que exerce a função de presidente; de um representante da Pró-Reitoria de ensino, um da Pró-Reitoria de pesquisa, e um da Pró-Reitoria de extensão, onde deve indicar seus suplentes; um representante do corpo técnico-administrativo, juntamente com um suplente, indicado pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas; e um representante do corpo discente, indicado com um suplente pelo Diretório Central dos Estudantes.

O documento traz também as competências do conselho, como o de ser deliberativo e consultivo “em matéria técnica, administrativa, de produção e de programação”, “definir a filosofia de ação pedagógico-cultural da Emissora”, a ser submetida à Diretoria Geral da emissora, o de orientar e executar cursos relacionados a “rádio educativa”, “promover a articulação entre a emissora e a comunidade acadêmica, para que esta participe da programação”, dentre outros.

O Regimento Geral da Rádio Universitária, aprovado em dezembro de 2015 pelo Conselho Universitário da Universidade Federal do Amapá, também estabelece que o CTAP deve reunir-se a cada dois meses, de acordo com calendário a ser aprovado pelo pleno ou extraordinariamente, seja quando convocado pelo presidente, ou mediante requerimento subscrito por dois terços ($\frac{2}{3}$) dos membros. No entanto, de acordo com o diretor da Rádio Universitária 95,9, o conselho, conforme está estabelecido no Regimento da emissora, apenas se reúne anualmente para analisar o plano de trabalho para o ano seguinte e avaliar como se deu os trabalhos do último ano. Este conselho é nomeado pelo reitor e analisa, de acordo com o diretor, aspectos mais “burocráticos”.

Ainda de acordo com seu relato, o diretor afirma que semanalmente os membros da emissora se reúnem em uma espécie de “colegiado”, que é composto pelo quadro de servidores lotados na emissora e o diretor. Nesse aspecto, de acordo com o diretor, apenas se discute aspectos mais “técnicos e administrativos”.

Um dos professores do curso, que também ocupa a função de assessor de comunicação da reitoria, cita que a nova gestão assumiu recentemente e que existe uma certa “preocupação” com a instalação efetiva não só de um conselho, mas de outros mecanismos que representem uma aproximação da comunidade universitária e da comunidade em geral com a emissora.

Agora estamos com uma outra vertente, de dar um encaminhamento, e aí criar um conselho deliberativo com a participação da comunidade discente e docente, que não temos hoje. É preciso que se crie uma ouvidoria interna, um conselho deliberativo de participação que isso nós não temos. Então até pra deliberar o que temos é a estrutura de servidores técnicos, a direção e vice, e agora está se pensando em diretor de programação, de som, diretor das redes sociais, o programador, não tínhamos essa estrutura. (PROF1UNIFAP, 2019)

Sobre o Conselho existente, o professor cita que opera em um âmbito mais administrativo, e

que vê a necessidade de uma deliberação mais ampla, autônoma e deliberativa.

No regimento existe o conselho mais administrativo, que tem uma participação, e para cumprir regimento (...) é preciso dar a isso uma autonomia e algo mais periódico, de encontros, de deliberações de uma estrutura. Existe de uma forma administrativa, mas é precisa botar mais vida e fluxo de atuação na radiodifusão da universidade. (PROF1UNIFAP, 2019)

Outro professor, que participa da emissora por meio de um programa oriundo de um projeto de extensão, já cita que sabe da existência do Conselho, mas que não existe uma relação direta, que não há uma discussão sobre o programa com a rádio, mas que existe um diálogo com o diretor da emissora no sentido do que se deve ou não ser divulgado.

Eu sei que a rádio tem um conselho, eu não sei como é o processo de escolha desse conselho, e nem sei quem são os membros. Entretanto, eu posso falar pelo programa que faço parte, que nós não discutimos isso com a rádio, isso nós não participamos. Mas não participamos por causa do conselho, e as vezes nos conversamos tanto que necessário com o diretor da rádio, ou com o pessoal do corpo técnico que acaba nos passando orientações em relação ao que divulgar. (PROF2UNIFAP, 2019)

Um funcionário cita que existem reuniões semanais para avaliar o andamento da emissora, como o funcionamento dos programas, organizações de horários entre os servidores para darem suporte à emissora, dentre outros aspectos. Ele também cita que, em razão da execução de programas independentes que são selecionados por edital, é preciso ter um acompanhamento mais próximo e com mais cuidado desses programas. “A gente coloca editais e aí a pessoa traz um projeto, traz um programa piloto conforme o edital e aí a gente vai avaliar (...) Toda quinta-feira a gente se encontra, fazendo a reunião para decidir como que está na rádio, a programação, quem tá apresentando, quem tá vindo e não tá, então, se tem um programa x que quer apresentar.”

Já outro funcionário aponta a existência de uma subordinação das decisões feitas no âmbito do colegiado interno da Rádio UNIFAP, em relação à reitoria. Segundo ele, todas as deliberações que são feitas no âmbito interno da emissora devem ser passadas novamente pelo gabinete do reitor, que é quem traz a palavra final.

A gente delibera aqui, discute aqui, e leva como proposta para se definir lá no gabinete, entendeu. Ela vem, a gente conversa, acha que é assim, que é por aqui, por exemplo, tem programas institucionais, programas independentes, aí você passa por uma comissão que é analisada se tu podes ou não, se tu achas que esse programa não se adequa, mas quem decide lá em cima, é a comissão aqui decide mas se lá em cima resolverem que não, ou que sim, aí vai o que decidiu. (FUNC2UNIFAP, 2019)

De acordo com os relatos dos estudantes, os bolsistas da rádio, que têm a atribuição de operar a mesa de som e dar suporte aos programas ao vivo, têm cadeira na reunião semanal dos funcionários e da direção da rádio.

6.1.3.2 Escolha da Direção

O diretor da Rádio Universitária é um cargo de livre nomeação do reitor da UNIFAP. No Regimento está explícito que “A titularidade da DG [Diretoria Geral] será exercida por um/a Diretor/a, que será designado/a pelo/a dirigente máximo da Unifap”. Dentre as atribuições da função, estão a de “administrar, representar e responder” pela emissora, as ações de planejamento e coordenação de atividades, “convocar e presidir as atividades do CTAP”, manter a rádio “articulada com as demais unidades acadêmicas”, dentre outras.

Pelo cargo de direção da rádio, que existe desde 2015, passou um servidor técnico-administrativo, que estava na função até 2019, quando assumiu um novo reitor da instituição, que designou um professor do curso de jornalismo para o cargo, que é quem está até o momento.

De acordo com Benjamin (2019), a mudança de um diretor que não era ligado ao jornalismo, para um da área, também redirecionou a linha da emissora. “A rádio comporta uma dimensão de poder e hegemonia, e o jornalismo dialoga com as forças sociais, o papel é de questionar a própria instituição. Você imagina o choque do curso de jornalismo e uma rádio mantida pela instituição. Hoje a coisa é mais tranquila”.

6.1.3.3 Fonte de recursos e orçamento

A principal fonte de recursos da Rádio Universitária é proveniente dos recursos da Reitoria da UNIFAP. Além desses, o regimento da emissora versa sobre possibilidade de “convênios ou contratos com instituições públicas e particulares, observada a legislação em vigor”. Além disso, é permitido, por meio de apoio cultural, a transmissão de publicidade institucional e de entidades de direito público e privado.

O diretor da emissora, Aldenor Benjamin, argumenta que se tem estudado estratégias para garantir que a Rádio Universitária tenha um orçamento próprio, uma vez que, da forma como está organizada atualmente, existe uma dependência direta da reitoria, o que faz com que se precise demandar sempre à administração superior.

Por que aí, tudo o que se precisa, precisa recorrer à reitoria, por que ela que administra a rádio. É precisa ter uma independência também orçamentária, por que ai fica engessado, o que posso gastar esse ano, em que posso investir na rádio, por que eu não tenho como fazer investimento na rádio por que dependemos da reitoria. Por que se tivermos orçamento próprio, sabemos que podemos gastar

naquilo. (BENJAMIN, 2019)

No caso da UNIFAP, existe a queixa de que a administração da universidade não possibilita um maior reconhecimento à rádio, o que dificulta a aquisição e renovação de equipamentos, por exemplo. A emissora, no entanto, dispõe de equipamentos sofisticados e, de acordo com o atual diretor, houve uma mudança, com a chegada do atual reitor (que nomeou o atual diretor) para um reconhecimento da rádio da instituição.

No entanto, a emissora dispõe de funcionários que acompanham os aspectos técnico e operacional da emissora, bem como dispõe de dois bolsistas que são responsáveis por manusear a mesa de som para os programas ao vivo – um no turno da manhã, e um no turno da tarde.

6.1.3.4 Relação da rádio com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

A emissora está em processo de estreitamento de laços com a EBC, que está, desde 2017, em processo de consolidação da Rede Nacional de Comunicação Pública. No dia 12 de setembro de 2019, funcionários da empresa estiveram em visita à emissora em Macapá, onde firmaram novos acordos a fim de assinarem um novo termo de cooperação técnica, com a finalidade de se ajustarem novos pontos.

Desde 2009, quando o Ministério das Comunicações outorgou o sinal de rádio para a EBC em Macapá e houve o primeiro acordo com a UNIFAP, há um contrato entre as duas entidades. Enquanto a estatal disponibiliza o sinal, a universidade administrava a emissora. Dessa forma, no entanto, a emissora já fazia parte do plano inicial de formar a Rede Nacional de Comunicação Pública, predisposto que está previsto na Lei 11.652, conhecida como ‘Lei da EBC’. No entanto, apenas em 2017 houve maiores movimentações na empresa para consolidar tal rede.

De acordo com o diretor da emissora amapaense, a EBC serve, para além de se levar como sugestão a programação produzida, também os direcionamentos que se devem seguir como emissora pública, algo que é previsto em lei. Além disso, de acordo com o diretor, a empresa tem ajudado “na elaboração do projeto da rádio, e também de fiscalização”. O gestor também mencionou que a cada 10 anos há uma renovação de contrato e de outorga. Sobre equipamentos, citou que a estatal também se disponibiliza a verificar, dentro de suas possibilidades, a cessão para as emissoras afiliadas.

6.1.4 – Rádio Universitária FM – UFRR (Roraima)

6.1.4.1 – Conselho Deliberativo

A Rádio Universitária da Universidade Federal de Roraima, diferentemente dos casos anteriores, faz parte de um órgão suplementar junto com a TV Universitária, a RTV: Rádio e Televisão Universitária. Com um regimento interno aprovado em 2016, muitos dos itens que constam no papel não foram efetivamente implementados. Dentre eles, estão os conselhos consultivos e deliberativos.

Em seu regimento, a RTV é dividida em (1) Conselho Técnico-Administrativo; (2) Conselho de Programação da Rádio e da TV Universitária; (3) Diretoria - dividida em Divisão de Multimídia; Divisão de Projetos e Captação e Divisão Técnica -; (4) Coordenação de Rádio - dividida em Divisão de Programação de Rádio; Divisão de Radiojornalismo e Setor de Produções Especiais de Rádio -; e (5) Coordenação de TV.

Quanto ao Conselho Técnico-Administrativo (CTA), de acordo com o regimento, é composto pelo Diretor da RTV; um representante da coordenação de rádio; um representante da coordenação de tv; um representante da Divisão Técnica; um representante indicado pelo Colegiado do Curso de Comunicação Social da UFRR; um indicado pela Reitoria; e um da comunidade externa nomeado pela Reitoria, selecionado mediante processo público entre entidades da sociedade civil de Roraima.

Dentre as atribuições deste conselho, estão “funcionar como órgão deliberativo e consultivo em matéria técnica, administrativa e financeira, referentes a programas e projetos”; analisar o plano anual da RTV, avaliar convênios e contratos de prestação de serviços, e etc. De acordo com o documento, este conselho deve se reunir ordinariamente a cada dois meses e os membros têm mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma vez.

Já o Conselho de Programação da Rádio e TV Universitária tem a seguinte composição: três representantes da UFRR eleitos pela Comunidade Universitária; representante indicado pela EBC; representante da sociedade civil escolhido mediante processo público de candidatura formalizada por organizações sociais em Roraima. Para todos os membros deste conselho, o mandato também é de dois anos, sendo permitida uma recondução.

Para este conselho, o regimento prevê que é um órgão deliberativo “voltado, exclusivamente, para as questões de programação da emissora, como membro da Rede Nacional de Comunicação Pública”, e que deve ter seu funcionamento de acordo com os contratos estabelecidos. Como já dito anteriormente, estes conselhos não foram formalizados até o momento. De acordo com o diretor da RTV, houve uma movimentação para a instituição do Conselho, o que ocorreu em 2016. No entanto, por conta de dificuldades na instituição, nunca foi efetivamente consolidado. Itens como a existência de coordenações específicas para a rádio e a TV, por exemplo, conforme está previsto no regimento, não foi efetivamente implementado, o que faz com que o Diretor da

RTV dispunha de atribuições referentes às duas emissoras.

Um dos professores entrevistados e Conselheiro Universitário na época das discussões inerentes ao Regimento Interno da emissora, sobre a questão do conselho, explicou que é uma falta que a rádio tem, uma vez que existe no documento a previsão do conselho, mas que não ocorre efetivamente, por meio dele, uma construção melhor fundamentada de uma grade de programação na emissora roraimense.

Quando eu era do Conselho Universitário eu cobrei ajudei aprovamos a resolução de funcionamento da rádio, na resolução consta o Conselho Cultural, que no meu entender é a reunião de pessoas que vão decidir as linhas da... isso até hoje não foi feito. Então essa parte da programação é bem desorganizada nesse sentido não tem, olha vamos distribuir o horário, não. (PROF1UFRR, 2019)

Este professor também atribuiu à falta de valorização por parte das reitorias à Rádio e Televisão Universitária uma maior atenção em priorizar suas demandas e permitir que conseguisse implementar outros mecanismos de autonomia e independência.

Isso é um legado que nós temos na UFRR, as reitorias que passaram não viram o valor que nós temos na mão que é uma rádio e uma TV Universitária. Então são muitos problemas para eles resolverem, e o da rádio e da TV foi deixado de lado, se está funcionando, deixa como tá. Mas para quem é da área de comunicação, sabe que uma coisa não pode funcionar daquele jeito, e só funciona por causa da boa vontade dos profissionais. E o fato da gente não criar ainda este conselho, é a falta de uma pessoa tomar a frente. (PROFESSOR 1 UFRR, 2019)

Outro professor entrevistado também citou a falta de uma organicidade na programação, citando que a produção de cada programa é bastante autônoma e não ocorre um direcionamento mais geral do que se deve ter da programação. “Tudo independente (...) não há uma programação coletiva. Cada um faz seu pedaço. Seria bom se a grade tivesse uma programação toda dentro das normas. Particpei de rádio e cada um tinha seu horário, e a linha editorial. Por falta de funcionários suficientes, poderia aproveitar muito mais”.

Um servidor funcionário da emissora citou que não existe o conselho, mas que existe uma prática de tomada de decisões compartilhadas em quando se tratando de pautas relativas a cada segmento. Não existe, portanto, uma periodicidade de reuniões, mas apenas quando há necessidades e surgem demandas que precisam ser deliberadas.

Outro servidor, de atividade mais específica na rádio, aponta que na emissora não existe uma certa coordenação no sentido de deliberação de como deve ser o conteúdo, cita que os programas são de certa forma autônomos.

Quanto aos estudantes, os três entrevistados apontam que na rádio não existe o hábito de

haver reuniões para deliberarem sobre a emissora, apenas em circunstâncias que fogem da normalidade; que os bolsistas da televisão terminam tendo mais reuniões relativas ao conteúdo que será exibido na emissora, e que na rádio os programas funcionam mais autonomamente e que falta um direcionamento geral da emissora de como devem ser os programas e a grade da emissora de forma geral.

6.1.4.2 – Escolha da Direção

De acordo com o regimento da RTV, o Diretor da RTV é designado pelo reitor “dentre integrantes do quadro efetivo da UFRR com reconhecida qualificação técnica e gerencial na área de radiodifusão”.

O diretor Felipe Reis citou que quando se pautou a construção do regimento da RTV, discutiu-se a implementação de um mecanismo em que a emissora indicaria uma lista tríplice dentre os quadros do órgão para que, a partir daí o reitor tomasse a decisão.

No nosso regimento a gente tentou que fosse feito o seguinte: ia ter uma votação da TV e a votação ia ter três pessoas, uma lista tríplice, e seria decidido pelo reitor. Mas a gestão não aceitou, preferiu que ele escolhesse quem será o diretor. Tanto é que já teve pessoas de fora, não ligadas a universidade, teve professor, e técnico. Na minha opinião, seria mais viável para a TV [RTV] se os diretores fossem ligados à TV [RTV]. Por que sabe a dificuldade que a gente passa, sabe como funciona a TV e a rádio. É fácil vir de fora, sem saber como funciona, vir falar besteira e ir embora. (REIS, 2019)

De acordo com o diretor, embora ele esteja atualmente e seja ligado ao núcleo, algum reitor que possa vir a entrar e não queira nomear alguém do próprio setor, pode fazê-lo, citando que já houve caso em que pessoas não ligadas à universidade exerceram o cargo de diretor da Rádio e Televisão Universitária.

Para esta emissora, não se obteve muitas informações referentes aos diretores anteriores. A maioria deles é de ex-funcionários da RTV, sendo que o setor é composto apenas por profissionais de televisão – o único concurso que houve ocorreu antes do surgimento da rádio e não houve a seleção de servidores para a emissora.

6.1.4.3 - Fonte de recursos e orçamento

Por ser um órgão ligado à Reitoria da UFRR, a RTV é mantida, principalmente, pelos recursos da universidade. No regimento do órgão, também está prevista uma Divisão de Projetos e Captação, que tem, dentre suas atribuições, a de “elaborar e executar projetos e ações que tenham por objetivo captar apoiadores culturais e recursos de outras fontes para a Rádio e/ou a TV, respeitados os preceitos da Comunicação Pública”.

Nesta instituição existe uma maior insatisfação, em relação às demais, no que se refere à atenção dada pela administração ao segmento da RTV. No que se refere à manutenção técnica, existe equipe com servidores efetivos e material atualizado. No entanto, a falta de profissionais no órgão dificulta o andamento dos trabalhos tanto na rádio como na televisão.

Por dispor da rádio e da televisão, a UFRR dispõe de gastos maiores do que as demais com a manutenção e transmissão de conteúdo. Já houve para a rádio, embora os entrevistados não pudessem precisar de que forma se deu, contrato de empresa terceirizada que dispunha de jornalistas. No entanto, houve problema com setores jurídicos da universidade, o que levou ao cancelamento do contrato e a um forte impacto na programação da emissora.

No que se refere aos bolsistas, existem oito para a RTV, sendo seis para a televisão e dois para o rádio, sendo que os dois estudantes do rádio comandam sozinhos o principal radiojornal da emissora – o que será detalhado mais adiante.

6.1.4.4 - Relação da rádio com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

Quanto à relação com a EBC, o diretor citou que, anteriormente, por conta dos recursos repassados à televisão, a rádio também era beneficiada. “Até junho de 2016 tinha uma parceria da EBC com a TV de 120 mil reais (anuais), que ajudava muito. Era para a TV Universitária fazer conteúdo e terminava servindo para os dois. (...) Quando a gente viajava para fazer matéria pra TV, a gente fazia para a rádio.”

A parceria da televisão com a EBC se dava com o envio de oito matérias por mês e três *standups*. De acordo com o diretor, até 2015, havia funcionários terceirizados que atuavam como jornalistas e faziam esses trabalhos. Depois do fim do contrato com a empresa terceirizada, com o fim dos profissionais, passaram a fazer conteúdo com estagiários, em quantidade menor e que, segundo ele, refletiu também em uma redução da qualidade.

O diretor afirmou que a convivência com a EBC é tranquila e que, no momento em que há a articulação da assinatura do acordo de cooperação, está havendo impasses entre a universidade e a empresa. “Dificuldades na renovação do acordo de cooperação. O procurador está barrando algumas delas. Ele tá vendo dificuldade por que pagamos ECADE da TV e da rádio. Da TV é 540 por mês e da rádio 1500. O procurador quer a dívida meio a meio o da rádio, quer que a EBC pague um valor, e a emissora outro. E alguns outros detalhes também. ”

No aspecto jornalístico, um funcionário menciona que o rádio jornalismo da emissora visa contemplar as diretrizes da EBC sobre o jornalismo público.

A gente cobre os 20 minutos com notícias tanto de Roraima, quanto da Amazônia, do Norte. Os meninos que apresentem (...) são dedicados, que tem experiência na pesquisa das notícias, e seguem o padrão, a linha editorial da EBC, que inclusive

está pregada aqui na frente deles, que eu fiz questão de pregar para eles seguirem, sem dar notícia sensacionalista, sem apelação, sem dar opinião, e sim o fato. Então eles estão seguindo um padrão editorial da EBC, todo dia eu peço para eles não esquecerem e ler, está bem aqui na frente deles. (FUNC1UFRR, 2019)

Apesar dos valores, no entanto, dificuldades operacionais que o núcleo enfrenta dificulta, por exemplo, a cobertura de acontecimentos em outros pontos da cidade ou do estado de Roraima. Ainda assim, busca-se por meio das possibilidades como telefones e contatos por redes sociais uma investigação jornalística pautada nos critérios da EBC.

6.1.5 - RÁDIO UFT FM – UFT (Tocantins)

6.1.5.1 – Conselho Deliberativo

No documento das Diretrizes Internas da Rádio UFT FM, há menções a um Conselho Editorial, sem, no entanto, haver uma especificação maior, como o de algumas emissoras anteriormente citadas. Neste documento, apenas aponta este conselho como órgão de “acompanhamento, aplicação e debate” das Diretrizes da emissora, e que deve contemplar representantes dos diferentes setores da comunidade acadêmica, e que deve ser instituído em portaria pela Reitoria da Universidade Federal do Tocantins.

Uma das atribuições do Conselho nas diretrizes é a de avaliar as proposições de programas especiais apresentadas por meio de edital. De acordo com o Diretor da UFT, Júnior Duarte, esta curadoria de escolha conta com participantes da comunidade universitária e fora dela.

nas questões dos editais, são convidadas pessoas de dentro e de fora da universidade, maestros, músicos, jornalistas, publicitários, etc. É feito sorteio e é feita uma curadoria, eu mesmo não participo, mas eles decidem, formam um júri de curadoria para decidir quais serão escolhidos. (DUARTE, 2019)

Quanto à existência de um conselho que acompanhe a programação e a organização da emissora, o diretor cita que não existe, mas que há reuniões periódicas com os funcionários da emissora para discussões relativas à gestão e também à programação.

A gestão é feita por nós servidores. Uma parte interessante é que a universidade deu uma flexibilidade para a emissora. Então não há uma influência direta da gestão superior dentro da emissora. As pessoas não entendem que a rádio é um veículo, apesar de estar dentro da UFT, ela é um veículo de comunicação, então ela tem que se portar de uma forma laica, não pode nem ser político-partidária, nem religiosa, etc. É totalmente de informação. Essas decisões dentro da rádio são feitas por toda a equipe da emissora, nós sentamos sempre. (DUARTE, 2019)

O diretor explicou que as reuniões geralmente ocorrem a cada dois anos, uma reunião anual

para planejar o ano seguinte, mas não há uma prática de marcar reuniões ordinários por que considera que devem ser feitos a partir de demandas. “Não tem [reunião] ordinária, marcado todo, por que a gente não vê sentido, fazer uma reunião ordinária só para constar no papel e não resolver nada, não adianta, então a gente faz conforme a demanda mesmo”.

Os professores da UFT não participam de conselho ou reuniões relativas à construção da emissora de um modo geral. Citam, no entanto, que existem diretrizes que foram construídas quando a emissora foi fundada e que seguem como direcionamento para a programação da emissora.

Os funcionários apontam que existem reuniões informais para decidir, por exemplo, questões relativas a eventos como aniversário da rádio, atividades especiais, ideias de programas ou de quadros, etc. “Então a gente sempre pensa quando a gente tem uma ideia, passa pro diretor, chama reunião, senta, discute, divide as tarefas. Às vezes um tá mais sobrecarregado, dá um grito, ‘olha, tô sobrecarregado’, aí a gente vai se ajudando.”

Para um outro funcionário, há um respeito sobre o que é a função de cada um e reuniões são chamadas para tomadas de decisões mais específicas.

Quanto tem alguma mudança mais séria, a gente sempre tem reuniões para decidir. Ninguém toma decisão por cima do outro aqui. Se tem alguma coisa que tem a ver com meu setor, eu tenho autonomia pra fazer o que acho melhor aqui, mas se é uma decisão do âmbito da rádio em si, a gente faz reunião e vê o que é que é proposto e tal pra decidir, não tem esse negócio de passar por cima e tal. (FUNC1UFT, 2019)

Já, quanto aos estudantes, todos disseram que nunca foram convidados para participar de reuniões relativas à rádio. No entanto, contribuem e colaboram em discussões relacionados ao setor, como no caso de estagiários do jornalismo, que podem propor pautas.

6.1.5.2 – Escolha da direção

O diretor da Rádio UFT FM é nomeado pelo reitor da instituição. De acordo com o atual diretor, essa condição foi implementada ainda quando se discutiram as diretrizes da emissora e que no último ano, houve uma mudança no organograma, que retirou a Rádio Universitária da Diretoria de Comunicação da Universidade e a colocou como subordinada diretamente à Reitoria, o que, segundo ele, traz mais autonomia.

Hoje é diferente, antes era ligada à Diretoria de Comunicação, hoje a rádio é independente, foi desvinculada dessa questão institucional. Nós somos enxergados hoje como veículos, então nós somos independentes. Ela tá aqui para servir a sociedade e a universidade também tá dentro, mas é totalmente independente. Apesar de ser indicado, não há influência dentro da emissora. (VIANA, 2019)

De acordo com o diretor, as mudanças de direções configuraram mudanças na rádio em virtude de visões distintas do que se espera de uma rádio educativa e também da forma como eram tomadas as decisões. “Hoje nossas decisões, a gente junta a equipe e toma a decisão junto. Nós mudamos a programação com decisões coletivas, agora uma programação mais jovial, então nosso público é estritamente jovem, fizemos uma programação voltada para o jovem”.

Antes do atual diretor, professores do curso de jornalismo já haviam assumido o cargo de direção da rádio, tendo a vinculação à Diretoria de Comunicação, como citado por ele. A emissora tocantinense também surgiu na esteira de uma demanda do curso de Jornalismo, que antes mesmo da instituição ser fundada, já existia na hoje universidade estadual, que foi federalizada e formou a atual instituição.

6.1.5.3 - Fonte de recursos e orçamento

Um dos itens das Diretrizes da Emissora é a “Independência Financeira”. Para tal, o documento reitera a impossibilidade de publicidade comercial e aponta para a possibilidade de parceria com a iniciativa privada por meio de apoio cultural, desde que seja “com regras rígidas e bem definidas”, a serem melhor estabelecidas por meio de Regimento Interno.

O diretor cita que uma das principais dificuldades da emissora é a falta de orçamento próprio, o que impossibilita, por exemplo, a execução de eventos. “A emissora não tem orçamento próprio, sobrevive por que é tocada por servidores em uma estrutura institucional. Não tem dinheiro para promover seus próprios eventos.”

Mesmo não administrando o próprio orçamento, a emissora faz parcerias, que acarretam, por exemplo, em sorteios de ingressos em eventos na programação, sorteios de brindes e parcerias que possam também ter como contrapartida algum benefício para a rádio. Assim, a emissora, embora não movimente dinheiro, realiza eventos e atividades dentro das possibilidades que pode.

Na emissora, os estudantes bolsistas são cinco estagiários que ficam nos setores de jornalismo, e de edição de programas.

6.1.5.4 – Relação da rádio com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

A emissora, atualmente, faz parte da Rede Nacional de Comunicação Pública, também atendendo a uma grade de programação dentro das diretrizes acordadas com a EBC, de transmissão de programas da EBC nacionais, seja ao vivo ou não. A emissora tocantinense costuma fazer participação no programa “Tarde Nacional”, da Rádio Nacional de Brasília, da EBC, com uma de suas jornalistas entrando ao vivo com notícias de Palmas e região.

De acordo com a direção, tem havido uma boa relação com a EBC e que a programação da

emissora se norteia nas premissas editoriais da estatal. Além de direcionar o conteúdo, a EBC também foi peça importante na instalação técnica da emissora. “A EBC tem uma parte técnica, de engenharia de telecomunicação, localidade, outorga, que a universidade não tinha tanto essa expertise, e facilitou a parceria, até também pela questão de conteúdo”.

6.2 Indicador-chave: LABORATÓRIO

Nas cinco rádios universitárias, objeto desta pesquisa, há a presença de cursos de Comunicação Social – com habilitação em Jornalismo: no Amapá, no Piauí, no Tocantins e em Roraima, curso de Jornalismo; e em Sergipe, cursos de Jornalismo e Cinema e Audiovisual. Um dos aspectos que autores associam às rádios universitárias é o caráter laboratorial, no sentido de se permitir, nas emissoras universitárias, o exercício de alinhamento entre teoria e prática no meio rádio, seja por meio de disciplinas ou outras atividades.

Das cinco rádios analisadas, em três identificamos uma relação direta de disciplinas de rádio jornalismo com a rádio universitária: na Universidade Federal do Amapá, na Universidade Federal do Piauí e na Universidade Federal do Tocantins. Na Universidade Federal de Roraima, como esmiuçaremos mais adiante, não há uma relação direta, porém, existe um rádio jornal em que ocasionalmente pode vir a veicular o conteúdo, no entanto, há uma produção pensada para essa veiculação. Já na Universidade Federal de Sergipe, não há essa relação direta.

Para este indicador-chave, caracterizaremos da seguinte forma: inserção dos alunos na rádio universitária, transmissão e veiculação do conteúdo na emissora e a análise da inserção dessas atividades em correspondência ao profissional requerido pelo mercado de trabalho.

6.2.1 – Rádio FM Universitária – UFPI (Piauí)

6.2.1.1 - Laboratório para Jornalismo

Na Rádio Universitária da Universidade Federal do Piauí existe a veiculação do programa “Repórter Cigarra”, um rádio jornal produzido pelos alunos da disciplina Prática III - Radiojornalismo, de 90h. Esta é uma disciplina do quarto período do curso, dividida em uma parte teórica, em que são trabalhados temas referentes ao rádio, à linguagem radiofônica, ao modo de organização e estruturação; e em uma parte prática, onde a turma é dividida em grupos que assumem o rádio jornal semanalmente - em geral, são três equipes por semana, uma na segunda-feira, uma na quarta-feira e uma na sexta-feira. No último semestre, no entanto, quando foi feita a coleta de dados desta pesquisa, a dinâmica havia mudado para seis grupos que apresentam o programa a cada duas semanas. De acordo com o professor, são divididas as funções de acordo com uma redação jornalística e deve haver revezamento entre os alunos.

São seis grupos com cerca de 6/7 alunos. Eles apresentam a cada duas semanas. Trabalham com quatro funções: de editor-chefe, repórter, locutor e produtor. É obrigatório o revezamento para que todo mundo trabalhe tudo. São seis programas. Há a edição junto com a monitora. A partir do terceiro programa, a montagem, será feita pelos próprios alunos. Ainda tá em aprendizagem com o pessoal da técnica, na rádio se faz a locução. (PROF1UFPI, 2019)

Os alunos entrevistados consideram a disciplina de rádio jornalismo um diferencial, uma vez que a rádio veicula o produto produzido, o que não ocorre em outras disciplinas do curso. Dessa forma, há um engajamento e se cobra uma responsabilidade maior sobre aquilo que será produzido e posto no ar. De acordo com um dos depoimentos, a dinâmica de um programa semanal trouxe uma iniciação na carreira profissional de jornalista. “A gente tinha uma responsabilidade sobre os 30 min, e foi-se atrás de pautas, de fontes, o que ajudou a ter contato, e em outra disciplina não havia tanta proximidade. E quando começou a ir atrás das fontes, começou a montar a lista de contatos.”

De acordo com o diretor da emissora, que também assumiu a disciplina de Radiojornalismo no passado, a prática neste bloco se configura como um diferencial por conta da diferença do que se demanda de atividade em relação aos outros blocos.

O pessoal do Cigarra está muito acostumado a fazer resenha, artigo, um trabalho por semestre, às vezes passa o semestre inteiro para entregar um trabalho, e quando ele vem pra fazer alguma coisa, e às vezes assim soava muito forte para algumas turmas 'todo repórter tem que trazer duas matérias'. Ficavam irritados porque duas matérias, alguns nem faziam, derrubavam de propósito, mas era a oportunidade que eu dava pra eles no sentido de estarem se firmando enquanto futuros profissionais. (LOPES, 2019)

Além da disciplina do quarto período de Radiojornalismo, no sexto tem uma disciplina de 30h denominada ‘Laboratório Avançado em Radiojornalismo’. Esta disciplina, de acordo com o diretor, tem um espaço na grade de programação denominado “Conexões Alternativa”, no entanto, o professor que tem ministrado não tem seguido uma linha em conformidade ao que a rádio disponibiliza.

entramos em entendimento com o professor dizendo que tinha o horário e o espaço, mas não tivemos o retorno porque é uma disciplina de ementa aberta, não necessariamente eles teriam que vir para cá, aí nos parece que ele faz uma consulta ao pessoal da turma, e preferem experimentar outras coisas. Já tive informações que quiseram experimentar um programa de auditório, gravar spots de publicidade, campanhas educativas. Como estão um pouco fora, não teria como colocá-los na grade, respeitamos. (LOPES, 2019)

No que se refere ao conteúdo, o professor entrevistado da disciplina pontuou que é colocado

aos alunos a proposta da rádio, no que se refere ao conteúdo jornalístico e que é incentivada a produção de matérias com um teor mais reflexivo e crítico. No entanto, de acordo com o professor, a palavra final é dos alunos

Antes de falar do Cigarra, a gente faz uma discussão preliminar de qual é a proposta da rádio. É importante as propostas, existem as rádios comunitárias, públicas, estatais. Não tem claro na legislação, tá dentro do público, mas enfim, traz a discussão. A gente pensa, mesmo que se faça uma pauta policial, pode chegar a aparecer, mas que tenha em mente sempre a missão de uma rádio universitária, e a gente sempre discute. (PROF1UFPI, 2019)

Os estudantes da UFPI entrevistados também reconhecem a rádio universitária como um espaço que reflete um importante aprendizado, não só no aspecto jornalístico, mas em outros também. De acordo com um dos alunos ouvidos por esta pesquisa, na FM Universitária há uma maior tolerância com erros do que em outros veículos tradicionais do mercado.

A rádio é uma grande porta, grande estrutura, para oferecer um aprendizado que eu participo todos os dias. Desde quando se entra na redação e se faz parte de uma equipe. Quando se é posto a certos desafios e tem a oportunidade de errar, consertar, para ter a oportunidade de refletir sobre o que está fazendo e melhorar. Aqui tem a oportunidade de errar e não ser chutado para fora. (EST1UFPI, 2019)

Outro entrevistado para esta pesquisa cita que, no âmbito do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Piauí a disciplina traz um diferencial em relação às outras também práticas do curso, e permite um contato maior com a rotina jornalística, bem como permite iniciar a construção, por exemplo, da agenda de fontes.

Quando comecei, tinha até vergonha de mandar áudio. Quando paga a disciplina, passa a entrar no mundo do jornalismo. No curso, a matéria que você tem maior contato é no Radiojornalismo. Serve demais, aprendi a guardar parte da timidez e ir para um ao vivo do nada, e tirar, foi uma experiência maravilhosa. Se hoje perdi parte da timidez e estou construindo uma carreira jornalística, com certeza se deve à FM Universitária. (EST2UFPI, 2019)

Na UFPI, diferente de outras emissoras, o laboratório de rádio não está mais em funcionamento, uma vez que alguns dos equipamentos foram direcionados à Rádio Universitária e a emissora de fato serve como o espaço para a gravação e veiculação dos programas, juntamente com outros espaços como laboratórios integrados, de web e jornalismo.

6.2.1.2 - Laboratório para outros cursos

Como citaremos mais adiante, existem experiências de programas de outros cursos na história da FM Universitária. Atualmente, existe o Sintonia Jurídica, um projeto de extensão do curso de Direito e que tem a participação de estudantes do curso de Direito e também do curso de Jornalismo.

De acordo com o professor responsável pelo programa, a experiência profissional de colocar no ar o Sintonia Jurídica permite tanto ao estudante de Direito como ao de Jornalismo um contato com algo diferente do que está habitualmente no mercado, fazendo com que o aluno de Direito olhe para as leis além do âmbito jurídico e que o do Jornalismo olhe de uma forma mais atenta aos temas

O Direito fala pra dentro, fala pro judiciário, fala pro professor, e o aluno do jornalismo vem com uma abertura que ele não tem, então eu tento deixar os dois perfis trabalhando juntos para que aconteça justamente esse estímulo de abertura, tanto do estudante de jornalismo conviver mais com a linguagem até porque o que eu vejo, nos jornais, o tema jurídico é cotidiano (PROF2UFPI, 2019)

Para o estudante de Direito que participa do programa, o programa permite trabalhar também um aspecto importante para a prática profissional do jurista, a fala e a oralidade. De acordo com sua experiência, o curso em si detém um foco muito específico no âmbito das leis e dos processos jurídicos e a rádio universitária permite uma experiência de oralidade que no curso não é tão contemplado

Para a gente do direito é preciso a comunicação, a oralidade. A gente não tem muita disciplina, a gente estuda muito leis, como fazer isso, como defender determinado cliente, mas não tem prática disso, prática oral. Quando a gente pega um estágio de escritório é pra redigir, redação de peças, argumentação, mas nada oral. Para você ser advogado precisa oralidade, ser juiz, ser ministro, ser presidente, enveredar na área política, tudo isso é oralidade, então o Sintonia Jurídica serve pra gente exercer a nossa oralidade e contrapartida junto com isso, o dever de informar, como que eu vou informar a pessoa (EST3UFPI, 2019)

A experiência de laboratório para outros cursos, como o caso visto do programa Sintonia Jurídica mostra que a experiência prática do aluno na rádio não apenas possibilita um contato para atuação profissional no meio rádio, mas a percepção de que a oralidade e a fala permitem a abertura de novos horizontes em outras profissões – seja as que são diretamente vinculadas à fala, ou não – seja no cotidiano da vida pessoal.

6.2.2 – Rádio UFS FM – UFS (Sergipe)

6.2.2.1 - Laboratório para Jornalismo

No Regimento da Reitoria, no artigo que versa sobre o Sistema Universitário de Rádios, uma das atribuições para a emissora universitária é a de “servir de laboratório para o desenvolvimento de atividades didáticas dos alunos do Curso de Comunicação Social da UFS”. Tanto no documento de 2004, quando a emissora foi oficialmente instalada como órgão da instituição, como na atualização do regimento em 2018 constam estes termos.

Na Rádio UFS FM, no entanto, não existe uma produção laboratorial direta dos cursos de Comunicação Social com a rádio universitária. De acordo com relatos dos estudantes que são bolsistas na emissora e estudantes do curso de Jornalismo, nas disciplinas de radiojornalismo é feito uso de um laboratório de radiojornalismo que fica no mesmo prédio da rádio universitária, no entanto, em uma sala ao lado das da emissora. Não há um espaço na programação da Rádio UFS para esta veiculação.

Na UFS, além do curso de Jornalismo, existem cursos de Publicidade e Propaganda e Cinema e Audiovisual, ambos também na Comunicação Social. No entanto, em nenhum dos três cursos há relação direta de disciplinas e atividades acadêmicas com a emissora. Existe, entretanto, alunos que se aproximam, ou atividades esporádicas que possam promover uma proximidade e termine em veiculação de algum conteúdo seja jornalístico ou de outra natureza.

Entretanto, existe a possibilidade de reportagens feitas para a disciplina do curso serem veiculadas nos radiojornais mantidos pela emissora, como Jornal da UFS. Porém, não é algo diretamente ligado, o que fica a depender da sugestão do professor da disciplina à rádio, bem como da própria equipe de jornalismo da rádio universitária, de acordo com o relato de um dos estudantes entrevistados.

Tem uma disciplina de jornalismo sonoro, mas as atividades acontecem em um estúdio aqui ao lado, mas é voltado mesmo para as aulas de jornalismo, inclusive do Departamento de Comunicação Social. Mas dizer que tem uma atividade que os alunos durante a disciplina executam aqui, não existe nenhum programa do departamento com a rádio. O que pode acontecer, como a professora já teve vínculo com a rádio, o que pode ocorrer é, a depender do resultado das matérias do final da disciplina, ela sugere matérias e envia para a rádio e eles exibem no jornal. Mas dizer que existe um programa, não existe nada disso. (EST1UFS, 2019)

Dentre os programas relacionados a projetos de extensão da instituição, não existe nenhum de professores dos cursos de Comunicação Social. O diretor considera que o curso é distante da rádio e que poderia servir de laboratório para os estudantes.

Tenho uma crítica a fazer ao curso de Comunicação. Acho que são muito distantes da rádio, e é um excelente laboratório. Os bolsistas que passam saem satisfeitos com o que viram, surpreendidos e crescem. (...) Acho que os professores poderiam absorver isso melhor e participar mais da rádio. Por incrível que pareça, não temos

hoje um professor que tenha um quadro aqui da área de comunicação, os professores estão distantes da rádio. Eles poderiam estar mais presentes, trazer novidades, para melhorar a rádio e a formação dos alunos. Não tem disciplinas que tenham a prática na rádio. (CARDOSO, 2019)

No prédio da Rádio UFS também está sediada a produtora audiovisual, ambas pertencentes ao DECAV. Dessa forma, os bolsistas da rádio também, eventualmente, realizam trabalhos para a produtora, o que permite que esses estudantes também tenham uma experiência para além do trabalho em si da rádio. Um dos estudantes entrevistados cita que com a Rádio UFS pode se ter a oportunidade de iniciar uma atuação profissional não só no rádio.

Eu aprendi aqui na rádio uma coisa bem diversa, por que faço atividades de outros setores, além de só daqui. Por mais que não seja uma rádio privada, mas já estou adaptado para entrar no mercado, se eu for para uma rádio privada, eu vou saber o que fazer. Aqui foram dois anos de laboratório, estou com muita carga de produção, de prática, eu vou saber me portar no mercado com base no que aprendi aqui. A gente segue padrões, segue uma linha editorial. (EST2UFS, 2019)

Um outro estudante do curso de jornalismo aponta que a rádio universitária permitiu que pudesse fazer um link entre o que estuda e a prática jornalística que faz, e abriu uma visão mais ampla do que apenas as atividades em sala de aula faziam enxergar.

[a rádio] me proporcionou um autoconhecimento e processo de autoavaliação. O tempo todo estou me questionando, se existe uma correspondência entre o que eu estudo, concebo como jornalismo, e a minha prática, fico o tempo todo me questionando sobre isso. A rádio me faz um melhor jornalista, estou entre dois mundos que se conversam. Estou construindo uma carreira e uma concepção de jornalista também. (EST1UFS, 2019)

Também é presente em relatos de funcionários e estudantes o êxito profissional que alunos que passaram pela emissora têm em outras rádios da região de Aracaju ou no estado de Sergipe. Embora a rádio tenha uma limitação de alcance em virtude da baixa potência, dispõe ainda assim de uma visibilidade, o que faz com que estudantes que passam por lá sejam observados por outras emissoras locais.

6.2.2.2 – Laboratório para outros cursos

Na Rádio UFS FM, programas como o Buena Onda permitem a estudantes dos cursos de Letras Espanhol, bem como Música, um contato com o universo do rádio, na pesquisa e no levantamento de informações que serão levadas aos ouvintes por meio do programa.

Para a professora entrevistada, que participa do projeto do programa Buena Onda, os estudantes que participam do programa, seja como bolsista, seja como voluntário, dispõe de uma experiência que permite crescimento pessoal e também profissional

Eu acredito que a passagem deles no Buena Onda ou outro qualquer programa das rádios universitárias tem que ser algo que contribua para o seu crescimento pessoal, seu crescimento humano, e o crescimento intelectual. (...) Nós já chegamos a ter até 11 alunos participando do projeto com bolsistas e voluntários sempre a gente consegue uma bolsa então ele sempre um bolsista é remunerado e os outros voluntários (PROF1UFS, 2019)

Uma das estudantes que integraram o projeto de extensão da Rádio UFS, chamado “Que curso fazer”, cita que a experiência na emissora permite ver diferentes campos de atuação na comunicação, bem como lhe leva a um campo de conhecimento que é o saber se portar, se comunicar no rádio. Para ela, que faz curso de Cinema e Audiovisual, embora seja de outro campo da comunicação, teve um contato muito particular com o rádio

uma experiência que me acrescenta muito, me fez ver outras vertentes do meu próprio curso, né, que antigamente era Rádio e TV também. Então eu acho que aqui contribui muito para gente a gente ser um projeto de extensão também, a gente liga com a comunicação, a gente aprende a se comunicar, a gente aprende os trajetos de uma pessoa que faz rádio, sem falar em tudo que a gente aprende com as pessoas que estão aqui dentro sabe (EST3UFS, 2019)

Outros projetos da Rádio UFS contam com a participação de estudantes de outros cursos, embora a maior parte da programação da emissora seja feita pelos próprios funcionários e a programação diária seja composta em maior escala pelos radiojornais, que contam com estudantes dos cursos de comunicação.

6.2.3 – Rádio Universitária FM – UNIFAP (Amapá)

6.2.3.1 – Laboratório para Jornalismo

Na Universidade Federal do Amapá, percebe-se que há uma aproximação dos alunos com a rádio universitária. De acordo com o diretor da emissora, professor Aldenor Bejamin, a emissora iniciou seu processo de instalação ainda antes do início do curso de jornalismo, o que fez com que a estrutura da emissora servisse como uma base para a consolidação e expansão deste curso.

O prédio da emissora, construído em 2010, abriga, além dos estúdios da rádio e da área de direção, os demais laboratórios do curso de jornalismo, tais como webjornalismo, televisão, fotografia e empresa júnior. Dessa forma, há, inclusive fisicamente, uma proximidade dos estudantes do curso de jornalismo com a emissora.

Além dessa proximidade, no entanto, percebe-se na programação da Rádio Universitária da UNIFAP uma presença de estudantes, dado que uma das características da emissora é a presença de programas de distintos cursos, a maior parte deles contando com colaboração de estudantes, conforme ressaltado.

Na rádio, há dois alunos bolsistas que desempenham a função de operador de som, um no

turno da manhã e outro no turno da tarde. Além desses, no entanto, existem voluntários que participam dos programas, seja organizando as atividades ou na produção de matérias.

No Projeto Pedagógico do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), em vigor desde 2019, existem três disciplinas obrigatórias relacionadas ao ensino que envolve o tema rádio: (Radiojornalismo 1, Radiojornalismo 2 e Laboratório de Radiojornalismo). As três disciplinas, conforme depoimento de alunos, funcionários, professores e da direção, utilizam da estrutura e do espaço na programação da Rádio Universitária para suas práticas laboratoriais.

O regimento da Rádio Universitária, em seu Art. 1º, parágrafo 4º, cita que a emissora tem “natureza educativa, na forma da Lei, com fins laboratoriais de ensino, pesquisa e extensão”. Entendemos, aqui, o aspecto laboratorial como a inserção de estudantes a uma prática profissional por meio da rádio universitária.

O curso atualmente está em processo de transição de Projeto Curricular. Segundo um dos professores entrevistados, por conta disto, dois currículos estão em curso: um com duas disciplinas, e outro, atual, com três disciplinas de radiojornalismo.

As três disciplinas de radiojornalismo, conforme este professor, seguem uma linha em que vai avançando aos poucos: no módulo de ‘Radiojornalismo I’, que acontece no quarto semestre, os alunos têm contato com a produção de notas e notícias, que são veiculados dentro dos noticiários; no módulo seguinte, de ‘Radiojornalismo II’, produzem os radiojornais ao vivo, com reportagens e entrevistas; no terceiro módulo da área, de “Laboratório em Radiojornalismo”, são desenvolvidos radiodocumentários e séries de reportagens especiais.

O professor explica que as três disciplinas visam simular uma redação de jornalismo para que se tenha uma atividade próxima do que se faz no mercado de trabalho. “A ideia não é produzir para em uma semana entregar no rádio. Eles chegam às 6h15, às 8h30 entra no ar ao vivo: eles têm esse intervalo para produzir scripts, espelho, e entrar no ar. Isso nos 3 módulos”.

Os dois horários da aula são divididos: um fica com a parte teórica e o outro, a parte prática. Enquanto na teórica são trabalhados autores que falam sobre radiojornalismo, na prática a turma é dividida em funções para exercerem na atividade de laboratório na emissora. De acordo com o professor, existe um espaço na grade noturna chamada de ‘Estágios’, quando os alunos veiculam seus programas.

Nos radiojornais, cada um tem uma função. Em uma noite, um é editor chefe, assistente, adjunto... cada um tem uma função naquela semana, e na semana seguinte modifica totalmente as funções. Eles sentem que eles são os responsáveis, os chefes são eles, eu sou o supervisor. Eles discutem o que entra, o áudio que não entrou, então eles vão sentindo a rotina e vão assumindo responsabilidades de que na universidade não se produz para ganhar nota, se produz por que é uma produção laboratorial profissional. (PROF1UNIFAP, 2019)

Além das disciplinas de radiojornalismo, no entanto, atividades de outras disciplinas eventualmente utilizam a estrutura da rádio para gravação e produção de conteúdo radiofônico, que também pode ser exibido na grade da emissora em um espaço destinado para o curso de jornalismo.

Não só no radiojornalismo, os professores como um todo no colegiado usam muito a rádio para as atividades desenvolvidas em sala de aula. Comunicação comparada, Comunicação na Amazônia, disciplinas voltadas às mídias, programetes, entrevistas, podcastings, mesmo que não esteja na disciplina. (...) Teve os professores de Comparada e Comunitária que produziram debates; existem espaços na programação para isso (...), então os alunos podem usar não só na disciplina de radiojornalismo, mas outras disciplinas que os professores tiverem interesse. (PROF1UNIFAP, 2019)

Além das atividades de programas veiculados no ar, o professor citou exemplos de projetos em que os alunos ministraram oficinas de radiojornalismo em escolas públicas do município de Macapá, em que os alunos da UNIFAP produzem conteúdo com os estudantes das escolas e também é aproveitada a estrutura da Rádio Universitária para tal finalidade.

Ainda, segundo o professor, a premissa de comunicação pública é prezada na disciplina, e alerta aos alunos sobre os meandros de uma atitude ética no exercício profissional do jornalismo.

Não é por que é da universidade a rádio, que não se pode botar em crítica a gestão do atual reitor. Deve colocar, é pra isso, só que com respeito, aprofundamento, pesquisa, apuração, não um debate com achismo, ofensivo, para colocar as pessoas no sentido de humilhação, para denegrir a imagem de uma autoridade pública. Por mais que não concordemos com o presidente x ou y, com o reitor x ou y, a rádio tem que prezar por essa qualidade. Nós estamos em um espaço acadêmico. (...) O nosso compromisso dentro da rádio, digo a eles, se vai trabalhar uma reportagem, uma série, se vai conduzir uma entrevista, os princípios constitucionais, éticos da profissão. (PROF1UNIFAP, 2019)

A formação dos alunos na UNIFAP, com a experiência da rádio universitária, reflete no mercado de trabalho, que tem absorvido alunos egressos que passaram pela emissora, é o que conclui o professor. Para os alunos entrevistados, a formação que se tem na rádio pode contribuir para uma inserção no mercado, não apenas na função que se tem feito, mas também por conhecer novos profissionais. Para um deles, que opera a parte técnica, acredita que a contribuição da atividade na emissora pode ir além do trabalho que ele faz: “trabalho técnico não é algo que vai me abrir muitas portas, mas por outro lado conheço muita gente aqui, jornalistas bons, fontes que preciso para os trabalhos, mas acho que a parte técnica não” (EST2UNIFAP, 2019)

Já outro aluno entrevistado, acredita que é a atividade na área técnica poderá lhe permitir oportunidades. “Eu sou da parte técnica, eu não gosto de aparecer com minha voz, mas eu sou um cara bem detalhoso, chatinho nessa parte, eu acho que o meu profissionalismo pode trazer bons

resultados no mercado de trabalho ou na empresa que poderá me contratar daqui a um tempo” (EST1UNIFAP, 2019)

6.2.3.2 – Laboratório para outros cursos

Na Rádio Universitária FM do Amapá existem muitos espaços na programação que são destinados a outros cursos da instituição. O que diferencia a emissora amapaense das demais é o fato de não existir uma programação jornalística ou própria para comandar a programação, mas principalmente os programas de outros cursos, que são em sua grande maioria ao vivo e apresentado por professores ou outros comunicadores do estado.

O programa Meio Ambiente e Cidadania – do qual se falará mais adiante, no tópico de experimentalismo -, produzido por professores do curso de Geografia, quando iniciou na grade da emissora dispunha da participação de estudantes tanto na produção como na apresentação. No entanto, conforme explica um dos professores que fazem parte da equipe, com a mudança de departamento (o programa era vinculado ao Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente e, com o descredenciamento do curso, passou a ser vinculado ao de Geografia), o curso deixou de ter a bolsa como projeto de extensão.

nós tínhamos estudantes que participavam como apresentadores, já a primeira bancada que era eu, um professor e uma jornalista, eles eram os dois estudantes, só eu professor. Quando trouxemos pra Geografia, não conseguimos agregar, na verdade, estudantes dentro do programa. A ideia era que pudéssemos agregar estudantes justamente para nos ajudar no levantamento de pautas, de formação, mas não conseguimos trazer esse estudante por vários motivos (PROF1UNIFAP, 2019)

Outro projeto que compõe a emissora amapaense é o programa Dicas da Nutri. Feito pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, tem estudantes em seu quadro de equipe – uma de jornalismo e um de nutrição de uma instituição privada de Macapá. De acordo com o estudante, a oportunidade de participar do programa, tanto entrando em contato com os possíveis entrevistados, como na organização da agenda do programa, na apresentação e comando das entrevistas, pode permitir um bom desempenho profissional. “Eu me vejo capacitado se eu fosse convidado para trabalhar fazendo entrevistas nutricionais em outra rádio, por exemplo, outras de Macapá, com esse trabalho aqui, me sinto a vontade de participar de entrevista, sendo entrevistado ou entrevistador” (EST3UNIFAP, 2019).

Outros programas na Rádio da UNIFAP também têm por característica a possibilidade de aproximar os estudantes dos cursos do contato com o rádio. Geralmente, são comandados por

professores e dispõem de alunos na equipe, mas também acontece de dispor dos estudantes na apresentação.

6.2.4 – Rádio Universitária FM – UFRR (Roraima)

6.2.4.1 - Laboratório para Jornalismo

O regimento da RTV aponta que o órgão tem por competência a produção de conteúdo de interesse público “que visem à promoção da educação forma e não-formal, por meio de transmissão de rádio e de televisão públicos em sinal aberto”. Dessa forma, entendemos que, embora não haja o termo “laboratorial”, se aproxima do que entendemos este indicador para essas emissoras.

Na Rádio Universitária em Roraima, o único radiojornal veiculado é o Repórter Roraima. Este radiojornal é produzido por dois bolsistas, alunos do curso de jornalismo da UFRR. De acordo com a professora de radiojornalismo, a ideia é que as reportagens produzidas na disciplina de Audiojornalismo sejam veiculadas neste programa. No entanto, de acordo com relatos dos estudantes, isto não é algo fixo na emissora e que a veiculação ou não das reportagens depende tanto do encaminhamento da professora, como dos bolsistas que administram o programa.

Na grade curricular do curso de Jornalismo da UFRR, no quarto e quinto período são disponibilizadas as disciplinas Audiojornalismo I e Audiojornalismo II respectivamente. De acordo com a professora, enquanto a primeira é mais teórica e aborda uma iniciação dos alunos nos termos do rádio. Já na segunda disciplina, a abordagem é mais prática, em que os alunos já produzem séries de reportagens com a finalidade de ser exibida na emissora ao final do semestre.

Na UFRR, a emissora universitária fica localizada fora do campus universitário, em um prédio ao lado da Prefeitura de Boa Vista, onde é a sede, também, da televisão universitária, que antes era uma emissora da prefeitura e foi doada para a universidade. Dessa forma, com o surgimento da rádio, as instalações também permaneceram no mesmo local. Foi inaugurado em 2019 um prédio dentro do campus da UFRR para abrigar a televisão e a rádio universitária, no entanto, problemas estruturais impossibilitaram a transferência de local.

Com isso, os alunos de jornalismo da UFRR utilizam um laboratório de radiojornalismo que fica localizado nas dependências do curso, dentro da universidade. Lá são feitas as gravações de reportagens, radiodocumentários, podcastings e demais conteúdos sonoros para as disciplinas de Audiojornalismo e demais atividades do curso.

Audiojornalismo 1, que é sempre no quarto semestre, é mais teórica. Falamos do que é o rádio, como utilizar, fazer sonora, leituras básicas de radiojornalismo. Incentiva muito nessa linha. Fazendo alguma experiência, há um trabalho final. Temos um laboratório específico no bloco 1, que é para perderem o medo. No [Audiojornalismo] 1, não vai tanto no rádio, mas no 2, é geralmente uma série,

trabalha um tema, mas esse ano pediram pra fazer o podcasting. (PROF2UFRR, 2019)

Estudantes entrevistados apontaram que há uma falta de complementaridade entre as duas disciplinas de Audiojornalismo e que poderia ser melhor trabalhado o conteúdo teórico e prático nas duas disciplinas. “Gente que tá em Audiojornalismo 1 e ainda não sabe o que é uma cabeça, não sabe montar um script, e o professor não ensina o básico”

De acordo com a professora, há uma preocupação com conteúdo de caráter mais educativo e cultural, tanto no que é trabalhado na disciplina, como no radiojornal Repórter Roraima, o único da emissora, produzido por dois alunos bolsistas da instituição. “São matérias mais educativas, saúde, utilidade pública. Não tem a preocupação de fazer o derramamento de sangue, não é apelativo, procura dar sempre boas informações. Há uma preocupação em ter um conteúdo educativo”.

Sobre a inserção de alunos no mercado de trabalho, os alunos também reconhecem a rádio universitária como o espaço em que há aproximação com este meio. Para um dos alunos entrevistados, existe um distanciamento entre a teoria da sala de aula e a prática no mercado convencional. “Tem uma deficiência dos professores incentivarem e ensinarem como é o mercado, e acha que a rádio supre essa lacuna”.

Outro estudante entrevistado cita que a rádio serve como uma “vitrine” para que outros meios de comunicação acompanhem o trabalho dos futuros jornalistas e já sejam vislumbrados para estas outras empresas. “É tipo um curral para os grandes meios de comunicação, dali de onde sai, um meio de escolher, só sai dali os que se destacam. É um ponto de partida, para a gente ir pra coisas maiores, meios de comunicação mais abrangentes”.

Um dos funcionários da emissora colocam que estudantes que passaram pela rádio já foram contratados por outras emissoras de Boa Vista em virtude da visibilidade do trabalho feito na emissora. De acordo com este entrevistado, tanto a TV como a Rádio têm dificuldades em manter bons profissionais por que logo são vistos pelo mercado e absorvidos com um salário superior a bolsa concedida pela universidade.

Elas têm sempre um olho clínico em pegar certas pessoas, e não quem dublê de jornalista, e sim a pessoa que tá aprendendo na prática em uma emissora Universitária, né, que tem uma certa *know how* no sentido de academia, então a resposta é sim, eu acho que tanto a TV quanto a rádio tá cumprindo um papel legal nesse sentido. (FUNC2UFRR, 2019)

A experiência de Roraima é diferenciada em virtude de a televisão dispor de uma visibilidade maior do trabalho, o que faz com que os estudantes priorizem também a prática na televisão, embora haja também aqueles que preferam o exercício profissional no rádio.

6.2.4.2 - Laboratório de outros cursos

Na RTV/UFRR, durante a coleta da pesquisa, havia apenas bolsistas do curso de Jornalismo na televisão e na rádio. No entanto, pelas entrevistas feitas, há relatos de que havia bolsas para revisor de texto para estudantes do curso de Letras, e de secretariado, para auxiliar na secretaria da emissora com estudantes do curso que é oferecido na instituição. No entanto, de acordo com os relatos, não houve mais oferta de bolsas para estas funções.

6.2.5 – Rádio UFT FM – UFT (Tocantins)

6.2.5.1 - Laboratório de Jornalismo

A Rádio UFT FM, em suas diretrizes, se coloca como “um espaço privilegiado de formação tanto dos alunos de graduação e pós-graduação da Universidade (não somente do curso de Comunicação Social, mas de TODOS os cursos)”, se caracterizando como um espaço formativo para a cidadania, mesmo que de forma “informal”. Se assume como espaço “de realização de experimentos voltados à apropriação e aprimoramento da tecnologia de transmissão digital”, o que a faz se identificar nesse aspecto.

Embora no documento não se use o termo “laboratório” ou “laboratorial”, consideramos tais premissas dentro do que temos abordado neste trabalho científico.

No que se refere ao espaço formativo do curso de Comunicação Social, a Rádio UFT FM tem na programação um espaço para a atividade laboratorial de radiojornalismo do curso. A disciplina de Radiojornalismo é a responsável pela produção do “Repórter Calango”, um radiojornal de 30 minutos de duração que vai ao ar às sextas-feiras, com reprise aos sábados.

A dinâmica da disciplina é focada no aspecto teórico, no início, com abordagem sobre o direito à informação e ao que é o rádio público. Na parte prática, a turma é dividida em alunos que ficam como editores e os demais, repórteres. São ofertadas turmas de 30 alunos por semestre, sendo que, desses, dois assumem a edição e 28 ficam como repórteres. No entanto, nem todas as 28 reportagens vão ao ar, em virtude de o programa ter duração de 30 minutos.

De acordo com a professora, o programa sempre permitiu que se pudesse abordar os mais diversos assuntos, desde denúncias dentro da própria universidade, a questões envolvendo a cidade e a sociedade de um modo geral. No entanto, de acordo com a professora, passou a se ter um direcionamento a evitar tocar em determinados assuntos.

Já não dá mais para trabalhar com um programa de denúncia, de embate, eu tenho que vir com a informação mais branda, mais informativa, sem colocar mais problemas, qualquer coisa, qualquer problema, está tendo do ano passado pra cá alguns direcionamentos que a gente não tinha, tinha uma liberdade maior. (...) Não éramos proibidos de nada, poderíamos falar de política, de educação, sempre falava pros alunos que falava de todas as editorias. Agora, claro, lembrando que por ser

uma rádio educativa a gente não poderia falar uma linguagem chula, essas coisas todas, lembrando do compromisso, das músicas, tudo. (PROF1UFT, 2019)

Os alunos sentem uma falta, na disciplina de rádio, relacionada à edição de áudio, (citado por dois alunos), e também na grande quantidade de conteúdo que se é produzido por semestre, que considera um trabalho exorbitante, que poderia ser melhor trabalhado (citado por um aluno). A professora cita que reconhece as críticas por parte dos alunos, mas que é a forma mais próxima de se trabalhar o radiojornalismo, que há uma dinâmica que ainda está distante do que é feito no mercado de trabalho.

Os alunos correm muito e fazem, eles reclamam que é trabalhosa por que toda semana eles têm que produzir uma matéria uma pauta. Se a aula é hoje a noite, eles têm que entregar a reportagem da pauta que eles pegaram semana passada. E hoje eles já recebem uma nova pauta para a semana que vem. Então toda semana eles têm que fazer (PROF1UFT, 2019)

Além do conteúdo feito para ser exibido durante o período letivo, cada aluno prepara um programa temático especial para o fim do semestre a ser veiculado durante o período de férias, quando não tem aulas na universidade, no horário do programa, o chamado “Repórter Calango Especial”.

No que se refere ao conteúdo, a professora relata que busca trazer como premissa “ouvir os dois lados”, não tem como horizonte replicar as práticas do mercado e que não se trabalha com matérias factuais.

Se falar do problema, tem que ouvir os lados, de que não há problema em trabalhar tema nenhum, desde que se tenha esse compromisso de se falar da amplitude de vozes e desse olhar pra gente não privilegiar um lado em detrimento do outro. A gente não tem que dizer se está certo ou errado. A gente apresenta e o ouvinte decide o que acha que tá certo ou errado. A gente tenta trabalhar com esse compromisso, que a gente não imita o mercado, no mercado é diário e no nosso é semanal. Trabalhamos com matérias atuais, mas não factuais. A gente tem que trabalhar em perspectivas de análises, trabalhar com os desdobramentos. (PROF1UFT, 2019)

A inserção de estudantes da UFT que passam pela rádio universitária no mercado de trabalho local é mencionada por todos os entrevistados. Com uma existência de pouco mais de três anos, o diretor coloca que quem passou pela experiência prática na emissora já se desponta não só com o radiojornalismo, mas em outras áreas profissionais.

Uma grande felicidade da UFT FM é que a grande maioria dos estagiários que passam pela rádio, todos saem empregados, a maioria já sai dentro do mercado de

trabalho. Por que aprendem como vai ser lá fora. A emissora tem essa característica de orientar como é que vai ser o mercado. Tem que saber que tem responsabilidade, produzir, ter qualidade, a informação dele é oficial, pesquisar para não entrar no mundo de *fake news*. (DUARTE, 2019)

Estudantes entrevistados consideram que a experiência na emissora pode ser válida ao ir para um mercado de trabalho. Um dos entrevistados pontua que, por haver diferença entre uma emissora universitária e uma comercial, a atuação pode ser diferente. “Aqui ensinam muita coisa que vamos levar para a vida toda, mas cada experiência é uma. Se eu for em uma rádio comercial, lá é totalmente diferente a linha editorial. A rádio universitária é diferente de outras rádios. Mas a questão de aprendizado eu vou levar”. Outro estudante considera que há uma grande diferença entre a atividade na disciplina e no rádio em si, que se permite um aprendizado maior. “Na disciplina de rádio a gente aprende, mas só dentro de uma rádio, com o estágio, que você percebe como funciona, tem divisões de trabalho, convívio, representa de alguma maneira o ambiente de trabalho. Já é uma oportunidade, e isso ajuda bastante”.

6.2.5.2 - Laboratório de outros cursos

Na Rádio UFT FM não há uma vinculação própria dos demais cursos da instituição com a emissora, a não ser em programas específicos feitos por professores que são veiculados à rádio. No entanto, dentre a experiência de estudantes de outros cursos, pode-se frisar a de estudantes que participam dos trabalhos com softwares de gravação e edição de áudio. De acordo com o funcionário, responsável por este setor e que coordena estes estagiários, em geral alunos de outros cursos e que já tem afinidade com esta atividade profissional são selecionados e ficam com a função.

Eu vejo como positiva a participação dos alunos como estagiários, não só do curso de jornalismo, pego estagiários de outros cursos também. Os jornalistas pegam mais de jornalismo, eu já tenho muita dificuldade de encontrar estagiários que me atendam dentro do curso de jornalismo, acabo encontrando mais em outros cursos. A questão do cara precisa ter um pré-conhecimento de software de gravação, edição e tal, e eu vejo muito desinteresse dos alunos de jornalismo, pelo menos os que vêm fazer teste comigo, aí acabo pegando de outros cursos. Tive até que abrir esse leque pros outros cursos por que antes era fechado pro jornalismo. (FUNC2UFT, 2019)

Mesmo quando os casos de outros cursos exercem uma atividade profissional distinta daquilo para o qual está se preparando, considera-se que a atividade na rádio é proveitosa. No caso de um dos entrevistados, que estuda administração e trabalha com softwares de gravação e edição na Rádio UFT FM, acredita que a experiência é mais superficial do que poderia ser para quem

trabalha com rádio

A gente trabalha algo bem simples, não é algo tão complexo de se trabalhar e se aprender. E pra mexer com esse tipo de área a gente teria que se aperfeiçoar em cursos, alguma coisa assim pra trabalhar em rádio fora abrangendo mais áreas. Como a gente é estagiário, a gente tem uma cota de horários semanais e programas que a gente faz. (EST3UFT, 2019)

Diferentemente de outras emissoras, a rádio tocantinense termina sendo mais restrita ao trabalho laboratorial do curso de jornalismo. Embora a emissora disponibilize espaço, que pode ser disputado via edital também pela comunidade universitária interna, há uma reduzida participação neste quesito.

6.3 Indicador-chave: EXPERIMENTALISMO

Como discutido anteriormente, o indicador-chave Experimentalismo consiste em aspectos das rádios universitárias que a diferenciam de outras rádios comerciais, ou rádios também públicas. Identificamos que tal característica se dá de forma diferente por cada emissora. Além disso, essa é uma característica que está diretamente ligada a outros dois indicadores aqui apresentado: laboratorial e interesse público, em virtude de a característica do rádio, no geral, não congrega diretamente com estes elementos também.

Neste tópico, abordaremos exclusivamente os aspectos inerentes ao experimentalismo no sentido de formatos e modelos distintos de programas de rádio, de espaço para experimentalismo musical diferenciado em relação a emissoras comerciais e da programação como um todo, sendo uma alternativa à rádio comercial.

6.3.1 – Rádio FM Universitária – UFPI (Piauí)

A Rádio Universitária da UFPI, como as demais emissoras, dispõe de uma programação musical também considerada alternativa às demais emissoras na capital piauiense. Dentro do aspecto elencando neste indicador, também se identifica a presença de uma forma peculiar da música piauiense, já que ao final de cada bloco musical, é veiculada uma música de artista piauiense.

O diretor da emissora cita que, no início, a programação musical da emissora seguia uma linha centrada em cantores de referência com sucesso nos anos 60 e 70, voltada a um público mais adulto e que, alguns anos depois, com a chegada de outro funcionário, houve uma mudança, com uma programação musical mais jovem.

No que se refere ao espaço para o experimental na música, cita o caso de um programa que tentava abordar novos artistas. “Tínhamos o programa Balaio Pop, que era o espaço pros jovens artistas. Então, acho que tem pouco espaço ainda na programação musical para o experimental, para o novo, o inédito.” Ainda conforme o diretor, nas discussões sobre a programação musical, o perfil melhor encontrado para a rádio é de não veicular lançamentos, mas apenas depois que as músicas já tenham visibilidade. “É como se houvesse um assustamento de você lançar uma música e a gente chegou a conversar e ver que não é o nosso perfil. Sei lá, uma cantora como a Céu, ou como a Tulipa Ruiz, lançou uma música e a gente começou a tocar aqui. A gente toca a música quando ela já fez o sucesso” (LOPES, 2019)

Um dos funcionários reitera que a programação musical é diferenciada, com uma seleção de músicas com “qualidade” e acrescenta programas que experimentam formatos e modelos distintos de outras rádios convencionais.

a gente tem programas diferentes de outras emissoras como o Clube do Vinil autêntico criado pela Rádio Universitária, o Sintonia Jurídica que aborda assuntos no meio jurídico também que é uma criação da Rádio Universitária a gente já teve programas muito bom também no passado como o Educando com ciências, o Gira Poesia (...) Então eu acho que a Rádio Universitária, além de pautar, também está influenciando as outras as outras rádios comerciais ou até as públicas mesmo ao nosso jeito de fazer rádio. (FUNC1UFPI, 2019)

Outra funcionária cita que o espaço para experimentalismo existe na Rádio Universitária, no entanto nem sempre existe um entendimento claro de como pode ser feito este experimentalismo, não apenas colocar qualquer produto no ar, mas saber como fazer e o que se espera.

Você pode experimentar desde que saiba o que vai fazer e como vai fazer (...) muitos professores, departamentos procuraram ideias bacanas de fazerem, tem o próprio professor que tem o Clube do Vinil. Ele se ausenta da universidade muitas vezes por questão de estudo, e nunca o Clube do Vinil saiu do ar. Ele manda o programa, ele faz umas apresentações fora do espaço da rádio, leva o vinil para parques, eventos, e é uma outra forma de fazer. (FUNC2UFPI, 2019)

No entremeio das discussões sobre de que forma realizar esse experimentalismo, algumas experiências como a do citado Clube do Vinil, e de outros programas que já não fazem mais parte da grade de programação, como Gira Poesia, são consideradas exitosas e referências para se pensar e refletir de que forma pode ser feito esse experimentalismo na programação radiofônica.

6.3.2 - Rádio UFS FM – UFS (Sergipe)

A emissora sergipana, no regimento geral da reitoria, dispõe que o SURE tem, dentre as atribuições, “divulgar e promover, interna e externamente, as diversas manifestações da cultura sergipana, contribuindo para o desenvolvimento cultural do Estado e do País”.

Dessa forma, na Rádio UFS a valorização ao artista local também está presente, conforme cita o diretor da emissora. Para ele, existe uma liberdade na emissora para a divulgação de diferentes expressões artísticas. “Você tem uma liberdade grande para fazer a produção musical, artística e cultural (...) mais do que uma rádio comercial, por que fica limitada aos interesses do mercado, a colocar a programação musical independente do que o mercado exige.”

A valorização da cultura local está presente não só na programação musical, mas também em outros programas da emissora. De acordo com uma professora entrevistada, produtora de um programa que mescla música e informação, uma característica da rádio universitária pública é trazer a música também como elemento de entretenimento, mas em uma perspectiva construída e contextualizada

o entretenimento faz parte, você por uma música porque ela é legal, é bonita porque você tem aquela primeira sensação, é gostoso de ouvir, dá vontade de dançar. Isso faz parte da cidadania, porque nós somos seres lúdicos, seres humanos, nós vamos brincar então está aí também o lúdico, não só aquela música compromissada, engajada, tem também aquela salsa para brincar, trabalhar e pronto, mas no contexto, que você quer que o ouvinte tenha essa formação, tem o contato e respeito pelo outro. Que ele entenda que dá para fazer música de outras formas, o que é grande diferença na rádio convencional não pública. (PROF1UFS, 2019)

Um outro professor cita a experiência do programa que produz, chamado ‘Conversa de Vinil’, que considera ser um dos únicos que trata do tema no rádio brasileiro. O programa consiste em uma entrevista e abordagem relacionada ao tema do vinil no Brasil e no mundo. De acordo com o professor, o programa já tem se tornado conhecido no meio da indústria fonográfica, principalmente pela disponibilidade de acesso à internet, mas a característica da rádio universitária é um diferencial. “Se fosse uma rádio convencional, não sei se me daria tanto poder para fazer um programa como eu faço o Conversa de Vinil”, cita.

O professor também elenca o aspecto de “formação de plateia” como um diferencial do programa que é veiculado à rádio universitária, mas que, segundo o professor, tem uma visibilidade maior por conta do acesso nas redes.

A gente coloca discos que tem gente que nunca ouviu falar na vida, principalmente a juventude. E como eu recebo um retorno, não sei se todos os programas aqui recebem um retorno, eu recebo nas redes sociais, então eu o vejo atingir esse objetivo de formação de plateia e também atingir objetivos de divulgação da mídia física. (PROF2UFS, 2019)

Sobre a programação musical, a emissora segue uma linha que mescla a MPB com músicas regionais, trazendo elementos da música sergipana, mas também nordestina em geral. Uma das características dessa emissora, no entanto, é trazer novos cantores que também contemplem a proposta musical da emissora, conforme um dos funcionários.

Tem uma linha mais de MPB, que chama no mercado de ‘adulto contemporâneo’, que é mais música popular, internacional, mas principalmente dando oportunidade para as produções locais, não só de Sergipe, mas regionais, da Região Nordeste. Tem Nação Zumbi, todo mundo conhece, mas é uma produção regional, tem Duda Beat, que tá tendo notoriedade, mas a Rádio UFS já tocava antes. Própria Céu, Tiê, tocávamos antes que muitas rádios do estado. Então a rádio universitária tem que tá aberta também a novas experiências, dentro da sua linha. (FUNC1UFS, 2019)

Outros ritmos também são mencionados como jazz, samba de raiz, música instrumental e música clássica. Para outra funcionária entrevistada, um diferencial da Rádio UFS para as demais rádios de Sergipe é que a universitária tem uma “preocupação pela qualidade musical”, enquanto nas rádios comerciais há “um espaço mais para sertaneja universitária, aqui em Sergipe para as bandas de forró, e é muito comercial porque a maioria paga para ter sua música veiculada. Agora funk aqui também tem muito, e isso é diferente da nossa proposta” (FUNC2UFS, 2019).

Um diferencial apontado por uma estudante entrevistada é o fato de haver programas que retratem o universo da música com uma perspectiva além da simples veiculação das faixas, abordando uma discussão mais aprofundada. “[É] uma alternativa pra quem busca ouvir não só a música, mas entender também de cultura”. (EST3UFS, 2019)

6.3.3 - Rádio Universitária FM – UNIFAP (Amapá)

No regimento da emissora, um dos objetivos dos serviços de radiodifusão da emissora é “apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes”. O aspecto da difusão de programa regional e independente é comumente citado pelas emissoras no que se refere a este indicador-chave estabelecido nesta pesquisa.

Ainda no regimento da emissora, no artigo dos objetivos do serviço de radiodifusão da emissora, o item VII traz: “buscar excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos”.

No caso da emissora do Amapá, a música local tem um espaço reservado na grade de programação no turno da manhã, onde são transmitidas apenas canções de artistas regionais. De acordo com o diretor da emissora, o rádio é muito ouvido no horário da manhã na região e um dos

itens reconhecidos como característicos da emissora da UNIFAP é a valorização da música amapaense.

Nós temos um professor que fez uma pesquisa sobre a rádio universitária: e uma das perguntas que tinha lá era ‘o que mais atrai na rádio universitária?’, e interessante a resposta que tivemos, a maioria disse da questão musical, da valorização da cultura local. Então nós temos isso, uma preocupação muito grande com a cultura local, regional. Valorização dos nossos cantores, das produções artísticas e culturais da região. (BENJAMIN, 2019)

A boa relação entre os músicos locais e a rádio universitária é citada por funcionários da emissora. De acordo com um dos entrevistados, os músicos procuram a emissora para alimentar o acervo da programação, uma característica elogiada por quem ouve. Ele também cita que todo mês há encontros de grupos de marabaixo na região da Rádio Universitária e que eventualmente há a transmissão pela emissora da atividade. “Como aqui é muito forte o marabaixo, batuque, temos encontros no hall da rádio pessoal do Batuque, dos quilombolas, do Marabaixo, aí vem os cantores regionais, chegam aqui eles acham assim que a rádio só toca dentro do campus da universidade”. (FUNC1UNIFAP, 2019)

Um dos estudantes entrevistados menciona que a rádio universitária teve uma mudança na perspectiva da programação musical e, enquanto antes havia uma maior dedicação à Música Popular Brasileira (MPB) e Música Popular Amapaense (MPA), com a mudança a programação passou a também mesclar outros ritmos musicais.

Hoje a gente bota músicas do mundo, funk, sertanejo, não só MPB e MPA, também outros ritmos (...). A gente deixou de fazer a rádio para a universidade e passou a fazer para o público. Tirou isso que estava preso de programas institucionais, para programas que vão atingir o público, não atinge só a Unifap e Macapá, mas as ilhas de Belém (sic). (EST2UNIFAP, 2019)

Outro estudante entrevistado também cita a tentativa da rádio universitária em utilizar mecanismos de aproximação com o público. Mesmo com uma programação musical mais voltada ao público adulto, o uso das redes sociais e de vinhetas objetivam a aproximação tanto da comunidade local como de acesso em outros lugares pela internet.

[Temos] programas mais intelectuais, não como uma comercial, que tem todo tipo de programa, só que a nossa é mais intelectual, mais fechada ao público acadêmico, universitário. Mas sempre a gente tenta fugir um pouco disso, porque tem um alcance grande, não pegamos só no bairro, ou município, mas até ilhas do Pará, a gente tem a rádio web que pega o mundo todo, tem a live, então a gente tenta mesmo tendo esses programas intelectuais, tenta fugir disso, fazendo vinhetas, chamadas, usando o mecanismo da rede social, Instagram, Facebook, WhatsApp, somos universitários mas tentamos fugir tentando abranger a todos. (EST1UNIFAP, 2019)

A emissora recebe muitos retornos por meio das transmissões nas redes sociais, como reiterado pelo estudante. De acordo com os entrevistados, pela falta de informação sobre a audiência, as redes terminam sendo parâmetro importante para saber o alcance da emissora.

6.3.4 - Rádio Universitária FM – UFRR (Roraima)

No caso da emissora de Roraima, no Regimento da RTV, dispõe que o órgão tem por competência “estimular a produção independente, por meio de programas de caráter educativo, fortalecendo as iniciativas da produção audiovisual do Estado de Roraima”. (REGIMENTO RTV/UFR, 2016)

No regimento da emissora, também é citado um setor de produções especiais de rádio, que tem como atribuição “coordenar a execução de projetos especiais desenvolvidos pela emissora, tais como radiodocumentários, programas sazonais, campanhas radiofônicas, grandes coberturas não jornalísticas de eventos em cooperação com outros setores da TV”. O diretor da RTV aponta que, apesar das dificuldades que a rádio universitária enfrenta, existe um reconhecimento e um apreço pela programação da emissora, seja a musical ou os demais programas. Dos programas musicais produzidos na emissora, um é voltado para música nordestina, o “Baião de Dois”, e um lembra o artista Raul Seixas.

Diferente das outras rádios universitárias, que dispõem de programação própria com inserções de conteúdo nacional da EBC, essa emissora retransmite em sua maior parte do tempo a programação da Rádio Nacional da Amazônia, e apenas em determinados momentos do dia é veiculada a programação local. Nos horários locais, também há a transmissão de artistas roraimenses.

Na programação local própria, no entanto, frisa-se que há uma seleção musical atenta às letras das canções veiculadas e que há uma preocupação com a “utilidade”. Um dos professores entrevistados cita que o problema do pessoal da rádio afeta um item que considera primordial, que é mencionar o nome da música, do compositor e do intérprete entre as canções veiculadas.

um problema que eu acho grave na nossa rádio, mas por falta de pessoal a gente não faz, é que a gente toca uma, duas horas de música, e não fala quem é o autor da música, quem é o intérprete, isso é muito importante, é um defeito que nós temos. Não tem o locutor para dizer ‘olha essa música cantada por fulano composição de beltrano’. Também é importantíssimo do ponto de vista cultural. (PROF1UFRR, 2019)

Um dos funcionários da emissora cita que a Rádio Universitária de Roraima começou recentemente a criar espaços próprios de programação musical, deixando de transmitir a Rádio

Nacional da Amazônia. Cita que, além dos programas musicais ‘Baião de 2’ e de ‘Raul Seixas’, há na programação noturna, as sextas-feiras, uma programação própria feita pela emissora. “Dia de sexta-feira a noite tem o Espaço Flashback, que é a noite todinha. Terminou A Voz do Brasil, aí só músicas antigas. Começa aquela música de discoteca, aí vai música lenta, música nacional, até amanhecer o dia, entendeu. O pessoal tem gostado muito.”

Como citado anteriormente, o programa Baião de 2 retrata música nordestina, como o forró pé de serra e tem uma boa repercussão, como frisa um dos funcionários entrevistados. Neste programa há a participação de ouvintes por telefone, é um meio de identificar a audiência do conteúdo veiculado na emissora, conforme um funcionário.

Tem a pegada de músicas nordestinas como forró, mas o forró pé-de-serra, aí tem blocos de repentistas, de violeiro, e tem blocos dedicados ao rei do baião, Luiz Gonzaga, e a pegada do programa é essa. Músicas do Nordeste, pé-de-serra, forró bem raiz. E tem uma audiência muito boa porque é na quinta-feira e muita gente liga, muita gente se identifica né. (FUNC2UFRR, 2019)

Um dos estudantes entrevistados reitera que a rádio recebe elogios pela seleção musical que faz e que a programação gira em torno do tema da cultura. “Recebem elogios pela escolha de músicas. Algo que remete mais a cultura, e é 100% cultural nas músicas, nos programas. A programação, as músicas, falam da cultura daqui. É isso que a gente não encontra nas outras e chama a atenção do público de lá.”

6.3.5 - Rádio UFT FM – UFT (Tocantins)

Nas suas diretrizes editoriais, a emissora tocantinense estabelece que “deve atuar como uma alternativa à programação de rádio comercial, seja na música, seja no formato de seus programas”.

Falando especificamente sobre a programação musical, o documento reitera a necessidade de veicular conteúdo distinto ao de rádios comerciais.

“apresentar o novo”, e assim, ampliar os horizontes musicais e culturais do ouvinte de rádio, que não tem acesso a essa amplitude nas atuais emissoras da Capital e da região. Vale lembrar que isso não implica na exclusão sumária de um ou outro estilo ou artista; porém, a busca é sempre pela inovação. Nenhum estilo musical é privilegiado. A produção musical nacional recebe atenção especial, mas também há espaço para música estrangeira. (DIRETRIZES EDITORIAIS UFT, S/D)

Outro aspecto relevante nas diretrizes editoriais da UFT FM, está no fato de a emissora admitir o desinteresse em ser ‘líder de audiência, mas reconhecer a importância de se ter ouvintes. A emissora também se define como educativa, alternativa e pública, corroborando com alguns dos

eixos direcionadores do caráter ‘experimental’, uma alternativa aos formatos e modelos do rádio comercial.

(...) chegou-se à conclusão que a busca pela “liderança da audiência” não deve jamais ser o objetivo principal da emissora (embora haja a consciência de que uma rádio sem ouvintes não tem propósito), sob o risco de perder-se aí o caráter educativo, alternativo e público da programação da emissora e a sua diversidade musical e cultural. (DIRETRIZES EDITORIAIS UFT, S/D)

Ainda em suas diretrizes, a emissora delega a si o papel de “atuar como vitrine” de artistas tocantinsenses, bem como ser local de descobrimento de novos talentos, incentivando, assim, o crescimento e a propagação de elementos culturais da região do estado de Tocantins. “Dentro da produção brasileira, o objetivo é destacar a riqueza da produção regional, evitando, criticando e combatendo a homogeneidade existente mesmo em muitas das emissoras que optam pela veiculação dos produtos musicais nacionais”.

Em todas as entrevistas feitas, a Rádio UFT FM é apresentada como uma emissora relevante na cidade por dispor de uma programação musical distinta das demais emissoras comerciais - que priorizam um estilo musical específico - bem como os demais programas de viés educativo e cultural. Como citado anteriormente, Palmas é a única capital deste estudo que dispõe de duas rádios universitárias disponíveis no dial, por que, além da UFT, a Universidade Estadual do Tocantins, Unitins, também dispõe de uma rádio universitária. No entanto, de acordo com o depoimento do diretor da emissora, a rádio estadual, mesmo sendo pública, também se assemelha as comerciais em sua programação musical.

Na programação musical da emissora, a cada hora, é tocada uma música tocantinense. De acordo com o diretor, é priorizada na programação conteúdo que tenha ‘qualidade’ e é utilizado um sistema que permite que todos os artistas locais tenham oportunidade igual de serem veiculados na programação musical da emissora.

Nós saímos do modismo, não pegamos enlatados de gravadoras, já tem as comerciais, a gente pode se dar ao luxo de fazer diferente. Coisas que tenham qualidade, sejam culturais, programação da rádio além de tocar coisas mais jovens, também na cultura local. De hora em hora a UFT FM toca uma música regional independente, e ela é aleatória, nosso sistema é randômico. O banco de músicas que decide. Da transparência, oportunidade para todos, etc. Não tem o papel de criar a playlists, tem a identidade musical. (DUARTE, 2019)

Com os editais de seleção para a comunidade interna e externa à universidade, a rádio UFT FM dispõe de uma programação com aspectos diferenciados em relação a outras rádios da região. Na programação musical, todos os entrevistados citam que a emissora dispõe de uma programação

que a distingue das demais emissoras palmenses e que há um reconhecimento na região pela programação alternativa que a emissora traz.

Dos professores entrevistados, há, apesar da menção à qualidade da programação musical, uma ressalva à questão da programação informativa que, segundo os entrevistados, poderia ser mais trabalhada na emissora, sem deixar de lado os outros aspectos. Uma das funcionárias entrevistadas cita críticas pela falta de um locutor para anunciar as músicas, mas ressalta que considera esta uma característica vantajosa da emissora no que se requer atualmente do rádio

Uma crítica que a gente sempre recebe é que a gente não tem locutor, então eles não sabem as músicas que tão tocando, por que a gente toca músicas muitas que não estão nesse mercado comercial, mas realmente as pessoas não sabem quem canta, o nome, onde é que acha, para procurar e escutar, eu gostei. Então a gente ainda tá criando esse mecanismo para fazer, mas a gente já identificou que o locutor, aquele fala muito tempo, não é interessante. As pessoas gostam da nossa rádio justamente por isso, por que não tem uma locução que fala muito tipo, vai na rádio, e a informação que a gente dá é aquela ‘pa-pum’. (FUNC1UFT, 2019)

A programação da rádio é feita automaticamente pelo software da emissora, acompanhada pelos programadores. No entanto, a falta de um programador específico traz uma programação com eventuais inadequações, conforme relata uma das funcionárias entrevistadas.

eu acho que às vezes por conta da gente não tem um profissional específico de pegar as músicas, de colocar música certinho, eu acho que na hora do almoço, uma hora da tarde, toca um rock pesado... e aí é complicado 2 horas tocar aquele rock puxado, não combina, entendeu, você tá voltando para o trabalho, com a barriga cheia, alguns tiraram aquele sono e voltaram com aquele rock pesado, então eu acho que falta uma organização musical, não que as músicas não deveriam estar ali, deveriam, só tinha que ser organizado. (FUNC1UFT, 2019)

Um outro funcionário cita o aspecto de “formação de público” como algo a ser alcançado pela rádio universitária, mas cita que a falta de uma compreensão dos próprios gestores da universidade dificulta. Além disso, cita que a rádio UFT é nova e que não há um curso de música com um trabalho de educação musical. “[tem a] questão de dirigentes da universidade, para entenderem que a rádio não é uma rádio que toca sertanejo, essas coisas. É complicado, não é todo mundo que aceita a proposta da rádio. Por não ter essa cultura mesmo na educação”.

Quanto aos programas selecionados por edital, uma dificuldade da emissora é em manter programas que são selecionados, mas que os contemplados, no decorrer do tempo, se deparam com dificuldades. De acordo com um dos funcionários, há a seleção de programas musicais com o intuito de inovar e experimentar novos formatos, mas que ‘dão trabalho e não trazem retorno financeiro.’ “A gente tem um espaço, mas a gente não tem tanta proposta para, um tanto quanto ousada assim, para experimentação por parte da comunidade. Mas a gente tem o espaço. Aí

depende, a gente tem alguns programas assim que são diferentes do que é tocado nas outras rádios.” (FUNC2UFT, 2019)

6.4 Indicador-chave: INTERESSE PÚBLICO

Para este indicador, consideramos a programação das rádios universitárias no que concerne a conteúdo educativo, cultural e artístico, bem como a presença de premissas do jornalismo público. Compreendemos que a divulgação científica também compreende a um aspecto de interesse público, porém, caracterizamos como um indicador a parte por ser algo que diferencia as rádios universitárias de outras rádios públicas.

Além disso, percebemos que o aspecto de experimentalismo, configurado nesta pesquisa como um indicador a parte, também está diretamente ligada ao indicador de interesse público. Isto porque em praticamente todos os casos em que as rádios consideram que há uma construção de formatos e modelos radiofônicos que destoam da prática comum das emissoras comerciais, ocorre em programas com a finalidade que este indicador objetiva esmiuçar. No entanto, para este indicador em específico, detalharemos como cada emissora aborda este aspecto.

6.4.1 – Rádio FM Universitária – UFPI (Piauí)

A emissora piauiense, como já dito, não dispõe de um documento oficial de regimento ou equivalente às diretrizes, no entanto, em seu histórico disponível na internet, a emissora define a sua programação como “abrange o jornalismo, as artes, o apoio cultural e a realização de programas e projetos de acordo com o interesse da universidade, dos universitários e seu público de interesse”.

Atualmente, como a emissora também se encontra em processo de reestruturação, a programação própria da emissora está reduzida a poucos programas. No momento em que foram feitas as entrevistas, a programação diária era conduzida pelo programa Música e Notícia e pelo Jornal da Universitária. De acordo com o diretor, antes a emissora atendia mais a essas premissas, e atualmente, objetivam por meio do jornalismo atender a estas premissas. “Tivemos muitos programas que atendiam essas demandas. Embora a gente ainda não tenha muita coisa, a gente procura dar conta disso, já que é muito pouco, no jornal, (...) com questões tecnológicas, de pesquisa, educacionais, culturais, locais.” (LOPES, 2019)

O Música e Notícia consiste em mesclar programação musical com noticiário, por meio de notícias, reportagens, flashes ao vivo e entrevistas. Sendo um dos programas mais antigos da emissora, testemunhou momentos importantes na emissora, como alguns relatados pelo diretor

No Música e Notícia a gente traz muita entrevista, de eventos aqui dentro, de conquistas, nós já tivemos aqui a experiência de divulgar o resultado aqui da Olimpíada de Matemática aqui direto. Todo mundo que participou, os colégios

estavam sintonizados para saber o resultado, então o reitor veio, o organizador, o pró-reitor de pesquisa, então a gente conseguiu. (LOPES, 2019)

Em seu depoimento, uma das ex-funcionárias citou que este programa funcionava como uma espécie de “carro chefe” no aspecto do jornalismo na emissora, tanto pelas características da cidade e do público ouvinte como pela característica do curso e dos alunos bolsistas que fazem parte da emissora, que costumam ter aulas a tarde e a manhã participam da rádio.

Apesar de ser uma capital e grande, ela tem uns aspectos muito provincianos, então todas as coisas acontecem pela manhã. E o que não acontece pela manhã, a tarde e a noite tem um tempo e pode trabalhar a notícia (...), digerir durante o dia. Então o jornalismo foi sistematizado a partir da manhã, do Música e Notícia, que era o programa que trazia músicas, entrevistas, mas também jornalismo. Ia pra rua, e cobria as principais informações durante o dia. Como é uma rádio pública e universitária, e o jovem quer muito fazer o que tá acontecendo agora, a gente fazia coberturas na Assembleia, Câmara, assuntos que podem repercutir. (FUNC2UFPI, 2019)

O Jornal da Universitária, que foi ao ar inicialmente em 2014, também adotava uma perspectiva jornalística dentro da premissa de um jornalismo público, repercutindo assuntos abordados no Música e Notícia e se propondo a ser um “resumo” dos principais fatos do dia. De acordo com um dos funcionários, o estabelecimento de uma rotina jornalística para o Música e Notícia permitiu o início de um radiojornal.

Não tinha um jornalismo de fato, a rotina jornalística de fato na emissora apenas a gente lia notas matérias regular, tinha o Universitária Esportiva que é jornalismo esportivo, mas o jornalismo em si a gente tá não tinha de fato na emissora. Foi inaugurado isso com o Jornal da Universitária e no início e ia ao ar às 18 horas, aí a gente começou esse projeto que realmente cresceu na emissora, que hoje sem dúvida nenhuma faz um jornalismo diferenciado. (FUNC1UFPI, 2019)

Além do jornalismo, a emissora dispõe de programas independentes e individuais que atendem a essa premissa de interesse público. Um deles é o “Passado a Limpo”. O programa tem como objetivo abordar assuntos acadêmicos com professores de uma forma didática para o rádio. De acordo com uma das estudantes entrevistadas e que faz parte deste programa como voluntária, o programa é feito por dois estudantes que apresentaram a proposta ao diretor da rádio, que acatou e permitiu que fizessem o programa.

É um programa semanal que vai ao ar na quinta-feira, e a proposta principal é trazer assuntos mais acadêmicos para dentro do universo do rádio e deixar o mais didático possível. A gente trabalhou com 500 anos de Maquiavel, trouxe um estudioso para poder debater com o apresentador de forma didática, pois só são 30 minutos. A maioria das fontes é professor, e gosta de dar aula, e às vezes passa do tempo. O programa está há um ano no ar e eu atuo como produtora, e na verdade as funções se misturam, por que apesar de fazer script, o apresentador faz de um modo particular. (EST2UFPI, 2019)

Dentro do aspecto cultural, pode-se citar o “Clube do Vinil”, por contemplar características culturais, conforme já explicado no item sobre Experimentalismo.

Outro programa que se pode considerar dentro do aspecto de Interesse Público é o Sintonia Jurídica. Por ser um programa que busca trazer maior aproximação do universo jurídico para os ouvintes em geral, este programa traz também uma proposta educativa e de interesse público. No entanto, como já citamos anteriormente, alguns exemplos atendem às premissas de interesse público e de divulgação científica, onde há uma aproximação.

6.4.2 - RÁDIO UFS FM – UFS (Sergipe)

Na emissora sergipana, o SURE tem como suas atribuições, no regimento da Reitoria da UFS, “produzir e veicular programas com fins educativos, artísticos, culturais, informativos, científicos e de promoção da cidadania”. Além disso, no item seguinte, o de “divulgar e promover (...) as diversas manifestações da cultura sergipana”.

Também é registrado documentalmente para a Rádio UFS FM, que se insere no Sistema de Radiodifusão Sonora Educativa da universidade, os aspectos caracterizados, aqui nesta pesquisa, como definidores do indicador-chave Interesse Público.

Para o diretor da emissora, o aspecto educativo é “constante” na programação da Rádio UFS FM em virtude da divulgação de atividades da universidade.

a gente sempre está divulgando coisas da universidade, tanto de interesse interno, por exemplo, para a comunidade universitária, como por exemplo as informações de cunho científico que são de interesse mais amplo, interessam a toda a sociedade, e muitas vezes nós divulgamos coisas que repercutem na imprensa e acabam tendo uma divulgação maior. (CARDOSO, 2019)

No que se refere ao aspecto cultural e artístico, citou quadros que falam do folclore sergipano e que tanto nos programas específicos como na programação diária jornalística da emissora existe uma atenção a estes aspectos

Cultural nós temos outros que são muito voltados, por exemplo, folclore sergipano, nós temos um quadro permanente que é sobre os grupos folclóricos locais, nós temos constantemente divulgados coisas da música local, e do teatro, sabe, assim, nós estamos sempre buscando estar acompanhando o que está acontecendo no mundo artístico, na cultura. (CARDOSO, 2019)

Dentro do escopo do interesse público está o projeto de extensão “Qual curso fazer”, que consiste em programetes explicativos sobre os cursos de graduação da Universidade Federal de

Sergipe e que tem como objetivo orientar interessados em ingressar em um curso superior sobre informações de duração de curso e possível atuação no mercado de trabalho.

De acordo com o professor responsável, que foi entrevistado, o projeto para o rádio se dar de forma mais simples porque se utilizou as informações de um guia projetado pela Pró-Reitoria de Graduação da instituição.

Projeto ‘Qual curso fazer’ são programetes de 3 a 5 minutos no máximo que é jogado (...) dentro da programação para que o postulando a uma vaga na UFS possa entender ‘ah, eu quero fazer comunicação’, a comunicação é assim e assado, para isso o cara que forma em comunicação vai ter qual tipo de trabalho né. (PROF2UFS, 2019)

Para este projeto, participaram quatro estudantes de graduação que fizeram a adaptação dos textos para o rádio e gravaram a locução dos programetes. De acordo com o depoimento de uma das estudantes entrevistadas e que participou do processo, a atividade foi relativamente simples, mas também permitiu conhecer melhor outros cursos da instituição

Eu acho que mostra também muito perfil de cada estudante do curso assim. No momento em que a gente vai gravar o programa, eu já tenho um modo de falar, aí tem o menino de Pedagogia que tem uma, outra a de teatro, um de Engenharia, e essa seleção foi interessante por causa disso, inclusive surgiu essa questão para a gente, vamos separar para cada um falar de seu curso, mas como a gente não ia falar a experiência pessoal da gente com o curso, a gente dividir o mesmo aleatoriamente. (EST3UFS, 2019)

Dentro dos programas de interesse público, pode-se ressaltar o “Buena Onda”. O programa é semanal e tem como objetivo abordar aspectos culturais de países de língua espanhola. Consideramos este programa como uma intersecção entre o que podemos considerar de interesse público - dentro de uma perspectiva que contemple a educação, e aspectos de cultura e arte -, e também de divulgação científica, uma vez que faz parte do objetivo a divulgação de aspectos relativos ao que se estuda sobre cultura hispânica por parte dos cursos de Letras e de Música.

Além deste, o interesse público está presente no jornalismo público da emissora, bem como nos programetes e spots veiculados nos intervalos da programação. Dentro do interesse público, um dos funcionários entrevistados frisou o aspecto relativo a vivência da cidade com a própria universidade.

Na utilidade pública, fala dos problemas que estão ocorrendo na cidade, na capital sergipana, e também do que está ocorrendo no nosso estado, relacionado a dengue, por exemplo. Tem professores da própria universidade que tem pesquisa a respeito do zika, então a gente dialoga, tanto com a secretaria de estado da saúde, como também com os professores que estão com essa pesquisa. (FUNC1UFS, 2019)

6.4.3 – Rádio Universitária FM – UNIFAP (Amapá)

No regimento da emissora amapaense, no artigo 3º, que versa sobre os princípios da emissora, traz no item III a “produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas”; e no item IV a “promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente”.

No artigo 4º, que aborda os objetivos da emissora em consonância com a Legislação em vigor no Brasil, no item III elenca “desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora da cidadania”.

As palavras “educativa”, “artística”, “cultural”, “científica” e “informativa” são marcas nos itens do regimento da rádio UNIFAP e consideramos caracterizadores do interesse público.

Ao observar a dinâmica da emissora e sua programação, percebemos que a emissora amapaense traz em sua programação, em grande medida, uma intermediação entre os aspectos de divulgação científica, com as perspectivas também educativa, cultural e artística, a depender da característica individual de cada programa.

A maioria dos programas, como já dito, é de responsabilidade dos cursos da universidade, o que faz com que cada um deles tenha uma premissa de divulgação científica relativa à área, e, também, contemplem, em certa medida, um aspecto educativo. Programas como o “Meio Ambiente e Cidadania”, que será citado mais esmiuçadamente no tópico seguinte, relativo à Divulgação Científica, traz também em seu escopo elementos culturais, ao retratar, por exemplo, dentro da perspectiva da geografia, características regionais de uma determinada região do Amapá e que pode dessa forma abordar elementos culturais e artísticos.

Alguns programas são fruto de parceria da emissora com outros órgãos da sociedade civil, como o Ministério Público e o Tribunal de Justiça, que também partem de uma premissa de prestação de serviço e de interesse público. O aspecto do interesse público na Rádio Universitária também consiste em um diferencial desta emissora com as demais da cidade de Macapá, em virtude de, não só trazer conteúdo distinto, mas de permitir uma aproximação do ouvinte, conforme relato de um dos funcionários entrevistados.

levar informações até a comunidade, poder público, falar sobre linhas de pesquisa, informações sobre saúde, esporte, tirar dúvidas. Nós temos links para interagir com o ouvinte, fazemos parte de live no Facebook. De acordo com as mensagens que vão chegando, o povo tá ligando, a gente tá levando informações, então acho que o nosso diferencial é basicamente isso. (FUNC1UNIFAP, 2019)

Esta é uma das características que diferenciam a rádio amapaense das demais, principalmente por acompanhar a repercussão nas redes sociais, e pelo caráter que os programas tem de ligação com os cursos e instâncias dentro da UNIFAP.

6.4.4 – Rádio Universitária FM – UFRR (Roraima)

No regimento interno da RTV/UFRR, no seu artigo 3º, que define as competências do órgão, no primeiro item traz o seguinte: “produzir, coproduzir, transmitir e distribuir, regularmente, informação, entretenimento e serviço em informação, com conteúdos educativos, científicos, informativos, socioambientais, socioculturais e demais assuntos de interesse público”.

Para a emissora, tais competências tem a finalidade principal de promover a educação “formal e não-formal, por meio de transmissão de rádio e televisão públicos em sinal aberto”.

Como já citado, a emissora roraimense é quem dispõe de uma programação reduzida em comparação às demais. No que se refere à transmissão da Rádio Nacional da Amazônia, que não irá ser analisada aqui, a emissora retransmite radiojornais, programas culturais e musicais, dentre outros, da emissora nacional. Já no aspecto local, os programas têm características de abordarem questões culturais, como o “Roraima do Meu Bem Querer”, que fala sobre migração; “Baião de Dois”, que aborda a questão da cultura nordestina; “Por dentro da Ciência”, de divulgação científica, sobre o qual se falará mais adiante; e “Toca Raul”, que é veiculado aos sábados e relativo a música do cantor Raul Seixas.

No que se refere ao jornalismo, é veiculado de segunda a sexta o Repórter Roraima, cuja premissa é de seguir as diretrizes de radiodifusão pública estabelecidas pela EBC. No entanto, de acordo com os relatos, dificuldades operacionais e técnicas dificultam o trabalho nesta emissora.

Quanto ao programa “Roraima do Meu Bem Querer”, é uma produção da Coordenação de Comunicação da UFRR juntamente com a Pastoral Universitária. Uma das professoras responsáveis, em entrevista, citou que a ideia surgiu a partir do fluxo migratório da Venezuela para o estado, e que trata o tema de forma mais ampla, abordando aspectos de miscigenação cultural relativos não só aos venezuelanos, mas demais povos que têm história e passagem pelo estado de Roraima.

Tratar a questão do acolhimento. Todos somos migrantes, porque Roraima acolhe pessoas do mundo e do Brasil, e com a chegada dos venezuelanos, passaram a sofrer preconceitos. (...) Levamos pessoas para darem depoimento, tem quadro de música e entrevistas, como é educativa, nada melhor do que um programa nesse estilo. Tem um quadro chamado ‘Vou te contar’, onde as pessoas dão entrevistas. (PROF2UFRR, 2019)

O programa é veiculado semanalmente e tenta retratar a questão migratória venezuelana sob um prisma distinto do que as emissoras de comunicação comercial têm dado ao tema, relatando em demasia problemas e aspectos relativos à insegurança.

6.4.5 - Rádio UFT FM – UFT (Tocantins)

No documento em que traz suas diretrizes, a rádio tocantinense declara a “Educação como prioridade” e explica que traz isso em sua programação musical, jornalística e cultural. Dentro do tópico de suas diretrizes, no subitem relativo à educação, traz tópicos em que esmiúça as formas de ação para se atingir tal objetivo, que são: “diversidade e qualidade educacional da programação musical”, “incentivo à cultura e a produção local”, “disseminação do conhecimento produzido e armazenado na universidade”, “prestação de serviços”, “público, segmentação e heterogeneidade”, “atuação na internet” e “programas especiais”.

No aspecto cultural, a emissora se apresenta como um espaço que serve de “vitrine” para artistas tocantinenses, e, focando especificamente na música, que deve servir de fomento e divulgação de cantores regionais, que contemple distintos gêneros, com atenção para não se tornar “cult” ou “elitizada”. Também há menção à divulgação científica e à prestação de serviços, seja por meio de campanhas educativas, de discussões sobre temas emergentes, dentre outros.

Por ter uma programação majoritariamente composta por programas selecionados em edital, e cuja seleção preconize características relativas a aspectos educativos e culturais, boa parte da programação da UFT FM dispõe de elementos relativos ao indicador de Interesse Público.

Na grade de programação, existem programas como “Contos de Lá e de Cá”, em que é feita uma comparação entre contos e lendas de diferentes regiões. De acordo com o diretor da rádio, o programa é feito por um professor do campus de Tocantinópolis, no extremo Norte do estado, sendo um dos programas selecionados por edital.

Ele faz o contraponto entre a poesia e histórias, contos locais com de outros locais, então assim, ele pega um conto regional que seja do Tocantins, Maranhão, Pará, principalmente da Região Norte, e pega um outro conto, por exemplo, dos Estados Unidos, da Inglaterra, e faz a comparação (...) ele conta os dois contos e faz esse comparativo, e às vezes têm histórias semelhantes no extremo norte do Brasil e de outro local e de outra cultura totalmente diferente. (DUARTE, 2019)

Outro programa, intitulado “Na Trilha da Mídia”, busca retratar a história do jornalismo local por meio de entrevistas com jornalistas que fizeram ou fazem parte da mídia local. O diretor explica que este programa busca trazer diversas perspectivas sobre a carreira do jornalista entrevistado.

ele chama pessoas para falar da carreira delas de jornalistas, as pessoas falarem como foi, as dificuldades do jornalismo, normalmente são já jornalistas renomados que já tão no mercado contando e dando dica pra quem quer ser jornalista, que dificuldade teve, como foi, cresceu, curiosidades da profissão, como o cara começou. (DUARTE, 2019)

Uma das professoras responsáveis citou que o programa “Na Trilha da Mídia” surgiu de uma atividade do grupo de pesquisa que coordena e que o objetivo seria gravar as entrevistas e disponibilizar no site do grupo. No entanto, após sair o edital de programas da rádio, decidiu conciliar as duas coisas

no primeiro momento, a gente ia fazer só essas entrevistas em áudio e disponibilizar no nosso site, era um site do grupo de pesquisa. Só que aí surgiu o edital da UFT FM que eles lançam todo ano, então a gente fez um projeto e encaminhou para concorrer, e nós fomos contemplados. Então nesse projeto, a gente manteve a essência da ideia que a gente queria, a modificação que foi feita foi em relação ao tempo, então são entrevistas com o máximo 30 minutos, algo que se fosse para disponibilizar no site, a gente poderia colocar um tempo maior. (PROF2UFT, 2019)

O programa “Podcasting Avulso” é feito também por professores da UFT, foi selecionado em edital e tem o objetivo de parecer um podcasting, como diz o próprio nome, onde dois professores discutem e debatem “informalmente” um tema, de forma rápida e objetiva. Conforme explica o diretor, variados temas podem ser discutidos.

esse é um programa que eles trazem vários temas variados, então pegam temáticas específicas e discutem sobre elas, então eles podem falar sobre temas ligado a gênero, ligados à música por exemplo, contar história do funk, da MPB. São temas variados que pega, é um diálogo bastante interessante entre os professores que fazem um bate bola um com o outro, e que traz bastante conteúdo e curiosidade. (DUARTE, 2019)

A emissora também tem o programa “Tele Trilha”, promoção de uma funcionária da rádio com dois professores e um voluntário. O objetivo do programa é falar sobre trilhas sonoras de novelas e fazer uma contextualização sobre o tema e a história da época. Enquanto a jornalista da rádio e o voluntário comandam a locução do programa, os dois professores participam como especialistas, conforme a professora entrevistada e que faz parte deste programa.

Nós quatro que produzimos o programa, não temos auxílio externo nem de profissionais aqui da rádio e nem de alunos, somos os quatro produzindo. Eu falo sobre telenovela, o outro professor fala mais sobre a parte das músicas, mas sempre com uma forma dinâmica, um interferindo, um complementando, trazendo informações que possam enriquecer a estrutura do programa. (PROF2UFS, 2019)

Além destes programas, feitos pela comunidade universitária, existem programas da comunidade externa, como o Literata, que é produzido por uma jornalista ex-aluna da instituição e que fala sobre literatura de uma maneira mais objetiva. “É um programa estritamente sobre literatura, mas em uma linguagem bem moderna, que também traz autores, fá dicas de como escrever, como publicar, ganhar o mercado da literatura”, de acordo com o diretor.

6.5 Indicador-chave: DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Em todas as rádios universitárias pesquisadas existe a presença da Divulgação Científica em alguma maneira. Poder-se-ia considerar este indicador como pertencente ao aspecto de interesse público. No entanto, para esta pesquisa, consideramos este um indicador próprio por pensar a divulgação científica algo como um diferencial.

Definimos aqui a divulgação científico não apenas como um gênero ao qual se pode enquadrar determinados programas, mas como premissa fundante das rádios universitárias. Neste tópico, objetiva-se identificar e explicar a partir das diferentes compreensões que as rádios universitárias adotam dentro de seus contextos.

A divulgação científica pode se dar em distintas formas. Programas, programetes, spots, vinhetas, reportagens em radiojornais, etc. podem ser caracterizadas neste indicador-chave. Foco em pesquisas científicas ou em temas de interesse da sociedade que perpassem pelo ambiente acadêmico ou de profissionais especializados que por intermédio da universidade debatem esse tema também podem estar presentes.

6.5.1 – Rádio FM Universitária – UFPI (Piauí)

A emissora piauiense, que não dispõe de um regimento ou de um documento de diretrizes aprovado, no perfil de sua página na internet não há uma menção direta em relação à divulgação científica. Contém, no entanto, a procura de diferentes entidades componentes da universidade que apresentam demandas para a programação e conteúdo da emissora.

professores, servidores e colaboradores/promotores da área artístico-cultural têm demandado propostas e solicitações de serviços educativos, musicais e culturais à emissora – sublinhe-se aí dentre os pertencentes ou congêneres a administração superior da UFPI, as pró-reitorias, Ouvidoria, os Campi, os Centros de ensino, os colégios técnicos, os polos de Educação à Distância, (...) os Grupos, Núcleos e/ou Projetos de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação, Responsabilidade Social e Internacionalização, além de toda a requisição advinda de entes públicos e comunidade em geral. (FM UNIVERSITÁRIA UFPI, acesso em 2019)

Para diversos pesquisadores desta emissora, a divulgação científica ainda é um desafio a ser transposto na emissora. O diretor cita projetos anteriores que tinham o objetivo de abordar temas científicos, como “Educando Consciências”, um projeto de extensão e era vinculado ao curso de Licenciatura em Ciências da Natureza. A ideia do programa era trabalhar os temas científicos de forma mais leve, com os alunos do curso.

Outros programas como Gestão e Negócio também passou pela grade de programação da emissora e tinha como objetivo falar de temas ligados à administração e gestão. Também era um projeto de extensão ligado ao curso de Administração e contava com bolsistas dos cursos de Jornalismo e Administração.

Atualmente, o programa Sintonia Jurídica objetiva falar de temas relacionados ao âmbito do mundo do Direito de forma mais leve e direta. Um dos professores responsáveis pelo programa conta que o objetivo é trabalhar com os alunos uma facilitação dos temas do Direito de uma forma acessível pelos ouvintes da emissora.

Leva uma linguagem jurídica para a rádio, a partir da visão dos alunos. A minha pretensão é que os alunos consigam se fazer entender para a sociedade. Existe muito o mito do juridiquês, que é uma linguagem, e de fato é hermética, mas quando você coloca na rádio, você dá oportunidade ao ouvinte conhecer e se habituar com aquelas expressões, faladas pelos próprios estudantes e profissionais da área, sem o intuito de autopromoção, mas de educação do ouvinte. (PROF2UFPI, 2019)

O professor afirma que sente um interesse tanto dos professores como operadores do Direito de atuação em outras áreas. Ele afirma que recebe um feedback de ouvintes do programa, em especial pessoas ligadas ao direito, mas não tem essa resposta de pessoas comuns que porventura ouçam o programa

Procuram para poder falar, 'eu queria falar sobre o que tenho pesquisado'. Aqui no curso de Direito mesmo da UFPI, temos 20 professores doutores, 15 defenderam suas teses nos últimos 3 anos, então é um grupo que tem muito conteúdo e muita vontade de falar, de divulgar seus trabalhos, isso é bem interessante. (PROF2UFPI, 2019)

Um dos estudantes entrevistados, que faz parte do programa Sintonia Jurídica, reitera que o programa permite discussões com especialistas e afirma que vê na programação da rádio universitária de uma maneira geral o espaço aberto para discussão de temas, bem como divulgação de eventos.

nós já entrevistamos cientistas políticos, por exemplo, palestrantes, que mostram os seus projetos, projetos sociais, e a rádio abre esse espaço para divulgar projetos, divulgar eventos, divulgar seus pensamentos, ideias, a minha experiência prática comprova isso, ela é aberta, a rádio tem esse canal muito aberto para propagação de ideias, projetos. (EST3UFPI, 2019)

Embora existam os programas específicos para tal finalidade, na emissora piauiense os programas diários Música e Notícia e Jornal da Universitária também dispõem de espaço em suas reportagens, notícias, flashes e entrevistas para professores participarem, seja divulgando eventos, mas também comentando e repercutindo pesquisas ou temas que tenham relação com algum assunto em voga no momento.

6.5.2 - Rádio UFS FM – UFS (Sergipe)

No regimento da reitoria da UFS, para o SURE tem as seguintes atribuições: “produzir e veicular programas com fins educativos, artísticos, culturais, informativos e científicos e de promoção da cidadania”, bem como “divulgar os fatos, realizações e as atividades de administração superior, ensino, pesquisa e de extensão da UFS”.

Diferentemente da emissora do Amapá, a maior parte do aspecto de divulgação científica se dá por meio do próprio jornalismo da emissora. De acordo com o diretor, os radiojornais são o carro-chefe da programação da Rádio UFS FM e abordam temáticas científicas diariamente.

Nós estamos sempre divulgando o que está sendo produzido em termos científicos, como também os professores que fazem quadros que divulgam também as produções deles. (...) Eu acho que é uma razão importante de existir uma emissora universitária é essa (...). Claro que a gente não deixa de estar veiculando a parte de extensão, o que a universidade produz em seu extensionismo, a própria educação, que é implantada, mas a divulgação científica é uma coisa básica pra gente. (CARDOSO, 2019)

Dentre os programas de Divulgação Científica da emissora, está o Buena Onda. Cadastrado como projeto de extensão, o programa tem como finalidade abordar assuntos relativos à música e a cultura de países de língua espanhola. Uma das professoras responsáveis citou que o programa iniciou após a aprovação do projeto de extensão, surgindo de duas alunas do curso de Letras - Espanhol que indagaram sobre a ausência de músicas espanholas no rádio da cidade. Inicialmente, o projeto Buena Onda consistia em um programete de 5 minutos que era veiculado na programação da emissora. Segundo a professora, houve retorno dos ouvintes e fez com que o programa se reconfigurasse em seguida

começou a dar certo né, a comunidade universitária começou a dar retorno né feedback para gente, começaram a ligar mandar e-mail, alguns colegas que ouviam, alunos e começaram a pedir para ouvir a música inteira porque no programete só passava aquele fragmentozinho. Então em 2015 o diretor de programação na época me chamou e ofereceu mais espaço e ofereceu outra coisa, que não era mais um programete, mas que fizéssemos um programa de rádio de uma hora. (PROF1UFS, 2019)

O programa, então, passou a ser semanal. No que se refere ao aspecto de divulgação científica, este programa proporciona a discussão sobre aspectos culturais dos países cujo idioma é o Espanhol e conta com a participação de estudantes e professores de distintas áreas de conhecimento da UFS. “O objetivo principal é fazer a divulgação das culturas de língua espanhola. Da arte, da música, da literatura. Na equipe nós temos professora de literatura espanhola, literatura hispano-americana, e atualmente também um professor do departamento de música”.

Ainda neste aspecto, o programa também tem por característica realizar entrevistas com pesquisadores da região ou de fora que possam dar contribuições a temas que são de interesse e vinculados ao programa.

Quando vem um pesquisador de fora eu vou lá e pego pelo pescoço, e trago entrevista, então nós temos aqui, por exemplo, uma pesquisadora que veio de São Paulo era da Unicamp, e tem uma tese na área de educação e tecnologias, e ela também tinha tido uma tese sobre o escritor Mario Benedetti, um grande escritor uruguaio em que ela tinha essas duas experiências, né (...) então levei no Buena Onda porque uma das atividades do programa é de entrevista, e aí ela divulgou esse trabalho. (PROF1UFS, 2019)

6.5.3 – Rádio Universitária FM – UNIFAP (Amapá)

Em seu regimento, dentro dos princípios da rádio da UNIFAP, está a “produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas”. Nos objetivos, cita-se “direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania”.

A emissora amapaense tem sua grade de programação majoritariamente composta por programas produzidos e veiculados por professores de cursos juntamente com seus alunos. Como nos informa o diretor da emissora, sempre foi uma prática da emissora deixar à disposição dos colegiados dos cursos espaços para que utilizassem com conteúdo de programação.

Como já frisado anteriormente, a rádio iniciou seu processo de efetivação antes do curso de jornalismo, então a emissora já foi pensada com uma ideia de divulgação de atividades e eventos da própria instituição. Em seguida, conforme depoimento do diretor, o curso passa a estar junto do processo de implantação da Rádio Universitária.

As mais distintas áreas de conhecimento da universidade dispõem de espaços na emissora, inclusive com programas que passaram por distintos cursos, mas cujas propostas se mantêm e continuam no ar. É o caso do programa Meio Ambiente e Cidadania, veiculado às terças-feiras no horário de 16h às 17h. De acordo com um dos professores que fazem parte do programa, entrevistado para essa pesquisa, o programa iniciou com a oferta, por parte da rádio universitária, de horários na grade de programação de cursos de graduação e pós-graduação da instituição.

eu era professor do curso de mestrado em direito ambiental e políticas públicas, e a direção da rádio participou de uma reunião nossa no nosso colegiado dizendo que haviam horários que poderiam ser preenchidos inclusive com o programa radiofônico das pós-graduações. Nós, justamente com uma aluna que era jornalista,

e com um professor que já tinha uma experiência de rádio, ambos mestrados do nosso quadro, sugerimos a formatação de um programa, que pudesse refletir um pouco o conteúdo do nosso mestrado em direito ambiental e políticas públicas. (PROF2UNIFAP, 2019)

O programa foi ao ar inicialmente em março de 2013 e permaneceu, além da participação dos fundantes, de outros professores do curso de Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas. No entanto, após o programa ser descredenciado pela CAPES, ficou solto e houve uma oferta para que o curso de graduação em Geografia assumisse o programa. “Mudamos um pouco mais a linguagem do programa, que era um pouco mais vinculada ao campo jurídico, e trouxemos mais para o campo da geografia, das ciências sociais, e também para o debate mais, digamos, na área da política ambiental”.

O programa “Meio Ambiente e Cidadania” consiste em um programa de entrevistas e debates em que há a participação seja de professores e pesquisadores, mas também de pessoas da sociedade civil, como representantes de movimentos sociais. Vale frisar que o estado do Amapá, como dito anteriormente, é palco de muitas discussões relativas a territórios de conservação, terras indígenas e áreas de proteção ambiental diuturnamente ameaçadas.

De acordo com o professor, o programa busca ter um foco educativo, e, embora se reconheça como acadêmico, há o cuidado para trazer a participação da sociedade. O professor cita que é possível a participação das pessoas no programa, mandando mensagens nas redes sociais do programa e da rádio, e inclusive reclama a falta de um telefone com uma híbrida no estúdio que poderia permitir que radiouvintes ou possíveis entrevistados, que estivessem em outro local, pudessem participar do programa.

o foco fundamental é educativo, tanto nas questões quando trazemos pessoas da universidade para falar sobre suas pesquisas, quanto nós trazemos também pessoas do movimento social. Então nós temos duas situações aí. A ideia é não fazer um programa meramente acadêmico, não é o nosso objetivo, mas ele é um programa que ele é também acadêmico, mas tendo uma rádio, um canal de comunicação entre a academia e a sociedade. (PROF2UNIFAP, 2019)

A preocupação em o programa ser mais próximo da comunidade no geral se dá, também, em instruções para que os entrevistados, em especial professores e pesquisadores, sejam objetivos nas respostas e falem de forma mais direta. “Para que a gente possa ter uma conversa mais fluida e interativa, tipo um bate-papo mesmo, mas justamente com uma preocupação de não usar muitos termos técnicos, ou de explicar essa terminologia técnica enquanto o pesquisador vem falar de sua pesquisa”.

Outro aspecto mencionado pelo professor é a preocupação que o programa tem em não apenas ser um canal de divulgação do que é produzido na universidade, mas também exercitar a

presença de representantes da sociedade civil. “A gente traz líderes comunitários, presidentes de associações, sindicatos, pessoas que estão vinculadas à área da arte e da cultura. A gente tem essa outra preocupação também (...) movimento de fora pra dentro da universidade, não só de dentro pra fora”

Para o professor, não há intervenção da direção da rádio nos programas e considera essa “liberdade” um aspecto positivo da emissora.

Aqui tem uma liberdade grande pra trabalhar aqui dentro, então eu não vejo pelo menos não tenho informação de que nós sofremos censura, aqui, isso não houve até o momento, e que nós tínhamos que falar favorável a um determinado tema ou contra um determinado tema, nunca houve nenhuma intervenção no programa, a direção da rádio é muito aberta, a rádio é livre. (PROF2UNIFAP, 2019)

Outro programa da emissora que consideramos de divulgação científica é o “Dicas da Nutri”. O programa é vinculado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UNIFAP e não é vinculado a um curso específico da instituição, tendo em vista que não há curso de Nutrição na UNIFAP. O programa consiste em entrevistas com especialistas a partir de temas relacionados à nutrição e à saúde. Um dos entrevistados é um estudante de uma instituição privada que faz estágio no programa. De acordo com seu depoimento para esta pesquisa, existe uma dinâmica de organização do programa que vai desde a produção até a entrevista.

[tem] a atualização do roteiro do Dicas, que temos o roteiro próprio com os tópicos que a gente entra em contato com o convidado para conversar sobre o tema, fazer o convite e discutir quais tópicos pode abordar durante a entrevista. Além disso, a gente organiza o cronograma com os dias das entrevistas, mês, temas, os convidados, e quem serão os entrevistadores, que no caso sou eu, ou a nutricionista, ou a acadêmica de jornalismo. (EST3UNIFAP, 2019)

No que se refere à divulgação científica, o programa prioriza entrevistar professores e profissionais da área de saúde em distintas áreas de conhecimento. Como cita o estudante, estagiário voluntário no programa, é sempre um entrevistado por programa que trabalha com o tema a partir do definido pela produção. “Toda entrevista a gente convida um profissional que sabe que tem o perfil para aquele tema. (...) a gente já teve caso de tema de alimentação e câncer, já chamou nutricionistas que trabalham nessa área. Sempre que tem profissionais que a gente conhece, a gente procura os que tem trabalhando naquela área”.

6.5.4 – Rádio Universitária FM – UFRR (Roraima)

Como já apresentado nos indicadores anteriores, no regimento interno da RTV, estão as competências do órgão que cita a produção de conteúdo científico, dentre outros aspectos também

contemplados. No seu primeiro item do artigo 3º está expressa a competência de “produzir, coproduzir, transmitir e distribuir, regularmente, informação, entretenimento e serviço em informação, com conteúdos educativos, científicos, informativos (...)”

No caso da rádio roraimense, apenas um programa tem caráter de divulgação científica de uma forma mais específica do termo, o ‘Por dentro da Ciência’. Criado em 2016, o programa é o mais antigo que ainda permanece no ar na emissora. O professor que faz parte do programa cita que tinha interesse em fazer um programa com este teor e que decidiu procurar a emissora para saber como proceder.

Eu já acompanhava um programa de divulgação científica que tem na rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que é o Fronteira da Ciência, inclusive produzido por professores do Instituto de Física de lá. E eu acompanho esse programa de lá desde 2011, com podcast agora né. E aí sempre querendo fazer essa ação aqui em Boa Vista, mas não me organizava, tempo eu tinha, o que me faltava era se organizar. E foi quando, em 2016, passando na rádio fui conversar com o diretor e perguntei, aí ele me explicou que tinha espaço, que eu mandasse um documento explicando e desde julho 2016 que a gente tem esse programa. (PROF1UFRR, 2019)

Em seu relato, o professor expôs que o programa era feito com um aluno do curso de Física que também é radialista. De acordo com ele, o diretor afirmou que o sindicato exigia que o programa deveria ter um radialista responsável. Com isso, após o início do programa, cadastrou-o como um projeto de extensão para permitir que o estudante tivesse acesso a bolsa, o que não foi possível ocorrer por que já havia carteira assinada.

O programa é semanal e consiste em entrevistas com professores e pesquisadores, seja da UFRR ou de outras instituições do estado. Visitantes que estão em Roraima também podem vir a ser entrevistados. A temática é sempre de acordo com o entrevistado, direcionado à trajetória acadêmica, seja as pesquisas desenvolvidas no mestrado e doutorado, ou que está a desenvolver no momento.

eu ligo para os pesquisadores, professores da Universidade, pesquisadores da Embrapa, pesquisadores que vem em visita aqui eu converso. E aí a o roteiro do programa é sempre a formação do pesquisador, ele falar um pouco da formação dele, no mestrado, doutorado, e a graduação, falar dessa área, e como roteiro, como linha principal, a gente explora o trabalho de pesquisa dele no mestrado, no doutorado, e na atualidade, e falar um pouco sobre a profissão dele, do curso. (PROF1UFRR, 2019)

Sobre a participação de estudantes, o professor afirma que geralmente participam mais de partes operacionais, como edição do áudio, transposição do programa de áudio para a internet e divulgação em redes sociais. O programa é gravado na terça-feira e exibido na quarta-feira às 11h.

De acordo com o professor responsável, a edição do programa é um desafio pela falta de funcionários na rádio, o que demanda um aluno para fazer este trabalho.

a maior dificuldade é a edição do programa mesmo, eu tenho uma característica eu falo muito palavrão e eu não tenho coragem de fazer o programa ao vivo, porque eu gosto muito de descontrair o entrevistado contando piada brincando e sai muito palavrão, e reclamar determinadas reclamações de setores da Universidade, de pessoas e políticos, e acho que não é, pelo espírito do programa, não é local para falar de política. (PROF1UFRR, 2019)

Por estar no ar há mais de três anos, o programa é conhecido no meio dos professores e pesquisadores da UFRR. No entanto, não somente pela comunidade acadêmica. Um funcionário registra que quando o programa está no ar, a emissora recebe ligações de ouvintes solicitando realizar perguntas e participar do programa. No entanto, ele já foi gravado no dia anterior.

O programa é gravado, e quando o programa está no ar, muita gente liga fazendo perguntas. Então acho que é o único empecilho no programa em si, que não é ao vivo, mas ele atende o que que se propôs fazer. Falar de ciência de maneira bem solta, com uma linguagem bem direta, e o professor, que é professor e não comunicador, soube, depois de um tempo, começou meio tímido, mas depois começou a se destacar na apresentação porque ele fala uma linguagem direta, ele pede para o entrevistado ser direto. (PROF1UFRR, 2019)

6.5.5 - Rádio UFT FM – UFT (Tocantins)

No documento de diretrizes da Rádio UFT FM, um dos itens é o que trata da “disseminação do conhecimento produzido e armazenado na Universidade”. Dessa forma, o documento da UFT é onde mais se aborda esse aspecto em relação às demais. No supracitado tópico está citada a seguinte atribuição à rádio universitária: “A UFT FM deve ser um veículo de divulgação científica, tanto das pesquisas e projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pela UFT quanto das demais instituições públicas, contribuindo assim para o desenvolvimento do Estado e da Região”.

Já observando a programação, são distintos programas que trazem essa premissa. Desde o Radar da Ciência, que foca objetivamente na finalidade de promover entrevistas, debates sobre pesquisas realizadas na UFT ou em outras instituições, até programas como o Antena Contábil, dentre outros, que objetivam aproximar temas relativos à área de conhecimento das Ciências Contábeis com a sociedade.

De acordo com o diretor, o programa Radar da Ciência é um dos principais da emissora. É veiculado ao vivo, às quartas-feiras e consiste em entrevistas no estúdio com professores e pesquisadores da UFT ou outras instituições. O programa, além de ser veiculado ao vivo no rádio, tem transmissão em streaming nas redes sociais, o que permite uma interatividade maior. “Por ser

ao vivo tem a interação do público externo, que a pessoa coma facilidade das redes sociais manda pergunta na hora pro pesquisador, pro professor, então faz contraponto”

Outros programas podem ter uma aproximação entre a conceituação de divulgação científica e interesse público. Podcast avulso, por exemplo, é feito por dois professores da UFT que abordam o tema da música. Não deixa de ser, nesse sentido, uma divulgação de um conhecimento debatido no âmbito da universidade. No entanto, encontra-se maior vinculação ao indicador “Interesse Público” por haver uma aproximação maior de uma prestação no quesito cultural.

No jornalismo da emissora, temas vinculados a pesquisas e atividades envolvendo os órgãos da UFT também são incluídos no conteúdo. Uma das funcionárias vinculados ao jornalismo explica que existe um cuidado ao se falar do conteúdo de divulgação científica nos boletins jornalísticos.

Nossos boletins informativos também trazem essas informações, mas de uma forma diferente, que é traduzido para o grande público. Porque a rádio tem um alcance muito grande, então de repente se eu vou falar de uma de uma experiência de uma pesquisa que ela tá desenvolvendo se eu falar muito tecnicamente, não bate. (FUNC1UFT, 2019)

Dos boletins informativos, o primeiro da tarde sempre é voltado para atividades relacionadas à UFT.

7 ANÁLISE COMPARATIVA DE INDICADORES E RÁDIOS UNIVERSITÁRIAS

Pudemos verificar por meio desta pesquisa que são diversas as experiências de radiodifusão universitária entre as emissoras consignadas pela EBC nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Os indicadores-chave para os quais iniciamos a pesquisa estão presentes de forma distinta nas emissoras, a partir das particularidades das emissoras e também das especificidades de cada região.

7.1 Independência

Das cinco rádios universitárias, apenas duas (UNIFAP e UFRR) dispõem de um regimento próprio aprovado. Na emissora da UFT, existem diretrizes aprovadas por uma comissão criada especialmente para isso (e que prevê o estabelecimento de um regimento, que ainda se encontra em processo de construção). Na emissora da UFS, há um artigo dedicado ao SURE no regimento interno da reitoria, e na emissora da UFPI, há apenas por meio de resoluções o estabelecimento da emissora como órgão suplementar.

	RÁDIO UFPI	RÁDIO UFS	RÁDIO UNIFAP	RÁDIO UFRR	RÁDIO UFT
Tem regimento próprio?	Não	Não	Sim	Sim	Não
Dispõe de algum Conselho regimento ou documento oficial?	Não	Sim, em partes	Sim	Sim	Sim, em partes

Tabela 11: Rádios Universitária e regimentos

Mesmo nas emissoras onde há regimento, percebe-se que os mecanismos de participação da sociedade, por exemplo, dispõem de limitações, tanto no que se refere à representação, como na efetividade de seu papel. Na rádio amapaense, por exemplo, este conselho se reúne anualmente e serve principalmente para aprovar os planos de trabalho do ano passado e do posterior.

No caso de Roraima, o regimento sequer saiu do papel. No documento estão previstas as criações de subcoordenações para a rádio e para a TV, e de direções para o setor técnico e de programação. No entanto, ainda vincula a nomeação do diretor à reitoria. Algo que, de acordo com o diretor da emissora, tentou-se modificar para trazer mais autonomia para a RTV, porém, não se obteve êxito.

Observa-se que por parte das universidades há uma dificuldade de entendimento do que representam as emissoras universitárias enquanto rádios públicas e de que forma elas contribuem

não só para a comunidade universitária, mas para todas as localidades que alcança.

Conselhos de participação nos regimentos das Rádios Universitárias				
Emissora	Ligação a que setor na universidade	Nº de membros	Membros subordinados ²⁸	Membros semi-autônomos / autônomos ²⁹
Rádio UNIFAP	Reitoria UNIFAP	6	5	1
RTV UFRR	Reitoria UFRR	7	5	2
Rádio UFS	DECAV	7	5	2

Tabela 12: Conselhos de participação nos regimentos

Percebe-se, também, que por parte da EBC não há um direcionamento específico sobre o funcionamento de rádios universitárias com especificidades por se localizarem exatamente entre as premissas e propostas da radiodifusão pública, bem como seus marcos legais e premissas amplamente discutidas. No aspecto universitário também não dispõem de características de democratização da comunicação como direcionamento, mas percebe-se que há uma compreensão sobre a o papel em buscar divulgar conhecimento científico e de formação dos estudantes.

Outra dificuldade é a relativa aos recursos. A maior parte das rádios, por serem subordinadas às reitorias, não dispõem de recursos próprios e ficam à revelia da liberação dos recursos da administração superior, ou dos órgãos aos quais é diretamente subordinada. Um dos aspectos levantados por participantes da pesquisa é o fato de que, com a contenção de recursos dos últimos anos por parte do Governo Federal, e com a necessidade de repensar as distribuições orçamentárias das universidades, as rádios são fortemente afetadas por não se tratarem como uma prioridade pelas reitorias.

Das cinco rádios analisadas, três têm diretores que são servidores da instituição (um publicitário, um cinegrafista e um jornalista), e dois são professores de cursos de jornalismo e foram designados diretores das emissoras. O que se percebe em comum das duas emissoras dirigidas por professores dos cursos de jornalismo é uma direção mais direta do curso com a rádio, com a participação mais próxima de estudantes dos cursos.

Outro aspecto a se discutir é como se dá a estruturação da grade de programação e os

²⁸ quando a indicação se dá pelo reitor, ou por alguém ligado à administração da Universidade, como por exemplo, uma Pró-Reitoria.

²⁹ quando a indicação se dá mediante escolha de entidade não vinculada à administração da universidade, como por exemplo, um Departamento ou Diretório Estudantil, ou por seleção pública entre entidades da sociedade civil

elementos de laboratório e conhecimento científico. Enquanto na Rádio da UNIFAP não há programação jornalística, por exemplo, ou programas diários na programação que servem como fio condutor, nas rádios da UFPI e UFS existem programas jornalísticos diários que servem como “coluna vertebral” da programação das emissoras, bem como programas musicais com a presença de locutores mesclando informações e programação musical. Dessa forma, o jornalismo se presentifica mais. No caso da UFT, embora não seja o jornalismo o fio condutor da programação, existe uma certa organicidade na programação, com os boletins jornalísticos. No entanto, não há a locução periódica de alguém conduzindo a programação musical, o que deixa a execução apenas em streaming da programação musical, intercalada pelos boletins. Já a rádio roraimense só dispõe do radiojornal Repórter Roraima diariamente, e os demais programas são veiculados entre segunda e quinta-feira. Nesta rádio, como já citado, a programação é baseada principalmente na retransmissão da Rádio Nacional.

Considera-se que em algumas emissoras há um maior cuidado em como equilibrar a programação, como na UFT, na UFPI e na UFS. Já na UNIFAP e na UFRR, percebe-se tanto a presença de programas que tomam menos atenção aos cuidados que se deve ter com a linguagem e os formatos radiofônicos, bem como há uma pouca estruturação na grade. Nos depoimentos colhidos na UNIFAP, expõe-se que há uma tentativa de ajustes dos horários a partir do horário de interesse do público-alvo, como por exemplo, a prioridade em veicular MPA no turno da manhã. Já na UFRR, o que fica mais explícito é uma tentativa de adequação dos horários dos professores que conduzem os programas e suas necessidades de organização com a rádio.

7.2 Laboratorial

Pudemos identificar distintas compreensões sobre o aspecto laboratorial para as rádios universitárias. Como dissemos anteriormente, nas emissoras do Amapá e do Piauí, onde diretores são professores dos cursos de jornalismo, há uma maior aproximação entre os cursos de Jornalismo e as emissoras.

Nos depoimentos coletados nas diversas emissoras, sempre um aspecto que se frisa é o fato de as rádios não serem unicamente laboratório, mas terem uma finalidade mais ampla, educativa e pública. Porém, na maior parte das emissoras, existe um espaço que se propõe a ser um espaço de iniciação de exercício do rádio para estudantes dos cursos de jornalismo ou de outros cursos.

Frise-se aqui o ensino de radiojornalismo pelo fato de que em quatro emissoras analisadas, há apenas o curso de Jornalismo (UNIFAP, UFPI, UFT e UFRR) dentro do campo da Comunicação. No caso da UFS, há três cursos da área de Comunicação: Jornalismo, Publicidade e

Propaganda e Cinema e Audiovisual.

Sobre o ensino de radiojornalismo, é um tema a ser discutido: qual a maneira mais adequada de se ensinar jornalismo através do rádio? Na UNIFAP há uma separação em três disciplinas de 60h que divide desde os primeiros contatos com o aspecto jornalístico até em documentários e produtos especiais em rádio. Na UFPI há uma disciplina de 90h que permite às turmas prepararem e veicularem o radiojornal gravado e ao vivo, com distintas experiências de reportagem, e um espaço para radiodocumentários ou programas especiais, em uma disciplina de 30h. Na UFT, há um espaço de uma hora na programação em que o radiojornal é gravado com notícias periódicas - embora não necessariamente factuais - durante o semestre letivo -, e, ao fim da disciplina, cada estudante deve entregar um programa temático especial para ser veiculado durante o período de férias.

Envolver o ensino do radiojornalismo pelo rádio, considera-se, que é um aspecto importante das rádios universitárias. Por serem rádios públicas, dispõem de obrigações enquanto rádio educativas - de acordo com a legislação em vigor - não deve ter toda a sua programação baseada nisso, no entanto, é importante a existência deste espaço, que faz com que o aluno tenha o seu produto de exercício prático ao acesso de toda a comunidade, e que possa sentir na prática a experiência de colocar um programa no ar e exercitar o jornalismo, em especial, a partir de uma preocupação com o interesse público. Dessa forma é importante que fique claro ao ouvinte os aspectos laboratoriais dos programas ao serem veiculados.

Além de laboratório para cursos de jornalismo, percebemos que as rádios analisadas abrem as portas para que outros cursos tenham aproximação e possam falar sobre os seus temas de interesse. Assim, permitem ao alunado uma experiência distinta das suas áreas de atuação profissional, e experienciam poder ter em uma rádio um espaço para fazer reflexões importantes para a sociedade.

7.3 Experimental

Com esta pesquisa, concluímos um entrelaçamento muito forte entre o indicador Experimental e o de Interesse Público. Isso porque partimos do pressuposto de que o experimentalismo é o aspecto de as rádios universitárias serem espaços para se tentar novos modelos e formatos de programação de rádio. E a existência de alguns programas com estas características se confirmaram principalmente em programas de teor cultural e educativo.

No rádio convencional, modelos de programas com locutores que falam muitas informações, muitas vezes de aspecto comercial, e de um jornalismo mais opinativo e menos investigativo são mais comuns, enquanto nas universitárias, pelo perfil das analisadas, há em menor medida a

presença de programas com esta característica.

Há programas de caráter musical que objetivam trazer mais dados históricos, aspectos sociais e culturais, de maneiras distintas. Programas como o “Clube do Vinil”, da Rádio Universitária da UFPI, e “Conversa de Vinil”, da Rádio UFS, mostram como iniciativas muito próximas, e de características singulares, porém com abordagem diferente, surgiram em duas emissoras distintas, e abordando elementos envolvendo a figura do disco de vinil e toda a cultura que o permeia.

Programas de caráter educativo e cultural que usam elementos sonoros distintos para trazer uma aproximação com o ouvinte uma experiência diferente é perceptível em programas como “Buena Onda”, também da Rádio UFS, que busca trazer elementos de música, cultura, história e educação.

No quesito de experimentalismo de abordagem de conteúdo, podemos elencar o “Roraima do Meu Bem Querer”, que nasceu com o objetivo de falar da temática da migração de maneira distinta que os outros meios de comunicação têm abordado, principalmente por conta da imigração venezuelana no Estado de Roraima. Esta é uma possibilidade que emissoras que não tem uma preocupação em propagar uma abordagem distinta, mas tão somente reiterar os interesses econômicos e políticos da região não fariam, por exemplo. Frise-se a onda de xenofobia ocorrente no estado, que tem tido por meio da mídia importante vetor devido a forma que o problema migratório é retratado.

Podemos sublinhar no programa “Sintonia Jurídica” da rádio da UFPI também um aspecto de experimentalismo ao tentar trazer abordagem distinta da linguagem jurídica para uma aproximação com a sociedade em geral. Dessa forma, o experimentalismo consiste em tentar formatos por meio de quadros, entrevistas, e outras possibilidades para que se possa atingir o objetivo do programa.

O Experimentalismo, além de se fazer presente em programas com teor de Interesse Público, também está presente na forma de experimentalismo musical. Nas cinco emissoras analisadas, a prioridade à cultura, às artes e, em especial, à música, é citado pelos entrevistados, que citam espaços dedicados à música local e regional.

Enquanto no Amapá a faixa da programação matutina prioriza a MPA, e no restante da programação também há a veiculação intercaladamente; no Piauí, no final de cada bloco musical há a inserção de uma música piauiense. No Tocantins também há a escolha aleatória por meio do sistema informatizado utilizado pela emissora que escolhe uma música de um artista tocantinense para tocar. Para a emissora, isso torna o processo democrático, já que a escolha se dá de forma

aleatória, e não pela escolha subjetiva do programador musical.

Em Sergipe foi citado o programa Cacique Show, que prioriza o artista local, e que há na programação em geral espaço para os músicos locais. Também foi citado na emissora de Roraima a tentativa de valorização do artista regional, embora sem a existência de um programa específico, mas na programação musical da emissora.

Um dos aspectos a se pensar as rádios universitária é enquanto espaço de formação de público. Um dos entrevistados da emissora tocantinense pontua que as emissoras podem ser espaço também para agregar conhecimento em formação musical, porém que na UFT, pela ausência de um curso de música, há menos possibilidade em tocar essa possibilidade. O programa “Conversa de Vinil”, da Rádio UFS, segundo o professor que o coordena também surge com a perspectiva de formação de público para este segmento.

Como já discutido neste e em outros trabalhos, são objetivos dessas rádios serem alternativa também no aspecto musical às emissoras, em especial as comerciais. Neste quesito, considera-se que todas as rádios atendem a essas premissas. Vale frisar que as cinco rádios analisadas são situadas em cidades que estão na ponta de baixo da tabela entre “desertos” de emissoras de radiodifusão, consideração do Atlas da Notícia. Sublinhe-se a grande importância em uma nova perspectiva musical dessas emissoras nestas localidades, permitindo um espaço muitas vezes pouco acessíveis a artistas locais e regionais.

7.4 Interesse Público

Este indicador está presente na programação das emissoras analisadas de forma pulverizada na grade de programação. Em spots informativos, boletins de serviço, programação musical, programas de utilidade pública, e com aspectos educativos, culturais e artísticos.

Na emissora do Amapá, o interesse público está intrinsecamente ligado a aspectos de divulgação científica quando, programas que são ligados aos cursos e objetivam abordar temáticas específicas, objetivam trazer a comunidade e o público externo. Exemplos na emissora amapaense não faltam, como o “Fala Amazônia”, “Meio Ambiente e Cidadania”, dentre outros.

Já na rádio do Piauí, o jornalismo público com a finalidade de abordar aspectos da cidade e do estado pode ser considerado um item estrutural para este indicador. O diferencial do indicador de interesse público de uma rádio universitária ou de uma rádio pública para as demais, é as premissas que o jornalismo público tem de dar uma dimensão mais ampla dos processos e dos acontecimentos.

Na rádio sergipana, a programação diária contempla o jornalismo público e os programas musicais “Sonora”, que ocupa a manhã da emissora, “Território Musical” e “Setlist”. Outros programas como o “Buena Onda”, que é de extensão, “Conversa de Vinil”, “Cacique Show”, e “Conexões” falam sobre música e trazem informações adicionais às canções veiculadas. Estes são também importantes vetores na compreensão que se tem sobre interesse público.

Em Tocantins, percebemos esse indicador na emissora universitária, ao selecionar seus programas por edital e priorizar questões educativas e culturais na programação. Dessa forma, há um interesse em aproximação ao permitir que a comunidade possa participar da programação, fornecendo, assim, suporte para os programas. Programas como “Antena Contábil”, “Na Trilha da Mídia”, “Literata”, entre outros podem ser considerados característicos deste indicador. Além disso, os boletins do UFT Notícias pode-se considerar que contempla características de jornalismo público.

Em Roraima, pode-se perceber a presença do Interesse Público nos programas da emissora, embora que poucos. “Roraima do Meu Bem Querer”, ao tratar da questão migratória contempla este item, bem como o “Baião de Dois”, que fala de cultura nordestina, frise-se que em Roraima há uma grande parcela de nordestinos ou descendentes, em virtude da migração em massa na época do auge do garimpo.

Embora este indicador seja primordial para as rádios públicas, ainda há uma compreensão não muito clara de que forma conteúdos culturais, artísticos, educativos podem ser priorizados nas rádios universitárias. Em algumas emissoras há uma distribuição melhor pensada para os programas, em outras nem tanto.

Pensar em como a programação pode contemplar diferentes temas e possibilidades de abordagem pode ser fundamental para fidelizar o público e, dessa forma, que as rádios se firmem como importantes veículos para a divulgação desse tipo de material, com qualidade técnica e de conteúdo.

7.5 Divulgação Científica

O indicador Divulgação Científica está presente de formas distintas nas cinco rádios analisadas. Existem programas com a finalidade clara de trazer uma aproximação do conhecimento científico com a comunidade em geral, existem outros que são próprios de cursos ou de temáticas, mas que também podem ser enquadrados nesse indicador. Em algumas, há também a inserção desta premissa no jornalismo.

Na emissora amapaense, com a presença dos programas vinculados aos cursos, há uma modalidade distinta de Divulgação Científica na emissora. Programas como Meio Ambiente e

Cidadania, que é vinculado ao curso de Geografia, conta com professores e colaboradores que se disponibilizam para participar da programação por meio de entrevistas, e discussões de assuntos específicos a cada programa.

Já na rádio da UFPI existem programas com essa característica, como é o caso do Sintonia Jurídica, mas também - e principalmente, por meio do jornalismo. Do mesmo modo ocorre com a rádio da UFS e com a rádio da UFT - que divide em seus boletins informações também relativas a isso. Além disso, na UFT o programa 'Radar da Ciência' tem o objetivo de falar sobre o tema.

Na rádio de Roraima, o programa 'Por Dentro da Ciência' também objetiva falar de pesquisas e de ciência de um modo geral, com entrevistas, seja com professores da UFRR, colmo de outras instituições ou visitantes.

Dentro deste indicador, consideramos que também é possível se pensar distintas possibilidades de falar sobre ciência. Partimos do pressuposto de que, por ser um indicador chave de uma rádio universitária, deve estar presente de forma ampla nas emissoras, não apenas em programas específicos, mas na programação de um modo geral.

No caso da emissora amapaense, há uma experiência de aproximação ampla da comunidade acadêmica com a rádio. De acordo com a direção e professores entrevistados, houve uma disponibilização aos colegiados de curso de espaços na rádio, e alguns cursos deram resposta e dispôs a grade como está hoje.

No entanto, casos como da Rádio UFS e Rádio UFPI, que em seus radiojornais dedica um espaço fixo para falar sobre pesquisas - seja das pesquisas em si, como dos eventos científicos que a universidade sedia - são importantes por trazer o aspecto da ciência como um assunto cotidiano, o que contribui com uma aproximação da sociedade juntamente com os demais temas de interesse 'cotidiano'.

Dessa forma, percebemos que as rádios têm uma compreensão da importância da divulgação científica em suas programações, permitindo assim espaços para que isto ocorra. Pode-se pensar de que forma isto ocorre de forma mais efetiva. Experiências como no Amapá, por exemplo, permitem uma participação mais diversa, com a presença de professores, pesquisadores e alunos de diversos cursos intercalando horários na programação. No entanto, ao observar a grade de programação, não há uma organicidade de forma mais específica.

As experiências da UFPI, UFS e UFT apontam já um eixo central no jornalismo, que guia os aspectos também de divulgação científica e aproximação com pesquisadores da comunidade, porém com menor contato do que o da experiência amapaense. Consideramos que ambas as experiências são profícuas, desde que haja elementos que aproximem a comunidade do programa, que aborde de

forma responsável e esclarecedora os temas debatidos, e que não distancie dos aspectos também de interesse público e dos objetivos das rádios.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitos os desafios das rádios universitárias do Brasil. A partir do olhar que pudemos ter das cinco emissoras consignadas pela EBC no Norte e no Nordeste do Brasil, acreditamos que é preciso enxergá-las como mecanismo importante para a divulgação da ciência, da democratização da comunicação e do ensino para que se tenha uma comunicação mais plural e responsável.

A falta de uma visão de que as rádios universitárias são um importante elemento para uma política pública de radiodifusão que objetive descentralizar a produção de conhecimento, que traga uma aproximação com elementos locais e regionais afeta não só um olhar de legislação nacional mas das próprias universidades, que por vezes não veem as rádios como instrumento que têm importância educativa e cultural para além dos muros das universidades.

A ausência de uma legislação específica, como já citado, é um dos aspectos que fazem uma falta de parâmetro entre todas elas. Isso dificulta que se tenha também uma padronização e incentivo para como pode ser o mais adequado. Este trabalho quis trazer essa reflexão por entender que, principalmente em regiões como o Norte e o Nordeste do Brasil, a existência dessas rádios pode cumprir um papel fundamental na disseminação de informação, conhecimento, cidadania e cultura, para o reconhecimento das riquezas e características locais, da preservação socioambiental e do desenvolvimento sustentável.

Sendo componentes da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), estas emissoras são fruto de acordo entre a estatal e as universidades federais. Percebemos que há uma falta de apontamento de interesses por parte da detentora da outorga, com a universidade que administra. Pela nossa interpretação, há pouca visualização das rádios como emissoras cujos objetivos são diferentes dos das emissoras que são administrada em nível nacional, por exemplo, bem como das universidades há pouca compreensão de que o acordo com a EBC pode permitir parcerias e uma construção de rede de compartilhamento de conteúdo, práticas e ideias.

Com a construção da Rede Nacional de Comunicação Pública, que desde 2017 encontra em fase de consolidação entre a EBC e as emissoras parceiras, há um passo inicial de aproximação entre as rádios e a geradora. No entanto, percebe-se que há um maior interesse em garantir que o conteúdo da EBC seja retransmitido, com o estabelecimento de um mínimo de programação da geradora e a veiculação de pelo menos uma hora de radiojornal nacional produzido em Brasília, havendo poucas contrapartidas para proporcionar que as emissoras locais produzam seus conteúdos dentro de um âmbito do que é interesse para uma emissora de radiodifusão pública.

No esteio desta aproximação da EBC com as rádios universitárias, percebemos, como discutido no início do trabalho, um processo de redução de incentivos de outorgas para rádios

educativas (em especial, para instituições de ensino), bem como aumento de concessões para iniciativas privadas.

Vale ressaltar, ainda, que com o fim de mecanismos que, em tese, garantiam o caráter público da EBC, consideramos que a empresa está em uma espécie de imbróglio entre o que seria a radiodifusão pública – que é para a qual foi criada – e a radiodifusão estatal – que é para a divulgação de conteúdo de interesse do Poder Executivo Federal. Desta forma, interpreta-se que pode haver uma possibilidade, por parte da estatal em expandir sua área de atuação com finalidade de difusão de conteúdo de interesse governamental.

Com o decorrer da pesquisa, deparou-se com realidades e características distintas daquelas que, ao formular o projeto de pesquisa, esperava o pesquisador. No que se refere ao objetivo geral de identificar como as rádios universitárias se organizam e gerenciam suas atividades, pudemos, por meio dos indicadores-chave elencados e trabalhados, ter uma compreensão de como cada se dá cada item nas emissoras analisadas, tanto sob o aspecto dos diretores, como de professores, funcionários e estudantes.

Refuta-se parcialmente a hipótese de que “as rádios universitárias por serem ligadas a instituições públicas de ensino superior, dispõem de mecanismo para atender às características fundamentais da premissa da comunicação pública, que é a da pluralidade de vozes e do interesse público, e, propagar o conhecimento produzido pela própria universidade”. Em algumas universidades isto se confirma, em outras não. Cabe frisar o momento atual em que esta pesquisa é feita, de redução orçamentária para as instituições de ensino superior - e do Estado de modo geral - que impacta diretamente nas emissoras universitárias.

A construção da Rede de Rádios Universitárias é um dos indicadores de que se está sistematizando as rádios universitárias do Brasil - aí entram, além das sintonizáveis pelo dial, as também webrádios, o que pode corroborar também para um início de um pensamento das rádios universitárias como um aspecto específico dentro do nicho das rádios públicas.

Com a internet e a era dos podcastings, podemos perceber que as rádios universitárias também estão começando a ocupar esse espaço - embora ainda de forma tímida. Das cinco emissoras, quatro são sintonizáveis online, e as emissoras da UFS e UFT disponibilizam os programas em suas páginas da internet para acesso *on demand* a qualquer tempo. A UFS disponibiliza entrevistas em uma página de podcasting no Spotify. A emissora da UNIFAP faz transmissões ao vivo em sua página do Facebook, que é considerado um importante meio de interação com ouvintes/internautas.

No que se refere ao objetivo específico de identificar que papéis os segmentos que compõem

a comunidade universitária desempenham, pode-se perceber que há, em distintas medidas, a participação de professores, funcionários, estudantes e sociedade civil nas emissoras universitárias. Nesta hipótese, há também uma refutação parcial, principalmente em virtude do olhar com simplicidade para os processos de cada rádio ao postular que “nessas rádios, embora haja uma premissa da participação dos componentes da comunidade universitárias, dispõem de problemas de estrutura interna que impedem uma aproximação e efetivação no contato entre a emissora universitária e a comunidade como um todo”.

Poderiam ser diversos os mecanismos de participação nestas emissoras. Em alguns casos, há aberturas de editais, no entanto, não se percebe de uma forma mais ampla olhar para as rádios como um local de participação da sociedade civil. Como discutido, em alguns casos até há a previsão nos regimentos, mas sem uma devida implementação.

No que se refere ao objetivo específico de “elencar características das emissoras universitárias que a diferenciam dos conceitos elencados para ‘rádios públicas’”, consideramos que o caminho de apontar indicadores-chave pode ter sido profícuo, ao estabelecer critérios que distinguem as universitárias de outros modelos de rádios públicas, e averiguar a existência destes indicadores nas emissoras objeto desta pesquisa.

Neste caso, a hipótese de que “as emissoras universitárias se diferem das rádios públicas diretamente ligadas a outros órgãos de poder por trazerem em si a característica laboratorial para os seus estudantes das instituições de ensino e um formato de organização diferenciado, ligado às administrações” se confirma, por ter de fato havido uma identificação destas características. No entanto, ainda há barreiras a serem superadas nesses quesitos, principalmente pela falta de uma compreensão mais ampla do que pode significar uma rádio universitária.

Estudiosos pioneiros nesta área que colocam os itens laboratorial e público como prioritários indicaram uma discussão inicial sobre o tema. Ao analisar as emissoras alvo desta pesquisa, percebemos que mais do que estes, outros indicadores norteiam estas rádios. No quesito laboratorial, por exemplo, não só alunos de Jornalismo, mas de outros cursos se fazem presente. E no quesito público, há um cuidado com a questão dos assuntos de interesse público, mas tentativas de aproximação com o ouvinte e, mesmo buscando ser um diferencial, assegurar uma audiência.

O elevado número de informações levantadas e o exíguo tempo para um projeto de mestrado dessa magnitude dificultou uma melhor sistematização por parte do pesquisador e impossibilitou pensar de forma mais crítica e profunda os temas levantados nesta pesquisa. No entanto, considera-se que há neste trabalho há um levantamento inicial de questões e discussões que podem vir a ser melhor debatidas em outros momentos, e que reforça o campo de pesquisas sobre rádios

universitárias.

Por fim, percebe-se que em termo de uma sistematização e homogeneização de ações, modos de produção, gestão e procedimentos administrativos as rádios universitárias ainda têm um caminho pela frente. Ressalta-se a importância das rádios no acesso ao conhecimento, divulgação científica, e disseminação das culturas locais, estas emissoras dispõem ainda de papel fundamental na democratização da comunicação, e devem cada vez mais tornarem-se pontes que aproximam a universidade da sociedade, dando ênfase sobretudo para uma noção cidadã de comunidade.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos**: os formatos e os programas em áudio. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 2009.
- BRAGA, José Luiz. A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. In: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. Brasília, v.14, n.1, 2011.
- BRASIL. Constituição, 1988.
- BRASIL; MPV 744, de 1º de setembro de 2016
- BRASIL; Lei nº. 11.652, de 7 de abril de 2008
- BUCCI, Eugênio. Sobre a independência das emissoras públicas no Brasil. **Revista EPTIC Online**. Vol. 15, n. 2, p. 122-136, 2013.
- CARVALHO, Marina Martins de. **Comunicação Pública**: função e legitimação das tevês legislativas federais. Tese (Doutorado em Comunicação). UnB: Brasília, 2014.
- DANTAS, Marcos. **Comunicações, desenvolvimento, democracia**: desafios brasileiros no cenário da mundialização mediática. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- DEUS, Sandra. Rádios universitárias públicas: compromisso com a sociedade e com a informação. **Em Questão**. Porto Alegre, Vol. 9, p: 327-338, 2003.
- DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2a ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- GIORGI, Mario. De cómo la RRULAC se transformó en la RIU. In: **Rádios universitarias en marcha**: hacia la construcción de una contra agenda mediática – 1a ed. Avellaneda: Undav Ediciones; Badajoz: Junta de Extremadura; Madrid: Fundación Ramón Areces, 2018.
- Jornalismo público: guia de princípios. Fundação Antares. 3ª Edição, 2006.
- KISCHINHEVSKY, Marcelo; MUSTAFÁ, Izani; MATOS, Cristiana Martins de; HANG, Lorena. História do Rádio Universitário no Brasil – Uma primeira abordagem. In: **11º Encontro Nacional de História da Mídia**. São Paulo, 2017.
- LIMA, Venício A. de. **Regulação das comunicações**: história, poder e direitos. São Paulo: Paulus, 2011.
- LOPES, Cristiano Aguiar. **Consultoria legislativa**: Regulação da radiodifusão educativa. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.
- _____. **Conselhos de comunicação social**: a interdição de um instrumento da democracia participativa. Brasília: FNDC, 2013.
- MUSTAFÁ, Izani; KISCHINHEVSKY, Marcelo; MATOS, Cristiana Martins de. Cartografia das Rádios Universitárias do Brasil (1950-2016). In: **XV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom**. Curitiba, 2017.

- MUSTAFÁ, Izani; KISCHINHEVSKY, Marcelo. Diversidade de experiências e desafios na gestão de rádios universitárias. In: **XVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom**. Joinville, 2018.
- MARTA LOZANO, C. y SEGURA ANAYA, A. **Rádios universitarias y redes sociales**: Modelos de gestión y perfiles de usuario. *Historia y Comunicación Social*. Vol. 19. Núm. Especial Enero. Págs. 341-354, 2014.
- MARTÍN-PENA, Daniel, PAREJO CUÉLLAR, Macarena, VIVAS MORENO, Agustín. **La radio universitaria – Gestión de la información, análisis y modelos de organización**. Barcelona: Gedisa, 2016. (ebook kindle)
- MARTÍN-PENA, Daniel. Primeras experiencias radiofónicas y evolución del trabajo em red. In: **Rádios universitarias en marcha**: hacia la construcción de una contra agenda mediática – 1a ed. Avellaneda: Undav Ediciones; Badajoz: Junta de Extremadura; Madrid: Fundación Ramón Areces, 2018.
- MEDITSCH, Eduardo. A nova era do rádio: o discurso do radiojornalismo enquanto produto intelectual eletrônico. In: **Biblioteca online de ciências da comunicação (BOCC)**. 1997.
- MOURA, Deyse Alini de. KNEIPP, Valquíria Aparecida Passos. A comunicação pública e a função social do rádio: reflexões sobre o radiojornalismo de interesse público no Brasil. **Revista Rádio-Leituras**, Mariana-MG, v. 08, n. 01, pp. 132-157, jan./jun. 2017.
- MOREIRA, Sônia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2a ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- PIERANTI, Octavio Penna. **Regulação da comunicação de massa**: novas perspectivas teóricas e redefinições conceituais para o contexto brasileiro. Tese (Doutorado em Administração). FGV: Rio de Janeiro, 2009.
- _____. **Políticas públicas de radiodifusão no Governo Dilma**. Brasília: Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, 2017.
- _____. **A radiodifusão pública resiste**: A busca por independência no Brasil e no Leste Europeu. Brasília: Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, 2018.
- _____. **Expansão do rádio universitário no Brasil**: uma comparação entre as políticas públicas dos governos Dilma e Temer. In: **Rádios universitárias: experiências e perspectivas**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.
- PIMENTEL, Fábio Prado. **O Rádio Educativo no Brasil**, uma visão histórica. Rio de Janeiro: Soarmec Editora, 1999.
- PRADO, Magaly. História do rádio no Brasil. São Paulo: Editora Da Boa Prosa, 2012.
- RAMOS, Murilo César. As Políticas Nacionais de Comunicação e a Crise dos Paradigmas. **Textos de Cultura e Comunicação** n. 27, 1º sem. 1992, pp. 45-50.

_____. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

_____. **Reestruturação do sistema e controle público**. PLENÁRIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO XIV, 2008. Brasília. Anais eletrônicos. Brasília: Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação, 2008.

RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. A Constituição de 1988e a comunicação: a história de um processo inacabado de regulamentação. In: **Revista Mosaico**, v. 4, n. 7, 2013.

SILVA, Sivaldo Pereira. Dimensões estruturais da mídia pública no Brasil: análise comparativa de indicadores-chaves em organizações de radiodifusão. In: **Ciberlegenda**. 2013.

UNESCO. **Un solo mundo, voces múltiples** - comunicación e información en nuestro tiempo. Fondo de Cultura Economica: México, D.F, 1987.

VILAFANA, Irving Berlín. El derecho a decir: radios universitarias y educativas em México. In: **Caleidoscopio**. 2000.

VALENTE, Jonas. Concepções e abordagens conceituais sobre sistema público de comunicação In **Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. - São Paulo: Paulus, Intervezes, 2009.

_____. Sistema público de comunicação do Brasil In **Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. - São Paulo: Paulus, Intervezes, 2009.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **A programação de rádios públicas brasileiras**. Florianópolis: Insular, 2012.

PÁGINAS DAS RÁDIOS

RÁDIO UNIFAP. Disponível em: <http://www.radiounifap96.com.br/>. Acessado em 15 de junho de 2019.

RÁDIO UFS FM. Disponível em: <http://radioufs.ufs.br/pagina/18128-radio-ufs-fm-92-1>. Acessado em 15 de junho de 2019.

RÁDIO UFT FM. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/radio-uft-fm?view=default>. Acessado em 15 de junho de 2019.

RÁDIO FM UNIVERSITÁRIA. Disponível em: <https://www.ufpi.br/radioufpi>. Acessado em 15 de junho de 2019

RÁDIO UNIVERSITÁRIA. Disponível em: <http://radio.ufrr.br/>. Acessado em 15 de junho de 2019.

ANEXO I - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O DIRETOR DA EMISSORA

- 1 – Quantos estudantes compõem o quadro da emissora?**
- 2 – Quantos servidores técnico-administrativos compõem o quadro da emissora?**
- 3 – Quantos funcionários terceirizados compõem o quadro da emissora?**
- 4 - Quantos professores da universidade participam de atividades/programas na emissora?**
- 5 – Professores e alunos de outras universidades participam/dispõem de espaço na emissora?**
- 6 – Associações e organizações de outra natureza interna à universidade dispõem de espaço na programação da emissora? (Se sim, quais?)**
- 7 – Associações e organizações de outra natureza externa à universidade dispõem de espaço na programação da emissora? (Se sim, quais?)**
- 8 – A emissora dispõe de algum conselho consultivo ou editorial ou de programação? Se sim, com que frequência se reúne e sobre o que delibera?**
- 9 – De que forma se dá a nomeação/designação do diretor da rádio?**
- 10 – Como se dá a relação da emissora com a Empresa Brasil de Comunicação?**
- 11 – Que espaços educativos a emissora tem na programação?**
- 12 – Que espaços culturais a emissora tem na programação?**
- 13 – Que espaços artísticos a emissora tem na programação?**
- 14 – Que espaços de divulgação científica a emissora tem na programação?**
- 15 – Quais as principais dificuldades que a emissora enfrenta?**
- 16 – A emissora se reconhece como espaço de laboratório e experimentação sonora?**
- 17 – Que papel a rádio universitária tem no aprendizado de alunos da instituição?**
- 18 – Que papel a rádio universitária considera ter no contexto da cidade e da região que está inserida?**

ANEXO II - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM DISCENTES

1 – Como é a participação dos estudantes no programa/projeto que você participa na emissora?

2 – Você considera que a Rádio Universitária dispõe de uma programação que atenda aos princípios de uma rádio pública?

3 – Para você, as atividades que desempenha na Rádio Universitária serve como iniciação e aprendizado para o mercado de trabalho?

4 – Você considera que a Rádio Universitária permite que se faça programas com modelos e formatos diferentes das rádios comerciais de Macapá?

5 – De que forma os estudantes participam dos processos decisórios dentro do programa/projeto ao qual você participa na emissora?

6 – De que forma os estudantes participam dos processos decisórios da Rádio Universitária no geral?

7 – Existem atividades de ensino ligadas à Rádio Universitária? Como você as avalia?

8 - Existe interação entre estudantes de diferentes cursos na rádio? Como você avalia isso?

9 - Você percebe que há uma aproximação da rádio com cientistas/pesquisadores da UNIFAP ou outras instituições do estado com os programas da emissora?

10 – Quais as dificuldades enfrentadas ao fazer a rádio universitária?

11 – Para você, qual o diferencial da Rádio Universitária em relação às outras rádios de Aracaju - SE?

ANEXO III - ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM DOCENTES

1 – Você considera que a Rádio Universitária dispõe de uma programação que atenda aos princípios de uma rádio pública?

2 – No programa/projeto que você coordena/participa, identifica que há um atendimento a alguma premissa de radiodifusão pública? Qual(is) e como atende?

3 – Como se dá a participação de docentes na Rádio Universitária? De que modo é possível participar de algum projeto/programa na emissora?

4 – Existem discentes envolvidos no projeto do qual faz parte? Se sim, de que forma você considera que a rádio contribui em sua formação?

5 – O seu programa/projeto é envolvido como atividade de ensino? Como você avalia o saldo desta atividade dentro de um processo de ensino-aprendizagem?

6 - O seu programa/projeto é envolvido como atividade de extensão? Como você avalia o saldo desta atividade dentro de um processo de aproximação da universidade com a comunidade?

7 – Na sua opinião, a Rádio Universitária desempenha um papel importante na divulgação de conteúdo educativo-cultural e artístico? Por que?

8 – Na sua opinião, a Rádio Universitária desempenha um papel importante na divulgação de conteúdo tecno-científico? Os professores e pesquisadores participam da emissora e permite uma aproximação do conteúdo científico com a comunidade em geral?

9 – Quais as dificuldades enfrentadas ao fazer a rádio universitária?

10 – Para você, qual o diferencial da Rádio Universitária em relação às outras rádios de Aracaju - SE?

ANEXO IV - ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM FUNCIONÁRIOS

1 – Você considera que a Rádio Universitária atende a premissas de radiodifusão pública?

2 - A Rádio Universitária tem em sua programação programas que sirvam como laboratório para estudantes de graduação? Você considera que esta atividade traz boas contribuições para o alunado e reflete em uma programação eficiente para o ouvinte?

3 – De que forma os funcionários participam dos processos decisórios dentro do programa/projeto ao qual você participa na emissora?

4 – De que forma os funcionários participam dos processos decisórios da Rádio Universitária no geral?

5 – Você considera que a rádio universitária serve de espaço de experimentalismo de formatos radiofônicos diferentes dos veiculados pelas emissoras comerciais? Você acha que estes programas suprem uma lacuna que não é preenchida pelas demais emissoras de rádio da cidade?

6 - Para você, como a rádio universitária atende a um conteúdo educativo-cultural e artístico na programação?

7 - Você considera que a Rádio Universitária é um espaço para divulgação tecnológica de pesquisas feitas na universidades e outras instituições?

8 – Quais as dificuldades enfrentadas ao fazer a rádio universitária?

9 – Para você, qual o diferencial da Rádio Universitária em relação às outras rádios de Aracaju - SE?

ANEXO V – TABELAS COM INFORMAÇÕES SOBRE ENTREVISTADOS

SIGLA NO TRABALHO	SIGNIFICADO	CURSO	GÊNERO
EST1UFPI	Estudante 1 - UFPI	Comunicação Social – Jornalismo	Masculino
EST2UFPI	Estudante 2 - UFPI	Comunicação Social – Jornalismo	Feminino
EST3UFPI	Estudante 3 – UFPI	Direito	Masculino
EST1UFS	Estudante 1 - UFS	Jornalismo	Masculino
EST2UFS	Estudante 2 - UFS	Jornalismo	Masculino
EST3UFS	Estudante 3 - UFS	Cinema e Audiovisual	Feminino
EST1UNIFAP	Estudante 1 - UNIFAP	Jornalismo	Masculino
EST2UNIFAP	Estudante 2 - UNIFAP	Jornalismo	Masculino
EST3UNIFAP	Estudante 3 - UNIFAP	Nutrição	Masculino
EST1UFRR	Estudante 1 – UFRR	Jornalismo	Feminino
EST2UFRR	Estudante 2 – UFRR	Jornalismo	Masculino
EST3UFRR	Estudante 3 - UFRR	Jornalismo	Feminino
EST1UFT	Estudante 1 – UFT	Jornalismo	Feminino
EST2UFT	Estudante 2 – UFT	Jornalismo	Feminino
EST3UFT	Estudante 3 - UFT	Administração	Masculino

SIGLA NO TRABALHO	SIGNIFICADO	FUNÇÃO	GÊNERO
FUNC1UFPI	Funcionário 1 - UFPI	Locutor (servidor)	Masculino
FUNC2UFPI	Funcionária 2 - UFPI	Jornalista (terceiriz.)	Feminino
FUNC1UFS	Funcionário 1 – UFS	Locutor (terceiriz.)	Masculino
FUNC2UFS	Funcionária 2 – UFS	Locutora (servidora)	Feminino
FUNC1UNIFAP	Funcionário 1 – UNIFAP	Técnico em lab. de telecomunicação (servidor)	Masculino
FUNC2UNIFAP	Funcionária 2 – UNIFAP	Técnica em Ass. Educacionais (servidor)	Feminino
FUNC1UFRR	Funcionário 1 – UFRR	Técnico em manutenção de rádio e tv (servidora)	Masculino
FUNC2UFRR	Funcionário 2 – UFRR	Repórter cinematográfico (servidor)	Masculino
FUNC1UFT	Funcionária 1 – UFT	Jornalista (servidora)	Feminino
FUNC2UFT	Funcionário 2 - UFT	Produtor de áudio (servidor)	Masculino

SIGLA NO TRABALHO	SIGNIFICADO	CURSO	GÊNERO
PROF1UFPI	Professor 1 - UFPI	Jornalismo	Masculino
PROF2UFPI	Professor 2 - UFPI	Direito	Masculino

PROF1UFS	Professora 1 – UFS	Letras – Espanhol	Feminino
PROF2UFS	Professor 2 – UFS	Pedagogia	Masculino
PROF1UNIFAP	Professor 1 – UNIFAP	Jornalismo	Masculino
PROF2UNIFAP	Professor 2 – UNIFAP	Geografia	Masculino
PROF1UFRR	Professora 1 – UFRR	Jornalismo	Feminino
PROF2UFRR	Professor 2 – UFRR	Física	Masculino
PROF1UFT	Professora 1 – UFT	Jornalismo	Feminino
PROF2UFT	Professora 2 - UFT	Jornalismo	Feminino

ANEXO VI - REGIMENTO DA REITORIA DA RÁDIO UFS FM



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 40/2018/CONSU

**Aprova alterações no
Regimento Interno da
Reitoria.**

O **CONSELHO UNIVERSITÁRIO** da **Universidade Federal de Sergipe**, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO a análise da Comissão instituída através da Portaria nº 1.460/2017/GR de 15.09.2017, para adequação do Regimento da Reitoria;

CONSIDERANDO que a minuta apresentada disciplina os aspectos gerais e comuns da estruturação e do funcionamento dos órgãos e serviços da Universidade Federal de Sergipe;

CONSIDERANDO que o Regimento visa atender aspectos legais, com a criação de órgãos diretivos e de assessoramento;

CONSIDERANDO a necessidade de unificação das diversas normas referentes à organização administrativa da UFS;

CONSIDERANDO parecer do relator, **Cons. EDER MATEUS DE SOUZA**, ao analisar o processo nº 53.566/2018-08;

CONSIDERANDO ainda, a decisão deste Conselho, em sua Reunião Ordinária, hoje realizada;

R E S O L V E

Art. 1º Aprovar alterações no Regimento da Reitoria da Universidade Federal de Sergipe, conforme Anexo que integra a presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revoga as disposições em contrário e, em especial, a Resolução nº 03/2014/CONSU.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2018

REITOR Prof. Dr. Angelo Roberto Antonioli
PRESIDENTE

desenvolvimento de sistemas informatizados;

IX. desempenhar outras atividades correlatas atribuídas pela direção da STI, e,

X. exercer outras atribuições no âmbito de sua competência e campo de atuação.

Art. 82. A Coordenação de Redes (CORED) é responsável pelos serviços de rede, viabilizando a comunicação por meio da internet para todos os ambientes dos diversos campi e unidades descentralizadas da UFS, competindo-lhe:

- I. apresentar demanda de serviços e auxiliar na formulação dos documentos relativos ao processo de contratação de serviços;
- II. administrar a rede corporativa de computadores da UFS;
- III. garantir a segurança, eficiência e disponibilidade da Rede;
- IV. estabelecer e praticar níveis de excelência acordados com a alta administração da UFS, a fim de propiciar a infraestrutura tecnológica necessária para a oferta de serviços de TI a? comunidade universitária;
- V. planejar a expansão da capacidade de processamento da Rede UFS, com base no PDI da Instituição;
- VI. atuar na mitigação de riscos, resposta a incidentes de segurança, recuperação de desastres e rotinas de salvamento e recuperação de dados;
- VII. atender às recomendações dos órgão competentes em matérias de segurança de redes, e,
- VIII. exercer outras atribuições no âmbito de sua competência e campo de atuação.

CAPÍTULO VII

Das Diretorias Executivas

Seção I

Da Diretoria de Editoração, Comunicação Institucional e Produção Audiovisual

Art. 83. A Diretoria de Editoração, Comunicação Institucional e Produção Audiovisual (DECAV) é responsável pela elaboração, implantação e coordenação da execução dos serviços de radiodifusão sonora, produção audiovisual, produção e divulgação de mídias de comunicação, produção editorial e outras formas de comunicação, competindo-lhe:

- I. desenvolver estratégias para fortalecer os meios de comunicação institucionais;
- II. elaborar e produzir produtos de comunicação que contribuam para a promoção e o apoio às atividades e ações de ensino, pesquisa e extensão da UFS;
- III. desenvolver ações e produtos que possibilitem a consolidação e a salvaguarda da identidade, imagem e reputação da Universidade;
- IV. propor, elaborar e coordenar o Plano Geral de Comunicação da UFS, identificando estratégias, recursos, objetivos e metas para a promoção e apoio da comunicação institucional da organização;
- V. oferecer informações de interesse público que contribuam para o conhecimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFS;
- VI. promover a integração dos serviços de comunicação institucional, radiodifusão sonora, produção editorial e produção audiovisual da Instituição, visando racionalização de recursos e;
- VII. exercer outras atribuições no âmbito de sua competência e campo de atuação.

Art. 84. A Diretoria de Editoração, Comunicação Institucional e Produção Audiovisual (DECAV), será

composta por:

- I. Direção Geral;
- II. Comitê Gestor;
- III. Programa Editorial da UFS;
- IV. Sistema Universitário de Rádios Educativas (SURE);
- V. Coordenação de Comunicação Institucional (COMUNICA), e
- VI. Produtora Audiovisual.

Art. 85. A Direção Geral é responsável por coordenar e supervisionar as atividades das unidades que compõem a DECAV, competindo-lhe as seguintes atribuições:

- I. coordenar os trabalhos da DECAV, cumprindo e fazendo cumprir as decisões do Conselho;
- II. elaborar o planejamento de acordo com a política definida pelo Conselho;
- III. definir as diretrizes de promoção e divulgação da DECAV;
- IV. apresentar e discutir com a gestão superior o Plano Geral de Comunicação da UFS, informando as demandas de equipamentos e pessoal para o pleno funcionamento das unidades integrantes da DECAV.

Art. 86. O Comitê Gestor, unidade consultiva, deliberativa e normativa, possui as seguintes atribuições:

- I. definir diretrizes para a política de comunicação da DECAV;
- II. deliberar sobre a política de comunicação da DECAV;
- III. propor normas para execução da política de comunicação;
- IV. criar comissões para finalidades editoriais específicas;
- V. submeter ao(a) Reitor(a) propostas de alterações de sua estrutura organizacional;
- VI. propor e manifestar-se sobre convênios e contratos propostos pela DECAV;
- VII. analisar projetos especiais de comunicação, e,
- VIII. manifestar-se e opinar sobre outras atividades relativas ao DECAV.

Art. 87. O Comitê Gestor da DECAV será constituído por:

- I. o(a) Diretor(a) Geral da DECAV, que exercerá a Presidência do Comitê Gestor;
- II. o(a) Coordenador(a) de Comunicação Institucional;
- III. o(a) Coordenador(a) da Produtora Audiovisual;
- IV. o(a) Coordenador(a) do Sistema de Rádios;
- V. um(a) representante indicado pelo Departamento de Comunicação Social (DCOS);
- VI. um(a) representante docente do Programa Editorial, e,
- VII. um(a) Pró-Reitor(a), representando o Comitê Gestor Acadêmico, indicado(a) pelo(a) Reitor(a).

Parágrafo único. O mandato dos representantes indicados nos incisos V, VI e VII será de dois anos, com recondução por igual período.

Art. 88. O Programa Editorial da UFS (EDITORA UFS) é responsável pela Produção Gráfica no âmbito da UFS, possuindo as seguintes atribuições:

- I. incentivar e promover a publicação, produção científica, técnica, didática e artística da UFS e da região, de acordo com suas Normas Editoriais;
- II. editar, co-editar e divulgar textos e obras de interesse para as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFS e de outras Instituições, desde que com interesses conexos;
- III. promover a publicação de autores que não pertençam à comunidade acadêmica cujas obras possuam reconhecido valor intelectual e/ou científico e/ou cultural e/ou artístico, bem como de

- obras consideradas como Patrimônio da Humanidade;
- IV. elevar a quantidade e a qualidade dos títulos publicados em Sergipe;
 - V. promover o intercâmbio bibliográfico com outras unidades, bibliotecas, clubes de leitura e entidades similares;
 - VI. assessorar os demais órgãos da Universidade no que diz respeito à editoração e publicações;
 - VII. promover e gerenciar a distribuição das obras publicadas, e,
 - VIII. manter postos de venda, permanentes e ocasionais, com a finalidade de facilitar o acesso a publicações próprias e oriundas de outras editoras universitárias à comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

Art. 89. O Sistema Universitário de Radiodifusão Sonora Educativa (SURE) é responsável pela execução, sem fins lucrativos, do serviço de radiodifusão sonora-educativa prestado pela UFS, tendo as seguintes atribuições:

- I. produzir e veicular programas com fins educativos, artísticos, culturais, informativos, científicos e de promoção da cidadania;
- II. divulgar e promover, interna e externamente, as diversas manifestações da cultura sergipana, contribuindo para o desenvolvimento cultural do Estado e do País;
- III. divulgar os fatos, realizações e as atividades de administração superior, ensino, pesquisa e de extensão da UFS;
- IV. servir de laboratório para o desenvolvimento de atividades didáticas dos alunos do Curso de Comunicação Social da UFS;
- V. contribuir para o fortalecimento da Política de Comunicação na UFS, através da execução de uma comunicação informativa e jornalística abrangente e planejada, que atenda as demandas institucionais e de interesse público ou coletivo, e,
- VI. disponibilizar instrumentos e adotar procedimentos necessários à integração das emissoras de rádio educativas, visando à racionalidade técnica, de pessoal e a padronização editorial.

Art. 90. A Coordenação de Comunicação Institucional (COMUNICA) é responsável pela criação e editoração eletrônica de produtos audiovisuais institucionais, tendo as seguintes atribuições:

- I. responder pela produção e divulgação de ações e notícias acadêmicas, abrangendo atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa da Universidade Federal de Sergipe;
- II. coordenar a elaboração de conteúdo e cobertura dos eventos de interesse institucional;
- III. responder institucionalmente pela veiculação de informes e relacionamento com os órgãos de imprensa e outros no portal da UFS e nos demais canais e redes de mídia interna e externa;
- IV. assessorar o Reitor nos assuntos relativos à imprensa e relações institucionais, e,
- V. atuar de forma integrada com os demais setores da DECAV e com NTI em relação à produção de conteúdo e gestão do Portal da UFS.

Art. 91. A Produtora de Mídias Audiovisuais é responsável pela criação e editoração eletrônica de produtos audiovisuais institucionais, tendo as seguintes atribuições:

- I. pré-produzir, produzir e pós-produzir os conteúdos audiovisuais da UFS, a fim de divulgar as ações de gestão, ensino, pesquisa e extensão interna e externamente;
- II. desenvolver produtos, utilizando tecnologias e empregando linguagem que possibilite o acesso à informação aos mais variados públicos, em especial aos portadores de deficiência;
- III. assessorar os setores da UFS em procedimentos e mecanismos relativos às tecnologias audiovisuais;
- IV. contribuir para o fortalecimento da política de comunicação na UFS, atuando de forma integrada com os demais setores da DECAV, que atenda as demandas institucionais e de interesse público,

- e,
- V. atuar de forma propositiva e integrada com os demais setores da DECAV para instalação e funcionamento de uma Televisão Universitária.

Seção II

Da Diretoria de Obras e Fiscalização

Art. 92. A Diretoria de Projetos e Estruturas Físicas (DOFIS) é o órgão responsável pela elaboração de projetos de edificações e estruturantes, competindo-lhe:

- I. coordenar as atividades desenvolvidas, a partir das orientações e decisões tomadas pelo Reitor no tocante a projetos e edificações;
- II. atuar de forma propositiva para a solução de problemas de ordem técnica na sua área de atuação;
- III. supervisionar as atividades de fiscalização de obras, visando a mitigação de riscos intrínsecos à execução de obras de engenharia civil;
- IV. adotar mecanismos e métodos analíticos eficientes na elaboração de projetos, em conformidade com a legislação vigente;
- V. executar as medidas formais relativas ao início e recebimento de obras, conforme determinação do(a) Reitor(a);
- VI. atuar para a implantação e gestão de modelos energéticos convencionais e renováveis, e,
- VII. exercer outras atribuições no âmbito de sua competência e campo de atuação.

Parágrafo único. Para o recebimento de cada obra será designada, mediante portaria do(a) Reitor(a), comissão formada por, pelo menos, um membro de cada uma das divisões que integram a Diretoria de Obras e Fiscalização.

Art. 93. A Diretoria de Projetos e Estruturas Físicas (DOFIS) será composta pelas seguintes unidades operacionais:

- I. Divisão de Projetos e Orçamento (DIPRO);
- II. Divisão de Construção e Fiscalização (DICOF), e,
- III. Divisão de Gestão de Energias Convencionais e Renováveis (DIGEN).

Art. 94. À Divisão de Projetos e Orçamento (DIPRO), compete:

- I. elaborar projetos arquitetônicos, urbanísticos, estruturais e de instalações, ou propor sua contratação;
- II. avaliar a qualificação técnica dos licitantes;
- III. classificar, catalogar e arquivar originais e cópias de desenhos, projetos, especificações, orçamentos, contratos, catálogos, documentos, elementos de concorrência e outros trabalhos técnicos;
- IV. indicar pelo menos um membro para compor a comissão responsável pelo recebimento provisório ou definitivo das obras;
- V. elaborar planilhas e estudos de viabilidade técnica e orçamentária dos projetos, e,
- VI. responder pela governança dos projetos, sob a ótica da integridade e gestão de riscos.

Parágrafo único. A contratação dos serviços previstos no inciso I somente será admitida, quando a Divisão de Projetos e Orçamento não dispuser dos recursos técnicos necessários à execução de tais serviços.

Art. 95. À Divisão de Construção e Fiscalização (DICOF), compete:

ANEXO VII - REGIMENTO DA RÁDIO UNIVERSITÁRIA DA UNIFAP



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO 040/2015 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

**Aprova o Regimento Geral Interno da
Rádio Universitária.**

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, na forma do que estabelece o Art. 23 do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Amapá, c/c o Parágrafo Único do Art. 13 do Regimento Geral, e ainda, com o disposto nos Artigos 28 e 30 do Regimento do Conselho Universitário, conforme lhe autoriza o inciso XIII, do Art. 14 do Estatuto da Universidade, c/c o inciso XIX do Art. 17 do Regimento Geral, e ainda, com o mando do inciso V, do Art. 24 do Regimento do CONSU, e mais, **CONSIDERANDO**,

- o que dispõe o artigo 7º da Resolução nº 040, de 21 de dezembro de 2015;
- o parecer da Relatoria da Câmara de Legislação e Normas ao analisar o Processo Administrativo nº 23125.005030/2014-13, de 17 de dezembro de 2014; e,
- o Caráter **URGENTE** da regulamentação, haja vista a cobrança de órgãos de controle, interno e externo;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Geral Interno da Rádio Universitária, Apêndice Único e parte integrante, e indissociável, desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Gabinete da Presidência do Conselho Universitário da Fundação Universidade Federal do Amapá, 25º ano da sua implantação, Campus Marco Zero do Equador, em Macapá, Estado do Amapá, 21 de dezembro de 2015.

Profa. Dra. ADELMA DAS NEVES NUNES BARROS MENDES
Vice- Presidente do Conselho Universitário



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

**ANEXO DA RESOLUÇÃO 039/2015
DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015**

**APÊNDICE ÚNICO
REGIMENTO GERAL INTERNO DA RÁDIO UNIVERSITÁRIA**

**CAPÍTULO I
DA VINCULAÇÃO, DENOMINAÇÃO, NATUREZA, FINALIDADE, PRINCÍPIOS E
OBJETIVOS**

Art. 1º A Rádio Universitária é uma emissora de Radiodifusão em Frequência Modulada – FM, cuja concessão integra a Empresa Brasil de Comunicação, com autorização de funcionamento, e transferência de responsabilidade de gestão, à Fundação Universidade Federal do Amapá, Campus Marco Zero do Equador.

§ 1º Na estrutura organizacional da Fundação Universidade Federal do Amapá, a Rádio Universitária se vincula diretamente à Reitoria.

§ 2º O Funcionamento da Rádio Universitária se regerá por este Regimento, pelas normas emanadas do seu Conselho Técnico, Administrativo e de Programação e da sua Diretoria Geral, pelas normas da Unifap e pela legislação pertinente em vigor.

§ 3º Para fins sociais, de pesquisa e de divulgação, a Rádio Universitária adotará o nome de Rádio Universitária FM, 96,9, UNIFAP, ou, simplesmente, Rádio Universitária.

§ 4º A Rádio Universitária FM, 96,9 tem natureza educativa, na forma da Lei, com fins laboratoriais de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 2º A Rádio Universitária tem por finalidade a prestação de serviços de radiodifusão pública e serviços conexos, observados os princípios e objetivos na Lei em vigor no Brasil.

Art. 3º A Rádio Universitária FM, 96,9, na forma da Legislação vigente no país, na prestação dos seus serviços, observará aos seguintes princípios:

- I - complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal;
- II - promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;
- III - produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;
- IV - promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente;
- V - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família;
- VI - não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual;
- VII - observância de preceitos éticos no exercício das atividades de radiodifusão;



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

VIII - autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; e

IX - participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira.

Art. 4º Na forma da Legislação em vigor no Brasil, constituem objetivos dos serviços de radiodifusão da Rádio Universitária FM, 96,9:

I - servir de campo de estágio supervisionado aos cursos de graduação de Unifap;

II - oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância local, regional, nacional e internacional;

III - desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania;

IV - fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação;

V - cooperar com os processos educacionais, da própria Unifap, bem como dos demais sistemas de ensino e de formação do cidadão;

VI - apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes;

VII - buscar excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos;

VIII - direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania, sem com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes;

IX - promover parcerias e fomentar produção audiovisual nacional, contribuindo para a expansão de sua produção e difusão;

X - estimular a produção e garantir a veiculação, inclusive na rede mundial de computadores, de conteúdos interativos, especialmente aqueles voltados para a universalização da prestação de serviços públicos;

XI - promover e estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado, necessário às atividades de radiodifusão, comunicação e serviços conexos; e,

XII - prestar serviços no campo de radiodifusão, comunicação e serviços conexos, inclusive para transmissão de atos e matérias da Unifap e do Governo Federal.

§ 1º A Rádio Universitária FM, 96,9 deve garantir os mínimos de 10% (dez por cento) de conteúdo regional e de 5% (cinco por cento) de conteúdo independente em sua programação semanal, em programas a serem veiculados no horário compreendido entre 6 (seis) e 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2º É vedada qualquer forma de proselitismo na programação da Rádio Universitária.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Art. 5º A fim de cumprir os seus objetivos, a Rádio Universitária FM, 96,9 poderá:

I - Estabelecer cooperação e colaboração com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão pública, mediante convênios ou outros ajustes, com vistas a integrar a Rede Nacional de Comunicação Pública.

II - Receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado, a título de apoio cultural, admitindo-se o patrocínio de programas, eventos e projetos, vedada a veiculação remunerada de anúncios e outras práticas que configurem comercialização de seus intervalos.

III - Estabelecer cooperação e colaboração com entidades públicas ou privadas, mediante convênios ou outros ajustes, em conformidade com legislação em vigor.

§ 1º Ainda, no cumprimento dos seus objetivos, a Rádio Universitária FM, 96,9 observará às diretrizes da política nacional de educação e cultura, fixadas pelos Ministérios da Educação e da Cultura, e, ao mesmo tempo, emprestar amplitude para as iniciativas desta natureza, respeitada a sua grade de programação, manifestadas por Instituições de Ensino Superior, preferencialmente públicas, localizadas na área geográfica por ela alcançada.

§ 2º O Conselho Técnico, Administrativo e de Programação regulamentará o cumprimento do inciso II do Art. 5º deste Regimento.

Art. 6º A Rádio Universitária FM, 96,9 não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordine ou a sujeite à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 6º A Rádio Universitária FM, 96,9 terá a seguinte estrutura administrativa:

I - Conselho Técnico, Administrativo e de Programação - CTAP.

II - Diretoria Geral - DG.

III - Secretaria Executiva - SExec.

Seção I
DO CONSELHO TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E DE PROGRAMAÇÃO

Art. 7º O CTAP, terá a seguinte composição:

I - Diretor/a Geral da Rádio Universitária FM, 96,9, como seu Presidente.

II - Um representante do Ensino, um da Pesquisa e um da Extensão, indicados, com os seus suplentes, pela respectiva Pró-Reitoria.

III - Um representante do corpo técnico-administrativo indicado, com o seu suplente, pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

IV - Um representante do corpo discente, indicado, com o seu suplente, pelo Diretório Central dos Estudantes.

§ 1º Os membros do CTAP serão designados por ato da Direção Geral.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

§ 2º Os membros do CTAP terão mandato de dois anos, permitida uma única recondução.

§ 3º O membro perderá o mandato e será substituído, automaticamente, pelo seu suplente, quando deixar de comparecer a três reuniões consecutivas, ou a cinco alternadas, sem motivo justificado, em um intervalo de 12 (doze) meses.

§ 4º Nas faltas e ou impedimentos da presidência o CTAP será presidido pelo Conselheiro mais idoso dentre os representantes de que trata o inciso II do artigo 7º deste.

Art. 8º O CTAP terá as seguintes competências:

I - funcionar como órgão deliberativo e consultivo em matéria técnica, administrativa, de produção e de programação;

II - elaborar, anualmente, o Plano de Acompanhamento Pedagógico (PAP) da Rádio, quanto ao uso dos seus espaços e dos seus recursos, bem como a inserção em sua programação, pelos cursos de graduação e pós-graduação e, apresentá-lo à Reitoria;

III - definir a filosofia de ação pedagógico-cultural da Emissora, estabelecendo-lhe as linhas de programação e submetendo-as à Diretoria Geral;

IV - programar e executar, com assistência dos setores especializados, cursos de natureza rádio educativa, inclusive de aperfeiçoamento para o seu quadro;

V - tomar conhecimento e deliberar sobre representações de natureza administrativa junto com as respectivas chefias;

VI - deliberar sobre a execução de projetos da competência da Rádio Universitária FM, 96,9;

VII - promover a articulação entre a emissora e a comunidade acadêmica, para que esta participe da programação;

VIII - promover estudos e propor medidas que objetivem a divulgação, a expansão e a qualidade do sistema de radiodifusão;

IX - assessorar a gestão da emissora, em seus diversos níveis, em assuntos relacionados com a educação e a cultura;

X - analisar, e deliberar sobre a celebração de convênios e contratos de prestação de serviços encaminhados pela Diretoria Geral da Rádio Universitária FM, 96,9;

XI - propor alterações no Regimento Rádio Universitária FM, 96,9, para posterior aprovação pela câmara de legislação e normas, ou outra que a substitua, da UNIFAP;

XII - elaborar e alterar o seu Regimento Interno que versará sobre o seu funcionamento;

XIII - tornar público todos os seus atos e decisões através de instrumentos normativos promulgados ou emitidos pela sua presidência;

XIV - decidir sobre os casos omissos neste Regimento, submetendo as suas



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

decisões à câmara de legislação e normas, ou outra que a substitua, da UNIFAP; e,

XV - exercer outras atividades inerentes à sua natureza.

Art. 9º O CTAP reunir-se-á ordinariamente, a cada dois meses conforme calendário aprovado por seu Pleno e, extraordinariamente quando convocado por seu Presidente ou, mediante requerimento subscrito por dois terços (2/3) de seus membros.

Art. 10. As reuniões do CTAP serão convocadas com antecedência mínima de quarenta e oito horas, ressalvados os casos de urgência, observados os seguintes procedimentos:

I - junto com a convocação serão distribuídas cópias da ata da reunião anterior, dos pareceres e resumo dos assuntos a serem apreciados;

II - a participação na reunião pretere a qualquer outra atividade acadêmica ou administrativa, sendo obrigatório o comparecimento.

§ 1º O Conselho só poderá deliberar com a presença da maioria dos seus membros em exercício, observado o critério da maioria simples dos membros presentes para a aprovação das decisões.

§ 2º As decisões do Conselho serão firmadas através de votação simbólica (manifestação espontânea), nominal ou secreta, adotando-se sempre a primeira forma na hipótese de não ser requerida qualquer uma das demais, ou que não esteja expressamente prevista.

§ 3º Nenhum membro do Conselho poderá votar em matéria relacionada com seus interesses particulares, de seu cônjuge, companheiro(a), descendentes, ascendentes ou colaterais até o segundo grau.

§ 4º O presidente exercerá somente o voto de qualidade.

Seção II
DA DIRETORIA GERAL

Art. 11. A Diretoria Geral – DG, é o órgão executivo que superintende, coordena e fiscaliza as atividades da Rádio Universitária FM, 96,9.

§ 1º A titularidade da DG será exercida por um/a Diretor/a, que será designado/a pelo/a dirigente máximo da Unifap.

§ 2º No exercício das suas atividades administrativas, a Diretoria Geral será assistida:

- a) pela Secretaria Executiva;
- b) pela Divisão de Produção e Programação de Rádio FM;
- c) pela Divisão Técnica de Operação e Manutenção.

Art. 12. São atribuições da Direção Geral:

I - administrar, representar e responder institucionalmente pela da Rádio Universitária FM, 96,9;

II - planejar, coordenar e orientar as atividades;



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

III - convocar e presidir as atividades do CTAP;

IV - elaborar e encaminhar ao CTAP o relatório anual de atividades;

V - decidir, *ad-referendum*, sobre assuntos urgentes da competência do CTAP, submetendo-o a homologação na reunião ordinária subsequente;

VI - manter a Rádio Universitária FM, 96,9 articulada com as demais unidades acadêmicas e administrativas da UNIFAP, inclusive os outros câmpus;

VII - interagir com órgãos e entidades do Estado, com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais integradas às atividades específicas da Rádio Universitária FM, 96,9, com o objetivo de celebrar convênios e contratos;

VIII - delegar competência como instrumento da descentralização administrativa, visando assegurar maior rapidez e objetividade às decisões;

IX - sugerir medidas visando o aperfeiçoamento do pessoal lotado na da Rádio Universitária FM, 96,9;

X - propor a constituição de comissões para estudo de assuntos de interesse da Rádio Universitária FM, 96,9 ou para execução de projetos específicos de radiodifusão;

XI - expedir ordens de serviços, instruções e circulares necessárias à execução de atividades que se desenvolvem no âmbito de sua competência;

XII - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pela reitoria; e,

XIII - desempenhar quaisquer outras atribuições inerentes à função de Diretor Geral, previstas em lei, nas normas internas da Rádio, da Unifap e neste regimento.

Art. 13. Observadas as limitações estruturais da Unifap, o CTAP decidirá sobre a criação de outras unidades administrativas internas necessárias à eficiência da gestão da Rádio Universitária FM, 96,9.

Subseção I

Da Divisão de Produção e Programação de Rádio Fm

Art. 14. A Divisão de Produção e Programação de Rádio FM será exercida por um/a servidor/a indicado/a pelo/a Diretor/a Geral da Rádio Universitária FM, 96,9 e, designado/a pela Reitoria.

Art. 15. Compete à Divisão de Produção e Programação de Rádio FM: planejar, coordenar, executar e acompanhar a produção de conteúdos radiofônicos institucionais, experimentais e produção de conteúdo independente, desenvolvidos e/ou exibidos pela emissora, bem como produtos e atividades fins da mesma, e ainda, exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pela Diretoria Geral.

Subseção II

Da Divisão Técnica de Operação e Manutenção

Art. 16. A Divisão Técnica de Operação e Manutenção de Rádio FM será exercida por um/a servidor/a indicado/a pelo/a Diretor/a Geral da Rádio Universitária FM, 96,9 e, designado/a pela Reitoria.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Art. 17. Sem prejuízo de outras, a Divisão Técnica de Operação e Manutenção tem como atribuições:

I - supervisionar e coordenar as atividades da área técnica, de transmissão de sinais de Rádio, informática e radiodifusão, opinar na definição e adequação para aquisição de equipamentos, montagem e manutenção;

II - acompanhar permanentemente as inovações tecnológicas, métodos, sistemas de operação e a qualidade técnica dos equipamentos da radiodifusão; e,

III - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pela Diretoria Geral.

Seção III
DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 18. A Secretaria Executiva será exercida por um/a servidor/a indicado/a pelo/a Diretor/a da Rádio Universitária FM, 96,9 e designado/a pelo/a Reitoria.

Art. 19. São atribuições da Secretaria Executiva da Rádio Universitária FM, 96,9:

I - apoiar administrativamente as atividades da Diretoria;

II - administrar os equipamentos e o material de expediente da Secretaria, informando ao Diretor as providências necessárias para o melhor funcionamento das atividades;

III - receber, classificar, distribuir e arquivar documentos da gestão da emissora, bem como as demais correspondências;

IV - redigir documentos oficiais e se responsabilizar pelos serviços de reprodução e digitação de expedientes;

V - coordenar as atividades dos servidores técnico-administrativos, colocados sob sua supervisão;

VI - secretariar as reuniões do CTAP, lavrando destas as respectivas atas;

VII - organizar e manter atualizada a agenda da Diretoria Geral;

VIII - atender telefonemas e responsabilizar-se pelo recebimento de correspondências; e,

IX - executar, conforme instruções da Diretoria Geral da Rádio Universitária FM, 96,9, quaisquer outras atribuições ocasionais, periódicas ou permanentes que, direta ou indiretamente contribuam para a eficácia dos serviços, de acordo com as atribuições específicas da função.

CAPÍTULO III
DO PATRIMÔNIO E REGIME FINANCEIRO

Art. 20. A aprovação de receitas e de despesas, bem como a fiscalização do patrimônio utilizado pela Rádio Universitária FM, 96,9, ficarão a cargo dos órgãos da Unifap, adotados os procedimentos legais no tocante à compra de produtos e à contratação de serviços.

Seção I



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

DO PATRIMÔNIO

Art. 21. O patrimônio existente, e o que vier ser adquirido, pertence à Fundação Universidade Federal do Amapá - Unifap.

Seção II
DO REGIME FINANCEIRO

Art. 22. A Rádio Universitária FM, 96,9 será mantida com recursos da UNIFAP e, aqueles oriundos de convênios ou contratos com instituições públicas e particulares, observada a legislação em vigor.

Art. 23. A Rádio Universitária FM, 96,9, nos termos do Art. 221 da Constituição da República Federativa do Brasil, c/c o Art. 19 da Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, regulamentado pelo Decreto 5.396, de 21 de março de 2005, pode receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado a título de:

- I - apoio cultural à organização social, seus programas, eventos ou projetos; e
- II - patrocínio de programas, eventos ou projetos.

Art. 24. A publicidade institucional poderá ser veiculada nos intervalos de programas, eventos ou projetos, bem assim nos intervalos da programação, conforme o que for estabelecido em prévio ajuste entre o patrocinador e o patrocinado.

Art. 25. No caso de apoio cultural a determinados programas, eventos ou projetos, é facultada a indicação da entidade apoiadora no seu início ou fim.

Art. 26. O patrocínio poderá estar vinculado a um determinado programa ou a uma programação como um todo, a um determinado evento ou projeto ou a um conjunto de eventos ou projetos.

Parágrafo único - O patrocínio de programas, eventos ou projetos permite, conforme prévio ajuste entre o patrocinador e o patrocinado, a divulgação de produtos, serviços ou da imagem do patrocinador no seu início, fim ou intervalos, bem como nos intervalos da programação ou de outros eventos ou projetos, desde que inserida nos seus respectivos anúncios.

Art. 27. É vedada, nos termos do parágrafo único do Art. 22 deste Regimento Geral Interno - RGI, a publicidade institucional de entidades de direito público que, direta ou indiretamente, caracterize promoção pessoal de autoridade, servidor público, empregado público ou ocupante de cargo em comissão.

Art. 28. É vedada a veiculação remunerada de anúncios ou outras práticas que configurem comercialização de intervalos da Rádio Universitária FM, 96,9.

Art. 29. A publicidade institucional veiculada pela Rádio Universitária FM, 96,9 deverá observar o atendimento, exclusivamente, da finalidade social da atividade educativa e cultural.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Art. 30. A Programação produzida na Rádio Universitária FM, 96,9 será mantida à disposição do Ministério de Educação, do Ministério das Comunicações, da ANATEL e da Empresa Brasil de Comunicação para fins de veiculação em emissoras educativas de outros Municípios, Estados, Territórios e da União.

Art. 31. Em sua programação a Rádio Universitária FM, 96,9 não admitirá a reprise de programa, salvo se comprovada a relevância do mesmo por justificativa apresentada pela sua produção.

§ 1º A relevância do programa a ser reprisado poderá ser decisão da própria DG da Rádio, dado a importância da temática tratada.

§ 2º No caso de pedido da produção do programa, que pleiteia reprise, a justificativa deve ser formalizada, junto à DG, em um prazo nunca inferior a 72 (setenta e duas) horas ao dia de veiculação do mesmo.

§ 3º Caso a DG indefira o pleito da produção, o programa deve ser apresentado ao vivo, conforme grade de programação.

§ 4º Em qualquer caso, nenhum programa poderá ser reprisado mais que 01 (uma) vez consecutiva.

Art. 32. Este RGI poderá ser alterado mediante proposta da Direção Geral, da Reitoria e do CONSU ouvido, em qualquer hipótese, o CTAP.

Art. 33. Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação, por ato da Presidência da Conselho Universitário.

Gabinete da Presidência do Conselho Universitário da Fundação Universidade Federal do Amapá, 25º ano da sua implantação, Campus Marco Zero do Equador, em Macapá, Estado do Amapá, 21 de dezembro de 2015.

Prof.ª Dra. Adelma das Neves Nunes Barros Mendes
Vice-Presidente do Conselho Universitário

ANEXO VIII - REGIMENTO DA RTV/UFRR



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

Av. Capitão Ene Garcez nº 2413, Bairro Aeroporto, CEP: 69.304-000
- Boa Vista/RR – Fone (095)621-3108 – Fax (095)621-3101
E-mail: secretariadosconselhos@ufrr.br



UFRR

Resolução nº 028/2016-CUni

Aprova o Regimento interno da Rádio e
Televisão Universitária – RTV/UFRR.

O PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista o que foi deliberado durante a reunião ordinária do CUni, realizada no dia 06 outubro de 2016 e considerando o que consta no processo nº 23129.003577/2010-11,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento interno da Rádio e Televisão Universitária – RTV/UFRR conforme anexo, que passa a fazer parte integrante desta Resolução como se nela estivesse escrito.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições contrárias.

Salão Nobre de Reuniões dos Conselhos Superiores/ UFRR, Boa Vista/RR, 05 de janeiro de 2017.

Prof. Dr. Jefferson Fernandes do Nascimento
Presidente do Conselho Universitário/ UFRR
Siape nº 1030546

REGIMENTO INTERNO DA RÁDIO E TELEVISÃO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Rádio e Televisão (RTV) constitui um órgão suplementar da Universidade Federal de Roraima (UFRR), vinculado à Reitoria, sendo composto pela Rádio e TV Universitária.

Art. 2º A RTV tem como objetivo gerar uma programação com fins educativos, científicos, informativos, socioculturais e socioambientais, cooperar na promoção das atividades de ensino, pesquisa e extensão, em todas as áreas de conhecimento, por meio de emissoras de rádio e televisão.

Parágrafo Único. A programação veiculada deve ter caráter diversificado e plural que valorize as identidades local e regional, observando o respeito aos valores éticos, morais e sociais do cidadão.

Art 3º A RTV tem por competência:

I - produzir, coproduzir, transmitir e distribuir, regularmente, informação, entretenimento e serviço em informação, com conteúdos educativos, científicos, informativos, socioambientais, socioculturais e demais assuntos de interesse público que visem à promoção da educação formal e não-formal, por meio de sistema de transmissão de rádio e televisão públicos em sinal aberto;

II - promover o acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição de conteúdo;

III - intercambiar conteúdos produzidos com outras entidades ligadas à televisão e à rádio;

IV - alimentar e ampliar a rede de recepção de programas nas comunidades, articulando-se com instituições locais;

V - planejar a capacitação continuada do seu quadro funcional na área de radiodifusão, relacionada aos avanços tecnológicos;

VI - produzir e/ou veicular conteúdos que contribuam para a construção da cidadania, visando à consolidação da democracia e da participação da sociedade;

VII - estimular a criação de espaços de recepção das produções da RTV nos *campi* da UFRR;

VIII - estimular a produção independente, por meio de programas de caráter educativo, fortalecendo as iniciativas de difusão da produção audiovisual do Estado de Roraima;

IX - organizar e administrar o acervo de sua produção, com a finalidade de preservar um banco de dados da RTV.

Art. 4º A RTV poderá prestar serviços para as comunidades interna e externa à Universidade, mediante a celebração de convênios ou contratos, conforme legislação em vigor.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 5º A RTV tem a seguinte composição:

- IV - propor alterações no Regimento da RTV, para posterior aprovação dos órgãos competentes da UFRR;
- V - encaminhar representações de natureza administrativa ou disciplinar ao setor competente, junto com as respectivas chefias;
- VI - deliberar sobre a execução de projetos da competência da RTV;
- VII - analisar aprovando ou não o relatório de atividades, encaminhado pelo Diretor;
- VIII - tornar público todos os seus atos e decisões;
- IX - julgar recursos interpostos contra decisões do Conselho de Programação da Rádio e da TV Universitária;
- X - decidir sobre os casos omissos neste Regimento, submetendo as decisões aos órgãos competentes da UFRR;
- XI - Eleger o substituto do presidente do CTA, em seus impedimentos temporários.

Art. 8º Os membros do CTA mencionados no Artigo 6º, nos incisos de II a VII terão mandatos de dois anos, permitida uma recondução.

§1º Os membros serão desligados automaticamente pelo Presidente do CTA, mediante homologação do desligamento pelo Conselho, se não comparecerem a três reuniões ordinárias consecutivas ou a seis reuniões ordinárias alternadas do CTA no período de doze meses, sem motivo justificado.

§2º Em caso de desligamento referido no parágrafo anterior, o CTA comunicará imediatamente ao setor competente o desligamento e a necessidade de substituição de seu representante no Conselho.

§3º Caso o representante da comunidade externa seja desligado, assumirá o candidato subsequente da lista publicada pela Reitoria da UFRR referente ao mesmo processo que elegeu o titular, nos termos do inciso VII do art. 6º e seus parágrafos.

Art. 9º O CTA será presidido pelo Diretor e, em seus impedimentos temporários, pelo seu substituto, eleito pelo CTA, preferencialmente por votação simbólica (manifestação espontânea).

Art. 10 O CTA reunir-se-á ordinariamente, a cada dois meses conforme calendário aprovado pelo referido Conselho, e extraordinariamente quando convocado por seu Diretor ou mediante requerimento subscrito por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 11 As reuniões ordinárias e extraordinárias do CTA serão convocadas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas e 48 (quarenta e oito) horas, respectivamente. Ambas observadas os seguintes procedimentos:

- I - junto com a convocação serão distribuídas, preferencialmente em formato digital, cópias da ata da reunião anterior, dos pareceres e resumo dos assuntos a serem apreciados;
- II - a participação na reunião pretere a qualquer outra atividade administrativa, exceto de nível estratégico, sendo obrigatório o comparecimento;
- III - o Conselho só poderá deliberar com a presença da maioria dos seus membros em exercício, observado o critério da maioria simples dos membros presentes para a aprovação das decisões;
- IV - as decisões do Conselho serão firmadas por meio de votação simbólica (manifestação espontânea), nominal ou secreta, adotando-se sempre a primeira forma na hipótese de não ser requerida qualquer uma das demais, ou que não esteja expressamente prevista;

I - Conselho Técnico-Administrativo;
II - Conselho de Programação da Rádio e da TV Universitária;
III - Diretoria.

a) Divisão de Multimídia;
b) Divisão de Projetos e Captação;
c) Divisão Técnica.

IV - Coordenação de Rádio;
a) Divisão de Programação de Rádio;
b) Divisão de Rádiojornalismo;
c) Setor de Produções Especiais de Rádio.

V - Coordenação de TV:
a) Divisão de Programação de TV;
b) Divisão de Telejornalismo;
c) Setor de Produções Especiais de TV.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I

DO CONSELHO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 6º O Conselho Técnico-Administrativo (CTA) terá a seguinte composição:

I - Diretor;
II - representante da Coordenação de Rádio;
III - representante da Coordenação de TV;
IV - representante da Divisão Técnica;
V - representante indicado pelo Colegiado do Curso de Comunicação Social da UFRR;
VI - representante da UFRR indicado pela Reitoria;
VII - representante da comunidade externa nomeado pela Reitoria, mediante processo público de candidatura formalizada por entidades da sociedade civil sediadas em Roraima.

§1º O processo referido no inciso VII deste artigo, bem como para a escolha do representante da comunidade externa no Conselho de Programação da Rádio e da TV, será coordenado pela RTV e consistirá na publicação de edital de consulta pública, cujas candidaturas das entidades da sociedade civil consideradas habilitadas pelo CTA serão encaminhadas à Reitoria, que nomeará o referido conselheiro.

§2º As demais candidaturas habilitadas no processo citado acima serão divulgadas e organizadas em lista, em ordem decrescente, conforme critérios da RTV e do referido edital, cuja sequência norteará eventuais casos de substituição do respectivo conselheiro.

Art. 7º O CTA terá as seguintes competências:

I - funcionar como órgão deliberativo e consultivo em matéria técnica, administrativa e financeira, referentes a programas e projetos específicos da RTV;

II - analisar aprovando ou não o plano anual de trabalho da RTV, com a correspondente previsão de despesas, com ações, metas e prazos definidos, elaborado pelo Diretor e coordenadores;

III - analisar a celebração de convênios e contratos de prestação de serviços encaminhados pela Diretoria;

VI - manter a RTV articulado com as unidades acadêmicas, administrativas e demais unidades presentes na Universidade;

VII - interagir com órgãos e entidades do Estado de Roraima, com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais integradas às atividades específicas da Diretoria, com o objetivo de celebrar convênios e contratos;

VIII - delegar competência como instrumento da descentralização administrativa, visando assegurar maior rapidez e objetividade às decisões;

IX - manter a ordem e a disciplina, aplicando o regime disciplinar segundo o que prescrevem o Estatuto, o Regimento Geral da Universidade e a legislação específica;

X - sugerir medidas visando o aperfeiçoamento do pessoal lotado na RTV;

XI - propor a constituição de comissões para estudo de assuntos que interessem à RTV ou para execução de projetos específicos;

XII - expedir ordens de serviços, instruções e circulares necessárias à execução de atividades que se desenvolvem no âmbito de sua competência;

XIII - desempenhar as demais atribuições que lhe competem nos termos do Estatuto, do Regimento Geral da Universidade e deste Regimento.

SEÇÃO IV

DA DIVISÃO DE MULTIMÍDIA

Art. 17 A Divisão de Multimídia será coordenada por um servidor do quadro efetivo da UFRR, indicado pelo Diretor, para o qual será atribuída, pelo desempenho da função, a gratificação FG-02.

Art. 18 São atribuições da Divisão de Multimídia:

I - executar a transposição de conteúdo das emissoras de Rádio e TV da RTV para outras plataformas, adaptando-os às características de cada mídia;

II - coordenar a produção de conteúdo original relacionado à programação e à linha editorial das emissoras de Rádio e TV da RTV para outras plataformas midiáticas;

III - coordenar os processos de interatividade do público com as emissoras de Rádio e TV da RTV, utilizando-se de recursos multimídia;

IV - coordenar e executar o plano de comunicação das emissoras de Rádio e TV da RTV;

V - coordenar a atualização do sítio da RTV;

VI - coordenar e recepcionar alunos e/ou interessados na visita programada e pré-agendada às instalações da RTV;

SEÇÃO V

DA DIVISÃO DE PROJETOS E CAPTAÇÃO

Art. 19 A Divisão de Projetos e Captação será coordenada por um servidor do quadro efetivo da UFRR, para o qual será atribuída, pelo desempenho da função, a gratificação FG-02

Art. 20 São atribuições da Divisão de Projetos e Captação:

I - Elaborar e executar projetos e ações que tenham por objetivo captar apoiadores culturais e recursos de outras fontes para a Rádio e/ou a TV, respeitados os preceitos da Comunicação Pública;

II - gerir o relacionamento das emissoras da RTV/UFRR com os apoiadores culturais.

SEÇÃO VI

DA DIVISÃO TÉCNICA

Art. 21 A Divisão Técnica será coordenada por um servidor do quadro efetivo da UFRR, com reconhecida experiência na área técnica, indicado pelo Diretor, para o qual será atribuída, pelo desempenho da função, a gratificação FG-02.

Art. 22 São atribuições da Divisão Técnica supervisionar e coordenar as atividades da área técnica, de transmissão de sinais de Rádio e TV, informática, telecomunicação e radiodifusão, opinar na definição e adequação para aquisição de equipamentos, montagem e manutenção.

SEÇÃO VII

DA COORDENAÇÃO DE RÁDIO

Art. 23 A Coordenação de Rádio será exercida por um servidor do quadro efetivo da UFRR, com reconhecida experiência em rádio, indicado pelo Diretor, para o qual será atribuída, pelo desempenho da função, a gratificação FG-01.

Art. 24 São atribuições da Coordenação de Rádio planejar, coordenar, executar e acompanhar a produção de conteúdos radiofônicos próprios e de produção independente, desenvolvidos e/ou veiculados pela emissora, bem como produtos e atividades fins da emissora. Coordenar atividades das Divisões de Programação de Rádio e Radiojornalismo.

SEÇÃO VIII

DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO DE RÁDIO

Art. 25 A Divisão de Programação de Rádio será coordenada por um servidor do quadro efetivo da UFRR, para o qual será atribuída, pelo desempenho da função, a gratificação FG-02.

Art. 26 São atribuições da Divisão de Programação de Rádio:

- I - coordenar a programação da Rádio;
- II - produzir programas e demais produtos para veiculação na Rádio pública;
- III - propor à diretoria da RTV a contratação de novos programas, por meio de editais e contratos, parcerias e coproduções, em sintonia com as finalidades da Rádio pública;
- IV - propor e implementar novas ações e projetos com vistas à inovação e ao permanente aperfeiçoamento da programação diferenciada, de natureza educativa, artística, informativa, científica e formadora da cidadania;
- V - propor a adoção de novas técnicas e tecnologias com vistas ao aumento da qualidade e da diversidade dos conteúdos;
- VI - oferecer espaço para a veiculação de programação colaborativa produzida pelos mais diversos grupos sociais e culturais.

SEÇÃO IX

DA DIVISÃO DE RADIOJORNALISMO

Art. 27 A Divisão de Radiojornalismo será coordenada por um servidor do quadro efetivo da UFRR, para o qual será atribuída, pelo desempenho da função, a gratificação FG-02.

Art. 28 São atribuições da Divisão de Radiojornalismo produzir conteúdo de natureza jornalística e propor a sua aquisição e/ou a contratação de terceiros a fim de realizá-lo, para ser veiculado pela rádio, mediante aprovação da Diretoria, observadas as diretrizes fixadas pelo CTA.

V - ao presidente do Conselho cabe, tão somente, o voto de qualidade;

VI - nenhum membro do Conselho poderá votar em matéria relacionada com seus interesses particulares, de seu cônjuge, companheiro(a), descendentes, ascendentes ou colaterais até o terceiro grau, manifestando-se o respectivo membro impedido de fazê-lo, sob pena de nulidade da decisão e das respectivas sanções administrativas ao conselheiro, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

SEÇÃO II

DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO E TV DA UFRR

Art. 12 O Conselho de Programação da Rádio e TV da UFRR é o órgão superior, no âmbito da Diretoria de Rádio e Televisão, de consulta e deliberação no tocante à programação das emissoras de radiodifusão geridas pela RTV e terá a seguinte composição:

I - Três representantes da UFRR, com mandato de dois anos, eleito pela comunidade universitária, permitida uma recondução deste cargo;

II - Representante indicado pela EBC, com mandato de dois anos, permitida uma recondução deste cargo;

III - Representante da sociedade civil, com mandato de dois anos, nomeado pela Reitoria da UFRR, mediante processo público de candidatura formalizada por organizações sociais sediadas em Roraima, permitida uma recondução deste cargo.

Art. 13 O Conselho de Programação da Rádio e da TV Universitária é um órgão deliberativo voltado, exclusivamente, para as questões de programação da emissora, como membro da Rede Nacional de Comunicação Pública/Televisão – RNCP/TV.

Art. 14 O Conselho de Programação da Rádio e da TV Universitária funcionará de acordo com o os contratos estabelecidos, se houve, e legislações pertinentes, o presente Regimento e o Regimento Geral e o Estatuto da UFRR, e os dispositivos que venham a ser criados em sua substituição.

SEÇÃO III

DA DIRETORIA

Art. 15 A Diretoria é órgão executivo que superintende, coordena e fiscaliza as atividades da RTV e será exercida por um Diretor.

§1º O Diretor será designado pelo Reitor, dentre os integrantes do quadro efetivo da UFRR com reconhecida qualificação técnica e gerencial na área da radiodifusão, e receberá, pelo desempenho da função, a gratificação CD-04.

Art. 16 São atribuições do Diretor:

I - administrar, representar e responder institucionalmente pela RTV;

II - planejar, coordenar e orientar as atividades;

III - convocar e presidir as atividades do CTA;

IV - elaborar e encaminhar ao CTA o relatório anual de atividades;

V - decidir, *ad referendum*, sobre assuntos urgentes da competência do CTA, submetendo-o à homologação na reunião ordinária subsequente;

Art. 36 São atribuições da Divisão de Telejornalismo produzir conteúdo de natureza jornalística e propor a sua aquisição e/ou a contratação de terceiros a fim de realizá-lo, para ser veiculado pela rádio, mediante aprovação do Conselho de Programação da TV Universitária, observadas as diretrizes fixadas pelo CTA.

SEÇÃO XIV

DO SETOR DE PRODUÇÕES ESPECIAIS DE TV

Art. 37 O Setor de Produções Especiais será coordenado por um servidor do quadro efetivo da UFRR, para o qual será atribuída, pelo desempenho da função, a gratificação FG-03.

Art. 38 São atribuições do Setor de Produções Especiais coordenar a execução de projetos especiais desenvolvidos pela emissora, tais como videodocumentários, programas sazonais, campanhas televisivas, grandes coberturas não jornalísticas de eventos, em cooperação com outros setores da RTV.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 39 O cumprimento deste regimento dar-se-á em conformidade com a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, o Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, a portaria SRH/MP nº 222, de 7 de fevereiro de 2008, em conformidade com a Lei nº 8.112/90, art. 19 e outros dispositivos que forem criados em sua substituição e demais normas legais regulamentadoras das profissões dos respectivos servidores lotados na RTV/UFRR.

Art. 40 A implementação das FGs previstas neste Regimento, fica condicionado a criação e distribuição do Ministério da Educação à UFRR.

Art. 41 Os cargos de chefia jornalística previstos neste regimento deverão ser exercidos exclusivamente por jornalistas, conforme legislação vigente.

Art. 42. Propostas de alteração do presente Regimento só poderão ser encaminhadas aos órgãos competentes da UFRR após aprovação, pelo voto de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos membros, em reunião do CTA especialmente convocada para esse fim.

Art. 43 Os casos omissos neste Regimento serão submetidos à deliberação do Conselho Técnico-Administrativo da RTV/UFRR e, quando for o caso, encaminhados aos órgãos competentes da UFRR.

Art. 44 Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

SEÇÃO X

DO SETOR DE PRODUÇÕES ESPECIAIS DE RÁDIO

Art. 29 O Setor de Produções Especiais de Rádio será coordenado por um servidor do quadro efetivo da UFRR, para o qual será atribuída, pelo desempenho da função, a gratificação FG-03.

Art. 30 São atribuições do Setor de Produções Especiais de Rádio, ao qual compete coordenar a execução de projetos especiais desenvolvidos pela emissora, tais como radiodocumentários, programas sazonais, campanhas radiofônicas, grandes coberturas não jornalísticas de eventos, em cooperação com outros setores da RTV/UFRR.

SEÇÃO XI

DA COORDENAÇÃO DE TV

Art. 31 A Coordenação de TV será exercida por um servidor do quadro efetivo da UFRR, com reconhecida experiência em televisão, indicado pelo Diretor, para o qual será atribuída, pelo desempenho da função, a gratificação FG-01.

Art. 32 São atribuições da Coordenação de TV planejar, coordenar, executar e acompanhar a produção de conteúdos televisivos institucionais, experimentais e produção independente, desenvolvidos e/ou exibidos pela emissora, bem como produtos e atividades fins da emissora. Coordenar atividades das Divisões de Programação de TV e Telejornalismo e do Setor de Produções Especiais.

§1º A Coordenação de TV manterá seu acervo, ao qual compete garantir o suporte à programação da emissora, oferecendo, por meio de diferentes mídias e sistemas, o resgate de informações (imagens, fotos e textos), mediante o tratamento técnico, armazenamento e recuperação do acervo da TV.

SEÇÃO XII

DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO DE TV

Art. 33 A Divisão de Programação de TV será coordenada por um servidor do quadro efetivo da UFRR, para o qual será atribuída, pelo desempenho da função, a gratificação FG-02.

Art. 34 São atribuições da Divisão de Programação de TV:

- I - coordenar a programação da TV, em conformidade com as deliberações do Conselho de Programação;
- II - produzir programas e demais produtos para exibição na TV;
- III - propor ao Conselho de Programação a contratação de novos programas, por meio de editais e contratos, parcerias e coproduções, em sintonia com as finalidades da televisão pública;
- IV - propor e implementar novas ações e projetos com vistas à inovação e ao permanente aperfeiçoamento da programação diferenciada, de natureza educativa, artística, informativa, científica e formadora da cidadania;
- V - propor a adoção de novas técnicas e tecnologias com vistas ao aumento da qualidade e da diversidade dos conteúdos;
- VI - oferecer espaço para a exibição de programação colaborativa produzida pelos mais diversos grupos sociais e culturais.

SEÇÃO XIII

DA DIVISÃO DE TELEJORNALISMO

Art. 35 A Divisão de Telejornalismo será coordenada por um servidor do quadro efetivo da UFRR, para o qual será atribuída, pelo desempenho da função, a gratificação FG-02.

ANEXO IX - DIRETRIZES EDITORIAIS DA UFT FM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
RÁDIO UFT FM

109 Norte, Av. NS 15, ALCNO 14, S/N | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3232-8052 | www.uft.edu.br/radio | radio@uft.edu.br



INTRODUÇÃO

O Grupo de Trabalho que fundamentou a criação destas diretrizes da Rádio **UFT FM** foi instituído pela Reitoria e Diretoria de Comunicação da Universidade Federal do Tocantins em setembro de 2012 para assessorar o Comitê Gestor para implantação das Diretrizes da Rádio UFT FM.

O Grupo de Trabalho foi constituído por membros da comunidade universitária da UFT – discentes, docentes e técnico-administrativos e por membros da comunidade. A partir dos debates, pesquisas e ações realizadas pelo GT, foram construídas essas diretrizes editoriais.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DAS DIRETRIZES:

- André Araújo – CPF 270.741.948-67 - jornalista e radialista/Rádio CBN Tocantins
- Celene Fidelis Frias Ferreira – Matrícula 1254381 – Relações Públicas/Diretoria de Comunicação
- Heloneide Barbosa da Silva – CPF 781.193.831-68 - jornalista e radialista/Rádio 96 FM -
- Idglan Souza Maia - Matrícula 015222969 - Técnico em audiovisual/Curso de Comunicação Social/Jornalismo
- José Lopes da Cruz Filho - Matrícula 1701558 - Jornalista/Diretoria de Comunicação
- Paulo Aires Marinho – Pedagogo/Diretoria de Comunicação
- Thomás Antônio Correia Müller - Matrícula 1524935 - Jornalista/Diretoria de Comunicação
- Valquíria Guimarães da Silva - Matrícula 2449847 - professora efetiva do Curso de Comunicação Social/Jornalismo

MINUTA DAS DIRETRIZES EDITORIAIS DA RÁDIO UFT FM

O Grupo de Trabalho (GT) Rádio UFT Educativa (como era chamada a emissora na época) foi criado pela Diretoria de Comunicação em novembro de 2011, para dar subsídio à criação de conteúdo e definição das linhas e diretrizes editoriais da futura emissora, que será gerida pela Universidade Federal do Tocantins. O convite para participação não se estendeu apenas à comunidade acadêmica, mas também à sociedade civil de Palmas e região.

A partir dos debates do GT - composto por técnicos, professores, alunos e membros da comunidade, além de representantes de entidades ligadas aos Direitos Humanos e a Rádios Comunitárias-, foram construídas essas diretrizes editoriais, que atuarão como guia permanente das ações da emissora, de acordo com o que foi expressado pelas comunidades externa e interna durante a realização do Grupo.

1. APRESENTAÇÃO

As diretrizes apresentadas neste documento têm como objetivo garantir a independência da **UFT FM** e a coerência e consistência de seu Projeto, de acordo com o que foi discutido pelo Grupo de Trabalho constituído para este fim. Visam também atuar como referência para as ações do veículo, e como ponto de partida para debate e acompanhamento pelas comunidades interna e externa à Universidade.

A observação dessas diretrizes é essencial para garantir que os objetivos delimitados para a emissora sejam cumpridos e garantidos. O acompanhamento dessas diretrizes, bem como a identificação da necessidade de alterações deste documento, estão a cargo da Diretoria de Comunicação - DICOM e de um Conselho Editorial designado por meio de Portaria pela Reitoria da Universidade Federal do Tocantins, definidos como órgãos de acompanhamento, aplicação e debate destas Diretrizes, com participação de integrantes de toda a comunidade acadêmica, a fim de garantir a independência e a imparcialidade da Emissora.

Além disso, visando cumprir o objetivo de manter o contato estreito entre a Rádio e as comunidades por ela atingidas, essas diretrizes devem ser objeto permanente de reflexão e debate em eventos periódicos organizados para tal fim e que, na constituição do público participante, expressem a heterogeneidade e a diversidade almejada para o público ouvinte da Rádio.

2. MISSÃO, VISÃO E VALORES DA UFT FM

As diretrizes apresentadas neste documento têm como objetivo garantir a independência da **UFT FM** e a coerência e consistência de seu Projeto, de acordo com o que foi discutido pelo Grupo de Trabalho constituído para este fim. Visam também atuar como referência para as ações do veículo, e como ponto de partida para debate e acompanhamento pelas comunidades interna e externa à Universidade.

A observação dessas diretrizes é essencial para garantir que os objetivos delimitados para a emissora sejam cumpridos e garantidos. O acompanhamento dessas diretrizes, bem como a identificação da necessidade de alterações deste documento, estão a cargo da Diretoria de Comunicação - DICOM e de um Conselho Editorial designado por meio de Portaria pela Reitoria da Universidade Federal do Tocantins, definidos como órgãos de acompanhamento, aplicação e debate destas Diretrizes, com participação de integrantes de toda a comunidade acadêmica, a fim de garantir a independência e a imparcialidade da Emissora.

GRUPO DE TRABALHO RÁDIO UFT EDUCATIVA – NOVEMBRO/2011

Alexandre Magno Araújo	Lays Pimentel Costa
Aurêlio Picanço	Maíza de Paula Aquino Ferreira
Bernadete Aparecida Ferreira	Maria de Fátima Dourado Silva
Carlos Fernando Martins Franco	Mariélen Crisóstomo de Almeida
Cassiano Ferreira Simões	Marluce Zacariotti
Celene Fidelis Frias Ferreira	Miriam Tesserolli
Cláudio Chaves Paixão	Nádia Sousa Santos
Daniela Soares Pereira	Paulo Aires
Edimar Rodrigues	Paulo Fernando Martins
Felipe Fernandes de Albuquerque	Pryscilla Islla
Fernando Henrique Osório dos Santos	Raysa Pajeú Santos
Flávia Quirino	Rita de Cássia Coelho de Moura
Gabriela Ferreira Lago	Samuel Lima
Heitor Oliveira	Taianne Santos Moreira de Souza
Idglan Souza Maia	Thomás Müller
Isabelle Gomes do Nascimento	Verônica Dantas
Jaqueline Carrara	Vilma Oliveira do Nascimento
José Filho	Virgínia Magrin
Judivan Alves Ferreira	Wilma Aparecida Albuquerque Costa
Juliana Larissa de Oliveira Matos	
Kênia Cardoso Guedes	

Além disso, visando cumprir o objetivo de manter o contato estreito entre a Rádio e as comunidades por ela atingidas, essas diretrizes devem ser objeto permanente de reflexão e debate em eventos periódicos organizados para tal fim e que, na constituição do público participante, expressem a heterogeneidade e a diversidade almejada para o público ouvinte da Rádio.

3. DIRETRIZES DA UFT FM

O caráter público da UFT FM, aliado ao ambiente universitário na qual ela se encontra e a abertura à comunidade, faz da Rádio uma ferramenta importante para ampliar os horizontes do ouvinte tocantinense, musical e culturalmente, e que essa particularidade não pode ser desperdiçada. Portanto, a UFT FM deve atuar como uma alternativa à programação de rádio comercial, seja na música, seja no formato de seus programas.

As diretrizes editoriais da UFT FM estão fundamentadas também em alguns documentos que referenciam as discussões sobre diversidade cultural, extensão universitária e democratização da Comunicação no Brasil e no mundo. Nesse sentido, a Declaração da Unesco sobre a Diversidade Cultural pauta a defesa de um pluralismo dos meios de comunicação como ferramenta para a garantia da difusão de conteúdos diversificados. O documento defende a igualdade de acesso às expressões artísticas e ao conhecimento científico e tecnológico e a garantia da presença de todas as culturas nos meios de expressão e de difusão como um papel fundamental dos serviços públicos de radiodifusão. Esses são, portanto, princípios também adotados pela UFT FM.

3.1 Educação como prioridade: programação musical, jornalística e cultural

A função primordial da emissora é oferecer conteúdo de cunho educativo. A Rádio deve pautar toda a sua programação, seja musical, cultural, jornalística ou recreativa, devendo sempre priorizar a qualidade do que é divulgado, sem se levar por modismos. Esse objetivo pode ser atingido por meio de diferentes formas de ação:

Diversidade e qualidade educacional da programação musical: Na busca de seu objetivo de oferecer programação de qualidade e de cunho educativo, a UFT FM deve oferecer, desde a sua programação musical – que o Grupo de Trabalho entendeu como uma parte importante de uma emissora, e que confere a ela grande parte de sua identidade -, como uma alternativa diferenciada para o ouvinte. Assim, a programação musical funciona com um elemento de ligação entre os demais programas da Emissora, e ajuda a UFT Educativa a firmar seu espaço entre as demais rádios.

Para que isso aconteça de forma efetiva, a grade musical da Rádio deve privilegiar na medida do possível, estilos, ritmos e artistas que não são abrangidos pela programação das emissoras comerciais – enfim, “apresentar o novo”, e assim, ampliar os horizontes musicais e culturais do ouvinte de rádio, que não tem acesso a essa amplitude nas atuais emissoras da Capital e da região. Vale lembrar que isso não implica na exclusão sumária de um ou outro estilo ou artista; porém, a busca é sempre pela inovação. Nenhum estilo musical é privilegiado. A produção musical nacional recebe atenção especial, mas também há espaço para música estrangeira.

Há a preocupação de que, ao oferecer uma programação diferenciada das demais emissoras, a UFT FM poderia ser tornar uma emissora “cult” ou “elitizada”; ao se aprofundar as discussões, chegou-se à conclusão de que, ao longo do funcionamento da Rádio – e com a construção de um

público ouvinte que, no entendimento do grupo, não se contenta com o que oferecido no circuito comercial e anseia pelo novo - , essa barreira seria transposta.

Ainda nesse quesito, chegou-se à conclusão que a busca pela “liderança da audiência” não deve jamais ser o objetivo principal da emissora (embora haja a consciência de que uma rádio sem ouvintes não tem propósito), sob o risco de perder-se aí o caráter educativo, alternativo e público da programação da emissora e a sua diversidade musical e cultural.

Durante a programação musical regular da rádio, a ideia é não concentrar determinados estilos ou ritmos em sequência (o que não exclui a possibilidade de que haja programas especiais dedicados a este ou aquele estilo), proporcionando ao ouvinte uma experiência mais rica, heterogênea e inovadora. A identificação do artista, faixa e estilo que estão sendo executados – por meio do locutor, por exemplo – ajuda a apresentar ao público estes novos sons e estilos, o que contribui com a função educativa da Rádio de ampliar os horizontes culturais do ouvinte. Cabe aos profissionais da Rádio acompanhar constantemente a forma e a efetividade deste recurso, por meio de uma elaboração cuidadosa da programação, e também utilizando-se do *feedback* proporcionado *via web* ou telefone ou por meio de outros canais pelo ouvinte.

O espaço que pode ser destinado a estilos musicais determinados é o dos programas especiais - que devem, no entanto, respeitar a diretriz de diversidade de fontes da produção musical. Além disso, devem constituir um todo orgânico com a programação regular da Rádio, uma vez que configuram espaços privilegiados de formação de público.

Incentivo à cultura e à produção local: Como emissora pública e educativa, a Rádio deve atuar como uma vitrine para os artistas tocantinos, e também como uma descobridora de novos talentos locais, como forma de incentivar o crescimento e o desenvolvimento da cultura no Estado – e atuando assim, mais uma vez, como um agente educador.

Dentro da produção brasileira, o objetivo é destacar a riqueza da produção regional, evitando, criticando e combatendo assim a homogeneidade existente mesmo em muitas das emissoras que optam pela veiculação dos produtos musicais nacionais. Além disso, a Rádio deve atuar além do que mera reprodutora de produtos culturais já existentes; deve ser ainda um agente de incentivo à produção musical. O nome da emissora não só pode como deve servir de chancela para festivais e concursos e outros diversos tipos de eventos musicais, incentivando assim o surgimento de novos artistas e dinamizando o cenário musical da cidade e do estado.

Disseminação do conhecimento produzido e armazenado na Universidade: A função primordial da Universidade é a produção, sistematização e disseminação do conhecimento. A UFT FM deve ser um veículo de divulgação científica, tanto das pesquisas e projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pela UFT quanto das demais instituições públicas, contribuindo assim para o desenvolvimento do Estado e da Região.

A UFT FM assume um papel central no cumprimento dessa função, uma vez que caracteriza um canal extremamente abrangente para a disseminação do resultado das atividades empreendidas na Universidade e para a aproximação desse saber do cotidiano dos cidadãos - e, conseqüentemente, para a multiplicação de oportunidades de aplicação desse conhecimento em prol do desenvolvimento da sociedade. Essa disseminação pode ser alcançada tanto pela veiculação de programas jornalísticos de divulgação científica quanto pela busca constante da participação dos diferentes departamentos e setores da UFT – e seus alunos, professores e técnicos - diretamente na produção de conteúdos para a Rádio.

O formato dos programas deve ser, ao mesmo tempo, inteligível para os ouvintes - o que facilita que esse conhecimento seja multiplicado – e completo, o que impede que o conhecimento seja transmitido de forma incompleta ou diluída. Essa dicotomia se apresenta como um dos principais desafios da Emissora; mais uma vez, a busca do feedback do público é o melhor de encontrar o ponto de equilíbrio, e aproximar as dúvidas e demandas dos ouvintes aos especialistas universitários.

Prestação de serviços: A UFT FM é um veículo com grande potencial de prestação de serviços de interesse público, tanto em ações realizadas exclusivamente pela Universidade, quanto em parcerias com outros órgãos governamentais e da sociedade civil organizada. Entre essas ações de prestação de serviços estão: realização de campanhas educativas, discussão com especialistas sobre temas emergentes, agendas, entre outras. O diferencial da UFT FM em relação a outras emissoras é que, por ser uma rádio universitária e, portanto, contar com a capacidade intelectual e de debate instalada na Universidade, o veículo pode e deve agregar às informações factuais o fomento à discussão a partir de diferentes pontos de vista e, também, o conhecimento científico e tecnológico mais atual.

A prestação de serviços de interesse público coloca-se portanto, na Rádio, como um desafio primordialmente para o setor de jornalismo, que deve ter a prática da pauta fundada nas demandas e interesses públicos; da apuração plural e compromissada eticamente; da pesquisa intensa e multifocal; da interpretação informada e transparente; e da linguagem adequada aos diferentes públicos da Rádio.

Público, Segmentação e Heterogeneidade: Entende-se como público toda a população dos municípios de abrangência da UFT FM (convencional e Web), sem distinção de faixa etária, classe social e outras características. Deve-se ter sempre em mente, ao elaborar e conduzir a programação da Rádio, a heterogeneidade do público – em especial no Tocantins, como um estado multicultural. É preciso ter cuidado com a segmentação do horário de cada programa, para que ele atinja de fato o grupo de ouvintes almejado; porém o processo deve ser feito com cautela para não se criar “guetos” na programação da emissora.

Assim, é possível garantir a igualdade de acesso às expressões artísticas e ao conhecimento científico e tecnológico - e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das diferenças sociais.

A proposição de um público heterogêneo coloca um imenso desafio para a Rádio, o qual se pretende superar permanentemente por meio da construção e efetivação de uma programação consistente e coerente que considera os dados sobre faixas de público em determinados horários e, ao mesmo tempo, constitui um projeto global de formação de público e veiculação de conteúdos – musicais e informativos – diversificados.

A fidelidade do público – ou, o que é mais importante, o atendimento de suas demandas e a efetividade do processo de formação desses ouvintes – é perseguida com o foco em seis metas que norteiam o trabalho diário na UFT FM, expressas na busca constante e articulada por: tradicionalidade (ou seja, manutenção de uma grade de programação coerente com as expectativas trazidas pelo público ou nele criadas pela atuação histórica da Rádio, sem mudanças bruscas ou rotatividade exagerada de programas); interatividade; credibilidade; seriedade; qualidade e profissionalismo.

Atuação na Internet

A UFT FM na *Web* tem papel essencial tanto no processo de formação do público quanto no estabelecimento de mecanismos de interatividade. Nesse sentido, ela não configura um ambiente repetidor da programação transmitida na Rádio FM, sendo este apenas um dos serviços oferecidos no ambiente da *Internet*. A versão *Web* explora as potencialidades oferecidas pelo cenário de convergência midiática, oferecendo diversos serviços que agregam, à informação auditiva, textos escritos e dados visuais, e possibilitando a interação do público com a Rádio por meio dos recursos oferecidos pela *Internet* (como hipermídia – definida na integração com outras mídias –, *e-mail*, *blogs*, fóruns públicos e *chats*). Na rádio *Web*, além de poder usufruir da programação da rádio convencional em uma abrangência geográfica imensamente maior que a possível pelas ondas sonoras, o usuário participa de uma experiência de interatividade mútua, em que se relaciona verticalmente com a UFT FM e horizontalmente com todos os demais usuários do veículo, assumindo aqui ainda mais diretamente o papel de produtor de conteúdo, no nível mais elevado de interatividade possível. Assim, a versão *Web* complementa os esforços de aproximação entre o público e os conteúdos diversificados e menos conhecidos oferecidos pela transmissão convencional, alimentando a Rádio FM e sendo por ela alimentada.

Programas especiais: São denominados “programas especiais” os programas, vinhetas, interprogramas e demais elementos de programação que não são produzidos diretamente pela equipe da Rádio UFT FM. Estes programas são propostos por membros das comunidades interna e externa à Universidade, e devem estar inteiramente de acordo com as diretrizes editoriais da Rádio, com os princípios de atuação da UFT e com os critérios de qualidade técnica adotados.

As propostas de programas especiais pela comunidade externa – e também pela comunidade acadêmica que não tenha vínculo direto com a emissora – deverão ser apresentadas por meio de metodologias e documentos específicos a ser determinados em edital. Serão avaliadas pelo Conselho Editorial da Rádio e, uma vez aprovadas, passam ainda por uma etapa de produção-piloto que tem o objetivo de identificar possíveis falhas e dificuldades e permitir adequações técnicas e de conteúdo – discutidas e definidas em conjunto pela equipe da Rádio e os proponentes – antes da entrada efetiva na programação da Rádio. Desta forma, permite-se que a sociedade tenha meios de participação efetiva na programação da emissora, mas mantêm-se as Diretrizes propostas neste documento. Vale lembrar que não haverá “compra de horário” de nenhuma espécie na UFT FM.

Os programas especiais serão objeto de constante acompanhamento pela Diretoria de Comunicação, com o objetivo de garantir que permaneçam fiéis às diretrizes e objetivos do veículo e não firam, em momento algum, os princípios e normas da Universidade. Além disso, serão inseridos na grade de programação da emissora considerando eventuais indicações dos proponentes, mas de acordo com a disponibilidade de horários e adequação às faixas de público.

3.2 Comunicação Social e Jornalismo

A programação jornalística da rádio deve pautar-se pelo interesse público, e priorizar assuntos e ações ligados à cidadania, à cultura, ao esporte e à educação. Isso pode ser realizado tanto pelo conteúdo jornalístico puro produzido pela rádio, tanto por programas especiais ao longo da programação. Ainda nesse sentido, a rádio deve ser um veículo de comunicação que dê voz à comunidade (mais uma vez, tanto no seu conteúdo jornalístico quando na produção de

programas). É possível tanto procurar parcerias com emissoras comunitárias já existentes quanto executar ações junto às comunidade interessadas.

Como emissora educativa, a rádio deve ser um agente de divulgação da produção científica, tanto da UFT quanto das demais instituições do Estado. O objetivo principal é fazer a ponte dessa produção com o dia a dia, apresentando de forma clara (mas não simplista) como essas descobertas podem contribuir, em diversos níveis, para a vida da sociedade e o desenvolvimento do Estado e do País.

Toda a programação da UFT FM deve ter cuidado especial com a linguagem. É preciso que a emissora tenha uma linguagem própria, que cumpra o desafio de ser acessível a todas as camadas sociais que componham o público ouvinte sem que haja perda no conteúdo informativo. Isso é muito importante, pois a linguagem da rádio é um dos fatores principais que compõem a sua identidade.

Apesar de existir a consciência de que o rádio é um veículo político – e aqui se usa política no sentido das ações interpessoais que permeiam a própria existência humana em sociedade –, é fundamental que a rádio seja absolutamente apartidária – inclusive para que possa, quando necessário, ser um veículo neutro e isento para promover debates que venham a privilegiar o ouvinte, e seja o espaço aberto à comunidade que se almeja como uma das missões primordiais.

- Cultura: a rádio deve atuar como um veículo de divulgação cultural – principalmente das ações de artistas do estado. Isso pode ser feito de inúmeras formas: desde a cobertura jornalística das atividades culturais até a elaboração de programas que tenham como tema a cultura e a arte.

- Cidadania: A rádio deve ser uma ferramenta de divulgação, fomento e multiplicação da Cidadania, por meio da emissora e de seus programas e coberturas. Nesse sentido, Direitos humanos, direitos civis, meio ambiente e saúde entre outros devem ser temas presentes na emissora – novamente, tanto em seu conteúdo jornalístico quanto em programas especiais dedicados ao assunto.

- Educação: a rádio deve ser um veículo de promoção da educação, seja pela sua programação, seja pela divulgação de atividades educacionais da UFT e das demais instituições de ensino do Estado.

- Cobertura esportiva: durante as discussões do grupo, chegou-se à conclusão de que, ao mesmo tempo de que não deve ser negligenciado, o esporte enquanto assunto jornalístico deve também ser tratado pelo viés educativo. Atenção às competições locais, destaque a outras modalidades além do futebol e a relação entre o esporte e outros aspectos da vida cotidiana e social foram tópicos levantados durante os trabalhos.

3.3. Respeito à diversidade, promoção da cidadania e democratização da comunicação

Como rádio educativa e representante de um Estado onde muitas culturas se encontram, a rádio UFT FM deve ter como um de seus pilares a diversidade – tanto a diversidade cultural e musical,

condensando e abrindo espaço aos diversos sotaques e manifestações culturais existentes no estado, como a diversidade – seja de gênero, raça, sexualidade -, repudiando toda espécie de preconceito.

A UFT FM cumpre seu papel de promotora de cidadania, primeiramente, pela diretriz de não discriminação de qualquer natureza em todas as suas ações e momentos de sua programação. Além disso, tem um papel ativo na promoção de ações e atividades que apoiem os movimentos de combate à discriminação e ao preconceito já empreendidos por diferentes segmentos da sociedade, podendo para tanto se associar a iniciativas governamentais e da sociedade civil organizada que tenham os mesmos fins.

Como explicitado no segmento anterior, o trabalho de divulgação científica e de disseminação do conhecimento proposto pela UFT FM também é um ator neste processo de defesa e formação da Cidadania: assim, a rádio se torna uma ferramenta de apropriação crítica e cidadã desse conhecimento por parte de seus ouvintes.

Outro espaço privilegiado para que a UFT FM concretize seu papel de promotora da cidadania é o movimento pela democratização da Comunicação, particularmente no Brasil. A Rádio deve ser um instrumento democrático de comunicação, facilitando o acesso da comunidade à programação, desenvolvendo parcerias com a sociedade e criando meios de participação da mesma em sua programação – e, nesse processo, atuar como capacitadora e multiplicadora do “fazer” do veículo rádio no Estado.

Além de o próprio veículo propiciar meios para essa democratização – já que tem como diretriz a experimentação e o oferecimento de oportunidades para que receptores se transformem em produtores de conteúdo –, a UFT FM deve buscar apoiar e participar de movimentos, fóruns e associações que visam promover a democratização da Comunicação no Brasil e no mundo, questionando a concentração histórica do poder sobre os meios de comunicação de massa por grupos econômicos e políticos, promovendo ações de controle público sobre a qualidade do conteúdo veiculado pela mídia e, no caso específico do Brasil, demandando a revisão da política de concessões para a utilização dos serviços de radiodifusão.

Finalmente, a UFT FM também participa e empreende ações que visam constituir e fortalecer redes de rádio e outros meios de comunicação universitários no Brasil, objetivando a construção de um projeto consistente, transformador e articulado para esses veículos. Assim, busca-se estabelecer diretrizes e objetivos claros e robustos para esses meios de comunicação, que possibilitem o cumprimento do papel social para eles estabelecido.

3.4. Divulgação institucional

A emissora deve atuar como um veículo de disseminação do trabalho da Universidade, tanto no âmbito científico (ensino, pesquisa e extensão) quanto nos âmbitos cultural e social. A divulgação de projetos de extensão, eventos e demais programas é importante para fortalecer o nome da UFT junto à sociedade, fortalecendo os laços de cooperação entre as partes, reafirmando assim a própria missão da Universidade. O resultado é a democratização do acesso à Instituição, uma vez que conhecer a Universidade e suas características cria novas oportunidades de aproximação dos potenciais usuários de seus cursos, pesquisas e demais ações.

Todas as ações de divulgação desenvolvidas pela Rádio estão articuladas às demais atividades de comunicação realizadas na UFT, definidas em sua política de informação e comunicação e desenvolvidas, prioritariamente, por sua Diretoria de Comunicação, em parceria com o Conselho

Editorial. Além disso, seu conteúdo deve ser sempre rico em informações de interesse público, não se restringindo jamais à publicidade da Instituição.

3.5. Formação acadêmica e capacitação de recursos humanos

A UFT FM se configura como um espaço de experimentação de novas linguagens, formatos e soluções tecnológicas, devendo, para isto, ter um quadro de profissionais em constante atualização e com um perfil de criatividade e abertura para novos desafios (perfil descrito em documento elaborado para tal fim). Com a opção de utilização de softwares livres em todas as suas etapas de produção e, também, de realização de experimentos voltados à apropriação e aprimoramento da tecnologia de transmissão digital, a UFT FM desempenha o papel de formação de profissionais familiarizados com essas tecnologias, aptos a enfrentar os desafios do novo cenário de informação e comunicação e agir de maneira transformadora.

A UFT FM é também um espaço privilegiado de formação tanto dos alunos de graduação e pós-graduação da Universidade (não somente do curso de Comunicação Social, mas de TODOS os cursos), no nível do ensino formal, quanto para diferentes membros da sociedade, considerando suas possibilidades de ensino informal e formação para a cidadania. A Rádio configura oportunidade de atuação inter, multi e transdisciplinar, permitindo aos indivíduos que extrapolem conhecimentos e habilidades para diferentes situações dentro de seu campo de atuação profissional e relacionem conhecimentos e habilidades de diferentes áreas.

A Rádio deve sempre funcionar em estreita parceria particularmente com os cursos diretamente afetos à sua área de atuação, fornecendo assim uma oportunidade de produção vinculada à real possibilidade de veiculação e a vivência de um ambiente profissional, visando assim tanto a formação de profissionais mais bem preparados e críticos para o ingresso na vida profissional quanto a produção de conhecimento em Comunicação. Deve também atuar como uma ferramenta de divulgação para os cursos não diretamente afetos à sua área de atuação, e também como uma maneira de diversificar suas habilidades e áreas de atuação.

O vínculo dos alunos com a Rádio pode acontecer de diferentes maneiras (bolsistas, estagiários, voluntários), devendo sempre ser regido por normas claramente estabelecidas e contratos elaborados para cada uma das modalidades, visando assim garantir o compromisso cotidiano desses estudantes com o veículo e, também, dar à atividade a característica profissional e de seriedade almejada.

Esses contratos objetivam também que os alunos sejam incluídos em processos participativos de gestão e organização, dominando habilidades básicas de comunicação, negociação e cooperação e coordenando ações de diversas pessoas ou grupos. A atuação na Rádio deve permitir experiências de tomada de decisões e desencadeamento de ações, considerando simultaneamente potencialidades e limites dos envolvidos e exigências da atuação profissional.

Além disso, a Rádio deve não só estar aberta à participação de estudantes, professores e servidores técnico-administrativos de todos os departamentos da Universidade, como também fomentar constantemente essa aproximação, visando assim a concretização da tão almejada relação entre as diferentes áreas de conhecimento e a formação de profissionais e cidadãos críticos em relação aos meios de comunicação e conscientes de seus direitos e deveres relacionados à liberdade de expressão. Deve ser incentivada a participação também de pessoas externas à UFT, estudantes de outras instituições e membros da comunidade, participação esta novamente regida por normas e contratos que possibilitem uma relação compromissada entre a

Rádio e as pessoas envolvidas em seu processo diário de construção. A proposição de Programas é uma ferramenta de fundamental importância nesse sentido.

A Rádio deve ser também agente de iniciativas que aproximem a população em geral da questão da Comunicação Social, por meio da desmistificação da mídia; de capacitação técnica, quando pertinente; da democratização do acesso aos meios de comunicação e, conseqüentemente, da transformação de receptores passivos em produtores e transformadores do conteúdo.

3.6. Democratização da comunicação e participação da comunidade

Como veículo realizador e potencializador da extensão universitária, a UFT FM deve estar em contato intenso e permanente com a comunidade externa a ela, o que inclui desde a comunidade universitária não vinculada diretamente ao veículo até toda a comunidade por ele atingida. Para tanto, a opção é por um modelo de comunicação interativo, que visa sempre ampliar as possibilidades de participação do ouvinte.

A rádio deve ter canais claros e abertos de participação e obtenção de *feedback* do ouvinte, para que haja uma via de mão dupla na comunicação estabelecida com a emissora. Explorar a internet (com ferramentas sociais como o *Facebook* e o *Twitter*), bem como a clássica interação via telefone, é fundamental.

Tal participação se dá desde o momento dos programas – nos quais são privilegiadas participações ao vivo e outras modalidades de interatividade – até a definição de rumos da Rádio (por meio principalmente da transparência e possibilidade de debate de seu projeto editorial) e realização de eventos conjuntos. Além disso, devem ser programadas visitas periódicas monitoradas às instalações da Rádio e ao ambiente de produção de programas, como parte integrante do esforço de desmistificação dos meios de comunicação e da transformação de receptores passivos em produtores de conteúdo. Com isto, a Rádio também concretiza seu caráter de meio de comunicação democrático e potencializa ações de formação de um público crítico em relação à mídia e ciente de seus direitos e deveres em relação ao exercício da Comunicação Social.

A Rádio tem a responsabilidade de estabelecimento de parcerias com entidades da sociedade civil organizada, órgãos governamentais e agentes culturais diversos para divulgação de atividades ligadas à educação e à cultura; organização de eventos diversos como festivais e reuniões culturais nos bairros; e outras ações que aproximem os diferentes atores da vida comunitária – particularmente do município de Palmas e região – e, principalmente, a Universidade da sociedade.

É central no dia-a-dia da Rádio também o contato e parceria com artistas independentes, sendo resultantes desse contato a constituição do acervo diversificado da Rádio; a visita permanente desses artistas à Rádio para apresentações e conversas com o público ao vivo e gravadas; o abastecimento de informações sobre esse cenário musical na versão Web da Rádio; e, conseqüentemente, o fortalecimento do cenário musical independente no Brasil. A produção de eventos em parceria tanto com os artistas quanto com as demais entidades no próprio local de moradia dos ouvintes tem, também, um papel fundamental na formação do público e na conquista da familiaridade e fidelidade almejada e necessária ao sucesso deste projeto editorial.

Extensão, divulgação e auxílio: A Rádio também deve ter mecanismos de trabalho conjunto com os diferentes programas e projetos de extensão já desenvolvidos pela Universidade, visando assim dar mais visibilidade a essas iniciativas; potencializar suas ferramentas de comunicação; ampliar o público atingido por esses programas; e, em última instância, aproximar a comunidade da instituição universitária por meio da explicitação dos espaços possíveis de serem ocupados e das possibilidades de uso cotidiano do conhecimento acadêmico. Essa aproximação pode também abastecer a Rádio com pautas a serem desenvolvidas em seus diferentes módulos de programação, a partir da identificação das demandas da comunidade e da possibilidade de debates democráticos e participativos sobre questões locais e regionais.

3.7. Apolítica e Laica

Como rádio pública, a emissora não pode ser utilizada em nenhuma hipótese como veículo partidário ou político, em qualquer instância; as questões religiosas devem ser tratadas com respeito e cautela, sem tomada de posição por parte do veículo e levando-se em consideração o princípio primeiro da Educação como prioridade.

3.8. Independência Financeira

Para que consiga permanecer de fato como uma emissora pública e educativa, é preciso que a Rádio tenha total independência de contratos de publicidade para funcionar (o que inclusive é previsto em legislação). A parceria com instituições privadas é, porém, possível, desde que nos moldes de apoio cultural a programas específicos, e com regras rígidas e bem definidas (posteriormente criadas via Regimento Interno). Enquanto emissora educativa, é interessante que se vede a parceria com empresas fabricantes de cigarro, bebidas alcoólicas e demais substâncias prejudiciais à saúde – e, mesmo na cobertura jornalística, é preciso cuidado ao trabalhar com projetos mantidos por essas companhias.